DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

ANO XX N° 124 — SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1996 — PREÇO: R$ 0,78

SUMÁRIO

SEÇÃO I — **PÁGINA**

ATOS DO PODER EXECUTIVO 5245
ATOS DO PODER LEGISLATIVO 5247
SECRETARIA DE GOVERNO 5247
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5248
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 5249
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 5256
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 5257
SECRETARIA DE OBRAS 5258
SECRETARIA DE AGRICULTURA 5258
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 5258
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 5260
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 5260
SECRETARIA DE TURISMO 5260
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 5260
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 5261

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO 5290
SECRETARIA DE GOVERNO 5290
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5291
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 5292
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 5292
SECRETARIA DE SAÚDE 5294
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 5297
SECRETARIA DE OBRAS 5297
SECRETARIA DE AGRICULTURA 5298
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 5298
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 5298
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 5299
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO 5300
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 5300
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL 5301

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO 5302
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5302
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 5304
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 5304
SECRETARIA DE SAÚDE 5305
SECRETARIA DE OBRAS 5305
SECRETARIA DE TRANSPORTES 5306
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 5306
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 5306
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 5306
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 5307
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL 5307
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 5308
INEDITORIAIS 5308
ÍNDICE 5308



CORRENDO DEMAIS VOCÊ PODE CHEGAR ONDE NÃO QUER.

GDF

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.481, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.005.641/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Educação crédito suplementar, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de Junho de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				30.000
(160101/00001)	18.101	SECRETARIA DE EDUCACAO				30.000
080070021.2036		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				30.000
080070021.2036.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	000	30.000	30.000
00471/001 -200035				TOTAL		30.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				30.000
(160101/00001)	18.101	SECRETARIA DE EDUCACAO				30.000
080070021.2036		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000

080070021.2036.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	000	20.000	20.000
150810486.2179	CONCESSAO DE BENEFICIO A SERVIDORES				10.000
150810486.2179.0001	CONCESSAO DE BENEFICIO A SERVIDORES	34.90.39	000	10.000	10.000
00471/002 -200042				TOTAL	30.000

DECRETO Nº 17.482, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 054.000.784/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Polícia Militar do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de Junho de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				500.000
(220103/00001) 24.103	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				500.000
160300177.2392	POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO (POLICIA COMUNITARIA)				500.000
160300177.2392.0002	POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO DE TRANSITO	45.90.52	031	500.000	500.000
00475/001 -200035				TOTAL	500.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				500.000
(220103/00001) 24.103	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				500.000
160300177.2392	POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO (POLICIA COMUNITARIA)				500.000
160300177.2392.0002	POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO DE TRANSITO	34.90.30 34.90.39	031 031	200.000 300.000	500.000
00475/002 -200042				TOTAL	500.000

GDF

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111,
Térreo. CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones:(061) 225-7803
316-4137
213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador

ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social

CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

DECRETO Nº 17.483, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 400.000,00(quatrocentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 1°, da Lei n° 1.117, de 21 de junho de 1996, e com o art. 41, inciso II, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Obras - Entidades Supervisionadas, em favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, crédito suplementar, no valor de R$400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de Junho de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO ESPECIAL — FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				400.000
(190193/00001) 22.193	SECRETARIA DE OBRAS - ENT. SUP. NOVACAP				400.000
100580575.2860	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				400.000
100580575.2860.0001	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	45.13.65	000	400.000	400.000 *
(000000/00000) 22.201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				400.000
100580575.2148	RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES				400.000
100580575.2148.0001	RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES	45.90.51	000	400.000	400.000
00187/001 -200038				TOTAL	400.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO ESPECIAL — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				400.000
(190193/00001) 22.193	SECRETARIA DE OBRAS - ENT. SUP. NOVACAP				400.000
100580575.2860	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				400.000
100580575.2860.0001	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	34.13.44	000	400.000	400.000 *
(000000/00000) 22.201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				400.000
100580575.2148	RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES				400.000
100580575.2148.0001	RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES	34.90.39	000	400.000	400.000
00187/002 -200042				TOTAL	400.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

DECRETO Nº 17.484, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Fixa prazos para comercialização de **vales-transporte** no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal-STPC/DF e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o artigo 12, inciso II, da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992, decreta:

Art. 1º - Fica estabelecido o período de **01** a **10** de julho de 1996 para comercialização dos vales-transporte de séries **A-EXTRA, B-EXTRA e C-EXTRA** , aos valores tarifários fixados pelo artigo 1º do Decreto nº 17.344, de 07 de maio de 1996, e dos vales-transporte de série **E-EXTRA**, no valor tarifário correspondente ao da série **A-EXTRA**.

§ 1º - os vales transportes das séries **A-6.2, B-6.2, C-6.2, E-6.2** continuarão sendo comercializados no mesmo período citado no *caput*.

Art. 2º - Aos empregadores que mantenham cadastrada, junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB, quantidade mensal prevista de aquisição de vales-transporte igual ou superior a 200 (duzentas) unidades, fica facultado adquiri-las em até 03 (três) parcelas, observados os seguintes períodos de aquisição e quantitativos correspondentes a cada parcela:

I - período de **01** a **10** de julho de 1996, para aquisição de quantidade igual ou superior a trinta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

II - período de 11 a 18 de julho de 1996, para aquisição de quantidade igual ou superior a trinta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

III - período de 19 a 26 de julho de 1996, para aquisição do restante da quantidade cadastrada.

§ 1º - No ato da aquisição da primeira parcela, o empregador deverá fornecer, por escrito, ao BRB, a previsão das quantidades a adquirir nas duas parcelas subseqüentes.

§ 2º - A opção pela aquisição parcelada na forma deste artigo, sujeitará o empregador à aquisição de vales-transporte em uma única agência, escolhida dentre um conjunto reduzido de agências indicadas pelo BRB.

Art. 3º - Os vales-transporte de séries A-5.2, B-5.2, C-5.2 e E-5.2, bem como os de séries A-6.2, B-6.2,C-6.2 e E-6.2 adquiridos no período de 08 de maio a 26 de junho de 1996, poderão ser utilizados pelo beneficiário como pagamento da passagem devida;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de Junho de 1996.
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DOS ORDENADORES DE DESPESA

PROCESSO: Nº 001.162/96
INTERESSADO: ANA DE DEUS SANTOS E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

RECONHECEMOS a dívida por despesas de exercícios anteriores, com base nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, no valor de R$ 14.044,09 (quatorze mil, quarenta e quatro reais e nove centavos), em favor de Ana de Deus Santos e Outros, referente a pagamento suplementar de servidores desta CLDF, e, em decorrência, AUTORIZAMOS o respectivo pagamento à conta da dotação orçamentária própria na forma proposta pela Diretoria de Administração e Finanças. Publique-se e devolva-se à Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências.

PROCESSO: Nº 001.336/94
INTERESSADO: LIVRARIA GUANAMBARA DIST. IMPORT. EXP. LTDA.
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

RECONHECEMOS a dívida por despesas de exercícios anteriores, com base nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em favor da Firma LIVRARIA GUANAMBARA DIST. IMPORT. EXP. LTDA., referente a aquisição de Dicionário de Especialidade Farmacêutica 94/95 para esta CLDF, e, em decorrência, AUTORIZAMOS o respectivo pagamento à conta da dotação orçamentária própria na forma proposta pela Diretoria de Administração e Finanças. Publique-se e devolva-se à Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL EURÍPEDES DE FREITAS

SECRETARIA DE GOVERNO

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 26 de junho de 1996

PROCESSO : 030.005.602/96
INTERESSADO : A. TELECOM TELEINFORMÁTICA LTDA.
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Conforme a alínea "g", do subitem 1.2, do item 1, da Portaria nº 017 - SEG, de 22.11.95, RATIFICO, para fins do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da firma : A. TELECOM TELEINFORMÁTICA LTDA., no valor de R$ 1.340,00 (hum mil, trezentos e quarenta reais), para atender despesas com troca do software DR-IV por versão atualizada em português e substituição de 20 (vinte) kits de teclas dos aparelhos existentes por teclas em português, no sistema telefônico KS CPA, intalado no PROCON/DF.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do art. 25, do supracitado diploma legal.

LUIZ ANTONIO M. REBELLO

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO

PROCESSO : 030.005743/96
INTERESSADO: INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
ASSUNTO : Dispensa de Licitação

Em cumprimento ao disposto no artigo 24 inciso X da Lei nº 8.666/93 e diante do que consta nos autos do processo, Ratifico a Dispensa de Licitação em favor do INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para atender despesas com aluguel de espaço na Barraca de Brasília - Festa dos Estados, destinado a instalação de Estande desta Subsecretaria, bem como autorizo a homologação, adjudicação, emissão de Nota de Empenho e respectivo pagamento.

JAMES LEWIS

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 27 de junho de 1996

PROCESSO Nº : 139.000.459/96
INTERESSADO : HENRIQUE AMORÓS AZPEITIA
ASSUNTO : PROGRAMAÇÃO DA FESTA JUNINA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 282/96 no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.459/96
INTERESSADO : RENATO COELHO LOPES JÚNIOR
ASSUNTO : PROGRAMAÇÃO DA FESTA JUNINA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 281/96 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.459/96
INTERESSADO : MARCELO DAMASCENO DE SENA
ASSUNTO : PROGRAMAÇÃO DA FESTA JUNINA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 280/96 no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.459/96
INTERESSADO : ANDREONY PELLINSKY C. DA MOTA CABRAL
ASSUNTO : PROGRAMAÇÃO DA FESTA JUNINA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 279/96 no valor de R$ 200,00 (duzentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.459/96
INTERESSADO : PAULO CÉLIO Q. DOS SANTOS
ASSUNTO : PROGRAMAÇÃO DA FESTA JUNINA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 278/96 no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PEDRO BRAGA NETTO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 157, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuida pelo item XLIV, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e considerando as normas que regulamentam o exercício das atividades de Carregadores na Estação Rodoferroviária de Brasília, conforme Ordem de Serviço Interna nº 004, de 08 de março de 1993, resolve:
CREDENCIAR o Sênhor Márcio Antônio de Assis, Carteira de Identidade nº 770.160 - SSP/DF, para o exercício da atividade de Carregador na Estação Rodoferroviária de Brasília, a partir da presente data.

DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS
Substituto

ORDEM DE SERVIÇO Nº 158, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuida pelo item XLVI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e considerando as normas que regulamentam o exercício das atividades de Carregadores

na Estação Rodoferroviária de Brasília, conforme Ordem de Serviço Interna nº 004, de 08 de março de 1993, resolve:
REVOGAR a Ordem de Serviço nº 10, de 19/03/73, que credencia o Senhor **Redelvino da Silva Pereira,** como Carregador Autônomo de Malas e Bagagens no Terminal Rodoferroviário de Brasília, a contar desta data.

DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS
Substituto

ORDEM DE SERVIÇO Nº 159, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuida pelo item XLVI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e considerando as normas que regulamentam o exercício das atividades de Carregadores na Estação Rodoferroviária de Brasília, conforme Ordem de Serviço Interna nº 004, de 08 de março de 1993, resolve:
REVOGAR a Ordem de Serviço nº 063, de 12/09/85, que credencia o senhor **Osvaldo Nunes dos Santos,** como Carregador Autônomo de Malas e Bagagens no Terminal Rodoferroviário de Brasília, a contar desta data.

DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS
Substituto

ORDEM DE SERVIÇO Nº 160, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuida pelo item XLIV, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e considerando as normas que regulamentam o exercício das atividades de Carregadores na Estação Rodoferroviária de Brasília, conforme Ordem de Serviço Interna nº 004, de 08 de março de 1993, resolve:
CREDENCIAR o Senhor **Samuel Nunes dos Santos,** Carteira de Identidade nº 1.046.301-SSP/DF, para o exercício da atividade de Carregador na Estação Rodoferroviária de Brasília, a partir da presente data.

DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS
Substituto

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 27 de junho de 1996

PROCESSO Nº: 144.000.407/96
INTERESSADO: Antonio Jose Campelo da Silva e Outros
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
A vista das instruções contidas no presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, determino a emissão da Nota de Empenho e o pagamento no valor de 10.513,84 (Dez mil quinhentos e treze reais e oitenta e quatro centavos) em favor de Antonio José Campelo da Silva e Outros, conforme Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, a contar da dotação própria, Elemento 3.1.90.92 - Despesa de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administação Geral para providências necessárias.

SEBASTIÃO DE BARROS ABREU

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXX, Artigo 53, do Decreto nº 16.247/94 e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, e a necessidade de disciplinar o licenciamento das atividades em área pública, na Região Administrativa de Taguatinga, **resolve:**
I - Retificar os Anexos V e VI, da Ordem de Serviço de 22 de abril de 1996.
II - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data da sua publicação.

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

ANEXO V

Espaços ocupados em áreas Públicas com finalidades comerciais ou de prestação de serviço por:	UNIDADE	Valores em Real (R$) Preço Público		
		Dia	Mês	Ano
1. Feiras Permanentes	m^2	0,18	5,28	63,36
2. Feiras Livres e similares	m^2	0,09	2,73	32,76

ANEXO VI

Espaços ocupados em Terminal Rodoviário	Valores em Real (R$) Preço Público - Mês
a) Até 100 m^2 ocupados	5,28
b) para os 100 m^2 contíguos, excedentes a área estabelecida no item anterior	5,08
c) para os 100 m^2 contíguos, excedentes a área estabelecida no item anterior	4,98
d) para os 100 m^2 contíguos, excedentes a área estabelecida no item anterior	4,88
e) para os 100 m^2 contíguos, excedentes a área estabelecida no item anterior	4,78

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 27 DE JUNHO DE 1996(*)

Dispõe sobre a concessão de registro a entidade CENTRO SALESIANO DO MENOR DA MANTENEDORA INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO. **O CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF**, tendo em vista o disposto na Resolução Normativa nº 02/92-CDCA/DF, e com fundamento no que dispõe o Art. 7º, Inciso VI da Lei nº 518/93, combinado com os Artigos 90 e 91, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), resolve:
Conceder o registro à entidade CENTRO SALESIANO DO MENOR sob o nº 064/95, com validade de 03 (três) anos, a partir da data da publicação no DODF e inscrever seu Programa no Regime de **Atendimento Sócio Educativo em Meio Aberto,** com base na deliberação deste Colegiado em reunião do dia 10.04.96 e de conformidade com o processo nº 030.007.070/94

CILENE MARIA HOLANDA SALOIO
Presidente do Conselho

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 105, de 31.5.96.

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Dispõe sobre a concessão de registro a entidade **CASAS LARES HUMBERTO DE CAMPOS.**
O CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF, tendo em vista o disposto na Resolução Normativa nº 02/92-CDCA/DF, e com fundamento no que dispõe o Art. 7º, Inciso VI da Lei nº 518/93, combinado com os Artigos 90 e 91, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), resolve:
Conceder o registro à entidade **CASAS LARES HUMBERTO DE CAMPOS** sob o nº 66/96, com validade de 03 (três) anos, a partir da data da publicação no DODF e inscrever seu Programa no Regime de **Abrigo,** com base na deliberação deste Colegiado em reunião do dia 05.06.96 e de conformidade com o processo nº 030.006.530/95.

CILENE MARIA HOLANDA SALOIO
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL

ATO DE 26 DE JUNHO DE 1996

Declara cancelado o Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Serviço de Registro da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

O Chefe do Serviço de Registro Cadastral, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 43, do Decreto nº 15057, de 24 de setembro de 1993, e pelo art. nº 14 do Decreto 10.994, de 26 de janeiro de 1988, resolve:

1 - Declarar cancelado o Certificado de Registro Cadastral, expedido em nome da empresa SCALAMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO HOSPITALAR LTDA, C.G.C. nº 37.374.899/0001-12, pelo fato da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal, nº 0000631, apresentada no ato de inscrição ter sido declarado inidôneo pelo titular da Delegacia da Receita Federal em Goiânia-GO, através do Ato Declaratório nº 15, de 04 de junho de 1996, publicado no DOU nº 114, de 14 de junho do corrente ano.

2 - Abrir prazo recursal de 05 dias utéis, ao mesmo tempo que franqueia os autos do processo ao interessado, em atendimento ao Inciso I alinea "d", combinado com o § 5º do art. 109, da Lei Federal nº 8./666/93.

LEOLINO CEZAR DE A. CAMPOS

BOLSA-ESCOLA

BRASÍLIA ESTÁ MUDANDO O BRASIL

A idéia é simples e prática. Gastando menos de 1% do seu orçamento, o Governo Democrático e Popular do Distrito Federal mostra como é simples manter todas as crianças em sala de aula.
O programa Bolsa-Escola paga 100 reais por mês para famílias carentes com filhos de 7 a 14 anos na escola pública, desde que eles não faltem a mais de dois dias de aula por mês.
Em apenas um ano, a Bolsa-Escola reduziu, entre seus beneficiados, a evasão escolar para 0,2% e as reprovações para 7,7%.
Hoje são atendidas 15 mil famílias, dando melhores condições de vida a mais de 28 mil crianças que trocaram a rua pela sala de aula.
O BRB é o agente financeiro da Bolsa-Escola. O Banco do Povo de Brasília tem muito orgulho de participar de uma ação que está mudando os conceitos e a prática da educação.
A Bolsa-Escola é hoje realidade no Distrito Federal e uma boa idéia para todo o Brasil.

O BRASIL INTEIRO CABE NA BOLSA-ESCOLA.

INFORMAÇÕES:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI
SALA 914, 9º ANDAR
CEP 70075-900 - BRASÍLIA/DF
TELS.: (061) 213-6341/225-1266
FAX: (061) 322-3902

BRB BANCO DE BRASÍLIA
O BANCO DA SUA CONTA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 466, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 062.000.531/96, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Instituto de Saúde do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 02, de 2 de janeiro de 1996.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

SEGURIDADE

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
23.000	SECRETARIA DE SAUDE				42.000
(170103/00001) 23.103	INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL				42.000
130070021.2095	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				42.000
130070021.2095.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.92	000	42.000	42.000
00465/001 -200080				TOTAL	42.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

SEGURIDADE

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
23.000	SECRETARIA DE SAUDE				42.000
(170103/00001) 23.103	INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL				42.000
130070021.2095	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				42.000
130070021.2095.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.11	000	42.000	42.000
00465/002 -200081				TOTAL	42.000

PORTARIA Nº 477, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Instaura Tomada de Contas Especial

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do processo nº 040.012.538/95, resolve:

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial incumbida de promover a apuração, no prazo de 30 (trinta) dias, dos fatos constantes do mencionado processo.

Parágrafo único. Os trabalhos de apuração da Tomda de Contas Especial de que trata este artigo serão conduzidos pela Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especiais instituída pela Portaria SEFP nº 679, de 9 de setembro de 1994.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 479, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Procuradoria-Geral, aprovado pela Portaria SEFP nº 02, de 2 de janeiro de 1996.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

SEGURIDADE

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
12.000	PROCURADORIA GERAL				620.000
(120101/00001) 12.101	PROCURADORIA GERAL				620.000
150820495.2182	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				620.000
150820495.2182.0001	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.92	006	600.000	600.000
150820495.2182.0002	PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	31.90.92	006	20.000	20.000
00464/001 -200080				TOTAL	620.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

SEGURIDADE

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
12.000	PROCURADORIA GERAL				620.000
(120101/00001) 12.101	PROCURADORIA GERAL				620.000
150820495.2182	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				620.000
150820495.2182.0001	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	006	600.000	600.000
150820495.2182.0002	PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	31.90.03	006	20.000	20.000
00464/002 -200081				TOTAL	620.000

PORTARIA Nº 480, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 030.005.557/96, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Agricultura, aprovado pela Portaria SEFP nº 02, de 2 de janeiro de 1996.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
14.000	SECRETARIA DE AGRICULTURA				13.000
(210101/00001) 14.101	SECRETARIA DE AGRICULTURA				13.000
040070021.2055	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				13.000
040070021.2055.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.92	000	13.000	13.000
00472/001 -200080				TOTAL	13.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
14.000	SECRETARIA DE AGRICULTURA				13.000
(210101/00001) 14.101	SECRETARIA DE AGRICULTURA				13.000
040070021.2055	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				13.000
040070021.2055.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.11	000	13.000	13.000
00472/002 -200081				TOTAL	13.000

PORTARIA Nº 481, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 030.005.471/96, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação Educacional do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 02, de 2 de janeiro de 1996.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000 SECRETARIA DE EDUCACAO				500.000
(160201/16201) 18.201 FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				500.000
080420188.2183 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL				500.000
080420188.2183.0001 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	34.90.39	003	500.000	500.000
00470/001 -200080			TOTAL	500.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000 SECRETARIA DE EDUCACAO				500.000
(160201/16201) 18.201 FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				500.000
080420188.2183 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL				500.000
080420188.2183.0001 MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	34.90.39	003	500.000	500.000
00470/002 -200081			TOTAL	500.000

PORTARIA Nº 482, DE 27 DE JUNHO DE 1996

Altera o art. 8º da Portaria nº 608, de 15 de maio de 1995, que estabelece procedimentos para concessão de parcelamento de débitos e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 860, de 13 de abril de 1995, na Lei nº 222, de 27 de dezembro de 1991 e na Lei nº 1118, de 21 de junho de 1996, resolve:

Art. 1º O art. 8º da Portaria nº 608, de 15 de maio de 1995, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 8º Concedido o parcelamento, a Divisão de Arrecadação notificará o contribuinte, informando a data de vencimento das parcelas e os seus respectivos valores em Reais. "

Art. 2º Para efeito de pagamento das parcelas vincendas, o valor de cada uma delas será determinado mediante a multiplicação da quantidade de UPDF's indicada por R$ 97,63 (noventa e sete reais e sessenta e três centavos), e será atualizado com base nos mesmos percentuais e periodicidade em que for reajustada a Unidade Fiscal de Referência - UFIR ou Indexador que vier a substituí-la.

Art. 3º O valor consolidado objeto de parcelamento requerido a partir da vigência da Lei nº 1118, de 21 de junho de 1996, por ocasião do pagamento de cada parcela, será atualizado com base nos mesmos percentuais e periodicidade em que for reajustada a Unidade Fiscal de Referência - UFIR ou Indexador que vier a substituí-la.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 484, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos arts. 140 e 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com os arts. 43 e 44 da Lei 895, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Dar publicidade à execução orçamentária do Governo do Distrito Federal realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e unidades orçamentárias do Distrito Federal constantes da Lei Orçamentária Anual, relativa ao mês de maio de 1996, nos termos dos anexos I e II a esta Portaria.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I

SUBSECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ARRECADADA - MAIO DE 1.996

ESPECIFICAÇÃO	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES	183.775.535,62	1.418.778.101,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	102.784.648,89	519.051.899,48
IPTU	12.830.727,16	80.988.784,61
IRRF	231,19	3.791,03
IPVA	11.143.719,74	48.521.759,30
ITBIM	281.643,89	1.289.022,84
ITBIV	2.070.975,31	9.051.215,98
ICMS	64.008.871,64	315.978.372,08
ISS	9.968.970,51	50.596.498,89
IVVC	1.516,27	6.853,76
TAXAS	2.477.993,18	12.615.600,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.150.452,67	66.137.106,09
RECEITA PATRIMONIAL	3.240.176,19	13.713.788,63
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	99.112,85	416.391,59
RECEITA DE SERVIÇOS	96.255,11	757.691,45
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	59.658.516,65	749.501.159,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.746.373,26	69.200.064,37
RECEITAS DE CAPITAL	1.455.263,86	7.325.518,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.156.140,68	5.983.673,68
ALIENAÇÕES DE BENS	165.918,96	684.080,80
TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL	132.687,15	653.807,79
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	517,07	3.956,48
TOTAL	185.230.799,48	1.426.103.619,81

Fonte: Departamento Geral de Contabilidade

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ MAIO DE 1.996

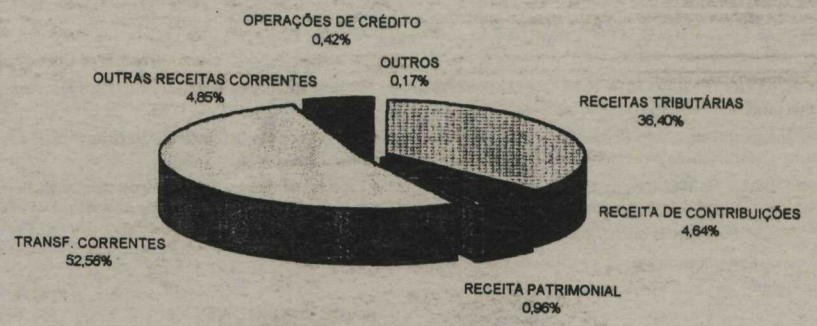
ESPECIFICAÇÃO	ANTERIOR	ABRIL	MAIO	TOTAL	%
RECEITA ARRECADADA					
RECEITAS CORRENTES	868.293.400,99	366.709.164,45	183.775.535,62	1.418.778.101,06	99,49
RECEITAS TRIBUTARIAS	312.143.553,71	104.123.696,88	102.784.648,89	519.051.899,48	36,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	39.948.813,24	13.037.840,18	13.150.452,67	66.137.106,09	4,64
RECEITA PATRIMONIAL	9.261.217,95	1.212.394,49	3.240.176,19	13.713.788,63	0,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	235.607,87	81.670,87	99.112,85	416.391,59	0,03
RECEITA DE SERVIÇOS	495.718,66	165.717,68	96.255,11	757.691,45	0,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	448.185.306,98	243.657.335,82	59.658.516,65	749.501.159,45	52,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.023.182,58	4.430.508,53	4.746.373,26	69.200.064,37	4,85
RECEITAS DE CAPITAL	4.732.601,39	1.137.653,50	1.455.263,86	7.325.518,75	0,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.651.872,25	1.175.660,75	1.156.140,68	5.983.673,68	0,42
ALIENAÇÃO DE BENS	498.854,44	19.307,40	165.918,96	684.080,80	0,05
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	579.583,81	(58.463,17)	132.687,15	653.807,79	0,05
OUTRAS REC. DE CAPITAL	2.290,89	1.148,52	517,07	3.956,48	0,00
TOTAL DA RECEITA	873.026.002,38	367.846.817,95	185.230.799,48	1.426.103.619,81	100,00
DESPESA REALIZADA					
DESPESAS CORRENTES	825.725.159,93	244.902.252,99	259.789.839,39	1.330.417.252,31	96,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	714.393.258,76	202.957.178,43	215.592.936,87	1.132.943.376,06	81,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.422.477,72	5.345.740,38	6.459.900,74	29.228.118,84	2,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.909.423,45	36.599.334,18	37.736.999,78	168.245.757,41	12,17
DESPESAS DE CAPITAL	27.514.570,15	11.477.988,03	12.719.960,49	51.712.528,67	3,74
INVESTIMENTOS	11.242.152,28	7.125.792,82	9.047.367,04	27.415.312,14	1,98
INVERSÕES FINANCEIRAS	3.526.174,95	49.847,82	481.029,07	4.057.051,84	0,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.746.242,92	4.302.357,39	3.191.564,38	20.240.164,69	1,46
TOTAL DA DESPESA	853.239.730,08	256.380.241,02	272.509.799,88	1.382.129.780,98	100,00

FONTE: DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE deomai96

Brasília, DF, 25 de junho de 1.996

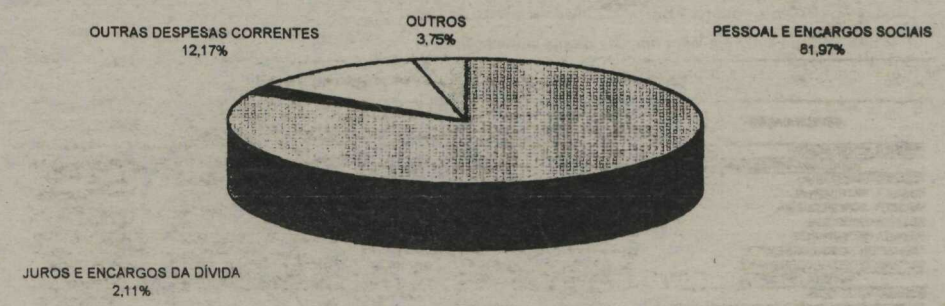
MÁRIO TINOCO DA SILVA
Secretário de Fazenda e Planejamento

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ MAIO DE 1.996



RECEITA ARRECADADA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ MAIO DE 1.996



DESPESA REALIZADA

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE ATÉ MAIO DE 1.996

FONTES	SALDO INICIAL	MOVIMENTO BAIXA	MOVIMENTO INSCRIÇÃO	SALDO ATUAL
CONSIGNAÇÕES	2.198.229,49	164.747.357,96	163.686.226,95	1.137.098,47
OUTROS DEPÓSITOS	1,17	0,00	0,00	1,17
DEP. DIVERSAS ORIGENS	806.102,52	1.565.642,04	1.381.419,60	621.880,08
RESTOS A PAGAR	115.160.569,08	83.947.003,03	6.840.820,55	38.044.385,60
TOTAL	118.154.901,25	250.260.003,03	171.908.467,10	39.803.365,32

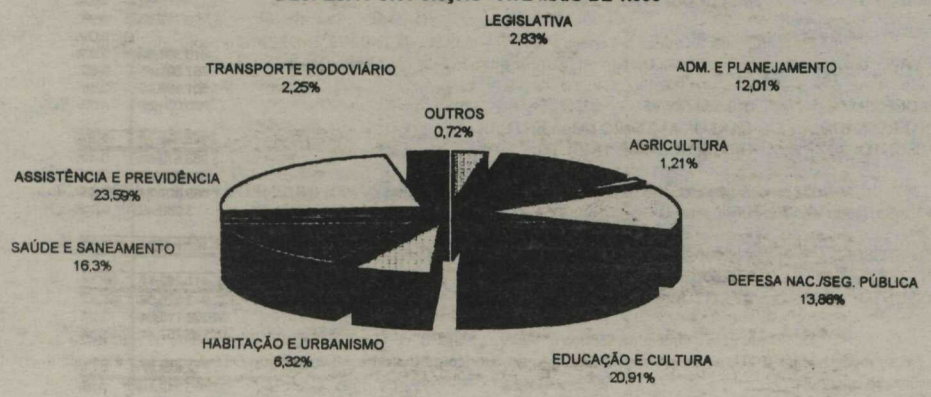
FONTE: DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇAO - ATÉ MAIO DE 1.996

FUNÇÃO	DESPESA AUTORIZADA	ANTERIOR	ABRIL	MAIO	ACUMULADO	PERCENTUAL
LEGISLATIVA	90.582.201,00	24.998.356,26	6.637.629,34	7.444.431,90	39.080.417,50	2,83
JUDICIÁRIA	4.235.000,00	-	-	-	-	0,00
ADM. E PLANEJAMENTO	386.334.211,00	105.397.923,58	29.518.364,99	31.110.245,40	166.026.533,97	12,01
AGRICULTURA	40.020.404,00	10.915.070,84	2.892.495,40	2.904.426,10	16.711.992,34	1,21
COMUNICAÇÃO	35.000,00		4.197,00	1.399,00	5.596,00	0,00
DEFESA NACIONAL/SEG. PÚBLICA	462.947.851,00	117.383.389,80	36.792.158,18	37.398.529,32	191.574.077,30	13,86
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	887.090,00	3.300,00	31.213,51	7.519,00	42.032,51	0,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	616.768.415,00	175.895.894,69	55.044.897,32	58.061.507,38	289.002.299,39	20,91
ENERGIA E REC. MINERAIS	2.894.044,00	3.668,00	35.640,00	-	39.308,00	0,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	216.779.016,00	52.385.761,49	17.997.117,62	16.990.286,63	87.373.165,74	6,32
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.811.918,00	4.133.520,47	711.029,70	1.166.071,68	6.010.621,85	0,43
SAÚDE E SANEAMENTO	458.945.978,00	141.782.726,66	39.882.801,64	43.656.250,35	225.321.778,65	16,30
TRABALHO	82.005.710,00	2.447.234,54	580.214,12	720.513,64	3.747.962,30	0,27
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	630.185.423,00	200.720.668,53	60.245.180,17	65.138.105,93	326.103.954,63	23,59
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	221.886.114,00	17.172.215,22	6.007.312,03	7.910.513,55	31.090.040,80	2,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000.000,00		-		-	0,00
TOTAL	3.234.318.375,00	853.239.730,08	256.380.251,02	272.509.799,88	1.382.129.780,98	100,00

FONTE: DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE

DESPESA POR FUNÇÃO - ATÉ MAIO DE 1.996

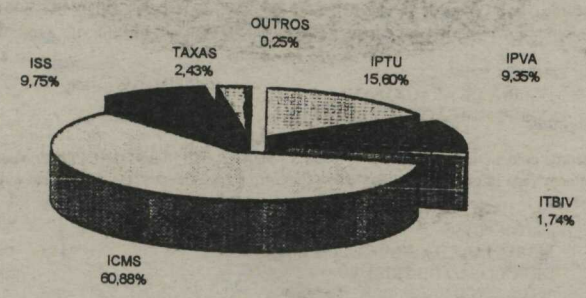


DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - ATÉ MAIO DE 1.996

RECEITA TRIBUTÁRIA	ANTERIOR	ABRIL	MAIO	ACUMULADO DE 1.996	%
IMPOSTO S/PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-IPTU	54.785.396,48	13.372.660,97	12.830.727,16	80.988.784,61	15,60
IMPOSTO S/RENDA E PROV. DE QUALQUER NAT.E ADICIONAL-IR/AIR	2.824,61	735,03	231,19	3.791,03	0,00
IMPOSTO S/A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-IPVA	25.550.943,10	11.827.096,46	11.143.719,74	48.521.759,30	9,35
IMPOSTO S/A TRANS "CAUSA MORTIS"DE BENS MÓV. E IMÓV-ITBIM	717.697,73	289.681,22	281.643,89	1.289.022,84	0,25
IMPOSTO S/A TRANS."INTER VIVOS"DE BENS MOV. E IMOV.- ITBIV	5.154.056,02	1.826.184,65	2.070.975,31	9.051.215,98	1,74
IMP.S/OPER.REL. CIRC.MERC.S/PREST.SERV.TRANSP. INTER.-ICMS	187.543.164,34	64.426.336,10	64.008.871,64	315.978.372,08	60,88
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	30.368.868,73	10.258.659,65	9.968.970,51	50.596.498,89	9,75
IMPOSTO S/ A VENDA A VAREJO DE COMB.LIQ.GASOSOS - IVVC	4.224,12	1.113,37	1.516,27	6.853,76	0,00
TAXAS	8.016.378,38	2.121.229,43	2.477.993,18	12.615.600,99	2,43
TOTAL	312.143.553,71	104.123.696,88	102.784.848,89	519.051.899,48	100,00

FONTE: DEPARTAMENTO GERAL DE CONTABILIDADE

RECEITA TRIBUTÁRIA - ATÉ MAIO DE 1.996



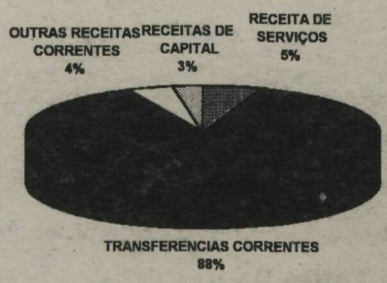
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ MAIO DE 1996

ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	ABRIL AUTARQUIA	ABRIL FUNDAÇÃO	MAIO AUTARQUIA	MAIO FUNDAÇÃO	TOTAL	%
RECEITA ARRECADADA							
RECEITAS CORRENTES	469.212.142,84	13.962.639,30	125.705.129,67	14.602.867,45	130.632.476,13	754.015.254,99	97,23
RECEITA TRIBUTÁRIA	713.446,70	(129.789,93)	158.165,17	93.999,79	117.556,44	953.378,17	0,1
RECEITA PATRIMONIAL	1.807.440,69	107.216,75	510.157,66	145.565,84	131.511,22	2.701.891,96	0,3
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.852,01		1.952,73		6.089,05	23.893,79	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	86.389,93	20.821,08	8.596,24	22.743,08	9.295,20	145.845,53	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	26.534.482,74	1.709.804,77	5.611.408,54	2.170.829,40	5.403.566,63	41.430.092,08	5,3
TRANSFERENCIAS CORRENTES	415.121.150,74	11.118.996,06	117.377.691,87	10.514.823,02	122.767.882,46	676.900.544,15	87,3
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.933.379,73	1.135.590,57	2.039.157,36	1.554.906,52	2.198.575,13	31.859.609,31	4,1
RECEITA DE CAPITAL	11.863.140,89	3.038.049,96	1.983.067,70	3.319.073,66	1.450.861,98	21.442.194,11	2,8
ALIENAÇÃO DE BENS	10.976,11		52.914,51		-	63.890,62	0,0
AMORTIZAÇOES EMPR.E FINANCIAMENTOS	146.118,56	131.151,25		162.198,45		439.468,26	0,1
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.023.868,77	2.602.864,76	10.740,00	2.883.189,16	518.227,69	10.038.890,38	1,3
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.472.177,45	302.033,95	1.939.413,19	273.687,97	932.634,29	10.919.946,85	1,4
TOTAL DA RECEITA	480.865.283,43	16.998.689,26	127.688.197,37	17.821.941,03	132.083.338,11	776.457.449,10	100,0

DESPESA REALIZADA							
DESPESAS CORRENTES	428.783.338,59	13.313.520,60	122.523.483,21	13.166.597,70	129.079.988,69	706.864.848,93	98,0
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	373.271.738,36	6.765.745,78	104.397.315,08	6.988.218,09	110.336.734,08	601.761.751,39	83,4
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.489.808,78	648.264,69		260.810,42		2.398.883,89	0,3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.021.791,43	5.899.510,13	18.126.167,13	5.917.569,19	18.741.175,77	102.708.213,65	14,2
DESPESAS DE CAPITAL	5.549.414,44	2.836.959,40	891.016,78	3.567.403,72	1.808.734,05	14.653.518,38	2,0
INVESTIMENTOS	4.317.273,21	2.836.959,40	447.809,75	3.199.634,86	1.259.495,48	12.061.172,72	1,7
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.151.160,94		243.207,00	(593,56)	349.228,57	1.743.002,95	0,2
AMORTIZAÇÃO DA DIV. INTERNA	80.980,29			368.362,40		449.342,69	0,1
TOTAL DA DESPESA	434.332.753,03	16.150.480,00	123.414.499,99	16.734.001,42	130.888.633,88	721.130.367,31	100,0

Fonte: Departamento Geral de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ MAIO DE 1996
FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS



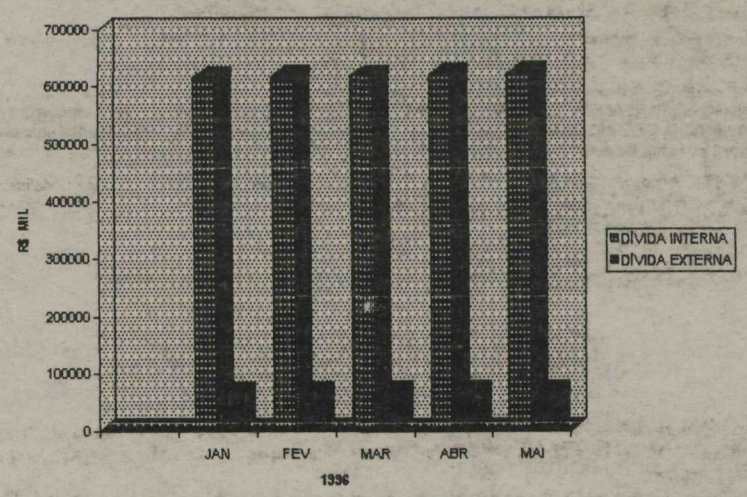
RECEITA ARRECADADA

ANEXO II

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO DF

ANO 1996 R$ MIL

MÊS	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA
JAN	616.263	63.719
FEV	618.241	65.390
MAR	619.165	66.200
ABR	620.373	66.501
MAI	623.057	67.331



fonte: DDP/DGAF/SUFIN/SEFP

ATO DECLARATÓRIO Nº 206, DE 13 DE JUNHO DE 1996(*)

ABANDONO DE MERCADORIAS APREENDIDAS.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 2º, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.600, de 28/04/94, e fundamentado no artigo 22, inciso II, §§ 1º, 3º e 4º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, e considerando ainda o que consta do Processo nº 043.001.935/95, declara:

1. ABANDONADAS as mercadorias conforme discriminação e quantificação constantes do AIA nº 33476, lavrado em nome de ADEMAR RODRIGUES DA COSTA, em 15/11/95, que assim encontram-se especificadas:

QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
66	Galões de Detergente de 5 Litros Cada	3,00	198,00
TOTAL			198,00

2. Aberto o prazo de que trata o § 3º, do artigo 22, do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.
2.1 Os pedidos deverão ser dirigidos ao Secretário de Fazenda e Planejamento, com a indicação do nº do Ato Declaratório e do Processo e a discriminação da mercadoria solicitada.

Publique-se. Após, encaminhe-se o processo à Subsecretaria da Receita para providências complementares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 115, de 17-6-96.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Processo Nº : 040.009.778/96
Interessado : DGC/SEFP

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da IOB - Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda, objetivando atender despesas com aquisição de 02(duas) assinaturas BOLETIM IOB e 01(uma) assinatura ORIENTADOR TRABALHISTA, para esta Secretaria .
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

DECISÃO DE 20 DE JUNHO DE 1996

Acolho os motivos jurídicos apresentados no parecer do relator e com base na competência a mim delegada no inciso I, da O.S. nº 096/95-SUREC/SEFP, publicada no DODF de 14/09/95, decido pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do(s) auto(s) de infração e/ou apreensão abaixo elencado(s). Fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s), nos termos do art. 37, II do Decreto 16.106/94, intimado(s) a recolher aos cofres do GDF, no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação desta decisão,o crédito tributário respectivo, no valor original abaixo indicado, atualizado monetariamente, acrescido de multa(s) e juros de mora, na forma da legislação vigente; ou, querendo, apresentar recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais-TARF.
Por se tratar de decisão parcialmente contrária à Fazenda Pública, dela recorro ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, na forma do artigo 96, do Decreto 16.106/94.

Processo nº : 040.011.311, de: 27/10/95 (AI nº 553 - ICMS - Defesa Tempestiva)
Autuada : MANHATTAN HOTEIS E TURISMO LTDA (CF/DF 07.312.183/001-87)
Endereço : SHN QUADRA 02 BLOCO "A"
Advogado : Dr. Adenor de Oliveira
Valor Original : R$ 72.702,98 - MULTA 50%
Infração(ões) : Lançou e não recolheu ICMS no mês de dez/92 e recolheu ICMS a menor no período de set/92 a jul/95.

Processo nº : 040.010.625/94, (AI nº 148/DFE - ICMS - Defesa Tempestiva)
Autuada : CAENGE CONSTR. ADM. E ENGENHARIA LTDA. (CF/DF 07.328.697/001-06)
Endereço : SIA SUL QUADRA 02 Nº 1.830
Valor Original : R$ 1.316,95 - MULTA 50%
Infração(ões) : Não recolhimento do diferencial de alíquota

Publique-se. Após, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI
Diretora

DESPACHO DA DIRETORA
Em 21 de junho de 1996

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições legais delegadas na Portaria SEFP nº 382 de 22 de maio de 1996, indefere o pedido de parcelamento constante do processo abaixo, por falta de assinatura do devedor, face o disposto no artigo 9º da Lei nº 860, de 13 de abril de 1995.
PROCESSO Nº : 042.000.178/96
INTERESSADO : JOSÉ BATISTA DE LIMA FILHO
ASSUNTO : PARCELAMENTO

ELIANA A. TORREZAN BONOMI

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

DESPACHOS DO CHEFE

PROCESSO: 040.003.536/96
INTERESSADO: ROBERTO VAZ DA SILVA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.003.689/96
INTERESSADO: EUSTÓGIO WANDERLEY RIBEIRO PINHEIRO
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.002.700/96
INTERESSADO: MARIA ALICE ANDRADE AQUINO
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.002.862/96
INTERESSADO: CÍCERO FILHO MACENA MENEZES
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.002.735/96
INTERESSADO: PAULO ROGÉRIO FERREIRA CAMPOS
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.003.903/96
INTERESSADO: AUSTREGÉSIMO SPINDOLA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.003.808/96
INTERESSADO: MARCOS THADEU DE VASCONCELOS
ASSUNTO: RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.003.148/96
INTERESSADO: MARIA DO SOCORRO CHAVES RAPOSO
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.004.306/96
INTERESSADO: THEODORO DE CARVALHO LUSTOSA
ASSUNTO: RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.006.709/96
INTERESSADO: AFONSO DIST. FRUTAS E VERDURAS LTDA-ME
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do IPVA/95, tendo em vista informação da Divisão do IPVA de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.006.609/96
INTERESSADO: CARLOS ANTONIO BOAVENTURA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do IPVA/96, tendo em vista informação da Divisão do IPVA de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.000.398/92
INTERESSADO: TERRACAP
ASSUNTO: RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de restituição da correção monetária do IPTU, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.009.462/94
INTERESSADO: CENTRO DE DIAGNOSE E MICROCIRURGIA OCULAR S/C
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, torno sem efeito o despacho de 26/02/96 que indeferiu o pedido de devolução do AIR, formulado pelo Centro de Diagnose e Microcirurgia Ocular S/C Ltda, por meio do processo nº 040.009.462/94.

PROCESSO: 040.003.744/92
INTERESSADO: FRANCISCO IVO BARBOSA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de restituição da correção monetária, pois à epoca da efetivação da restituição não existia norma legal que autorizasse a restituição com correção monetária.

PROCESSO: 040.002.729/96
INTERESSADO: DORIVAN SOARES SARDINHA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSOs: 040.004.290/96
INTERESSADO: EULINA DE ARAÚJO SANTA CRUZ
ASSUNTO: COMPENSAÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de compensação do IPTU/TLP/96, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a compensação solicitada.

PROCESSO: 040.006.604/95
INTERESSADO: MARIA LUIZ DA SILVA OLIVEIRA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.004.196/96
INTERESSADO: ANTONIO INÁCIO SOBRINHO
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.003.617/96
INTERESSADO: GREGORIA FERNANDES DUQUE DA SILVA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

PROCESSO: 040.004.940/96
INTERESSADO: FRANCISCO DUARTE FERREIRA FILHO
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE TRIBUTO

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC, de 11/09/95, INDEFIRO o pedido de devolução do ITBI, tendo em vista informação do Serviço de Cadastro e Lançamento/DTI de que não é devida a restituição solicitada.

Em 25 de junho de 1996

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
040.005.195/96	BCS Corretora de Seguros S/A	IPTU/TLP	501,80
040.005.093/96	Neusa Santarém Machado	IPTU/TLP	95,05
040.005.364/96	Nelson Rodrigues Naves	IPTU/TLP	107,93
040.004.263/96	Yolanda Naime de Alcantara	IPTU/TLP	39,39
040.005.129/96	Adair Machado de Lima	IPTU	58,75
040.005.521/96	Henriqueta Lins dos Santos	IPTU	92,60
040.005.881/96	Tatiana Brown Santos	IPVA	195,77
040.004.729/96	Humberto Batista	Outras Receitas	230,21

JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE TRIBUTACÃO

DESPACHO DA CHEFE
Em 26 de junho de 1996

INTERESSADO - SUPERMAIA SUPERMERCADO LTDA.
PROCESSO Nº - 00040.012816/95
ASSUNTO - REFIME ESPECIAL
A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada de que trata a OS Nº 96/95, II, "b", 2, de II/09/95, decide INDEFERIR a concessão de REGIME ESPECIAL à empresa interessada, no processo em epígrafe, por incompatibilidade com a legislação tributária do Distrito Federal, no disciplinamento da matéria, no Regulamento do ICMS, consolidado pelo Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994.

CONCEIÇÃO ALVARES TEIXEIRA DE CASTRO

SERVIÇO DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

DECISÃO DE 18 DE JUNHO DE 1996(*)

Acolho os motivos jurídicos apresentados no parecer do relator e de acordo com a competência a mim delegada no inciso III, da O.S. nº 096/95-SUREC/SEFP, publicada no DODF de 14/09/95, decido pela PROCEDÊNCIA do(s) auto(s) de infração(ões) e/ou apreensão abaixo elencado(s). Ficam o(s) sujeito(s) passivo(s), nos termos do art. 37, II do Dec. 16106/94, intimado(s) a recolher aos cofres do GDF, no prazo de 20 vinte (dias) contados da publicação desta decisão, o crédito tributário respectivo, no(s) valor(es) original(is) abaixo indicado(s), atualizado monetariamente, acrescido de multa(s) e juros de mora, na forma da legislação vigente; ou, querendo, apresentar recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais-TARF.

Processo nº : 040.011.651/95 (AI Nº 292/95 -ICMS - Defesa Tempestiva)
Autuada : PROFANA CONFECÇÕES LTDA (CF/DF 07.108.386-3)
Endereço : SCLRN 210 BL. "D: - Nº 52 - SALA 108
Valor Original : R$ 0,06 Multa(s): 200% mais 05 UPDF
Infração(ões) : Omissão de vendas e extravios de documentos fiscais.

Publique-se. Após, ao Serviço de Créditos Fiscais - SECREFi.

SILA NEYDER PONTES DE MEDEIROS
Chefe

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 92, de 14-5-96, pág. 3886.

DECISÕES DE 20 DE JUNHO DE 1996

Acolho os motivos jurídicos apresentados no parecer do relator e de acordo com a competência a mim delegada no inciso III, da O.S. nº 096/95-SUREC/SEFP, publicada no DODF de 14/09/95, decido pela PROCEDÊNCIA do(s) auto(s) de infração(ões) e/ou apreensão abaixo elencado(s). Ficam o(s) sujeito(s) passivo(s), nos termos do art. 37, II do Dec. 16106/94, intimado(s) a recolher aos cofres do GDF, no prazo de 20 vinte (dias) contados da publicação desta decisão, o crédito tributário respectivo, no(s) valor(es) original(is) abaixo indicado(s), atualizado monetariamente, acrescido de multa(s) e juros de mora, na forma da legislação vigente; ou, querendo, apresentar recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais-TARF.

Processo nº : 040.013594/95 (AI Nº 1037/95-DFE - ICMS - Defesa Tempestiva)
Autuada : PRODISC BRASÍLIA COM. DE DISCOS E FITAS LTDA
Endereço : SCLS 311 BLOCO D LOJA 08
Valor Original : R$ 50.020,93 Multa(s): 50% mais 3 UPDF
Infração(ões) : deixou de recolher o imposto lançado

Processo nº : 040.013595/95 (AI Nº 1038/95-DFE - ICMS - Defesa Tempestiva)
Autuada : PRODISC BRASÍLIA COM. DE DISCOS E FITAS LTDA
Endereço : SDN CNB CONJ. A LOJAS 2064/2065
Valor Original : R$ 13.594,13 Multa(s): 50% mais 3 UPDF
Infração(ões) : deixou de recolher o imposto lançado

Publique-se. Após, ao Serviço de Créditos Fiscais - SECREFi.

Acolho os motivos jurídicos apresentados no parecer do relator e com base na competência a mim delegada no inciso III, da O.S. nº 096/95-SUREC/SEFP, publicada no DODF de 14/09/95, decido pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do(s) auto(s) de infração e/ou apreensão abaixo elencado(s). Fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s), nos termos do art. 37, II do Decreto 16.106/94, intimado(s) a recolher aos cofres do GDF, no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação desta decisão,o crédito tributário respectivo, no valor original abaixo indicado, atualizado monetariamente, acrescido de multa(s) e juros de mora, na forma da legislação vigente; ou, querendo, apresentar recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais-TARF.
Por se tratar de decisão parcialmente contrária à Fazenda Pública, dela recorro ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, na forma do artigo 96, do Decreto 16.106/94.

Processo nº : 040.012.895/95, de: 06/12/95 (AI nº 852/95 - ICMS - Defesa Tempestiva)
Autuada : MAKPEL EMBALAGENS COM E REPRESENTAÇÕES LTDA (CF/DF 07 332 772/001-48)
Endereço : Q.I. 07 LOTE 27 TAGUATINGA DF
Valor Original : R$ 81,42 - MULTA 50%
Infração(ões) : ICMS recolhido a menor no mês de outubro/94.

Processo nº : 040.011382/95, de : 30/10/95 (AI nº 638/95 - ISS - Defesa Tempestiva)
Autuada : BKP ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (CF/DF 07.312.699/001-30)
Endereço : SCS QD.02 BL."C" Nº 180.
Valor Original : R$ 8,16 - MULTA 50%
Infração(ões) : Não recolhimento de ISS referente aos meses de ago/92 e mar/93 e não comunicação ao fisco da mudança de endereço.

Publique-se. Após, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.

Acolho os motivos jurídicos apresentados no parecer do relator e com base na competência a mim delegada no inciso III, da O.S. nº 096/95 - SUREC/SEFP, publicada no DODF de 14-09-95, deixo de conhecer o pedido, em face à perempção do direito de reclamar.
Fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s), nos termos do art.37, II do Decreto 16.106/94, intimado(s) a recolher aos cofres do GDF, no prazo de 20(vinte) dias contados da publicação desta decisão, o crédito tributário respectivo, no(s) valor(es) original(is) indicado(s), acrescido de multa(s) e juros de mora, na forma da legislação vigente; ou, querendo, apresentar recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.

PROCESSO Nº: 040.004869/96
INTERESSADO : NILTON DE SOUZA AMARAL E OUTRO
ASSUNTO : Revisão da Base de Cálculo do IPTU/96
IMÓVEL : QD 02 CONJ. A LOTE 18 - SOBRADINHO - DF
BASE DE CÁLCULO: R$ 32.799,99
VALOR DO IPTU: R$ 463,44

PROCESSO Nº: 046.000158/96
INTERESSADO : CAETANA ARAÚJO
ASSUNTO : Pedido de Revisão do IPTU/96
IMÓVEL : QNM 03 CONJ. J CASA 03 - CEILÂNDIA SUL - DF
BASE DE CÁLCULO: R$ 14.665.20
VALOR DO IPTU: R$ 439,95
VALOR DA TLP: R$ 149,88

PROCESSO Nº: 040.003181/96
INTERESSADO : FERNANDO HECTOR RIBEIRO ANDALO
ASSUNTO : Pedido de Redução de Alíquota do IPTU/96
IMOVEL : SHIS QL 24 CONJ. 3 LOTE 10 - BRASILIA - DF
BASE DE CÁLCULO:R$ 65.041.80
VALOR DO IPTU:R$ 1.951,25

Publique-se. Após, ao Serviço de Créditos Fiscais - SECREFi.

SILA NEYDER PONTES DE MEDEIROS
Chefe

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHO DO PRESIDENTE(*)

Recurso Voluntário nº 244/96
Recorrente : **RECAPAGEM ROYAL LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
RECAPAGEM ROYAL LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.011930/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 724/95-DFE, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 31 de maio de 1996 (documentos de fls. 44). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF 14 de maio de 1996 (pag. 3886), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de junho de 1996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF de 20-6-96.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Recurso Voluntário nº 185/96
Recorrente : **SONIA TERTULIANA DA VEIGA MARTINS**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
SONIA TERTULIANA DA VEIGA MARTINS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.002623/95, pertinente ao Auto de Infração nº 9412/95, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 15 de janeiro de 1996 (documentos de fls. 06). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 28 de dezembro de 1995 (recibo de fls. 05), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 27 de maio de 1996.

Recurso Voluntário nº 245/96
Recorrente : TARTUCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A
Advogado : GILBERTO MOREIRA E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP

TARTUCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.002628/94, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 006/94-DRB, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 86) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de maio de 1996 (documentos de fls. 137). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 26 de abril de 1996 (pag. 3366), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 18 de junho de 1996.

Recurso Voluntário nº 256/96
Recorrente : **CONDOMÍNIO DO BLOCO G DA SQS 416**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
CONDOMÍNIO DO BLOCO G DA SQS 416, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.002157/95, pertinente ao Auto de Infração nº 12429/95, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 23 de novembro de 1995 (documentos de fls. 15). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 20 de outubro de 1995 (recibo de fls. 04), evidenciando-se, portanto, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância. Brasília-DF, em 19 de junho de 1996.

Recurso Voluntário nº 257/96
Recorrente : **CONSTRUTORA VILELA E CARVALHO LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP
CONSTRUTORA VILELA E CARVALHO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 13200196092, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 20054/92, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 14 de maio de 1996 (documentos de fls. 114). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF 26 de abril de 1996 (pag. 3366), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 19 de junho de 1996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

TRIBUNAL PLENO

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA

Às dezesseis horas do dia 29 de maio de 1.996, reuniu-se o Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá, Luiz Airton Figurelli Gorga, João Alves de Oliveira e Sebastião Quintiliano, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. No momento destinado a indicações e propostas, o Conselheiro Wellington Carlos Batista convidou os demais Conselheiros para participar de homenagem ao Ex-Presidente da FIBRA, Dr. Antônio Fábio Ribeiro, feita pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, de Cidadão Honorário de Brasília, a realizar-se logo mais, às vinte horas. A cerimônia contará com a presença de vários Deputados. Nesse momento, fez uso da palavra o Sr. Presidente, para agradecer o convite e parabenizar o Dr. Antônio Fábio pela homenagem. Da pauta de julgamento do dia constou o seguinte recurso: **RE 004/96**, Recorrente CIEB - COMÉRCIO INDÚSTRIA ENGENHARIA BRASILEIRA LTDA., Advogado Carlos Celso da Silva e/ou, Recorrido Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda o Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, foram distribuídos os seguintes recursos: Pedido de Esclarecimento nº 001/96 ao Conselheiro Wellington Carlos Batista; Recurso Extraordinário nº 001/96 ao Conselheiro Sebastião Quintiliano; REOP 002/96 ao Conselheiro Kleber Nascimento e REOP 003/96 ao Conselheiro João Alves de Oliveira. Foi conferido o Acórdão nº 002/96, relativo ao REOP 18/95. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, pelo que eu, Gessy Dias, _____ , lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, JOSÉ DOS SANTOS MOURA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA, JOÃO ALVES DE OLIVEIRA E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procuradora JAQUELINE BRITO DE BARROS.

1ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 04 de julho de 1.996, quinta-feira, às treze e trinta horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 022/96
Recorrente: ANSANELI NAVES CONFECÇÕES LTDA
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 167/96
Recorrente: AURISTELA DE FRANÇA GOMES
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/II
Representante da Fazenda: Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 03 de julho de 1.996, quarta-feira, às treze e trinta horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 258/95
Recorrente: SOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 185/96
Recorrente: SONIA TERTULIANA DA VEIGA MARTINS
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ I
Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 02 de julho de 1.996, terça-feira, às treze e trinta horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 062/96
Recorrente: ANTONIO CARLOS ANTUNES SCARTEZINI
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 128/96
Recorrente: DULI COM. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ I
Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 01 de julho de 1.996, segunda-feira, às treze e trinta horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 213/95
Recorrente: INDÚSTRIA GOIANA DE EMBALAGENS LTDA
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 098/96
Recorrente: FERNANDO SOUZA DAMASCENO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI
Representante da Fazenda: Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura

Brasília, 27 de junho de 1996

CELY CURADO
Assistente

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Recurso de Ofício nº 090/96
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Recorrido : FLORMIRA CÂNDIDA MARQUES FERRAZ
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 14 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 50/96 (6521)

EMENTA : **IPVA - RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO - INTEMPESTIVIDADE** - Apresentada a reclamação a destempo, do seu mérito não pode conhecer o julgador de primeira instância, em virtude da perempção do direito de reclamar.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de junho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 136.001.027/93
Recurso de Ofício nº 070/96
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Recorrido : CONSTRUTORA COEMA LTDA.
Advogado : Carlos Celso da Silva e/ou
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 21 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 54/96 (6532)

EMENTA : **AUTO DE INFRAÇÃO - REDUÇÃO DO VALOR DO CRÉDITO - RECURSO DE OFÍCIO - DESPROVIMENTO** - Demonstrado pelo sujeito passivo mediante provas necessárias e válidas, a inexistência do ilícito apontado, há de se reduzir o montante do crédito, admitido pelo próprio Autuante. Recurso de ofício que se desprovê.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 24 de junho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 141.002.643/95
Recurso Voluntário nº 097/96
Recorrente: JOSÉ MARCOS VIEIRA DOS SANTOS
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ I
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá
Data do Julgamento: 21 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 55/96 (6533)

EMENTA : **ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO EM LOGRADOURO PÚBLICO NÃO PERMITIDO** - Estacionar veículo em logradouro público não permitido constitui infração tipificada no art. 305, do Código de Edificações de Brasília, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no Decreto "N" nº 732/68.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 24 de junho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ
Redator

Processo nº 040.009.225/95
Recurso Voluntário nº 002/96
Recorrente: LÁZARO MARQUES DE ANDRADE
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá
Data do Julgamento: 22 de abril de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 56/96 (6534)

EMENTA : **IPTU - APRESENTAÇÃO DA CARTA DE *HABITE-SE* DO IMÓVEL ATÉ O VENCIMENTO DA COTA ÚNICA OU INTEGRAL - RETIFICAÇÃO DO VALOR DO IMPOSTO PARA O *QUANTUM* RESULTANTE DA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 0,30% - EXIGÊNCIA POSTERIOR DA DIFERENÇA ABATIDA - RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO ADITIVO - NÃO ACOLHIMENTO PELA AUTORIDADE JULGADORA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO VOLUNTÁRIO - PROVIMENTO** - O contribuinte do IPTU que, nos termos da legislação então vigente, logrou apresentar a Carta de ***Habite-se*** do imóvel até a data de vencimento da cota única ou integral, independentemente da data de expedição do documento, e teve o valor do imposto retificado em função da aplicação da alíquota de 0,30% (trinta centésimos), não está obrigado a complementar a diferença entre o valor pago e o resultante da aplicação da alíquota inicialmente considerada, por ser indevida tal exigência. Recurso Voluntário que se provê para reformar a decisão recorrida, ficando insubsistente o lançamento aditivo ali consagrado.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 24 de junho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ
Redator

Processo nº 040.008.767/95
Recurso Voluntário nº 257/95
Recorrente: WALTER FELIX CARDOSO
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá
Data do Julgamento: 22 de abril de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 57/96 (6535)

EMENTA : **IPTU - APRESENTAÇÃO DA CARTA DE *HABITE-SE* DO IMÓVEL ATE O VENCIMENTO DA COTA ÚNICA OU INTEGRAL - RETIFICAÇÃO DO VALOR DO IMPOSTO PARA O *QUANTUM* RESULTANTE DA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 0,30% - EXIGÊNCIA POSTERIOR DA DIFERENÇA ABATIDA - RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO ADITIVO - NÃO ACOLHIMENTO PELA AUTORIDADE JULGADORA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO VOLUNTÁRIO - PROVIMENTO** - O contribuinte do IPTU que, nos termos da legislação então vigente, logrou apresentar a Carta de ***Habite-se*** do imóvel até a data de vencimento da cota única ou integral, independentemente da data de expedição do documento, e teve o valor do imposto retificado em função da aplicação da alíquota de 0,30% (trinta centésimos), não está obrigado a complementar a diferença entre o valor pago e o resultante da aplicação da alíquota inicialmente considerada, por ser indevida tal exigência. Recurso Voluntário que se provê para reformar a decisão recorrida, ficando insubsistente o lançamento aditivo ali consagrado.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 24 de junho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ
Redator

ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS

Às treze e trinta horas do dia 18 de junho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como a Sra. Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 151/96**, Recorrente GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A., Advogado Cleone Pereira da Costa, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Sebastião Quintiliano. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **REO 102/96**, Recorrente Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Recorrido ROMERO PINTO PEDROSA, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Proferindo decisão, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Sebastião Quintiliano. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 24 de junho de 1.996, segunda-feira, às treze horas e trinta minutos. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 24 de junho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procuradora JAQUELINE BRITO DE BARROS.

Às treze e trinta horas do dia 24 de junho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como a Sra. Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 117/96**, Recorrente DANILO CARATA, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro José dos Santos Moura. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 141/96**, Recorrente GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A., Advogado Cleone Pereira da Costa, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Sebastião Quintiliano. Proferindo decisão, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, foram conferidos os Acórdãos nºs 054, 55, 56 e 57/96, relativos aos Recursos: REO 070/96, RVs 097, 002 e 257/96, respectivamente. Foram distribuídos para a 2ª Câmara os Recursos Voluntários nºs 176, 245/96 e REO 211/96, e dos processos destinados à 1ª Câmara, foram os mesmos assim distribuídos entre os Conselheiros: RVs 153, 195/96, e REO 189/96, ao Conselheiro José dos Santos Moura e RV 172/96 ao Conselheiro Sebastião Quintiliano. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 25 de junho de 1.996, terça-feira, às treze horas e trinta minutos. Informou, também sobre convocação de Sessão Ordinária do Tribunal Pleno para o dia 26 de junho, às treze e trinta horas, bem como Sessão Administrativa, a realizar-se após a primeira. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 25 de junho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procuradora JAQUELINE BRITO DE BARROS.

2ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 04 de julho de 1:996, quinta-feira, às quinze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:

RV 282/95
Recorrente: TRIÂNGULO DISTRIB. DE BEBIDAS ASSIS & MEIRELLES LTDA
Advogado : João Bispo dos Santos Júnior e/ou
Recorrido : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda: Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira
(OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO ALTAMIRO ARTIAGA MORENO)

PARA INÍCIO DE JULGAMENTO

RV 079/96
Recorrente: TARTUCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A
Advogado : José Gilberto Lopes Moreira e/ou
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 03 de julho de 1.996, quarta-feira, às quinze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:

RV 281/95
Recorrente: TRIÂNGULO DISTRIB. DE BEBIDAS ASSIS & MEIRELLES LTDA
Advogado : João Bispo dos Santos Júnior e/ou
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda: Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira
(OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO ALTAMIRO ARTIAGA MORENO)

PARA INÍCIO DE JULGAMENTO

RV 083/96
Recorrente: CENTRO ODONTOLÓGICO DR. GILBERTO FONTOURA LTDA
Advogada : Érica Saraiva
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Wellington Carlos Batista

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º

andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 02 de julho de 1.996, terça-feira, às quinze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:

RV 044/96
Recorrente: CULTURA E LAZER COM. VÍDEO LOCADORA LTDA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ I
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
(OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO PRESIDENTE)

PARA INÍCIO DE JULGAMENTO

RV 156/96
Recorrente: GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A
Advogado : Cleone Pereira da Costa
Recorrida :Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. **VICENTE DE PAULO RIBEIRO**, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SBN - Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 01 de julho de 1.996, segunda-feira, às quinze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 042/96
Recorrente: MOACIR MELO ALVES
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVII
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira

RV 107/96
Recorrente: VALDAC MODA LTDA
Advogado : José Roberto Arantes e/ou
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Wellington Carlos Batista

Brasília, 27 de junho de 1996
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CELY CURADO
Assistente

Processo nº 148.000.693/95
Recurso Voluntário nº 041/96
Recorrente: REGINA CÉLIA ALVES VALADARES
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XVII
Rep. da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
Data do Julgamento: 13 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 48/96 (6536)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA - EDIFICAÇÃO - AVANÇO SOBRE FAIXA DE AFASTAMENTO OBRIGATÓRIO - DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO - AUTUAÇÃO - MULTA** - O avanço de beirais de cobertura das edificações além do limite estabelecido, constitui infração ao Artigo 16 do Código de Edificações das Cidades Satélites, baixado pelo Decreto "N" nº 944/69. O descumprimento de Notificação para regularizar, impõe a lavratura de Auto de Infração, aplicando-se ao autuado, em conseqüência, a multa prevista no Decreto nº 2078/72.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 24 de junho de 1.996.

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Presidente

LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA
Redator

ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS

Às quinze horas do dia 18 de junho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga, João Alves de Oliveira e Conceição Álvares Teixeira de Castro (Suplente), bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **REO 215/95,** Recorrente Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Recorrido TULIO'S VEÍCULOS LTDA., Advogado João Bispo dos Santos Júnior, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. (OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS À CONSELHEIRA SUPLENTE CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO). Constatado o empate ao final da votação, o Sr. Presidente pediu vistas dos autos, nos termos do Regimento Interno do Tribunal; e **RV 290/95,** Recorrente EVALDO MÁRCIO SILVA SIMÕES, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga. Constatado o empate ao final da votação, o Sr. Presidente pediu vistas dos autos, nos termos do Regimento Interno do Tribunal. Esgotada a pauta de julgamento, e nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 24 de junho de 1.996, segunda-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 24 de junho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às quinze horas do dia 24 de junho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga e João Alves de Oliveira, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 152/96,** Recorrente GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A., Advogado Cleone Pereira da Costa, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Wellington Carlos Batista. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 154/96,** Recorrente GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A., Advogado Cleone Pereira da Costa, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga. Proferindo decisão, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta de julgamento, foi conferido o acórdão nº 48/96, referente ao Recurso Voluntário 041/96. Foram distribuídos os seguintes recursos: REO 176 e RV 245/96 ao Conselheiro Wellington Carlos Batista e REO 211/96 ao Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 25 de junho de 1.996, terça-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 25 de junho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 93, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Art. 24, parágrafo único da Lei nº 816 de 08 de novembro de 1995 e do Art. 3º, parágrafo 1º do Decreto nº 16.963, de 24 de novembro de 1995, resolve:
I- prorrogar para 30/09/96 o prazo de encerramento das atividades da Comissão Eleitoral Geral, designada pela Portaria nº 100, de 29/11/95.
II- Manter os mesmos membros designados pela Portaria nº 100, de 29/11/95, para constituir Comissão Eleitoral Geral.
III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 1996.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de junho de 1996

PROCESSO Nº: 030 006341/95
INTERESSADO: MARINA DE FARIA ARAÚJO
HOMOLOGO o Parecer nº 97/96-CEDF, de 24/06/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por MARINA DE FARIA ARAÚJO, na West Washington High School, em Campbellsburg, Indiana, EUA, ao de ensino médio (2º grau) - educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº: 030.005584/96
INTERESSADO: VINÍCIUS DE ANDRADE PRADO
HOMOLOGO o Parecer nº 96/96-CEDF, de 24/06/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por Vinícius de Andrade Prado, na Hancock High School, em Diamondhead, Mississippi, EUA, ao de ensino médio (2º grau) - educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº: 030.009628/95
INTERESSADO: ANA CAROLINE DE OLIVEIRA PEREIRA
HOMOLOGO o Parecer nº 89/96-CEDF, de 24/06/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por Ana Caroline de Oliveira Pereira, na Loyola Sacred Heart High School, em Missoula, Montana, EUA, ao de ensino médio (2º grau) - educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº: 030.005489/96
INTERESSADO: JOÃO CARLOS CASEIRO PALMA DE VASCONCELOS
HOMOLOGO o Parecer nº 88/96-CEDF, de 24/06/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por João Carlos Caseiro Palma de Vasconcelos, na Escola Comercial Lourenço Marques, em Lourenço Marques, Moçambique, ao de ensino médio (2º grau) - educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº: 030.005555/96
INTERESSADO: SANDRA FORTES DE MELO
HOMOLOGO o Parecer nº 87/96-CEDF, de 24/06/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por Sandra Fortes de Melo, na Quakertown Community Senior High School, em Quakertown, Pennsilvania, EUA, ao de ensino mé-

dio (2º grau) - educaçao geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 26 de junho de 1996

PROCESSO Nº : 030.000.231/96
INTERESSADO : MAGDALENA SOPHIA O.P.V. DE QUEIROZ e OUTROS

À vista das instruções contidas no presente processo e do disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29/11/94, e de acordo com o que estabelece os itens II e IV do artigo 39, combinado com o item I do artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 3.736,57 (Três mil, setecentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos), em favor da funcionária MAGDALENA SOPHIA O. P. V. DE QUEIROZ e OUTROS, para pagamento da folha suplementar desta Secretaria, correndo a despesa a conta do elemento 31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores.

Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/SDSAC para as providências de praxe.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

GERÊNCIA DE HABITAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE MAIO DE 1996

A GERENTE DE PROJETOS DA GERÊNCIA DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA, no uso das atribuições que lhe são delegadas na Portaria nº 10, de 29 de março de 1996, publicada no DODF de 02 de abril de 1996, resolve:

Conceder Títulos de Perpetuidade aos abaixo relacionados:

1 - Cemitério de Planaltina:
Quadra 049, Jazigo 025, Setor "A", Ocupante: Júlio Fernando Ferreira, Requerente: José Ferreira da Silva.

2 - Cemitério de Taguatinga:
Quadra 215, Jazigo 022, Setor "C-I", Ocupante: Taiany Lins de Almeida Figueiredo, Requerente: Francisca de Fátima Almeida de Figueiredo.
Quadra 601, Jazigo 017, Setor "E", Ocupante: Marcelo Santos de Carvalho, Requerente: Eufrosina Santos de Carvalho.
Quadra 522, Jazigo 017, Setor "A", Ocupante: Antônio Vieira de Melo, Requerente: Maria Celina Vieira de Melo.
***Quadra 102, Jazigo 008, Setor "F", Ocupante: Maria das Chagas Pereira, Requerente: Antonio Raimundo* Pereira.**
Quadra 301, Jazigo 171, Setor "E", Ocupante: Aníbal Fausto de Azevedo, Requerente: Sônia Souza de Azevedo.
Quadra 100, Jazigo 298, Setor "F", Ocupante: Maristela Rodrigues Ferreira, Requerente: José Inácio Ferreira.
Quadra 301, Jazigo 288, Setor "D", Ocupante: Joaquina Francisca da Silva, Requerente: Ildeu José Barbosa.
Quadra 104, Jazigo 212, Setor "E", Ocupante: Alberto Carvalho Amaral, Requerente: Janete Silva Amaral.
Quadra 617, Jazigo 005, Setor "B-I", Ocupante: Rivalino Ferreira Silva, Requerente: Maria Aparecida Valeriano.
Quadra 097, Jazigo 605, Setor "F", Ocupante: Domingos Sávio Abrantes, Requerente: Geralda Siqueira.
Quadra 104, Jazigo 014, Setor "E", Ocupante: Inês Duarte Pereira, Requerente: Ana Rosa Duarte de Araújo.
Quadra 501, Jazigo 276, Setor "D", Ocupante: Viviane Ribeiro Ventura, Requerente: Divina Ribeiro dos Santos.
Quadra 099, Jazigo 027, Setor "F", Ocupante: Luiz Carlos Pereira Caldeira, Requerente: Severina Pereira Caldeira.
Quadra 100, Jazigo 413, Setor "F", Ocupante: Francalino Fernandes da Silva, Requerente: Maria Fernandes de Moura.
Quadra 104, Jazigo 046, Setor "E", Ocupante: Nicanor Teodoro Lamim, Requerente: Dalila Teodoro Lamim de Carvalho.
Quadra 501, Jazigo 294, Setor "E", Ocupante: Gabriel Rodrigues Leite, Requerente: Maria da Paz P. Leite.
Quadra 502, Jazigo 466, Setor "E", Ocupante: Juliana Maria de Souza, Requerente: Zilá Maria Machado.
Quadra 602, Jazigo 031, Setor "D", Ocupante: Alcides Alves Pereira, Requerente: Alice Alves dos Santos.
Quadra 603, Jazigo 064, Setor "D", Ocupante: Maria Francisca da Conceição, Requerente: Beatriz Maria da Conceição Souza.
Quadra 607, Jazigo 337, Setor "D", Ocupante: Raimundo Regino da Silva, Requerente: Maria Zélia Acioli da Silva.
Quadra 321, Jazigo 009, Setor "B-I", Ocupante: Maria das Dores de Aleluia, Requerente: Maria dos Anjos Ferreira.
Quadra 202, Jazigo 178, Setor "D", Ocupante: Silvana Dias Costa, Requerente: Neide Maria Dias de Oliveira.
Quadra 601, Jazigo 277, Setor "D", Ocupante: Maria de Lourdes da Silva, Requerente: Maria Helena Pacheco de Queiroz.
Quadra 095, Jazigo 460, Setor "F", Ocupante: João da Silva Rua, Requerente: Javael Dias da Silva.
Quadra 501, Jazigo 332, Setor "E", Ocupante: Wilson Fernandes da Silva, Requerente: Maria Aparecida de Jesus.
Quadra 314, Jazigo 004, Setor "B", Ocupante: Domingas do Nascimento Vitória, Requerente: Sérgia Vitória dos Santos.
Quadra 102, Jazigo 017, Setor "D", Ocupante: Girleide Iolanda Tavares, Requerente: José Pedro Tavares.
Quadra 609, Jazigo 057, Setor "D", Ocupante: Josefa Xavier da Silva, Requerente: Maria Soares Gonçalves.
Quadra 102, Jazigo 010, Setor "A", Ocupante: Felismina Alves Barbosa, Requerente: Delmiro Alves Barbosa.
Quadra 607, Jazigo 309, Setor "D", Ocupante: Joana Alves da Costa, Requerente: Marineusa Costa Araújo.
Quadra 098, Jazigo 175, Setor "F", Ocupante: Antonia Fernandes da Silva, Requerente: José Lúcio da Silva.
Quadra 601, Jazigo 394, Setor "E", Ocupante: Zezito Macedo de Santana, Requerente: Terezinha S. Melo de Santana.
Quadra 302, Jazigo 270, Setor "C", Ocupante: Lucélia de Moura Almeida, Requerente: Sebastiano Firmiano de Almeida.
Quadra 103, Jazigo 360, Setor "E", Ocupante: Amaro Caetano da Silva, Requerente: João Crisóstomo.
Quadra 095, Jazigo 424, Setor "F", Ocupante: João Brazilino, Requerente: Cecília Ribeiro Brazilino.
Quadra 097, Jazigo 786, Setor "F", Ocupante: Ozório Vicente da Silva, Requerente: Alaíde Lopes Moreira.
Quadra 095, Jazigo 584, Setor "F", Ocupante: Divino José de Souza, Requerente: Irani Nunes de Souza.
Quadra 207, Jazigo 016, Setor "B", Ocupante: Leopoldina Alves Guimarães, Requerente: Agripino Batista Alves.
Quadra 095, Jazigo 524, Setor "F", Ocupante: Edson Ferreira de Souza Silva, Requerente: Edson Tomé da Silva.
Quadra 104, Jazigo 140, Setor "E", Ocupante: Pedro Nilton do Carmo, Requerente: José Ricardo do Carmo.
Quadra 097, Jazigo 147, Setor "F", Ocupante: Terezinha Cardoso da Silva, Requerente: Gustava Batista da Silva.
Quadra 501, Jazigo 076, Setor "E", Ocupante: Agenora Pinheiro Santana, Requerente: Paulo Joaquim de Santana.
Quadra 401, Jazigo 432, Setor "E", Ocupante: Jarbas Gonçalves de Almeida, Requerente: Joel Gonçalves de Almeida.
Quadra 099, Jazigo 137, Setor "F", Ocupante: Matheus dos Santos de Alencar Barbosa, Requerente: Heloísa Vieira dos Santos Alencar Barbosa.
Quadra 095, Jazigo 040, Setor "F", Ocupante: Josefa Carolina da Conceição, Requerente: Terezinha Carolina da Silva.
Quadra 501, Jazigo 351, Setor "E", Ocupante: Luiz Marques de Castro, Requerente: Laura Paiz de Souza Castro.
Quadra 604, Jazigo 155, Setor "C-I", Ocupante: Lucas Pereira Marques, Requerente: Alcantes Pereira Marques.
***Quadra 095, Jazigo 085, Setor "F", Ocupante: Maria Nascimento do Carmo, Requerente: Bráulio* Nascimento do Carmo.**
Quadra 212, Jazigo 011, Setor "A", Ocupante: José Maria Gonçalves de Almeida, Requerente: Joel Gonçalves de Almeida.
Quadra 401, Jazigo 003, Setor "A", Ocupante: Carlos Eli Costa Santos, Requerente: Fátima Costa Santos.
Quadra 502, Jazigo 077, Setor "C", Ocupante: Vicente Viana Alecrim, Requerente: Edilson Alves Alecrim.
Quadra 602, Jazigo 206, Setor "D", Ocupante: Antonio Dias Caiado, Requerente: Patrocínia de Jesus Caiado.
Quadra 301, Jazigo 033, Setor "C", Ocupante: Lauro dos Santos, Requerente: Aniora Borges dos Santos.
Quadra 104, Jazigo 457, Setor "E", Ocupante: Noêmia Leal de Lima, Requerente: Olegário Alves Lima.
Quadra 501, Jazigo 453, Setor "E", Ocupante: José Pereira da Silva, Requerente: Zélia Pereira da Silva.
***Quadra 104, Jazigo 148, Setor "E", Ocupante: Avelina Marília Galvão Aquiles, Requerente: Avelina Pereira* Galvão.**
Quadra 402, Jazigo 155, Setor "E", Ocupante: Jorge Soares Pereira, Requerente: João Nereu Pereira.
Quadra 097, Jazigo 589, Setor "F", Ocupante: Enides de Sales Felipe, Requerente: João Felipe Sobrinho.
Quadra 602, Jazigo 045, Setor "E", Ocupante: Maria Pinto de Rezende, Requerente: Maria Barbosa Ivo.
Quadra 608, Jazigo 079, Setor "D", Ocupante: Maria Sales Ferreira, Requerente: Ulisses Carvalho de Souza.
Quadra 095, Jazigo 697, Setor "F", Ocupante: Amélia Rodrigues de Carvalho, Requerente: Messias Rodrigues de Carvalho.
Quadra 302, Jazigo 235, Setor "E", Ocupante: Ivam Francisco Greco, Requerente: Maria Doralice Oliveira.
Quadra 202, Jazigo 463, Setor "E", Ocupante: Maurício Vieira da Silva, Requerente: José Vieira da Silva.
***Quadra 392, Jazigo 502, Setor "C", Ocupante: Raimundo Barbosa de Paiva, Requerente: Maria da Glória* Souto.**
Quadra 417, Jazigo 001, Setor "C", Ocupante: Eliza Pereira Moreira, Requerente: Odete Moreira Silva.
Quadra 101, Jazigo 372, Setor "E", Ocupante: Durval Camargo, Requerente: Olenka Ferreira de Melo.
Quadra 201, Jazigo 051, Setor "E", Ocupante: Anastácio Ferreira da Silva, Requerente: Antônia Farias Lima.
Quadra 211, Jazigo 171, Setor "D", Ocupante: Iran de Souza Marinho, Requerente: Geuzivaldo de Souza Marinho.
Quadra 609, Jazigo 341, Setor "D", Ocupante: Caetano de Souza Marinho, Requerente: Geuzivaldo de Souza Marinho.
Quadra 104, Jazigo 289, Setor "E", Ocupante: Ananias José dos Santos, Requerente: Isabel Maria dos Santos.
Quadra 502, Jazigo 351, Setor "E", Ocupante: Maria Pereira dos Santos, Requerente: Termozino João de Souza.
Quadra 601, Jazigo 113, Setor "E", Ocupante: Pedro Pio da Silva, Requerente: Afoncina Maria de Oliveira.
Quadra 104, Jazigo 162, Setor "E", Ocupante: Francisco Alves Oliveira, Requerente: Maria Olindina Alves Cardoso.
Quadra 401, Jazigo 017, Setor "B-I", Ocupante: Francisca Maria dos Santos, Requerente: Maria das Neves Feitosa.
Quadra 095, Jazigo 086, Setor "F", Ocupante: Valdemar Santos Lacerda, Requerente: Severina Francisca Bezerra.
Quadra 502, Jazigo 036, Setor "D", Ocupante: Nelson Fernandes Bezerra, Requerente: Leosvaldo Lima Bezerra.
Quadra 609, Jazigo 173, Setor "D", Ocupante: Alcides Lourenço Rodrigues Filho, Requerente: Isabel Araújo Rodrigues.
Quadra 095, Jazigo 278, Setor "F", Ocupante: Rita Inácia da Conceição, Requerente: Ronaldo Almeida Sousa.
Quadra 601, Jazigo 363, Setor "E", Ocupante: Aluizio Carlos Melo, Requerente: José da Costa Melo.
Quadra 097, Jazigo 273, Setor "F", Ocupante: Eberton Alves Bidô de Freitas, Requerente: Jacinta Alves Bidô.
Quadra 102, Jazigo 112, Setor "D", Ocupante: Sindolfo Gomes da Silva, Requerente: Maria do Carmo Gomes.
Quadra 104, Jazigo 302, Setor "E", Ocupante: Francisco Batista Lins, Requerente: Rita Lins de Souza.
***Quadra 104, Jazigo 361, Setor "E", Ocupante: Maria da Paz de Queiroz, Requerente: Francisca Severina* de Queiroz.**
Quadra 609, Jazigo 321, Setor "D", Ocupante: Joaquina Batista dos Santos, Requerente: Francisco Moreira dos Santos.
Quadra 102, Jazigo 147, Setor "E", Ocupante: Florinda Rosa de Jesus, Requerente: Ivone Rosa de Jesus Costa.
Quadra 601, Jazigo 154, Setor "E", Ocupante: Jordelino Rodrigues Alves, Requerente: Eliane Rodrigues Alves Pereira.
Quadra 103, Jazigo 191, Setor "E", Ocupante: Raimundo Nonato de Melo, Requerente: Francisca Neris da Costa Melo.
Quadra 301, Jazigo 154, Setor "E", Ocupante: Rafael Porfírio Alvarez, Requerente: João Pereira Alvarez.
***Quadra 102, Jazigo 492, Setor "E", Ocupante: Josefa Maria da Silva, Requerente: Raimunda Rodrigues da* Silva.**
Quadra 607, Jazigo 197, Setor "D", Ocupante: Joaquim Sabino de Oliveira, Requerente: Jovenil Sabino de Oliveira Filho.
Quadra 301, Jazigo 470, Setor "C", Ocupante: Maria Auxiliadora de Araújo, Requerente: Olenka Ferreira de Melo.
Quadra 608, Jazigo 271, Setor "D", Ocupante: Mary Aparecida Ferreira, Requerente: Maria da Conceição Ferreira Santiago.
Quadra 602, Jazigo 232, Setor "E", Ocupante: Manoel Rodrigues Marques, Requerente: José Rodrigues Marques Irmão.
Quadra 301, Jazigo 073, Setor "E", Ocupante: José Freire de Souza, Requerente: Francisco Freire de Souza.
Quadra 602, Jazigo 455, Setor "E", Ocupante: João Batista da Silva, Requerente: Maria Edite da Silva Peixoto.
Quadra 097, Jazigo 698, Setor "F", Ocupante: Maria Aparecida Quintino Alves, Requerente: Waldemar Quintino Silva.
Quadra 501, Jazigo 005, Setor "E", Ocupante: Francisco das Chagas de Jesus Morais, Requerente: Terezinha de Jesus Morais.
Quadra 095, Jazigo 686, Setor "F", Ocupante: Landislau Otílio de Vasconcelos Neto, Requerente: Maria das Neves Lima Vasconcelos.
Quadra 217, Jazigo 018, Setor "C-I", Ocupante: Rodrigo Cassiano Mesquita, Requerente: Ermisson Vieira Mesquita.

Quadra 502, Jazigo 412, Setor "D", Ocupante: Silvério de Souza Brandão, Requerente: Mariele de Jesus Brandão Lemos.
Quadra 102, Jazigo 054, Setor "F", Ocupante: Manoela Nunes da Silva, Requerente: Antonio Ferreira da Silva.
Quadra 095, Jazigo 298, Setor "F", Ocupante: Antonia Gláucia Veras Ribeiro, Requerente: Terezinha Bezerra Veras Ribeiro.
Quadra 201, Jazigo 176, Setor "E", Ocupante: Ana Lúcia Lopes de Oliveira, Requerente: Dijalma Celestino de Oliveira.
Quadra 620, Jazigo 002, Setor "C", Ocupante: Jairo Marques Lobo, Requerente: Wilson Lobo Marques.
Quadra 102, Jazigo 158, Setor "D", Ocupante: Mário Marques dos Anjos, Requerente: Wilson Lobo Marques.
Quadra 401, Jazigo 494, Setor "E", Ocupante: Lindolpho Gomes, Requerente: Moacyr Gomes.
Quadra 518, Jazigo 009, Setor "A", Ocupante: José Rocha de Oliveira, Requerente: Antonia Neri Rocha.
Quadra 502, Jazigo 240, Setor "C", Ocupante: Alexina dos Reis Silva, Requerente: José Josafá da Silva.
Quadra 097, Jazigo 340, Setor "F", Ocupante: Luzia Moreira da Silva, Requerente: José Josafá da Silva.
Quadra 211, Jazigo 021, Setor "A", Ocupante: Arlindo Neri Sampaio, Requerente: Ildsandra Maria Sampaio.
Quadra 610, Jazigo 018, Setor "A", Ocupante: Paulo Inocêncio Miranda Carneiro, Requerente: Leônidas Carneiro Alves.
Quadra 102, Jazigo 018, Setor "B", Ocupante: Rafael Sousa Bastos, Requerente: Clara da Silveira Bastos.
Quadra 101, Jazigo 104, Setor "E", Ocupante: José Manoel Nery, Requerente: Maria José da Silva Nery.
Quadra 118, Jazigo 020, Setor "B", Ocupante: José Jesus Neto, Requerente: Elisa Francisca de Jesus Neto.
Quadra 501, Jazigo 301, Setor "D", Ocupante: Fabrício Miranda Barcelos, Requerente: José Luiz Barcelos.
Quadra 095, Jazigo 289, Setor "F", Ocupante: Eulina Cerqueira Carvalho, Requerente: Ana Cerqueira Kury.
Quadra 402, Jazigo 243, Setor "E", Ocupante: Willian Silva de Souza, Requerente: Cleuzita Silva Abadia.
Quadra 301, Jazigo 043, Setor "E", Ocupante: Maria Aparecida Siebra da Silva, Requerente: Divina Eterna Siebra.
Quadra 301, Jazigo 424, Setor "D", Ocupante: Joaquim Martins de Oliveira, Requerente: Pedro Almeida de Oliveira.
Quadra 604, Jazigo 202, Setor "C-I", Ocupante: Pedro Pereira de Souza, Requerente: Dolica Pereira de Souza.
Quadra 602, Jazigo 084, Setor "E", Ocupante: Selma Maria de Oliveira, Requerente: Lázara Lamberta Fernandez.
Quadra 101, Jazigo 368, Setor "E", Ocupante: Ambrozina Gonçalves de Almeida, Requerente: Ormar Sebastião de Almeida.
Quadra 618, Jazigo 012, Setor "A", Ocupante: Geracina Rosa de Campos, Requerente: Zilda Alves da Silva.
Quadra 103, Jazigo 248, Setor "E", Ocupante: Hamilton Pinto dos Santos, Requerente: Julieta Pinto dos Santos.

RAQUEL COLAÇO SALES

FUNDAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 26 de junho de 1996

PROCESSO : 101.001017/96
INTERESSADO: DIVISÃO DE RECURSOS MATERIAIS
ASSUNTO : Inscrição em Curso de Aperfeiçoamento

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Empresa HERKENHOFF E PRATES-TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, objetivando o pagamento de inscrição do servidor ANTONIO AIRES RIBEIRO, no Curso de Administração de Almoxarifado, a ser realizado em Brasília, nos dias 20 e 21 de junho de 1996. A inexigibilidade de Licitação foi efetuada com base no disposto no "caput" do Art. 25, Inciso II, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do Processo acima referido.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

DECISÃO Nº 702
1747a. SESSÃO, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1996

PROCESSO No: 111.001.287/96-8
INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMETO DE PESSOEL/TERRACAP.
ASSUNTO : Ratificação do ato do Senhor Presidente, referente à autorização de despesa.
RALATOR-Diretor: OTÁVIO DE CARVALHO FRANCO
A Diretoria, acolhendo o voto do relator, DECIDE: a) ratificar o ato do Senhor Presidente que autorizou a realização da despesa no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) com base no Art. 25 da Lei no. 8.666.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 26 de junho de 1996

PROCESSO: 073.000256/96
INTERESSADO: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Emissão de Nota de Empenho

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Nº 8.666 de 21/06/93, a despesa é INEXIGÍVEL de licitação, conforme "CAPUT" 25 da Lei 8.666/93 do mesmo diploma legal, em favor do CONSÓRCIO DE SEGUROS OBRIGATÓRIOS DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES E VIA TERRESTRE, no valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais), bem como AUTORIZO a despesa e determino a emissão da Nota de Empenho por estimativa, de acordo com o que estabelece o inciso I artigo 38 combinado com o inciso II do art. 39 do Decreto Nº 16.098 de 29/11/94.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS, para as providências cabíveis.

PROCESSO: 073.000083/96
INTERESSADO: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Emissão de Nota de Empenho

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Nº 8.666 de 21/06/93, a despesa é INEXIGÍVEL de licitação, conforme "CAPUT" 25 da Lei 8.666/93 do mesmo diploma legal, em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL no valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) bem como AUTORIZO a despesa e determino a emissão de Nota de Empenho por estimativa, de acordo com o inciso I, artigo 38 combinado com o inciso II artigo 39 do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1.994.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS, para as providências cebíveis.

PROCESSO: 073.000012/96
INTERESSADO: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Emissão de Nota de Empenho

RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Nº 8.666 de 21/06/93, a despesa é INEXIGÍVEL de licitação, conforme "CAPUT" 25 da Lei 8.666/93 do mesmo diploma legal, em favor das firmas CEB-COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA no valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), CAESB-COMPANHIA DE AGUA E ESGOSTO DE BRASÍLIA, no valor de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), bem como AUTORIZO a despesa e determino a emissão das Notas de Empenho por estimativa, de acordo com o inciso I artigo 38 combinado com o inciso II artigo 39 do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1.994.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS, para as providências cabíveis.

OSCAR DE AGUIAR ROSA FILHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 569, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: APREENDER as Carteiras Nacionais de Habilitação abaixo-especificadas, de conformidade com o Artigo 115 e parágrafos da Resolução nº 734/89-CONTRAN. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS de dirigirem veículos automotores por tempo indeterminado , por terem sido submetidos a exames médicos-periciais pela Coordenadoria Regional de Perícias Médicas do INSS e serem considerados incapazes temporariamente.
PROCESSO Nº: 055-007089/95
INTERESSADO: LUSMAR MENDES DE MELO
PRONTUÁRIO : 00.131.181-6/DF
OFÍCIO Nº : S/Nº - FG 02 Código 52.4 - INSS
PROCESSO Nº: 055-002899/96
INTERESSADO: RONALDO BERNARDINO DA SILVA
PRONTUÁRIO : 00.036.354-4/DF
OFÍCIO Nº : 06 - 80120250 - INSS
PROCESSO Nº: 055-001900/90
INTERESSADO: WALTER CANEDO
PRONTUARIO : 24.197.544-1/MG
OFÍCIO Nº : S/Nº - INSS

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 571, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Art 199 Item I e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência, fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.
Processo nº : 055.0003345/96 Categoria/UF: "B"/DF
Interessado : FLÁVIO LIMA DE SOUZA
Prontuário : 00091164237
Infração : Artigo 181 Item II do RCNT
Período : 02 (dois) meses, a partir de 18.06.96

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 572, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Art 199 Item I e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência, fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.
Processo nº : 055.0003346/96 Categoria/UF: "D"/GO
Interessado : MANOEL LUIZ BAILONA
Prontuário : 11.053.287-2
Infração : Artigo 181 Item II do RCNT
Período : 02 (dois) meses, a partir de 17.06.96

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 573, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto n º 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: TORNAR SEM EFEITO a Instrução de Serviço nº 975/91 de 28/06/91 que apreende a Carteira Nacional de Habilitação de FRANCISCO SOARES DE SOUZA, prontuário nº 000289957/DF.

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 574, DE 20 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: TORNAR SEM EFEITO a Instrução de Serviço nº 984 de 25 de junho de 1992 e apreender a Carteira Nacional de Habilitação do condutor MAURO TOMAZ DE AGUIAR, registro nº 30.381.093-9/RJ, com fulcro no artigo 199 inciso do RCNT, até a realização de novos exames de sanidade física, mental e psicotécnico.

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 575, DE 19 DE JUNHO DE 1996

DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL,no uso das atribuições que lhe confere o Art 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto n º 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: TORNAR SEM EFEITO a Instrução de Serviço nº 428 de 26/02/96 e apreender a Carteira Nacional de Habilitação de EDSON SELES DOS SANTOS, registro nº 00.118.897-6/DF de acordo com o artigo 199-XIV do RCNT.

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 576, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto n º 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: RETIFICAR a Instrução de Serviço nº 520 de 28/05/96 na parte que se refere ao condutor OSCAR MACHADO FILHO, reduzindo a penalidada para 02 (dois) meses a partir de 22.03.96

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 577, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto n º 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: RETIFICAR a Instrução de Serviço nº 519 de 31/05/96 que apreende a Carteira Nacional de Habilitação de MARCIO VIEIRA DA COSTA, prontuário nº 00028036400/DF, contando-se o prazo de apreensão de 02 (dois) meses a partir de 19.01.1996.

LUÍS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 578, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: I - **REDUZIR** os prazos das penalidades aplicadas aos condutores conforme especificações abaixo:

PROCESSO Nº : 055001121/96
INTERESSADO : ERINALDO DIAS BORGES
PRONTUÁRIO : 003923347/DF
APREENSÃO : IS nº 179/96, por 06 (seis) meses a partir de 09.02.96
Redução para 30 (TRINTA) dias
PROCESSO Nº : 055001875/96
INTERESSADO : OSMAR ALVES RABELO
PRONTUÁRIO : 11.294.953-3/GO
APREENSÃO : IS nº 297/96, por 03 (tres) meses a partir de 29.03.96
Redução para 02 (dois) meses
PROCESSO Nº : 055000792/96
INTERESSADO :WHISNELLY SOUSA SALES
PRONTUÁRIO : 00.454.507-9/DF
APREENSÃO : IS nº 119/96, por 06 (seis) meses a partir de 29.01.96
Redução para 03 (três) meses.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 580, DE 19 DE JUNHO DE 1996

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: CASSAR a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada, com base no Artigo 200 Inciso I do RCNT, por ter seu titular sido encontrado dirigindo veículo automotor quando estava com a mesma apreendida legalmente.

Processo nº : 055.0003384/96 Categoria/UF: "C"/GO
Interessado : MÁRCIO GLEY BAILONA
Prontuário : 11.641.372-7
Data da apreensão : 08.06.96
Conforme IS nº : 364/96 -DETRAN/DF e AI nº: 04791/04792

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 581, DE 20 DE JUNHO DE 1996

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: **APREENDER** com fulcro no Artigo 199 Item XIII e seu parágrafo 1º do RCNT, as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência, ficam os referidos condutores suspensos do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentarem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queiram pleitear a redução das penalidades ora aplicadas.

Processo nº : 055.0003385/96 Categoria/UF: "D"/DF
Interessado : SÍLVIO PAULO ROCHA
Prontuário : 00.296.047-8
Infração : Artigo 181 Item XXIX do RCNT
Período : 06 (seis) meses, a partir de 18.06.96
Processo nº : 055.0003386/96 Categoria/UF: "B"/DF
Interessado : RONIVON ALVES COSTA
Prontuário : 00035899009
Infração : Artigo 181 Item XXIX do RCNT
Período : 06 (seis) meses, a partir de 18.06.96
Processo nº : 055.0003387/96 Categoria/UF: "A2D"/GO
Interessado : EDILSON DOMINGOS DE QUEIROZ
Prontuário : 11.717.761-0
Infração : Artigo 181 Item XXIX do RCNT
Período : 06 (seis) meses, a partir de 18.06.96

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 582, DE 20 DE JUNHO DE 1996

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: **APREENDER** com fulcro no Art 199 Item I e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência, fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.

Processo nº : 055.0003388/96 Categoria/UF: "B"/DF
Interessado : EULINA MARQUES DE SOUSA
Prontuário : 00.032.237-7
Infração : Artigo 181 Item II do RCNT
Período : 02 (dois) meses, a partir de 18.06.96

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 583, DE 20 DE JUNHO DE 1996

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: **APREENDER** com fulcro no Art 199 Item II e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência, fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.

Processo nº : 055.0003389/96 Categoria/UF: "B"/PI
Interessado : JOSÉ REVIL DOS SANTOS
Prontuário : 15.560.155-5
Infração : Artigo 181 Item III do RCNT
Período : 06 (seis) meses, a partir de 18.06.96

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 584, DE 18 DE JUNHO DE 1996

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: CASSAR a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada, com base no Artigo 200 Inciso I do RCNT, por ter seu titular sido encontrado dirigindo veículo automotor quando estava com a mesma apreendida legalmente.

Processo nº : 055.0003390/96 Categoria/UF: "A3C"/RJ
Interessado : CLEOMAR DE FRANÇA MEDEIROS
Prontuário : 30.801.471-5
Data da apreensão : 13.06.96
Conforme IS nº : 500/96 -DETRAN/DF e AI nº: 181628

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 585, DE 18 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto Nº 3535, de 29 de Dezembro de 1.976, e tendo em vista o que consta do Processo 055.001576/ 96, resolve: TORNAR SEM EFEITO a Instrução de Serviço nº 422 /96 , datada de 23 / 04 /96 , que apreendeu a Carteira Nacional de Habilitação com Prontuário nº 11.452.077-1 expedida pelo DETRAN/ DF , em nome de EUGIMAR ANTONIO DOS SANTOS.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 586, DE 14 DE MARÇO DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto Número 3535, de 29 de Dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do Processo de número 055.001576/96, resolve: APREENDER com fulcro no Artigo 199, Inciso II § 1º do RCNT a Carteira Nacional de Habilitação com Prontuário nº 11.452.077-1 expedida pelo DETRAN/ DF, em nome de EUGIMAR ANTONIO DOS SANTOS. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículos automotores pelo período de 03(três) meses.

LUIS RIOGI MIURA



SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de junho de 1996

PROCESSO Nº : 151.000.073/96
INTERESSADO : JOSELITA PEREIRA DE SOUZA DE SOUSA e outros.
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DIVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do artigo 39, combinado com o inciso I do artigo 38, do citado diploma legal, autorizo o reconhecimento de dívida, a realização da despesa, emissão de Nota de Empenho, Nota de lançamento e progamação de desembolso, bem como o pagamento no valor de R$ 1.844,64 (hum mil oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), em favor de JOSELITA PEREIRA DE SOUZA DE SOUSA e outros, referente a despesas de exercícios anteriores,à conta da dotação do elemento 319092.
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para as devidas providências.

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 27 de junho de 1996

PROCESSO : 030.005541/96
INTERESSADO : SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

1. Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80, 81 e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto 16.098/94, Reconheço a Dívida, autorizo a despesa, determino a emissão da respectiva Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 3.052,60 (Três mil, cinquenta e dois reais e sessenta centavos), a favor de RITA COELHO DOS SANTOS E OUTROS, correndo a despesa à conta do elemento 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, desta Secretaria.
2. Fica sem efeito o Reconhecimento de Dívida Públicado no DODF 121, de 25/06/96, pág. 5134.
3. Publique-se e encaminhe-se o processo a Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA

SECRETARIA DE TURISMO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 24 de junho de 1996

PROCESSO Nº: 210.000406/96
INTERESSADO: SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO : CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROVISÓRIA NOS ESTACIONAMENTOS DO PARQUE DA CIDADE.

Autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, no valor de R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais) em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília, visando a contratação dos serviços de instalação de iluminação provisória nos Estacionamentos do Parque da Cidade por ocasião da Festa dos Estados/96, com base no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso II, do artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa autorizada na forma do artigo 26, da mesma lei acima mencionada.
Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as demais providências.

PROCESSO Nº: 210.000401/96
INTERESSADO: SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO : REVISÃO ELÉTRICA E HIDRAULICA E OUTROS NO PAVILÃO DE FEIRAS

Autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, no valor de R$ 12.193,10 (doze mil cento e noventa e tres reais e dez centavos), em favor da Companhia Urbanizadora da Nova capital do Brasil - NOVACAP, visando a adaptação de balcões, prateleiras,montagem e desmontagem de box para cozinha com fechamentos laterais, pinturas, revisões hidraulica e elêtrica do Pavilhão, para a realização da Festa dos Estados/96, com fulcro no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso II, do artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa autorizada na forma do artigo 26, da mesma lei acima mencionada.
Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista do SOF, para as demais providências.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 20 de junho de 1996

PROCESSO Nº : 192.000130/96
INTERESSADO : TELEBRASÍLIA
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DESPACHO:

Nos termos do que preceitua o artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICO, para que produza seus efeitos legais, a inexigibilidade de licitação, tendo em vista a justificativa constante do Processo acima citado.

Publique-se e encaminhe-se ao Jardim Zoológico de Brasília para as providências complementares.

FRANCISCO DANTAS

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

As nove horas do dia trinta de novembro de hum mil novecentos e noventa e cinco, no Auditório da SEMATEC, situado no SRTVS - Quadra 701, Bloco 1, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, 6º andar, em Brasília-DF, realizou-se a nona reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente, sob a presidência do servidor designado pelo Presidente para substituí-lo, Sr. Rosalvo de Oliveira Junior, Diretor de Política Ambiental e com a presença dos seguintes Conselheiros: Antonio Carlos Mattos de Miranda, Gustavo Souto Maior Salgado, Cesar Luiz de Castro, Hartmut Günther, Flávio Montiel, João Herculino de Souza Lopes, José Augusto dos Santos Ferreira, Jânio Rodrigues dos Santos, Vera Francisca Mussi Amorelli, Vera Lessa Catalão, José Gomes Garcia, Lélia de Almada Horta Madsen, Rogério Pereira Dias, Antonio Alves de Souza e Francisco José Viana Palhares. Após a verificação do quorum e havendo número regimental, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Foi justificada a ausência do Sr. Conselheiro Luiz Amore, tendo em vista sua participação enquanto Coordenador do Projeto Viva a Expansão, em atividade inadiável relativa ao projeto. Em seguida, passou-se à leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Dando-se continuidade, passou-se a ORDEM DO DIA: 01) Informes: Foi dado um informe acerca da realização do Seminário do Zoneamento Ecológico-Econômico, nos dias 5 e 6 de dezembro, no Centro de Convenções, promovido pela SEMATEC/IEMA; Flávio Montiel informou que a SEMATEC/IEMA reuniram-se com a Administração de Planaltina, associações de moradores locais e a CAESB para discutir propostas e alternativas para captação de água, tendo sido formada uma Comissão composta pela comunidade, Administração, CAESB, IEMA e SEMATEC; Sugeriu, então, convocação de Reunião Extraordinária do CONAM para tratar da Proteção Ambiental em Unidades de Conservação, envolvendo o abastecimento d'água de Planaltina e Sobradinho. O Sr. Conselheiro José Gomes Garcia parabenizou o IEMA e seus técnicos pelo trabalho que vem desenvolvendo no acompanhamento e estudo dos impactos ambientais, por ocasião da duplicação da BR-190, no Gama; mencionou, também, a questão do EIA/RIMA para implantação da Vila Militar na cabeceira do Rio Alagado e sugeriu a inclusão do tema na pauta da próxima reunião; O Sr. Conselheiro Gustavo Souto Maior Salgado indagou sobre o encaminhamento de consulta à Procuradoria Geral acerca da necessidade de realização de Estudo de Impacto Ambiental em relação ao aterro sanitário da Estrutural. A Ordem do Dia foi invertida, dando-se início a apreciação do item 3) PROCESSO Nº 191.000.155/91 - NILSON LEONEL BARBOSA. PARECER: Adoto, na íntegra, como meu relatório o parecer da procuradora do Distrito Federal, Dra. Leny Pereira da Silva, às folhas 28/32 e, no mérito, VOTO pela manutenção da multa conforme fixada, vez que, está comprovada a materialidade da conduta infracional. Após o relator do processo, Conselheiro Rogério Pereira Dias, relatar, ler e comentar seu parecer e voto, os senhores conselheiros votaram e aprovaram, por unanimidade, o parecer, acompanhando o relator. 2) PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (PDOT): O Sr. Conselheiro, Flávio Montiel, juntamente com técnicos do IEMA, fez a explanação relativa à metodologia adotada para a elaboração do trabalho, no sentido de fornecer subsídios à revisão do PDOT, além do histórico do processo e documentos apresentados pela equipe que foi constituída. O presente trabalho foi encaminhado oficialmente ao IPDF, juntamente com o Mapa de Sensibilização Ambiental, os quais deverão ser publicados posteriormente e distribuídos aos órgão envolvidos, estando à disposição dos senhores conselheiros. ASSUNTOS GERAIS - Foi aprovada, por unanimidade, a criação da Câmara Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF; ficou resolvido que se torna desnecessário o envio de Moção relacionada aos projetos do PED, na medida em que houve avanço no processo de aprovação e, ainda, ficou aprovada a convocação de reunião extraordinária para o próximo dia 11/12, acatando a sugestão do Sr. Conselheiro Flávio Montiel. A pauta incluirá discussão sobre o abastecimento d'água de Planaltina, devendo ser convidados os representantes da CAESB e da Fundação Zoobotânica, conforme sugeriu o Sr. Conselheiro Gustavo Souto Maior Salgado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, lavrando eu, Irma Cavalcante Sátiro, a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes na sessão de trinta de novembro de hum mil novecentos e noventa e cinco.

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 26 de junho de 1996

PROCESSO N.º 191.001.011/96
INTERESSADO : TELEBRASÍLIA
ASSUNTO: Despesas com tarifas telefônicas
AUTORIZO a realização da despesa com base no "CAPUT" do art. 25 da Lei 8.666/93.
RATIFICO nos termos do art. 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação.
DETERMINO a emissão de Nota de Empenho em reforço da NE 0009/96 no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), em favor da TELEBRASÍLIA, com base no art. 38,I e 39,I e II do Decreto 16.098/94

FLAVIO MONTIEL DA ROCHA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3170

Aos 18 dias do mês de junho de 1996, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSé EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e JOSé MILTON FERREIRA, o Auditor OSVALDO RODRIGUES e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3169, de 13.06.96.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 04/96, de 17.06.96, mediante o qual a Conselheira MARLI VINHADELI comunica que entrará em gozo de férias regulamentares no período de 04.07 a 02.08.96.

- Ofício nº 224/96-PG, da Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, em exercício, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, indicando, de conformidade com o art. 100 do Regimento Interno, o Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES para comparecer à Sessão de hoje.

J U L G A M E N T O S

VOTO DE DESEMPATE

PROCESSO No. 7260/94 (Relator: Conselheiro JOSé MILTON FERREIRA). Trata o processo da pensão civil concedida a MARIA AMANCIO RODRIGUES-FHDF. Tendo havido empate na votação da sessão ordinária de 30 de maio último, fora adiada a decisão para que o Senhor Presidente pudesse proferir voto, na forma do art. 84, inciso VI, c/c o art. 73 do Regimento Interno. -- DECISÃO No. 5112/96.- O Tribunal, pelo voto de desempate do Presidente, que acompanhou a posição dos Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS e JOSé EDUARDO BARBOSA, pelas razões já expostas, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório. Decidiu, ainda, mandar publicar, em anexo à presente ata, o referido voto, fls. 75/77 (ANEXO I).

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 2705/84 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor EDSON RODRIGUES DA COSTA-SSP. -- DECISÃO No. 4919/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos atos administrativos praticados, por guardarem conformidade com a decisão judicial; b) determinar o retorno dos autos à SSP/DF, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2935/86 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora LÊDA GUIMARÃES DE FREITAS-SEA. -- DECISÃO No. 4920/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO No. 1167/89 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor ELÍDIO MONTEIRO GUIMARÃES-SEA. -- DECISÃO No. 4921/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO No. 2740/90 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora MARIA LUZINETTE LEAL DE LIMA-SSP. -- DECISÃO No. 4922/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos atos administrativos praticados, por guardarem conformidade com a decisão judicial; b) determinar o retorno dos autos à SSP/DF, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2924/90 -- Aposentadoria da servidora ACI TAVEIRA MEYER-SEA. -- DECISÃO No. 4923/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) anexe declaração, atestando que a servidora não usufruiu a licença-prêmio referente ao período de 14.07 78 a 08.08.88, contada em dobro para a aposentadoria (fl. 04); b) esclareça o posicionamento da servidora no Padrão XV, quando de sua aposentadoria, tendo em vista o seu tempo de serviço (24 anos e 08 meses) consignado no documento de fl. 05.

PROCESSO No. 3169/90 (anexos 02 volumes) -- Balancete da então Sociedade de Habitações de Interesse Social, relativo ao 2º trimestre de 1990. -- DECISÃO No. 4924/96.- Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2016/91 -- Aposentadoria da servidora ADALGISA FERREIRA DE ABREU RODRIGUES-FEDF. -- DECISÃO No. 4925/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3541/91 (apenso o de nº 0023/84) -- Pensão civil concedida a HILDA GONÇALVES FEITOSA-SSP. -- DECISÃO No. 4926/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 4744/92 (anexos 02 volumes) -- Convênio nº 040/92, firmado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4927/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do resultado da tomada de contas especial para considerá-lo insatisfatório; 2) determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal meticuloso reexame da TCE em apreço com vista a apurar, dentre outros, os seguintes procedimentos: a) a data da realização da festa dos estados no exercício de 1992, junto a Casa do Candango; b) o objeto executado à conta da Carta Convite nº 351/92-CPL, data de execução, firma contratada e valor, mediante planilha de quantitativos e preços unitários; c) a quantidade de material retirada do Pavilhão de Feiras, sua localização, valor e o responsável, dando oportunidade à NOVACAP de manifestar-se sobre o assunto. Convém, ressaltar que os materiais aqui citados referem-se ao objeto da Carta Convite nº 351/92-CPL; d) se houve o pagamento da glosa de CR$ 24.146.554,59 referente a serviço já existente, conforme expresso no O.I. nº 696/93-NOVACAP, bem como explicações sobre a glosa de CR$ 1.505.990,46 na Nota Fiscal 486, de 16/11/92, emitida pela firma AR - Engenharia e Comércio Ltda., e Atestado de Execução nº 2528/92, de 26.09.92, constantes do Processo da NOVACAP, nº 112.008.173/92, fls. 123 e 127, e a razão de tal pagamento; 3) autorizar a devolução do Processo nº 012.000.665/93 à Secretaria de Fazenda e Planejamento-SEFP; 4) considerar cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 7353/95 (fl. 302).

PROCESSO No. 4924/92 -- Aposentadoria da servidora ROTILDE CACIANO DE ALMEIDA-FEDF. -- DECISÃO No. 4928/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0646/93 -- Aposentadoria da servidora MARIMILDA NóBREGA DE CARVALHO-FEDF. -- DECISÃO No. 4929/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 90 (noventa) dias: a) providencie junto à Prefeitura Municipal de Landri Sales nova certidão de tempo de serviço, em substituição ao documento de fl. 12, de forma a ser discriminado ano a ano (faltas e licenças) o período ali trabalhado; b) elabore nova certidão de tempo de serviço, de acordo com a certidão solicitada no item anterior, em substituição ao de fl. 07, averbando para fins de adicional o tempo de serviço prestado naquela Prefeitura; c) elabore novo abono provisório, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, em substituição ao de fl. 20, em consonância com o novo percentual de ATS obtido com o tempo averbado no item anterior; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 1622/93 -- Aposentadoria da servidora CERES DE ALBUQUERQUE SAMPAIO-FEDF. -- DECISÃO No. 4930/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3894/93 -- Aposentadoria do servidor ANTÔNIO FRANCISCO PORTELA-FEDF. -- DECISÃO No. 4931/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4160/93 -- Aposentadoria da servidora MARIA CARMEN DE BESSA PAIVA-FEDF. -- DECISÃO No. 4932/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Rúblico, solicitando parecer.

PROCESSO No. 7020/93 -- Contrato nº 003/95 e outro, firmados entre a Companhia Energética de Brasília e terceiros. -- DECISÃO No. 4933/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos ajustes em exame, recomendando à CEB a fiel observância do previsto no inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8666/93, nos ajustes que vier a celebrar.

PROCESSO No. 7799/93 -- NE nº 141/93 e outras, da Região Administrativa XIII - Santa Maria. -- DECISÃO No. 4934/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do OF nº 056/96-RA-XIII, decidiu considerar insubsistente a justificativa apresentada pelo Sr. ANDRé LUIS PIRES COSTA, Administrador Regional de Santa Maria, e, em conseqüência, determinou a aplicação ao mesmo de multa equivalente a 1 (uma) UPDF, pelo atraso no cumprimento da Decisão nº 1.601/95, desta Corte de Contas.

PROCESSO No. 1648/94 -- Contrato nº 10/95, firmado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a firma EFICAZ TECNOLOGIA CONTRA INCÊNDIO LTDA. -- DECISÃO No. 4935/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do contrato em exame e determinou o arquivamento dos autos na Inspetoria de origem.

PROCESSO No. 3115/94 -- Aposentadoria do servidor JOSé MOURA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 4936/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias autentique os documentos de fls. 10 e 11.

PROCESSO No. 6684/94 (apensos os de nºs 040.004676 e 040.002721/94 e anexo 01 volume) -- Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Procuradoria Geral do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 4937/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 7240/94 (apenso o de nº 040.005364/94) -- Tomada de contas anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 4938/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2293/95 -- Aposentadoria da servidora LUíZA DOS SANTOS RODRIGUES-FEDF. -- DECISÃO No. 4939/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar ilegal a aposentadoria em exame, negando-lhe registro; b) determinar à FEDF que confirme, junto ao INSS, a veracidade da certidão de fl. 03, no tocante ao tempo de trabalhadora rural.

PROCESSO No. 2365/92 -- Contrato nº 95/119, firmado entre o Banco de Brasília S.A. e a RODOBAN - Segurança e Transporte de Valores Ltda. -- DECISÃO No. 4940/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do ajuste em exame, considerando-o formalmente regular e, em conseqüência, autorizou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 3143/95 (apenso o de nº 101.000451/93) -- Prestação de Contas do Convênio nº 04/92 e aditivos, firmados entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Grupo da Fraternidade Cícero Pereira - CAMEGE. -- DECISÃO No. 4941/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4484/95 -- Auditoria Programada relativa às NEs nºs. 227 e 354/95, da Região Administrativa VI - Planaltina -- DECISÃO No. 4942/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento: a) dos resultados de auditoria programada realizada pela 1a. ICE; b) das NEs nºs 227 e 354/95-RA VI, considerando correta a classificação das despesas a que se referem; c) do Contrato nº 01/95 e do seu Termo Aditivo e documentação anexa; II) relevar as diferenças a que aludem os subitens b.1 e b.2, de fl. 110; III) recomendar à RA-VI (Planaltina) que: a) nos ajustes que vier a celebrar, observe as minutas-padrão de contratos aprovados pela Portaria Conjunta nº 005/94; b) no preenchimento do Atestado de Execução, especifique detalhadamente a obra/etapa executada, o valor, a localização e o período de execução, em consonância com o art. 16, parágrafo único, das Normas de Execução Orçamentária do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto 16.098, de 29.11.94; c) indique nas especificações técnicas, a densidade dos materiais betuminosos, de forma a propiciar maior comodidade à fiscalização, relativamente aos quantitativos aplicados na obra; d) quando da elaboração de novos editais de licitações públicas, condicione o pagamento à emissão de ordem bancária, conforme preceitua o art. 61 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 16.098, de 29.11.95; IV) determinar à jurisdicionada que: a) atente para a impossibilidade de aditamento de contratos extintos, segundo súmula de Jurisprudência do TCDF, Enunciado nº 02; b) observe rigorosamente a disposição do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, especialmente no que tange à utilização das modalidades de garantia indicadas, quando exigida, bem como o direito de o contratado optar pela que melhor lhe convier; V) solicitar à RA VI (Planaltina), o envio a esta Corte, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, do seguinte: a) cadastro técnico fornecido pela firma SETA, contendo todos os serviços executados e suas especificações, conforme dispõe o item 1.13 do Caderno de Especificações de Pavimentação Asfáltica (fl. 25), assim como esclarecimentos a respeito do percentual de CAP-20 previsto na composição do CBUQ (fl. 23, item 1.9); b) aprovação, pelo laboratório de concreto, dos lotes de meios-fios utilizados, conforme item 3 do Caderno de Especificações de meios-Fios (fl. 19/20); c) laudo dos ensaios de determinação do percentual de CAP-20 utilizado; d) Termo de Recebimento Definitivo do objeto do Contrato nº 01/95 - RA-VI.

PROCESSO No. 4808/95 -- NE nº 019/95 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4943/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento das NEs em exame e considerar correta a classificação das despesas delas decorrentes.

PROCESSO No. 4809/95 -- NE nº 001/95 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4944/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relavando a falha apontada, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho em exame e considerar correta a classificação das despesas a que se referem; b) encaminhar os autos, sucessivamente, às Inspetorias de Controle Externo, para ciência do Relatório de fls. 75/76.

PROCESSO No. 4810/95 -- NE nº 022/96 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4945/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento das NEs em exame e considerou correta a classificação das despesas a que se referem.

PROCESSO No. 1970/96 -- NE nº 264/95, da Região Administrativa XIX - Candangolândia. -- DECISÃO No. 4946/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da nota de empenho relacionada à fl. 02; II - recomendar à Região Administrativa de Candangolândia maior rigor no preenchimento da NE, principalmente no que diz respeito.a classificação orçamentária e a parte licitatória; III - encaminhar o processo à 3ª ICE, para ciência das observações feitas nesta oportunidade.

PROCESSO No. 3839/96 -- Ofício nº 206/96-GAB/SES, por intermédio do qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 4947/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento do expediente de fl. 01 e considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada, para o cumprimento das diligências ordenadas nos seguintes Processos: **nº TCDF - nº FHDF - INTERESSADO** - 5701/91, 061.002166/91, MARIA ALICE ROSA DE ANDRADE; 3667/94, 061.022058/93, JOAQUIM INÁCIO DE ARAÚJO; 3281/94, 061.031144/92, PEDRO CELESTINO TEIXEIRA; 2022/93, 061.009240/91, IRACEMA LIMA DE OLIVEIRA; 4480/94, 061.039448/93, MARIA VALMISOLIA C. DE OLIVEIRA; 0056/93, 061.027043/92, MARIA DA PENHA MARQUES; 2019/93, 061.036311/92, CECÍLIA SOUZA SANTOS; 1292/94, 061.036559/92, JACÓ XAVIER DE VARGÃO; 0628/94, 061.024001/91, MARIA DORACI DE ARAÚJO; 2294/93, 061.022123/92, ODILON GASPAR; 4179/93, 061.030728/92, NELCY FREITAS RIBEIRO.

PROCESSO No. 4123/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 4948/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente de fl. 01 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada, para o cumprimento das diligências ordenadas nos seguintes Processos: **nº TCDF - nº FEDF - INTERESSADO** - 6241/93, 082.018.430/92, MARILENE B. LEONE; 5323/94, 082.006.743/94, HERCÍLIA C. DE SOUZA; 7810/93, 082.010.481/93, INEZ CLAUDINO DE SÁ; 5328/94, 082.008.858/94, ELVINA MARIA TELES; 6046/92, 082.010.230/92 LAIZA DOS REIS MEIRELES; 5325/94, 082.007.162/94, SÔNIA MARIA LOPES LANTYER; 5736/94, 082.019.581/93, CARMEN DUTRA ARAÚJO; 0119/93, 082.002.426/92, CLAUDINA L. DE ALMEIDA; 4382/93, 082.015.785/92, DALVA INÁCIA DE O. RODRIGUES; 1502/94, 082.015.888/93, ANTÔNIO CARLOS M. CONCEIÇÃO; 1660/93, 082.006.563/92, CLEUSA T. DAS NEVES; 6078/94, 082.006.728/94, RITAMAR DE M. COELHO; 6083/94, 082.011.672/94, ARINDA B. ALVES; 1690/93, 082.009.927/92, JANY APARECIDA C. BERTOLDO; 0820/94, 082.016.062/92, MAGDA MARIA DE FREITAS QUERINO; 5733/94, 082.001.889/94, ANTÔNIA E. DE A. SOUZA; 1179/92, 082.016.524/91, IRENE A. DE MELO RODRIGUES; 0575/94, 082.015.904/93, TEREZA E. K. FERNANDES; 5426/94, 082.001.975/94, MARIA DAS GRAÇAS L. DA SILVA; 5729/94, 082.005.192/94, ANA LÚCIA B. FLORES; 5431/94, 082.004.102/94, MARIA BARRETO L. SILVA; 5593/94, 082.007.941/94, MARIA GUIOMAR S. SANTOS.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO No. 1651/92 (anexo 01 volume) -- Ordem de Serviço nº 005/91, emitida pela Fundação Cultural do Distrito Federal à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 4949/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados obtidos na auditoria realizada pela 3ª ICE na NOVACAP, e dos documentos acostados às fls. 235/357; II - relevar as falhas detectadas; III - recomendar à NOVACAP que, ao realizar procedimentos licitatórios, observe os ditames da Lei nº 8.666/93, atentando para a adequada utilização de seus dispositivos, em especial no que pertine aos artigos 46, parágrafo 1º, incisos II e III, e 24, inciso VII, c/c o art. 48, parágrafo único, conforme for o caso; IV - solicitar à NOVACAP que mantenha esta Corte informada sobre a ação interposta pela Ciclo Engenharia Ltda., em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública sob o nº 9.914/93; V - determinar à FCDF a adoção de providências urgentes com vistas à ligação da subestação do ex-Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, à rede da CEB, informando à Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas; VI - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0485/93 -- Aposentadoria e revisão dos proventos do servidor LOURIVAL NEVES DAMASCENO-SEA. -- DECISÃO No. 4950/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria; **II** - assinar prazo de 60 (sessenta) dias à Secretaria de Administração do DF para que envie ao Tribunal esclarecimentos sobre os cargos ocupados pelo inativo e suas transformações, para efeito do artigo 9º, da Lei nº 39, de 6/9/89; **III** - determinar que o processo, atendida a diligência retromencionada, permaneça sobrestado até a decisão definitiva sobre a representação do Ministério Público nos autos do processo nº 3609/95, levando em conta os procedimentos adotados nos feitos de nºs 6214/93, 2433/94 e 1692/95.

PROCESSO No. 4420/93 -- Convênios nºs 35/93 e 29/95, celebrados entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Associação Nacional de Equoterapia - ANEq. -- DECISÃO No. 4951/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos contratos em apreço; II - autorizar a restituição dos autos à 2ª ICE.

PROCESSO No. 7144/93 (apenso o de nº 111.006314/92) -- Termo de uso de área, a título precário, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma SOUSA JARDIM - Plantio e Conservação. -- DECISÃO No. 4952/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do OF. nº 329/96-GDG/DER-DF, de 19/3/96, da carta nº 131/96-PR, da CEB, datada de 3/4/96 e dos documentos de fls. 47/56; II - considerar satisfatório o cumprimento da diligência contida na Decisão nº 0774/96, S.O. nº 3140, de 27/2/96; III - autorizar: a) o arquivamento dos autos; b) a restituição do Processo nº 111.006.314/92, ao DER/DF.

PROCESSO No. 6269/94 (anexo volume I) -- Convênio nº 2160/94, celebrado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Educação e do Desporto, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. -- DECISÃO No. 4953/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos 2º, 3º e 4º termos aditivos aos Convênios nºs 2160, 2112 e 2110/94 e dos 1º, 2º, 3º e 4º termos aditivos ao Convênio nº 2812/94 (fls. 81/96, 216/218, 88/93, 219/221, 97/105, 222/224, 90, 123/125 e 225/227); b) das Notas de Empenho nºs 254, 255, 275, 465, 466, 507, 514, 519 a 525, 530, 531, 533, 539, 545 a 549, 608 a 612, 669 a 674, 676 a 685, 694 a 696, 745 a 747, 749 a 754, 756 a 758, 760, 761, 763 a 776, 780 a 789 e 791/95 (fls. 79/215); II - considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas; III - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 1273/95 -- Contrato nº DIRAD/COMAP-94/102, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo. -- DECISÃO No. 4954/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I tomar conhecimento do contrato em apreço; II - recomendar ao BRB que, doravante, faça constar em seus contratos o disposto no artigo 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93; III - autorizar a restituição dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1763/95 -- Contrato nº 3252/95, celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma Interplan Consultoria e Projetos Ltda. -- DECISÃO No. 4955/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do ofício nº 183/95-PRES e do termo de recebimento definitivo do contrato nº 3252/95, fls. 35/36; II - determinar o retorno do processo à 3ª ICE para os devidos fins.

PROCESSO No. 2782/95 -- Contrato nº 007/95, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a IMG Equipamentos Elétricos S.A. -- DECISÃO No. 4956/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço; II - determinar à Companhia Energética de Brasília que, no prazo de trinta dias, encaminhe ao Tribunal cópia da publicação no DODF, em forma resumida, do contrato a que alude o item anterior.

PROCESSO No. 3312/95 -- Convênio nº 14/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 4957/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do convênio em apreço e de seus 1º e 2º termos aditivos; b) dos resultados obtidos na primeira etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - autorizar a restituição do feito à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 3313/95 -- Contrato nº 504/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Projecol - Projetos e Construções Ltda. -- DECISÃO No. 4958/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Contrato nº 504/95-NOVACAP e dos seus termos aditivos "A" e"B"; b) dos resultados obtidos na auditoria realizada, concernente à fiscalização e controle do ajuste; II - relevar as falhas decorrentes da assinatura do termo aditivo "A", com prazo de vigência do contrato principal expirado, e do atraso de três dias verificado no seu encaminhamento a esta Corte; III - determinar à NOVACAP o encaminhamento a este Tribunal do termo de recebimento definitivo das escolas de Samambaia QN 512, de Santa Maria - Q 416/516, do Recanto das Emas - Q 306 e do Vale do Amanhecer, Escola Mestre D'Armas, em Brasília DF, objeto do contrato nº 504/95, o mais brevemente possível; IV - **ex vi** do artigo 120, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno, autorizar a instauração de auditoria especial a ser realizada pela 3ª ICE, para verificar a ocorrência de problemas nas escolas executadas diretamente pela NOVACAP pelo sistema de argamassa armada, de modo que se possa estabelecer a relação custo/benefício da utilização do referido sistema em detrimento do sistema convencional de construção; V - restituir o feito à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 3315/95 -- Convênio nº 001/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 4959/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Convênio nº 01/95-FHDF/NOVACAP e dos seus 1º, 2º, 3º e 4º termos aditivos; 7 b) dos resultados obtidos na auditoria realizada pela 3ª ICE; II - relevar o atraso verificado no encaminhamento do ajuste ao Tribunal; III - recomendar à NOVACAP que na execução de convênios, havendo necessidade de serviços não previstos no planejamento inicial, reformule os respectivos planos de trabalhos de forma a adequá-los à realidade dos serviços a serem executados; IV - determinar à NOVACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) **ex vi** do artigo 116, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93, comunique à Câmara Legislativa a formalização do Convênio nº 01/95-FHDF/NOVACAP; b) celebre termo aditivo ao convênio, objetivando a designação expressa do executor, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução do ajuste, conforme determinam os artigos 66, da Lei nº 8.666/93 e 13, inciso II, do Decreto nº 16.098/94; V - restituir o processo à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4519/95 -- Contrato nº 505/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Carneiro & Antônio Ltda. -- DECISÃO No. 4960/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato nº em apreço e dos resultados obtidos na 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - relevar as falhas decorrentes da não-observância do art. 4º da Lei nº 9.032/95, que alterou os parágrafos primeiro e segundo do art. 71 da Lei nº 8.666/93; do art. 21, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93; e da divergência entre a data de assinatura constante do extrato e da expressa no termo do contrato, bem assim a não-atualização do cronograma físico-financeiro e o erro na base de cálculo do ISS detectado no pagamento da 2ª parcela; III - recomendar à NOVACAP que: a) ao proceder licitação por lotes, não faça constar de seu edital cláusula que estabeleça que cada licitante só poderá ser vencedor de, no máximo, 1 (um) lote, bem como não exija tão-somente a apresentação do CRC como documento necessário à habilitação, sem oferecer como opção a apresentação dos documentos elencados nos arts. 28 e 29 da Lei nº 8.666/93. Esses procedimentos, como se sabe, restringem o caráter competitivo do certame, sendo contrários ao estatuído no art. 3º, parágrafo 1º, da mesma lei; b) ao efetuar qualquer alteração nos editais, publique-os novamente no DODF, para que se inicie a contagem de novo prazo, conforme o disposto no art. 21, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93; c) doravante, na elaboração de seus editais e contratos, observe o disposto no art. 4º da Lei nº 9.032/95, que alterou o art. 71, parágrafos primeiro e segundo, da Lei nº 8.666/93, assim como o disposto no art. 10 do Decreto nº 14.122/92; IV - determinar à NOVACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) encaminhe a este Tribunal a Carta de "Habite-se" e o termo de recebimento definitivo concernentes ao objeto avençado; b) aponte o(s) responsável(is) pela execução dos procedimentos licitatórios relativos às TPs 022/95 e 028/95, sem a devida aprovação dos projetos básicos, conforme o art. 7º, parágrafo 2º, I, da Lei nº 8.666/93, e art. 7º, parágrafo 1º, do Decreto nº 10.996/88, para apresentarem suas razões de defesa, por estarem sujeitos à aplicação da multa prevista no inciso II, art. 57, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO No. 4520/95 -- Contrato nº 507/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Mercantil Moreira Construções Ltda. -- DECISÃO No. 4961/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e do resultado da última etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - relevar a falha quanto à divergência verificada nos termos do edital e do contrato, referente à modalidade de garantia; III - recomendar à NOVACAP que, doravante, **a)** estabeleça cláusula contratual consoante as normas editalícias, tendo em vista a divergência detectada entre o item 8.1.1. do edital da tomada de preços nº 028/95 e a cláusula oitava do contrato em questão; **b)** exija a apresentação de planilha orçamentária e de cronograma físico-financeiro, de acordo com o preço cotado na proposta comercial, em razão da falha verificada na análise da proposta comercial da firma vencedora para o lote 03 da tomada de preços nº 028/95; IV - determinar à NOVACAP que envie a esta Corte, o mais brevemente possível, cópia do termo de recebimento definitivo do contrato nº 507/95, alertando-a, mais uma vez, para o fato de que a expedição da carta de "Habite-se" não configura pré-requisito para emissão do citado termo, conforme expresso na Decisão nº 5044/95, de 27/9/94, encaminhada à jurisdicionada; V - restituir o feito à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4521/95 -- Contrato nº 508/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Polígono Engenharia e Construções Ltda. -- DECISÃO No. 4962/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e dos resultados obtidos na 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - determinar à NOVACAP que faça gestões junto à contratada, com vistas a refazer os serviços de reboco e de colocação da proteção de paredes em madeira das salas de aula ampliadas, em face da constatação de ocorrência de falha na execução desses serviços; III - autorizar a 3ª ICE a realizar nova etapa de fiscalização e controle do ajuste, para verificação do atendimento do item anterior; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4522/95 -- Contrato nº 509/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Vértice - Engenharia e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 4963/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e dos resultados obtidos na 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - relevar a falha referente à não-emissão do termo de recebimento provisório; III - determinar à NOVACAP que encaminhe a esta Corte, o mais brevemente possível, o termo de recebimento definitivo e a carta de "Habite-se" relativos ao Contrato nº 509/95, ressaltando que a carta de "Habite-se" poderá ser expedida com a apresentação do termo de concessão de uso emitido pela TERRACAP; IV - devolver o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4523/95 -- Contrato nº 510/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Engemaxi Engenharia Ltda. -- DECISÃO No. 4964/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e dos resultados obtidos na 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - reiterar à NOVACAP os termos do inciso "c" do OF.GP. nº 859/90, concernente à observância das normas contidas nos arts. 95, parágrafo 3º, **in fine**, e 97, seus incisos e parágrafos, do Decreto nº 10.996/88; III - recomendar à FEDF que reveja seus projetos para construção de escolas, a fim de adequá-los, principalmente, aos incisos II, III e V, do artigo 12 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que, em auditoria em várias unidades de ensino, foi constatado que a cortiça utilizada no quadro de avisos está totalmente danificada. Por outro lado, o material utilizado nas esquadrias metálicas (venezianas) e as fechaduras não são adequados, pois, em sua maioria, apresentaram problemas; IV - determinar à NOVACAP o encaminhamento a esta Corte, o mais brevemente possível, do termo de recebimento definitivo e da carta de "Habite-se" relativos ao Contrato nº 510/95, ressaltando que da carta de "Habite-se" poderá ser expedida com a apresentação do termo de concessão de uso emitido pela TERRACAP; V - devolver o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4524/95 -- Contrato nº 511/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Santa Alice Construções e Incorporações Ltda. -- DECISÃO No. 4965/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e dos resultados obtidos na 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - determinar à NOVACAP fazer gestões junto à contratada, com vistas a refazer a pintura dos quadros de giz das salas de aula, em face da constatação de falha na execução desse serviço; III - autorizar a 3ª ICE a realizar nova etapa de fiscalização e controle do ajuste, para verificação do atendimento do item anterior; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4525/95 -- Contrato nº 512/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma PH - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 4966/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e dos resultados obtidos na 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; II - relevar a falha referente à não-emissão do termo de recebimento provisório; III - determinar à NOVACAP que encaminhe a esta Corte, o mais brevemente possível, o termo de recebimento definitivo e a carta de "Habite-se" relativos ao contrato nº 512/95, ressaltando que a carta de "Habite-se" poderá ser expedida com a apresentação do termo de concessão de uso emitido pela TERRACAP; IV - devolver o feito à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4526/95 -- Contrato nº 513/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Carneiro & Antônio Engenharia Ltda. -- DECISÃO No. 4967/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do contrato nº 513/95-NOVACAP e dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria realizada pela 3ª ICE, referente à 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste; b) do seu 1º termo aditivo, fls. 148/149; e II - restituir o feito à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4806/95 -- NE nº 121/95 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4968/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - reiterar à Câmara Legislativa do Distrito Federal as recomendações contidas na Decisão nº 12.297/95, de 17/10/95 (cópia anexa), inclusive para efeito dos serviços de segurança e vigilância armada e desarmada; II - relevar os atrasos na remessa das notas de empenho; III - considerar correta a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho sob exame; IV - encaminhar os autos ao douto Ministério Público junto ao Tribunal, solicitando-lhe seu valioso parecer.

PROCESSO No. 4936/95 -- NE nº 1132/95 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4969/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho constantes das fls. 2 a 83; II - relevar as falhas apontadas; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas; IV - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 5365/95 -- NE nº 1324/95 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4970/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho de fls. 26 a 31; II - considerar correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem; III - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 0399/96 -- NE nº 180/96, do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 4971/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento das cinquenta e uma notas de empenho constantes às fls. 2 a 53; II) relevar o atraso apontado e a impropriedade da NE nº 051/95, emitida em 30/1/95; III) considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas apresentadas.

PROCESSO No. 0971/96 -- NE nº 02/95 e outras, da Região Administrativa III - Taguatinga. -- DECISÃO No. 4972/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das sessenta e quatro notas de empenho constantes às fls. 2 a 65; II - relevar os atrasos apontados; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras verificações.

PROCESSO No. 1135/96 -- Ofício nº 329/96-CPTCE, mediante o qual a Polícia Militar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 054.000062/96. -- DECISÃO No. 4973/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do referido expediente, de 30/5/96 (fl. 9), relevando o atraso verificado no seu encaminhamnto a esta Corte; II - autorizar a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para que a PMDF conclua os trabalhos concernentes à tomada de contas tratada nestes autos; III - restituir o feito à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2375/96 -- NE nº 01/96 e outras, da Região Administrativa XV - Recanto das Emas. -- DECISÃO No. 4974/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das dezenove notas de empenho constantes nos autos; II - relevar os atrasos apontados; III - considerar correta a classificação das despesas a que se referem; IV - recomendar à RA-XV que, doravante, para aquisição de vales-transporte, emita empenho na modalidade ordinário.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 5657/91 -- Aposentadoria do servidor LUIZ SANTANA TORRES-FHDF. -- DECISÃO No. 4975/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7335/91 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO BATISTA DOS PASSOS-FHDF. -- DECISÃO No. 4976/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7492/91 -- Aposentadoria do servidor GILSON DE PÁDUA CARVALHAES-FHDF. -- DECISÃO No. 4977/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7670/91 -- Aposentadoria da servidora MARIA ELZA BARBOSA TAVARES-FHDF. -- DECISÃO No. 4978/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7673/91 -- Aposentadoria da servidora MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA BOTTINO-FHDF. -- DECISÃO No. 4979/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2404/92 -- Aposentadoria do servidor ALFREDO MENDES CALAZANS-FHDF. -- DECISÃO No. 4980/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 3140/92 -- Aposentadoria do servidor OTONI VICENTE DE SOUSA-FHDF. -- DECISÃO No. 4981/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 3143/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA NAZARÉ DE MELO-FHDF. -- DECISÃO No. 4982/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2284/93 -- Aposentadoria da servidora ADELINA FERREIRA LIMA DE MOURA-FHDF. -- DECISÃO No. 4983/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1275/94 -- Aposentadoria da servidora ELZIRA DUARTE SANTOS DE SOUSA-FHDF. -- DECISÃO No. 4984/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2989/94 -- Aposentadoria da servidora NAIR GOMES DE MATOS LIMA-FHDF. -- DECISÃO No. 4985/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4298/94 -- Aposentadoria da servidora TEREZA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 4986/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4300/94 -- Aposentadoria da servidora NÉLIA NUNES FERREIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 4987/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4941/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA LÚCIA FARIAS-FHDF. -- DECISÃO No. 4988/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4943/94 -- Aposentadoria do servidor EDIVALDO FERREIRA DE SOUZA-FHDF. -- DECISÃO No. 4989/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4944/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA FERNANDES DE SOUZA-FHDF. -- DECISÃO No. 4990/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4947/94 -- Aposentadoria da servidora LÍDIA ALVES DO NASCIMENTO-FHDF. -- DECISÃO No. 4991/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4971/94 -- Aposentadoria da servidora ROZA PEREIRA LIMA-FHDF. -- DECISÃO No. 4992/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4972/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA ABADIA DE ARAÚJO-FHDF. -- DECISÃO No. 4993/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5009/94 -- Aposentadoria da servidora HELENA GONÇALVES MAGALHÃES-FHDF. -- DECISÃO No. 4994/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5012/94 -- Aposentadoria da servidora EDNA COSENTINO XAVIER CARDOSO-FHDF. -- DECISÃO No. 4995/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5017/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA CARMITA DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 4996/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5024/94 -- Aposentadoria da servidora LUIZA PEREIRA DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 4997/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5025/94 -- Aposentadoria da servidora ANA DE AQUINO BARROS BRAGA-FHDF. -- DECISÃO No. 4998/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5030/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA DOMINGAS FERREIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 4999/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5048/94 -- Aposentadoria da servidora APARECIDA MORAIS FARIA-FHDF. -- DECISÃO No. 5000/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5059/94 -- Aposentadoria da servidora CLOTILDES PEREIRA DOS SANTOS E SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5001/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5192/94 -- Aposentadoria do servidor CORINTO MATOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5002/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5196/94 -- Aposentadoria da servidora ROSA RODRIGUES DE SOUZA-FHDF. -- DECISÃO No. 5003/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5227/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES VITURINO-FHDF. -- DECISÃO No. 5004/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5232/94 -- Aposentadoria da servidora ZILDA SANTOS DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5005/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5275/94 -- Aposentadoria da servidora VALDETE CARDOSO DE CARVALHO CASTRO-FHDF. -- DECISÃO No. 5006/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6247/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA BARBARA SOARES-FHDF. -- DECISÃO No. 5007/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6337/94 -- Aposentadoria do servidor YOETI WATANABE-FHDF. -- DECISÃO No. 5008/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6341/94 -- Aposentadoria da servidora ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO-FHDF. -- DECISÃO No. 5009/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6343/94 -- Aposentadoria da servidora IRANICE BERNARDES OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5010/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6344/94 -- Aposentadoria do servidor ROSALVO ALVES DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5011/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0088/95 -- Aposentadoria do servidor RIVALDO DANTAS BEZERRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5012/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0116/95 -- Aposentadoria do servidor JOAQUIM ARRUDA DE SIQUEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5013/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0124/95 -- Aposentadoria da servidora FLORIZA FERREIRA BASTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5014/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0126/95 -- Aposentadoria da servidora ODETE DE CARVALHO MOTA-FHDF. -- DECISÃO No. 5015/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0128/95 -- Aposentadoria da servidora TEREZINHA SEBASTIANA BRUM-FHDF. -- DECISÃO No. 5016/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0218/95 -- Aposentadoria do servidor SÉRGIO PEREIRA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5017/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0620/95 -- Aposentadoria do servidor ALBERTO SEIXAS CARDOSO-FHDF. -- DECISÃO No. 5018/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0634/95 -- Aposentadoria da servidora FRANCISCA REINA ALVES-FHDF. -- DECISÃO No. 5019/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0637/95 -- Aposentadoria da servidora BENEDITA DE OLIVEIRA BARREIROS-FHDF. -- DECISÃO No. 5020/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1835/95 -- Aposentadoria da servidora EUTÁLIA ABREU DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5021/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1865/95 -- Aposentadoria da servidora LOURDES MARIA DE JESUS SALVADOR-FHDF. -- DECISÃO No. 5022/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1866/95 -- Aposentadoria da servidora MARILENE CARLOS FONSECA-FHDF. -- DECISÃO No. 5023/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1872/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA SANTANA DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5024/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1883/95 -- Aposentadoria da servidora CéLIA SILVA NAVES DE SOUSA-FHDF. -- DECISÃO No. 5025/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1884/95 -- Aposentadoria da servidora EDITH CONCEIÇÃO LIMA-FHDF. -- DECISÃO No. 5026/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1885/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA ZÉLIA MIRANDA MAGALHÃES-FHDF. -- DECISÃO No. 5027/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1893/95 -- Aposentadoria da servidora LUIZA DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5028/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2038/95 -- Aposentadoria do servidor MARINHO FERNANDES DE SOUSA-FHDF. -- DECISÃO No. 5029/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2058/95 -- Aposentadoria da servidora DIVA GONÇALVES-FHDF. -- DECISÃO No. 5030/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2069/95 -- Aposentadoria da servidora VALMIRA RIBEIRO LACERDA-FHDF. -- DECISÃO No. 5031/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2060/95 -- Aposentadoria do servidor RAIMUNDO MONTEIRO BEZERRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5032/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2823/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORO DE ARêA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5033/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2824/95 -- Aposentadoria da servidora DORALICE RIBEIRO DOS REIS-FHDF. -- DECISÃO No. 5034/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2873/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DA PAZ COSTA RODRIGUES-FHDF. -- DECISÃO No. 5035/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 3049/95 -- Aposentadoria da servidora JOANA FERNANDES DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5036/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 3896/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 26.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5037/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 637/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO: 082.011591/93 - 1421/93 - Mª APARECIDA L. MARQUES; 082.010070/92 - 3414/93 - ZENILDE MARIA ALMEIDA MORELE.

PROCESSO No. 4113/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 10.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5038/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 556/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de aposentadoria de nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO: 082.002935/91 - 0665/93 - VALDER L. TORRES; 082.000970/94 - 2952/94 - Mª CLAREICE M. DA R. GOMES; 082.002631/91 - 0664/93 - NILCE VALENÇA; 082.000850/94 - 2603/94 - ANAMARIA V. DE FARIA; 082.005998/93 - 1250/94 - TEREZINHA P. PIRES; 082.018059/93 - 1158/94 - Mª DE SÃO JOSÉ DOS SANTOS; 082.013360/92 - 0663/93 - NORMA M. DE FREITAS; 082.013296/92 - 3929/94 - ANTÔNIO CHARLES RODRIGUES; 082.012185/92 - 0656/93 - Mª DO SOCORRO T. SANTANA; 082.012111/92 - 0635/93 - HELOISA DA S. FREITAS; 082.012040/92 - 0655/93 - OLINDA E. A. DE NOCA; 082.010821/92 - 0690/93 - SUELI C. R. A. PIRES; 082.012135/91 - 0666/93 - ANTÔNIA M. FERREIRA; 082.006570/92 - 1689/93 - LEA DA SILVA L. HERMIDA; 082.005864/92 - 0667/93 - CUSTóDIA R. DA SILVA; 082.010174/90 - 2728/91 - NEIDE B. LIMA; 082.012019/90 - 2670/91 - Mª PIEDADE COELHO; 082.001165/91 - 2646/91 - RAIMUNA T. BAESSE; 082.012002/90 - 2631/91 - TEODORA Mª M. DE ALMEIDA; 082.010841/90 - 2051/91 - JOSÉ WELLINGTON DA S. E SOUZA; 082.004338/94 - 4429/94 - GRACE B. DE ARAÚJO; 082.008632/90 - 1557/91 - EUNICE C. M. FRANCO; 082.006846/91 - 6564/91 - IRACY M. ROSAL; 082.020436/93 - 2435/94 - MIRACI DE O. LIMA.

PROCESSO No. 4124/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 04.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5039/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 555/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de aposentadoria de nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO: 082.010381/90 - 2028/91 - VICTóRIA H. C. DE CARVALHO; 082.016381/92 - 0533/93 - ZENAIDE S. SANTOS; 082.010263/90 - 3807/91 - ANA ANGÉLICA G. PAIVA; 082.014955/92 - 6096/93 - ANGELA Mª P. DE CASTRO VIEIRA; 082.004634/94 - 4386/94 - ROSA Mª B. LIRA; 082.002213/91 - 6633/91 - ELZA BITES; 082.010076/93 - 6630/93 - MIRTES DE S. SANTOS; 082.017061/92 - 1430/93 - Mª MADALENA R. SILVA; 082.004111/91 - 6145/91 - ANA Mª A. PERDOMO; 082.018565/93 - 2868/94 - MOACIR F. BORGES; 082.009601/92 - 0675/93 - Mª LÚCIA IWANOW; 082.013075/92 - 6094/93 - MIRTE ROMANINI DE A. VIOTTI; 082.002988/91 - 5304/91 - YANIRA N. DOS REIS FREITAS; 082.000734/94 - 3033/94 - MAURA DE A. MEIRELES; 082.000088/91 - 3321/91 - ANA Mª DE BASTOS REIS; 082.000028/91 - 3305/91 - Mª DO ROSÁRIO SIMÕES; 082.011018/90 - 2342/91 - ANA CLARA B. BARROS; 082.001678/91 - 2796/91 - HELMUTH MOHN; 082.003823/91 - 6318/91 - Mª MARLETE S. MOURÃO; 082.020259/93 - 2612/94 - Mª HELENA DE O. N. DALMORO; 082.004204/91 - 5301/91 - LINDAUVA B. DOS REIS.

PROCESSO No. 4235/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulados pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5040/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos Ofícios nºs. 999 e 1091/96 e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de nºs: NA SEA - NO TCDF - INTERESSADO: 030.012014/88 - 2978/88 - JOSÉ VENCESLAU VIEIRA; 030.015977/81 - 3003/81 - DOMINGOS M. ZARATINI; 030.008056/85 - 1939/83 - NANCY ROMUALDO; 030.010285/85 - 3805/83 - MARIA XAVIER DE ANDRADE.

PROCESSO No. 4237/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulados pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5041/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos Ofícios nºs. 1095,1091 e 969/96 e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de nºs: NA SEA - NO TCDF - INTERESSADO: 030.000647/85 - 4146/90 - JOSÉ CANDIDO BORBA; 134.001176/85 - 6167/93 - OTACíLIO PEREIRA DOS SANTOS; 030.006305/91 - 4406/91 - VALMIRO FERREIRA FREITA.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 2633/91 -- Aposentadoria do servidor ALOYSIO NIEMEYER-FEDF. -- DECISÃO No. 5042/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2958/91 -- Aposentadoria do servidor SILAS FERRAZ-FEDF. -- DECISÃO No. 5043/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3394/91 -- Aposentadoria da servidora CLÉLIA MADURO DE ABREU-FEDF. -- DECISÃO No. 5044/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3699/91 -- Concurso público para o cargo de Agente de Polícia, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 076/90-IDR. -- DECISÃO No. 5045/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a remessa dos autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6631/91 -- Aposentadoria da servidora ADÉLIA OLIVEIRA DE CARVALHO-FEDF. -- DECISÃO No. 5046/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1276/92 -- Contratos nºs. 004 e 010/95, celebrados entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília e a firma EMBRASSEL - Empresa Brasileira de Assistência Empresarial Ltda. -- DECISÃO No. 5047/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. conhecer do Pedido de Reexame de fls. 51/55, considerando-o como se alegações de defesa fosse, para, no mérito, considerar insubsistentes as justificativas ali apresentadas; 2. aplicar aos Senhores MAURÍCIO DUTRA GARCIA e SYLVIO PETRUS JÚNIOR, Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro da SAB, respectivamente, a multa correspondente a 3 (três) UPDF, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94, c/c o artigo 2º da Resolução nº 068, de 01/03/94, deste Tribunal, por firmarem os Contratos nºs 004 e 010/95 contendo cláusulas em desacordo com o disposto nos artigos 23 e 57 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 59 do Decreto nº 16.098/94; 3. fixar o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa estipulada; 4. determinar à Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. - SAB, que dê ciência a esta Corte da quitação do débito referido, remetendo, inclusive, os devidos comprovantes; 5. autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para o devido acompanhamento.

PROCESSO No. 1523/92 (apenso o de nº 3938/91) -- Pensão civil concedida a ISRAEL SOARES ALVES-FEDF e outros. -- DECISÃO No. 5048/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o remessa dos autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2135/92 (apensos os de nºs. 040.009989/91, 030.054.496/80 e 030.002507/92) -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades apontadas no Processo nº 040.009989/91. -- DECISÃO No. 5049/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. tomar conhecimento do O.E. nº 182/95-GAB/SADF, fl. 95 do Processo nº 030.054.496/80 apenso, considerando parcialmente cumprida a diligência determinada na Decisão nº 7701/95, encaminhada pelo OF GP nº 1154/95; 2. encaminhar à Secretaria de Fazenda e Planejamento os Processos nºs 040.009.989/91, 030.002.507/92 e 030.054.496/80, para que aquela Pasta, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) produza, por meio da Subsecretaria de Auditoria, novo exame e pronunciamento sobre a TCE em razão dos fatos novos trazidos ao conhecimento desta Corte, constantes das fls. 90/95 do Processo nº 030.054.496/80 e fls. 230/234, do Processo nº 030.002.507/92; b) transfira da Carga Geral da Secretaria de Agricultura para a Carga Geral da Fundação Zoobotânica, os bens doados pelas Portarias nºs 042/89-SEF (fls. 90 do Processo nº 030.054.496/80) e 008/90-SEF (fl. 92 do mesmo apenso); c) desenvolva gestões junto à Fundação Zoobotânica com vistas à regularização patrimonial dos bens relacionados às fls. 29/46 do Processo nº 030.054.496/80, que não foram objeto de doação nas portarias mencionadas na letra anterior, devendo aquela Secretaria, ainda, informar a esta Corte de Contas sobre as providências adotadas e os resultados alcançados; 3. autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 5334/92 (anexo volume I e apensos os de nºs. 0850, 0852 e 0853/93) -- NE nº 294/92 e outras, da Região Administrativa IX - Ceilândia. -- DECISÃO No. 5050/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da inspeção realizada na RA IX - Ceilândia; b) do Termo de Recebimento Definitivo das obras objeto do Convite nº 031/92; II - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 5373/92 -- Contrato nº 055/95 e outros ajustes, celebrados entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. -- DECISÃO No. 5051/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Contratos nºs 005 e 008/95 e do Aditamento nº 047/95; b) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 7969/93 -- NE nº 293/93 e outras, da Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5052/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da NE nº 346/93; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4359/94 -- Contrato nº 3088/94 e outro, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros. -- DECISÃO No. 5053/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos ajustes em exame; b) relevar as falhas apontadas; c) recomendar à Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB que, ao contratar serviços técnicos de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, classifique a despesa em Outros Serviços; d) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4495/95 (apenso o de nº 030.004013/95) -- Tomada de contas anual do responsável pelo serviço de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 5054/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4767/95 -- NE nº 009/95 e outras, do Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5055/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4811/95 -- NE nº 014/95 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal -- DECISÃO No. 5056/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada pela 1a. Inspetoria de Controle Externo; b) considerar correta a classificação das despesas representadas pelas notas de empenho constantes dos autos; c) relevar as impropriedades apontadas; d) recomendar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que observe as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal na autuação e instrução de processos relativos a despesas de exercícios anteriores; e) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 6009/94 -- Concurso público para o cargo de Agente Penitenciário, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 098/90-IDR. -- DECISÃO No. 5057/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESO No. 6776/94 -- Contrato nº 048/95, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Teltec - Telemarketing, Sistemas, Assessoria e Participações Ltda. -- DECISÃO No. 5058/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do contrato em apreço; b) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2609/95 -- Pensão civil concedida a RENATO TAVEIRA DA CRUZ e outro-FEDF. -- DECISÃO No. 5059/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2940/95 -- Aposentadoria da servidora VALDELICE VIANA BARBOSA-FEDF. -- DECISÃO No. 5060/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2944/95 -- Aposentadoria da servidora LIZETE MACHADO GENEROSO-FEDF. -- DECISÃO No. 5061/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3345/95 -- Aposentadoria da servidora NAIR MARIA QUEIRÓZ-FEDF. -- DECISÃO No. 5062/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3356/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA ELENA SOUSA VERAS-FEDF. -- DECISÃO No. 5063/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5766/95 -- Contrato nº 014/94, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, por intermédio da Coordenadoria Especial do Metrô/DF, e o Consórcio ISOTECH. -- DECISÃO No. 5064/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da primeira etapa de fiscalização do contrato em apreço; II - determinar à Coordenadoria Especial do Metrô/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) esclareça os motivos do estabelecimento, no Edital de Concorrência nº 001/94-CEL/MC/NOVACAP, dos critérios vistos no subitem 20.3 para o "Recebimento Definitivo", sem observância do disposto no artigo 73, I, b, e § 3º, da Lei nº 8.666/93; b) providencie, se ainda não o fez, a revalidação do prazo da garantia contratual estabelecida na Cláusula Décima do Contrato nº 014/94-MC/NOVACAP, bem como a atualização prevista no Subitem 8.1.3 do Edital de Concorrência nº 001/94-CEL/MC/NOVACAP; c) informe o critério utilizado para concluir pela regularidade do preço ofertado pelo Consórcio ISOTECH; d) justifique a razão de ter estabelecido que a licitação seria do tipo menor preço e ter condicionado a abertura da Proposta Comercial à classificação da empresa resultante do exame da Proposta Técnica (subitem 6.1.2 do Edital); e) explicite o porquê da não observância do disposto no inciso III, do artigo 33, da Lei nº 8.666/93; f) informe a fase em que se encontra o contrato, vez que o prazo que alude o Termo Aditivo B já se expirou; III- recomendar à mesma Coordenadoria que: a) proceda corretamente ao estabelecimento do tipo de licitação nos futuros editais, com estrita observância do § 1º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93; b) indique, com clareza, o critério por onde correrá a despesa, com indicação da classificação programática e da categoria econômica; c) evite fazer apenas alusão ao descrito no edital nas cláusulas essenciais; IV - retornar os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0075/96 -- Contendo o Ofício nº 322/96-CPTCE, mediante o qual a Polícia Militar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 054.001554/95. -- DECISÃO No. 5065/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ofício de fl. 08, relevando o atraso apontado; b) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a contar de 30/05/96, o prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial de que trata o processo; c) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4119/96 -- Contendo o Ofício nº 556/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processos de aposentadoria, relacionados em anexo ao referido expediente. -- DECISÃO No. 5066/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/03; b) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a contar de 10/04/96, o prazo para encaminhamento ao Tribunal dos processos de aposentadoria relacionados à fl. 04; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4126/96 -- Contendo o Ofício nº 555/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para encaminhamento de processos de aposentadoria, relacionados em anexo ao referido documento. -- DECISÃO No. 5067/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/06; b) relevar a falha apontada; c) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a contar de 04/04/96, o prazo para encaminhamento ao Tribunal dos processos de aposentadoria relacionados à fl. 07; d) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 2347/90 -- Revisões dos proventos da aposentadoria da servidora MARLENE TERESINHA SOTTO MAYOR PRATES-SEA. -- DECISÃO No. 5068/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal,

no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) retifique a Portaria de 23 de março de 1990 para fazer referência ao Decreto de 30/05/77, bem como para alterar o posicionamento da servidora para o Padrão XXV, à vista do disposto no artigo 1º da Lei nº 1050/50; 2) refaça o Abono Provisório de fl. 60, a fim de consignar os valores relativos a março de 1990, em acordo com a D.N. nº 02/93-TCDF; 3) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3950/92 (apenso o de nº 032.000273/92) -- Tomada de contas anual do Agente de Material da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal, referente ao exercício de 1991. -- DECISÃO No. 5069/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) julgar regulares as contas do servidor JORGE DOS REIS FARIAS, responsável, no exercício de 1991, pela Seção de Material e Patrimônio da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal; b) determinar a expedição da respectiva provisão de quitação, a devolução do processo apenso à origem e o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 5517/93 -- Ofício nº 757/96-GAB/SO, mediante o qual a Secretaria de Obras do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, a contar de 24.05.96, para cumprimento da diligência expressa na Decisão nº 2268/96. -- DECISÃO No. 5070/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conhecer do Ofício nº 757-A/96-GAB/SO; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 dias, como solicitada.

PROCESSO No. 5780/93 (apenso o de nº 2873/88) -- Ofício nº 385/96, mediante o qual a Secretaria de Turismo do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência expressa na Decisão nº 13.548/95. -- DECISÃO No. 5071/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento dos documentos de fls. 188 e 189; 2 - autorizar a prorrogação do prazo, por 60 dias, recomendando à SETUR que intensifique as gestões junto à SEFP, no sentido de obter, no menor tempo possível, o atendimento das diligências requeridas, constantes do Processo nº 020.002.000/95.

PROCESSO No. 7684/93 -- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 93/051, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o Sr. CALICANTO QUERIDO. -- DECISÃO No. 5072/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do referido aditivo e autorizou o retorno dos autos à 2a. ICE.

PROCESSO No. 1431/94 -- Contrato nº 19/95, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a firma REAL-Laticínios e Frios Ltda. -- DECISÃO No. 5073/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do Contrato nº 19/95 e dos primeiro e segundo aditivos; 2) considerar irregular a prorrogação viabilizada pelo Primeiro Termo Aditivo, fundamentada na Medida Provisória nº 1.207, de 24/12/95, aplicável à extensão da vigência de contratos para a prestação de serviços contínuos, o que não é o caso da contratação examinada nestes autos; 3) determinar ao DETRAN que, em trinta dias, promova a rescisão do Contrato nº 19/95, prorrogado irregularmente, bem como apresente as justificativas do procedimento, apontando o responsável pelo ato para que apresente, de logo, suas razões de defesa.

PROCESSO No. 3152/94 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora ANA MORAIS MAITO-SEA. -- DECISÃO No. 5074/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - confeccione novo Abono Provisório para consignar as vantagens previstas no artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, a partir de 03.03.94, adequando-o ao ato de aposentação (fls. 30/32), com observância do disposto na DN-TCDF 02/93; 2 - autentique os atos de fls. 30, 31 e 32; 3 - elabore nova Certidão de Tempo de Serviço, a fim de corrigir o cálculo do período que vai de 01.06.63 a 02.03.94; 4 - esclareça qual período gerou o direito à licença especial, conforme dispõem os documentos de fls. 26/27.

PROCESSO No. 6419/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA DA GLÓRIA COSTA-TCDF. -- DECISÃO No. 5075/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0145/95 -- Aposentadoria da servidora MARIZA FERREIRA LEÃO-FHDF. -- DECISÃO No. 5076/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0621/95 -- Aposentadoria do servidor BERNARDO SANTOS NUNES DE ARAÚJO-FHDF. -- DECISÃO No. 5077/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3451/95 (apenso o de nº 030.004021/95) -- Tomada de contas anual do Agente de Material da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 5078/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4067/95 (apenso o de nº 4676/90) -- Pensão civil concedida a MARIA APARECIDA DE SANT'ANNA-SEA. -- DECISÃO No. 5079/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 4627/95 -- Contrato nº 11/95, celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e a firma Petrobrás Distribuidora S/A. -- DECISÃO No. 5080/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Contrato nº 011/95 e do Termo de rerratificação; b) autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 5049/95 -- Aposentadoria do servidor FRANCISCO JOSÉ FELICIANO-TCDF. -- DECISÃO No. 5081/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a conversão dos autos em diligência, a ser cumprida em trinta dias, objetivando a correção do ato de fl. 16, para excluir a referência à Medida Provisória nº 1160, bem como para a adequação do item 5 do documento de fl. 15 à vantagem constante do ato de fl. 16.

PROCESSO No. 5641/95 -- Aposentadoria do servidor AILDO FERNANDO ARRUDA LEAL-TCDF. -- DECISÃO No. 5082/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1653/96 -- Relatório de Auditoria Programada realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal no 1º trimestre do corrente exercício, em cumprimento ao GAPLAN/96. -- DECISÃO No. 5083/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Relatório de Auditoria constante de fls. 60 a 78; II - determinar à SEFP e à Procuradoria Geral/DF que providenciem a correção dos proventos de SÔNIA BEATRIZ A. ZAMBONI, Técnico de Orçamento e de MARIA ANGÉLICA C. DE MENDONÇA, Procuradora de 1ª Categoria, ajustando os percentuais de anuênios para 22% e 23%, respectivamente; III - determinar ao DER que providencie, junto à SEA, a correção das seguintes irregularidades detalhadas no relatório: a) as falhas apontadas na auditoria anterior (Proc. 2853/94), constantes de fls. 65 a 67 (Par. 26-alíneas "a", "b", "c" e "d"); b) os percentuais de ATS pagos, na maioria dos casos, como "quintos", dos inativos listados às fls. 68/69 (item VII-alínea b), com o fim de adequá-los à sistemática de anuênios prevista na Lei 8.112/90; c) a proporcionalidade dos proventos de aposentadoria de CRISTINA DA SILVA FERREIRA e ALDEBRANDINO ALVES DE CARVALHO, ajustando-as, respectivamente, para 27/30 e 17/35 (fl. 69-alínea c); d) os valores das parcelas "Gratificação de Atividade" e "Gratificação de de Produtividade Rodoviária", pagas incorretamente (fl. 70-alínea d); e) a elaboração de atos de revisão de proventos, submetendo-os, de imediato, à apreciação plenária (alíneas "e" e "f" - fl. 70); f) a correção dos valores das parcelas de opção e de Representação Mensal devidas a ARMANDO NUNES FILHO, adequando seus valores ao DFG-09 (fl. 71, par. 32); IV - determinar ao DER que: 1) apure as quantias porventura pagas indevidamente aos interessados, para fins de ressarcimento ao erário, consoante estabelece o art. 46 da Lei 8.112/90; 2) não se limite a promover os acertos das situações indicadas, dando continuidade ao trabalho no sentido de regularizar os pagamentos de outros benefícios em situações semelhantes às detectadas na amostra selecionada.

PROCESSO No. 3836/96 -- Ofício nº 206/96-GAB/SES, por intermédio do qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, para cumprimento de diligências determinadas em processos de aposentadoria. -- DECISÃO No. 5084/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 3840/96 -- Ofício nº 206/96-GAB/SES, por intermédio do qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, para cumprimento de diligências determinadas em processos de aposentadoria. -- DECISÃO No. 5085/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 3842/96 -- Ofício nº 206/96-GAB/SES, por intermédio do qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, para cumprimento de diligências determinadas em processos de aposentadoria. -- DECISÃO No. 5086/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 3968/96 -- Ofício nº 552/96, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5087/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 1083/87 (anexos volumes I e II e apensos os de nºs 030.008412/87, 030.004052/87, 094.000113/88 e 3425/87) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades por várias irregularidades ocorridas naquele órgão Jurisdicionado. -- DECISÃO No. 5088/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 529/532 e 536/537, decidiu: a) determinar à CAESB que, no prazo de 30 dias, efetue o desconto, nos salários do servidor ALTAIR GARCIA VIEIRA, do valor (atualizado) equivalente a 9,2242 UPDF's, devendo providenciar o recolhimento dessa quantia aos cofres do DF e informar à Corte tão logo haja o ressarcimento do débito em causa; b) solicitar à Procuradoria Geral do DF que, no prazo de 30 dias, informe à Corte o estágio atual das providências objetivando a cobrança executiva do débito imputado ao Sr. GESNER THOMÉ, de que trata o Processo TC nº 2638/95; c) autorizar a devolução à origem dos Processos nºs 030.008412/87, 030.004052/87 e 094.000113/88; d) determinar o arquivamento do Processo nº 3425/87.

PROCESSO No. 1716/89 -- Aposentadoria da servidora NEUSA MARIA DA COSTA PEREIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5089/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento das medidas adotadas em cumprimento da diligência ordenada à f. 127, conforme documentos de fs. 129 e 130; II) determinar a devolução dos autos à SEA, devendo aquele órgão providenciar a elaboração: a) de novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de f. 129, corrigindo o tempo averbado, de 1.674 para 1.470 dias, e excluindo da contagem em dobro o tempo de serviço prestado à NOVACAP (427 dias), não alcançado pela Lei nº 22/89; b) de novo demonstrativo dos proventos, em

substituição ao de f. 130, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, corrigindo a proporcionalidade dos proventos para 19/30, em face da medida indicada na alínea anterior; III) determinar à Inspetoria de Controle Externo competente que providencie a inclusão do presente caso em roteiro de auditoria, a ser oportunamente realizada na SEA, para verificar a efetivação das medidas indicadas no item anterior e a regularidade das despesas com o pagamento dos proventos, a partir de 1º.1.92, tendo em conta o resultado das referidas medidas e as implicações do disposto no art. 102, VIII, **b**, da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO No. 3022/92 (apenso o de nº 055.000649/91) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículos de sua propriedade, em decorrência de acidentes de tráfego. -- DECISÃO No. 5090/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE, decidiu: a) em caráter excepcional, relevar as falhas apontadas; b) determinar a devolução do apenso ao DETRAN/DF, para que aquele órgão, no prazo de 30 dias, adote providências com vistas à cobrança, na via administrativa ou judicial, do débito dos Srs. ZENON BALDUíNO DE FIGUEIREDO e BENEDITO MONTEIRO, no valor equivalente a 38,441 UPDF's (veículo de placa FO-9064) e do Sr. JORGE ALBERTO M. FERREIRA, na quantia correspondente a 12,871 UPDF's (veículo de placa FO-9134), devendo informar à Corte, dentro do prazo acima, as medidas adotadas, em cada caso; c) determinar, ainda, à referida Autarquia que adote efetivas medidas no sentido de não mais haver demora na apuração de responsabilidades decorrentes de danos causados ao órgão; d) em face de não ter ficado suficientemente evidenciada a culpa do servidor JANUÁRIO BARCELOS ARAÚJO, autorizar a baixa na sua responsabilidade, devendo o órgão devolver-lhe o valor por ele recolhido, devidamente atualizado.

PROCESSO No. 2696/93 -- Concurso público para o provimento de cargos da Tabela de Pessoal da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, aberto pelo Edital nº 01/93. -- DECISÃO No. 5091/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu autorizar a realização de auditoria junto à CAESB, na forma solicitada pela instrução, observado o esclarecimento constante da decisão proferida no referido Processo nº 6971/93.

PROCESSO No. 2847/93 -- Representação nº 16/93-OR, do Auditor OSVALDO RODRIGUES, levantando a questão do uso de concurso público realizado para o provimento de cargo do quadro de pessoal de um órgão, para efeito de preenchimento de cargo dos quadros funcionais de outro órgão público. -- DECISÃO No. 5092/96.- Havendo o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 5819/93 -- Concurso Público para os cargos de Atendente Comercial e Teledigifonista, da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, aberto pelo Edital nº 01/93. -- DECISÃO No. 5093/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, em confirmação, autorizou a realização de auditoria junto à CAESB, na forma solicitada pela 4a. ICE, observado o esclarecimento constante da decisão proferida no Processo nº 6971/93.

PROCESSO No. 7411/93 -- Aposentadoria do servidor FRANCISCO DE ASSIS FREIRE DA COSTA-SEA. -- DECISÃO No. 5094/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2657/94 (apenso o de nº 061.022076/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 5095/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 142/144 do apenso, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) determinar à PMDF que, à vista do resultado da TCE de que trata o Processo nº 061.022076/94-FHDF e do contido no documento de f. 129 desse processo (enviar cópia deste), providencie o desconto, na forma parcelada, no limite legal, nos vencimentos da servidora (policial) VANDA APARECIDA DE O. TOMÉ GOMES, do valor equivalente a 4,2293 UPDF's, a ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês, desde o mês de janeiro/95 até o efetivo pagamento, devendo a quantia descontada ser imediatamente repassada à FHDF, por se referir à reparação de dano apurado no aludido processo; c) dar conhecimento dessa decisão à FHDF, determinando-lhe que, após o ressarcimento do prejuízo em causa, envie à Corte os respectivos comprovantes.

PROCESSO No. 3574/94 -- Relação trimestral de tomadas de contas especiais instauradas pelo Serviço de Limpeza Urbana, com base no § 4º do art. 156 do RI/TCDF, referente ao 2º trimestre de 1994. -- DECISÃO No. 5096/96.- O Tribunal, acolhendo parcialmente a proposta do Relator, tomou conhecimento do resultado de inspeção realizada naquela autarquia e determinou a devolução do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo. Decidiu, ainda, acolhendo sugestão da Conselheira MARLI VINHADELI, devolver os Processos de nºs. 094.000008/94, 094.000273/93, 094.000571/93, 094.000270/93 e 094.000211/94 ao órgão de origem, alertando-o para o disposto no artigo 156, parágrafo 4º, inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

PROCESSO No. 1785/95 -- Aposentadoria do servidor TEOTÔNIO MAGALHÃES NETO-FZDF. -- DECISÃO No. 5097/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar para que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, justifique, tendo em conta o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 30/77, a admissão, nessa entidade, do nominado servidor, informando se foi mediante concurso público, ou não, e, neste último caso, o fundamento legal de seu aproveitamento em emprego ou cargo permanente.

PROCESSO No. 2024/95 (apenso o de nº 055.004884/90) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades decorrentes do pagamento de despesa originada de reajustamento irregular de preços de contrato celebrado com a firma GIMAS - Comércio e Representações Ltda. -- DECISÃO No. 5098/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço, decidiu: a) nos termos dos arts. 13, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 172 do Regimento Interno, ordenar a citação dos servidores nominados no item 9 de f. 40, para, no prazo de 30 dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhes é atribuída nos autos ou, se preferirem, recolher desde logo o valor atualizado do débito apurado; b) determinar ao DETRAN/DF que, no prazo de 30 dias, apresente circunstanciadas justificativas sobre a demora para a instauração da TCE em causa, tendo em vista: o parecer da Junta de Controle, pela ilegalidade da despesa, de 9.7.91; parecer do Procurador-Chefe, de 7.11.91; a remessa deste parecer à SUCONT, em 19.11.92; a nova tramitação do feito, a partir da SUCONT, em 16.11.94; e a instauração da TCE, somente em 21.2.95, com entrega à Corte, em 4.9.95, devendo indicar o nome dos responsáveis por essa falha, com vistas à eventual aplicação da penalidade prevista no art. 182, III, do mencionado regimento; c) recomendar ao DETRAN/DF que adote providências no sentido de estabelecer controle eficiente quanto à tramitação de processos entre os setores da Autarquia, de modo a evitar falhas como as constatadas no presente caso.

PROCESSO No. 2750/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA ELISABETE BATISTA COSTA-FEDF. -- DECISÃO No. 5099/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I- providencie a retificação do ato concessório da aposentadoria (f. 17), para incluir o fundamento legal da parcela "Incentivos Funcionais" constante do demonstrativo dos proventos (f. 21), caso confirmado o direito da interessada a essa vantagem; II- afira, junto ao INSS, a autenticidade da certidão de f. 7, no tocante ao tempo de trabalho rural, tendo em vista o decidido por esta Corte no Processo nº 3483/93; III- esclareça, juntando documentos comprobatórios hábeis, se for o caso, se a inativa faz jus à vantagem denominada TIDEM (Leis nºs 356/92 e 695/94) e à Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94), adotando, se confirmado o direito a essas parcelas, as medidas cabíveis; IV- elabore novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 21, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: a) desmembrar a parcela "PROVENTO 25F" em Provento Básico (25F), R$ 457,59, e Gratificação de Titularidade, R$ 109,90; b) corrigir os valores das parcelas Gratificação de Atividade e Incentivos Funcionais, cujos percentuais devem incidir somente sobre o vencimento base (Padrão 25F); c) incluir, se constatado o direito da inativa, conforme item III supra, a vantagem denominada TIDEM (tempo integral e dedicação exclusiva) e a Gratificação de Regência de Classe, calculadas também sobre o provento básico; V - junte justificativa sobre o efetivo exercício do cargo de Professor, durante o período de 14.3.78 a 31.1.79, concomitantemente no Estado de Goiás (f. 6 e 6-v) e na Fundação Educacional do DF (fs. 9, 10 e 20), informando, ainda, os respectivos horários de trabalho.

PROCESSO No. 5748/95 (anexo 01 volume) -- Atas de órgãos colegiados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 5100/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento das atas em apreço, decidiu: I - solicitar à NOVACAP que, no prazo de 15 dias, remeta à Corte os Processos de nºs 112.002227/94, 112.002659/95, 112.003158/95, 112.006669/95 e 112.007174/95; II - recomendar à NOVACAP que, doravante, na elaboração das atas: a) atente para a correta e completa citação das disposições da Lei nº 8.666/93, apondo a assinatura nos referidos documentos de todos os diretores presentes à reunião, uma vez que esse tipo de falha ocorreu em várias atas lavradas no exercício de 1995; b) faça constar o número do ajuste e do respectivo processo; III - remeter os autos às 3ª e 4ª Inspetorias, para a sua manifestação, respectivamente, quanto aos assuntos de que tratam as atas indicadas à f. 368.

PROCESSO No. 5989/95 -- Aposentadoria do servidor SÉRGIO AUGUSTO GENEROSO-SEA. -- DECISÃO No. 5101/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a elaboração de novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de fs. 2 e 3, para, observando-se o disposto nos arts. 102, incisos I a X, e 103, incisos II a VI, da Lei nº 8.112/90 e 116, parágrafo único, da Lei nº 1.711/52: a) considerar a apuração até o dia imediatamente anterior ao da publicação do ato concessório de fs. 22 e 23; b) indicar as faltas (289 dias) registradas às fs. 17 a 19; II - certifique que o servidor usufruiu, ou não, a licença-prêmio referente ao período aquisitivo de 4.9.85 a 2.9.90, visto que o documento de f. 6-verso não se encontra assinado por quem de direito; III - se em decorrência das medidas de que tratam os itens anteriores houver alteração no percentual do adicional por tempo de serviço, elabore novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 30, para a retificação do valor dessa parcela.

PROCESSO No. 6412/95 -- Consulta formulada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre a legalidade da averbação, para efeitos de aposentadoria, adicionais e disponibilidade, do tempo de serviço prestado a outras esferas do Governo por servidores que ingressaram no Serviço Público do Distrito Federal na vigência da Lei nº 8.112/90. -- DECISÃO No. 5102/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu tomar conhecimento da consulta em apreço, para responder à Câmara Legislativa que o tempo de serviço público prestado à União, Estados e Municípios por servidores que ingressaram nos quadros funcionais do Distrito Federal, na vigência da Lei nº 8.112/90, não pode ser considerado para efeito de adicionais, restringindo-se o seu aproveitamento para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 103, I, desse diploma legal, aqui aplicável por recepção. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, a referida proposta (ANEXO II).

PROCESSO No. 6442/95 -- Contendo o Ofício nº 331/96-CPTCE, mediante o qual a Polícia Militar do Distrito Federal, solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa da tomada de contas especial objeto do Processo nº 054.001507/95. -- DECISÃO No. 5103/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 1 e 9 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa, observado o disposto no art. 156 do Regimento

Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 1799/96 -- Contendo o Ofício nº 1396/96-GAB/SEA, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para remessa da tomada de contas especial objeto do Processo nº 030.001303/96. -- DECISÃO No. 5104/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1, 2 e 6, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 4075/96 -- Ofício nº 1195/96-GAB/SEA, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5105/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no Processo TC nº 2314/94.

PROCESSO No. 4114/96 -- Ofício nº 556/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5106/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no Processo nº 5432/94.

PROCESSO No. 4118/96 -- Ofício nº 556/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5107/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/3, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 4.

PROCESSO No. 4120/96 -- Ofício nº 555/96, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5108/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/6, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 7.

PROCESSO No. 4127/96 -- Ofício nº 554/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5109/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1 e 2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no Processo nº 1805/93.

PROCESSO No. 4131/96 -- Ofício nº 553/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5110/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1 e 2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 3.

PROCESSO No. 4355/96 -- Ofício nº 577/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5111/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1 e 2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no Processo nº 1210/91.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente informou ao Plenário que, acompanhado do Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, fez a entrega de exemplar contendo Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as contas do Governador do Distrito Federal, correspondentes ao exercício de 1995, ao Chefe do Governo local, Professor CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE, e em seguida solicitou ao Conselheiro FREDÉRICO AUGUSTO BASTOS, relator das referidas contas, o obséquio de abordar o assunto. Com a palavra o Conselheiro FREDERICO relatou que a visita se desenvolveu dentro de um contexto de cordialidade e de atenção, tendo o Senhor Governador demonstrado interesse a respeito do trabalho aqui realizado, no sentido de, a par de outros aspectos, propiciar a necessária transparência de suas contas, um dos objetivos de seu Governo, motivo pelo qual solicitou a remessa de exemplar que ficará na sua mesa de despacho para facilitar eventuais consultas e estudos e, concluindo, enalteceu o alto nível do relacionamento do GDF com esta Corte de Contas. Em resposta, o Conselheiro FREDERICO esclareceu ao Senhor Governador que este bom relacionamento institucional decorre da competente e fidalga condução que o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO vem imprimindo na direção deste Tribunal.

Continuando, a Presidência informou ao Colegiado a necessidade de, em sintonia com os procedimentos adotados pelos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal, não proceder à antecipação no presente mês do adiantamento do 13º salário, mantidos apenas para os que fluirem férias regulamentares.- O Tribunal aprovou a medida.

A seguir, passou a palavra ao Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA que propôs o disciplinamento da compensação do período não compreendido no artigo 40 do Regimento Interno, no sentido de facultar ao Presidente o prazo máximo de 02 (dois) anos, para sua fruição, após o final de seu mandato. - O Tribunal, por maioria, aprovou a proposição.

Prosseguindo, concedeu a palavra à Conselheira MARLI VINHADELI que apresentou, com fundamento no disposto no artigo 76 do Regimento Interno, a Representação nº 01/96, versando sobre prorrogação de contratos administrativos.- A Mesa recepcionou o referido documento, encaminhando-o à indispensável autuação, para os fins pertinentes (Processo nº 4981/96). -- DECISÃO No. 5114/96.

Finalmente, concedeu a palavra ao Conselheiro JORGE CAETANO que apresentou, com fundamento no artigo 76 do Regimento Interno, a Representação nº 001/96-JC, a respeito da publicação na imprensa de possíveis irregularidades praticadas no executivo local.- A Mesa recepcionou o referido documento, encaminhando-o à indispensável autuação, para os fins pertinentes (Processo nº 4980/96). -- DECISÃO No. 5113/96.

Às 18h40, de conformidade com o artigo 77 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e representante do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, OSVALDO RODRIGUES, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

Anexo I da Ata 3170
Sessão Ordinária de 18.06.96

PROCESSO Nº 7260/94
ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundação Hospitalar - FHDF (720-5)
INTERESSADO: Maria Amancio Rodrigues
ASSUNTO: Pensão (6205-8)
EMENTA: Pensão deixada por servidor de Quadro Suplementar.

Na Sessão Plenária de 30-5-1996, quando foi submetido a julgamento da Corte o presente processo, que trata de pensão deixada por ex-servidor do GDF, registrou-se um empate. Votaram pela ilegalidade da concessão os Senhores Conselheiros José Milton Ferreira e Marli Vinhadeli. Votaram pela legalidade os Senhores Conselheiros Frederico Augusto Bastos e José Eduardo Barbosa. O Sr. Relator, Conselheiro José Milton Ferreira, acompanhou o Parecer do nobre órgão do Ministério Público e nos termos de seu voto vencido, na Sessão de 30-4-96, ao fundamento de que os integrantes dos quadros suplementares, porque ficaram sujeitos ao regime jurídico único mas sem terem a investidura no serviço público precedida de concurso, não teriam direito à aposentadoria nem à instituição de pensão aos seus dependentes. Os outros dois votos, em sentido contrário, foram pela legalidade, considerando que a matéria é similar a outras já decididas pelo Plenário.

Vê-se, dos autos em causa, que o ex-servidor fora admitido a 9-1-1961, como Servente da NOVACAP, foi depois aproveitado como Auxiliar de Portaria, do Quadro Provisório de Pessoal do DF, a partir de 9-11-1965, cargo no qual se aposentou, a 8-6-1978 (fls. 30 e 36), cuja concessão foi considerada legal na Sessão de 15-2-79, com Parecer favorável do MP (fls. 51), vindo a falecer dia 7-8-1994 (fls. 2).

O **de cujus**, mesmo admitido sem concurso público, já teria sido passado à condição de servidor público, a partir da Lei nº 4.242, de 17-7-1963, que no seu artigo 40 preceituou nesse sentido.

A Constituição de 24-1-1967, no seu art. 177, assegurou estabilidade aos funcionários já amparados por legislação anterior, o que foi ressalvado, também, no art. 194, na redação da Emenda Constitucional nº 1/69.

Como a aposentadoria do ex-servidor em causa ocorreu a 8-6-78, não há que se falar do amparo, pelo art. 19 do ACT, de 5-10-1988, nem da sua inclusão no Quadro Suplementar, dos beneficiados pelo Regime Jurídico único, da Lei nº 8.112/90, porque ele já era estatutário desde 1965.

Por outro lado, o direito à pensão em exame não está, necessariamente, condicionado a qualquer outra exigência, além da de ter sido o **de cujus** servidor público estatutário.

Nessas condições, com a devida vênia aos ilustres Senhores Conselheiros José Milton Ferreira e Marli Vinhadeli, acompanho o VOTO dos não menos ilustres Conselheiros Frederico Augusto Bastos e José Eduardo Barbosa.

Brasília, 18 de junho de 1996.

RONALDO C. COUTO
Presidente

Anexo II da Ata 3170
Sessão Ordinária de 18.06.96

PROCESSO Nº 6412/958
Int.: Câmara Legislativa do DF (104-3)
Assunto: Consulta (2885-6)
Ementa: Consulta sobre a legalidade da averbação, para efeitos de aposentadoria, adicionais e disponibilidade, do tempo de serviço prestado a outras esferas de Governo por servidores que ingressaram no Serviço Público do DF, na vigência da Lei nº 8.112/90. Instrução opinando no sentido de que o tempo de serviço prestado sob a égide da Lei nº 1.711/52 deve ser averbado para tais fins, independentemente de o servidor haver ingressado nos quadros do DF durante a vigência deste último diploma legal. Parecer do Ministério Público concluindo em igual sentido. Orientação deste Tribunal divergente. Pela sua manutenção. Resposta nessa conformidade.

Trata-se de consulta formulada pela Câmara Legislativa do DF sobre a legalidade da averbação, para efeitos de aposentadoria, adicionais e disponibilidade, do tempo de serviço prestado a outras esferas de Governo por servidores que ingressaram no Serviço Público do DF, na vigência da Lei nº 8.112, de 11.12.90.

2. A consulta vem acompanhada do parecer visto por cópia às fs. 02/06, da ilustrada Consultoria Jurídica do órgão consulente.

3. A instrução da 4ª Inspetoria (fs. 17/22), após esclarecer que o entendimento adotado por esta Corte sobre o tema "ampara-se no Parecer de sua Consultoria Jurídica nº 14/93 (fls. 11/13),", do qual discorda, com base na tese do direito adquirido, e conclui pelo conhecimento da consulta, para esclarecer à Câmara Legislativa que "*deve prosperar a averbação de tempo de serviço público* prestado em qualquer esfera de governo, para efeitos de aposentadoria, adicionais e disponibilidade, prestado sob a égide da Lei nº 1.711/52, independentemente de o servidor ter ingressado no D.F. durante a sua vigência." (f.20).

4. O parecer do Ministério Público (fs. 22/36), da lavra da digna e ilustre Procuradora-Geral, Drª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, pelos fundamentos que aduz, é pelo acolhimento da posição defendida pela unidade de apoio técnico, "inclusive quanto à redação proposta.".

5. Na fundamentação do seu brilhante e alentado parecer, o douto Ministério Público traz à colação o teor do seu Enunciado nº 18, **in verbis:**

"conta-se para efeito de ATS o tempo de serviço prestado na esfera federal, estadual e municipal prestado antes da vigência da Lei nº 8.112/90, independentemente da data da averbação" (f. 30).

6. Reproduz longa discussão constante do Parecer nº 1004/95 (emitido no Processo nº 410/95), de autoria da mesma representante do **Parquet**, em que sustentou por igual a tese do direito adquirido, para, ao final, concluir pela averbação de tempo de serviço público prestado, sob o regime da Lei nº 1.711/52, na esfera municipal, para fim de adicional por tempo de serviço.

7. No colacionado Parecer nº 1004/95, entre as lições doutrinárias invocadas sobre o significado do que seja direito adquirido, destaco, pela sua abrangência e clarividência, a do Professor e administrativista CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, nestes termos:

"15.'o próprio de lei nova, como de qualquer regra geral é sua incidência imediata. Com efeito, presume-se que a norma geral produzida o foi justamente por ser mais adequada para regular as espécies do que o diploma pretérito. Nisto não há qualquer contumácia a fatos e situações que no passado se exauriram ou nele se perfizeram, pois regra superveniente regula situações presentes e futuras. O que ocorreu no tempo transacto está a salvo de sua incidencia. Em suma: porque visa reger aquilo que ora existe ou que ainda vai existir, não atinge o que já sucedeu. Respeita fatos e situações que se criaram no passado e cujos efeitos nele se esgotaram ou simplesmente se perfizeram juridicamente. 16. Segue daí uma vantagem funcional por exemplo constituída no passado e cujos efeitos juridicamente se perfizeram, consumando-se, está consolidada, ainda que não tenha sido jurídica. Isto é, os fatos materiais podem não ter sucedido, mas se os efeitos jurídicos já se completaram, nenhuma regra nova pode alcançá-la, pois de direito, a situação já estará definida... *Os atos e fatos já consumados em seus efeitos jurídicos, ainda que não* realizadas suas conseqüências materiais, são inatingíveis pelas leis novas, sendo pena de retroação proibida` _ RDA 134/12." (fs. 33 e 34).

8. Na manifestação emitida nestes autos, observa a digna representante do Ministério Público:

"Se o Tribunal, neste caso e em outros semelhantes, tivesse adotado o parecer da Consultoria transcrito no item 10, teria que ter declarado ilegal a averbação do tempo prestado pela servidora à prefeitura de Luziânia porque, se a leitura a ser feita do dispositivo é a de deve ser ""contado para todos os efeitos legais" o tempo de serviço público "distrital" e não "federal""

> prestado sob a vegência da Lei nº 1.711/52, aquele não poderia ter sido contado para efeito de adicionais porque não foi prestado ao Distrito Federal." (f.34).

9. Observa ainda a eminente parecerista:

"Assim como no entendimento do Tribunal no processo nº 410/95, em que se admitiu a irrelevância do momento em que o titular entendeu por bem pleitear o direito adquirido, no caso, posterior à Lei nº 8.112/90, também na hipótese em tese ora analisada, o tempo de serviço prestado na vigência da Lei 1.711/52, tal com lá previsto, deve ser reconhecido mesmo que a oportunidade para exercê-lo venha a ocorrer posteriormente, independentemente da época em que o servidor ingressar no âmbito distrital." (f.35).

10. No desevolvimento do seu raciocínio acerca da incidência do direito adquirido, a digna Procuradora-Geral assevera:

"O fato do servidor público de outra esfera governamental ingressar no serviço público do Distrito Federal após a vigência da Lei nº 8.112/90 é irrelevante para os efeitos de aferição do direito adquirido. Fundamental é a data da vigência da Lei nova e, se a noviça não pode retroagir para alcançar fatos anteriores e seus efeitos já consumados, protegido está o direito, integrante do patrimônio do servidor. E direito adquirido lá, também o é aqui." (f.35).

11. A argumentação é assim finalizada:

"A impossibiliadade de contar o tempo de serviço público prestado a outras esferas governamentais, senão para efeito de aposentadoria e disponibilidade, como determina o art. 103, I, da Lei nº 8.112/90, impõe-se para o tempo prestado, nesta condição, a partir da vigência deste novo Estatuto, não alcançando situações anteriores sob a vigência de legislação diversa em contrário." (f. 35).

12. é o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

13. Atendidos que são os pressupostos regimentais de admissibilidade, como assinala a instrução, a consulta em exame deve ser conhecida pelo Tribunal. Assim proponho.

14. No mérito, **data venia**, permito-me dissentir da instrução e parecer do douto Ministério Público, pelas razões que exponho a seguir.

15. Em matéria de averbação de tempo de serviço, os seus efeitos são os fixados no direito positivo aplicável. Entre eles, o que mais tem sido admitido pelo ordenamento jurídico é o aproveitamento do tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade. A própria Constituição Federal prevê a contagem, para essa finalidade, do tempo de serviço público federal, estadual e municipal (art. 40, § 3º), bem como do prestado à iniciativa privada (art. 222, § 2º), a chamada contagem recíproca.

16. Quanto a esses dois efeitos o tema não comporta discussão, porque a contagem do tempo de serviço público, referentemente aos três níveis de governo, era autorizada pela lei antiga (a 1.711/52) e o é, como não podia ser diferente, pela Lei Estatutária em vigor (a 8.112/90).

17. Considerado o objeto da consulta, a polêmica da incidência do direito adquirido restringe-se, portanto, à questão do aproveitamento do tempo de serviço público para efeito de adicionais (anuênios).

18. No regime do Estatuto precedente, não havia disciplina legal sobre que tempo de serviço público era aproveitável, para fim de concessão da gratificação adicional em referência. Previa a Lei nº 4.345/64, no art. 10, apenas que a vantagem era paga à base de 5% por quinqüênio de efetivo exercício até 7 qüinqüênios. O Decreto nº 31.922, de 15.12.52, que regulamentou a concessão do benefício, *dispunha, no art. 7º, I, in verbis*

"Art. 7º No cômputo do tempo de serviço público efetivo serão observadas as seguintes normas:

I - entende-se como tempo de serviço público efetivo o que tenha prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em cargo ou função civil ou militar, ininterruptamente ou não, em órgãos de administração direta ou autárquica, apurado à vista dos registros de frequência, folhas de pagamento ou dos elementos regularmente averbados no assentamento individual do fucionário."

19. Em face dessa disposição regulamentar, por muito tempo prevaleceu o entendimento de que o tempo de serviço público haveria de ser prestado em cargo ou função pública, subordinado o servidor ao regime estatutário. Nos idos de 1970, orientação inovadora adotou o antigo Tribunal Federal de Recursos, que, acolhendo brilhante e judicioso voto do seu então Ministro JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, tendo presente que o desempenho de emprego nos órgãos da administração direta e autárquica constitui exercício de função civil, porque militar não é, o órgão passou a considerar o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado sob o regime da CLT, para efeito de gratificação adicional (qüinqüênio).

20. Esse novel critério foi seguido pelos órgãos públicos em geral, tendo expressa referência no Enunciado 137 do TCU.

21. A Lei nº 8.112/90 (novo Estatuto dos servidores públicos civis da União, aplicável no Distrito Federal), inovou bastante a respeito do tema. Prescreve, no art. 103, I, que o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal contar-se-á **apenas** para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

22. Adaptado esse comando legal restritivo ao Distrito Federal, onde esse diploma legal se aplica por recepção, segue-se que, para fins de adicionais, só vale aqui o tempo de serviço distrital. Nesse sentido decidiu o Tribunal **interna corporis**, no Processo nº 2455/93, acolhendo o Parecer nº 14/93-CJ/SA, do então Consultor Jurídico Substituto e hoje digno titular da Consultoria Jurídica da Presidência, Dr. SEBASTIÃO BAPTISTA AFFONSO (cópia às fs. 11/13). Esse entendimento (unânime) foi confirmado em recentíssima Sessão Administrativa, realizada no último dia 16 do corrente mês, ao apreciar o Processo nº 4300/92, sob o relato do eminente Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, *em que foi autorizada a retificação (parcial) dos efeitos da* averbação de tempo de serviço público federal de servidor admitido na vigência da Lei nº 8.112/90, e que vinha sendo considerado também para adicionais.

23. Neste ponto é que entra a questão do direito adquirido, protegido pela ordem constitucional, estando, assim, fora de dúvida que aqueles servidores que percebiam adicionais com base em tempo de serviço prestado a outra esfera de governo continuam fazendo jus ao benefício.

24. A discussão cabível é quanto ao tempo de serviço anterior à vigência da Lei nº 8.112/90, não averbado, antes desse marco. Na decisão tomada no Processo nº 410/95, da minha relatação, cópia às fs. 9 e 10 (sessão de 31.10.95), ficou assente e esclarecido que o tempo de serviço prestado a outra esfera de governo, sob a égide da Lei nº 1.711/52, ainda que averbado já na vigência da Lei nº

8.112/90, vale também para efeito de adicionais. Convém notar que, no caso examinado, o ingresso do servidor verificou-se quando ainda vigente o primeiro diploma legal citado.

25. É a prevalência do direito adquirido, cuja consistência ao nível doutrinário acha-se bem demonstrada no brilhante parecer do douto Ministério Público.

26. Sucede, porém, que a situação dos servidores que ingressaram nos quadros de pessoal do Distrito Federal, na vigência da Lei nº 8.112/90, para o efeito de que se cogita, a meu critério, **data venia**, não tem a proteção do direito adquirido, porque ela pressupõe a manutenção do vínculo jurídico-funcional com os órgãos e entidades compreendidos na esfera de governo onde tenha havido a mudança no direito legislado.

27. O desligamento do servidor dos quadros funcionais deste ou daquele órgão implica a perda dos direitos conquistados, se incompatíveis com o novo regime legal a que espontaneamente se submete, junto ao novo empregador. Ao ingressar nos quadros desta unidade política, subordina-se ele ao seu regime legal, que, como visto, não contempla o aproveitamento do tempo de serviço federal, estadual ou municipal, para efeito de adicionais.

28. O tempo de serviço prestado à União antes ou após a vigência da Lei nº 8.112/90, aqui, não vale para fim de adicionais, donde concluir que à época da prestação de serviço não define a incidência da eficácia do direito adquirido, mas, sim, a manutenção do vínculo funcional frente à alteração do critério decorrente de norma legal superveniente.

29. Desse modo, tenho por correto o entendimento adotado por esta Corte sobre a matéria.

Ante o exposto, no mérito da consulta em exame, dissentindo da instrução e parecer do Ministério Público, com as vênias de estilo, proponho ao eg. Tribunal que dela tome conhecimento, para responder à Câmara Legislativa que o tempo de serviço público prestado à União, Estados e Municípios por servidores que ingressaram nos quadros funcionais do Distrito Federal, na vigência da Lei nº 8.112/90, não pode ser considerado para efeito de adicionais, restringindo-se o seu aproveitamento para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 103, I, desse diploma legal, aqui aplicável por recepção.

Brasília-DF, em 21 de maio de 1996

OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA
AUDITOR-RELATOR

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3171

Aos 20 dias do mês de junho de 1996, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSé EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e JOSÉ MILTON FERREIRA, o Auditor OSVALDO RODRIGUES e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3170, de 18.06.96, e Administrativas nºs. 224 e 225, de 11.06 e 18.06.96, respectivamente.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do seguinte:

- Ofício nº 225/96-PG, mediante o qual a Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA comunica que reassumiu, a 18 do corrente mês, as suas funções no Ministério Público junto a esta Corte, após o gozo de férias regulamentares.

- Ofício nº 230/96-PG, por meio do qual a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, indica, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, a Procuradora MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS para comparecer à Sessão Ordinária de hoje.

- Desenvolvimento das atividades relativas ao II Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo. Na oportunidade, o Senhor Presidente destacou a presença naquele evento do Conselheiro JORGE CAETANO e de diversos assessores de membros do Plenário.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 0602/91 -- Aposentadoria e revisão dos proventos do servidor JOSé GERALDO DE LANA TORRES-SEA. -- DECISÃO No. 5115/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) determinar diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - autentique os atos de fls. 03v, 15/19, 22, 23, 55 e 56; 2 - anexe cópia autenticada do ato de designação do cargo de Gerente do Núcleo de Recursos Materiais e Patrimoniais do INAM; 3 - anexe cópia autenticada do ato de dispensa da função em comissão, símbolo FC - 6, de Chefe do Serviço de Compras, da Divisão de Material, da Coordenação do Sistema de Material e do Chefe da Unidade de Material - Coord. Adm. Geral do INAN; 4 - anexe cópia autenticada dos Decretos que transformaram os símbolos dos cargos de Chefe do Serviço de Compras e de Diretor da Divisão de Compras - CSM/SEA; 5 - elabore outro mapa de incorporação de "quintos", em substituição ao de fl. 36, sem constar os cargos/funções da INFRAERO; 6 - elabore, de acordo com a DN nº 02/93 - TCDF, outro Abono Provisório, em substituição ao de fl. 41, para ajustar as vantagens da Lei 6732/79 à nova situação do servidor; 7 - torne sem efeito os documentos substituídos; II - considerar ilegal a revisão de proventos, efetuada mediante o ato de fl. 82, e determinar à SEA/DF a sua imediata desconstituição. Declarou-se impedido de participar do julgamento do processo o Conselheiro JORGE CAETANO, por motivo de foro íntimo.

PROCESSO No. 1776/82 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JOÃO MARTINS DIAS DOS SANTOS-SEA. -- DECISÃO No. 5116/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 47, considerando: 160 dias de licenças médicas no ano de 1979 e 38 dias no ano de 1977; 8.800 dias para fins de aposentadoria e 8.450 dias para fins de ATS, relativos ao período de 08.01.58 a 01.03.82; e o totais de 12.634 dias (34 anos, 07 meses e 14 dias) para aposentadoria e 9.892 dias (25%) para ATS; b) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 49, considerando o percentual de 25% para fins de adicional por tempo de serviço - ATS; c) retifique o ato de fl. 35, para adequar a sua fundamentação legal àquela citada no ato de aposentadoria, mencionando somente a inclusão da vantagem prevista no artigo 184, II, da Lei nº 1.711/52; d) torne sem efeito os documentos de fls. 36, 47 e 49.

PROCESSO No. 2662/85 (anexo volume I) -- Convênio nº 078/85, celebrado entre a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 5117/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando o atraso apontado, tomou conhecimento da documentação de fls. 359/362 e determinou a realização de inspeção junto à SEFP, para os fins indicados no referido voto.

PROCESSO No. 0837/86 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor MANOEL DE SOUZA SOBRINHO-SEA. -- DECISÃO No. 5118/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno do processo à SEA/DF para, no prazo de 30 (trinta) dias, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 52, corrigindo a parcela referente aos quintos para 2/5.

PROCESSO No. 0776/87 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora GENY JOSé TEOBALDO DA COSTA-SEA. -- DECISÃO No. 5119/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) confeccione outro abono provisório, em substituição ao de fl. 48, a fim de incluir as gratificações relacionadas no item 5 de fls. 63/64, observando o disposto no inciso II, da Decisão Normativa - TCDF nº 02/93; b) edite ato para tornar sem efeito os documentos de fls. 27, 30, 33 e 45/47; c) elabore novo ato de revisão para incluir as vantagens do artigo 184, I, da Lei nº 1.711/52, nos proventos da interessada, sem a necessidade de alterar o fundamento legal da concessão inicial; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 2758/87 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora LUZANIRA LIMA CANDEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5120/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) junte cópia autenticada do ato que fez cessar o pagamento da GRG concedida em 16.05.73 (fl. 72) ou de outros documentos que comprovem a sua percepção no período mencionado; b) na impossibilidade de cumprimento do item anterior, elabore novo mapa de quintos, em substituição ao de fls. 117/118, excluindo o respectivo período; c) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 120, calculando as parcelas relativas a 3/5 DF-05 e 1/5 DF-02, sobre os valores das respectivas RM, nos termos da Lei nº 62/89, observando, também, os itens "a" e "b" e o disposto na DN-TCDF nº 02/93; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3192/87 -- Revisões dos proventos da aposentadoria da servidora MYRTES MATTOS MACDOWELL-SEA. -- DECISÃO No. 5121/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1440/88 - Aposentadoria e revisões dos proventos da servidora NAIR PERES TORRES-SEA. -- DECISÃO No. 5122/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) explicite as divergências de informações constantes dos documentos de fls. 44/45 e 84/85, no que tange a parcela "incentivos funcionais", que teve o seu valor alterado de 5% para 15%, procedendo-se as correções que se fizerem necessárias; b) anexe o termo de opção ao regime "Tidem", na conformidade do art. 7º do Dec. nº 14.413/92, bem como comprovar o exercício da carga horária de 40 horas semanais, nos últimos 5 anos anteriores à data da aposentadoria, e que neste período não tenha exercido outra atividade remunerada pública ou privada, nos termos do art. 6º do citado diploma legal; c) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 0798/91 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor RENATO MAURER TYRKA-SEA. -- DECISÃO No. 5123/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias: a) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 22, para assegurar o vencimento relativo à carga horária semanal de 20 horas, observando os seus reflexos nas demais parcelas; b) - apure o montante indevidamente pago e proceda a devida recomposição.

PROCESSO No. 1558/92 -- Aposentadoria do servidor JOSé IVANILDO DE OLIVEIRA-SSP. -- DECISÃO No. 5124/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do pedido de reexame de fl. 34 para, no mérito, reconsiderando a decisão de 14/03/95 (fl. 14), dar-lhe provimento; II - determinar o retorno do processo à SSP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) anexar cópia autenticada da certidão do

tempo de serviço averbado (fl. 19), inclusive do tempo para fins da Lei nº 22/89-DF, nos termos da Súmula 22-TCDF; b) tornar sem efeito a Portaria de 09 de maio de 1995, na parte que retificou a Ordem de Serviço de 03/02/92, que concedeu aposentadoria ao interessado retronominado; c) tornar sem efeito também o Abono Provisório de fl. 22; d) elaborar outro Abono Provisório incluindo a citada vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1711/52, por força do art. 250, da Lei nº 8112/90, fazendo-se a compensação de valores entre as vantagens do art. 184, inciso II, da Lei nº 1711/52, e do art. 192, inciso II, da Lei 8112/90.

PROCESSO No. 1880/92 -- Aposentadoria da servidora LEILA APARECIDA FERREIRA BRAGA-FEDF. -- DECISÃO No. 5125/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) - elabore novo abono provisório, na forma da DN no 02/93, onde conste, separadamente, as parcelas da gratificação de titularidade e do vencimento básico; b) - torne sem efeito o documento substituído (fl. 28).

PROCESSO No. 3670/92 -- Pensão civil concedida a VERALÚCIA CARDOSO DA SILVA-FSS e outros. -- DECISÃO No. 5126/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) autentique os documentos de fls. 02 a 10, 14 e 20; b) elabore mapa de tempo de serviço contendo o período de efetivo exercício prestado pelo ex-servidor; c) junte aos autos Título de Pensão referente à concessão em apreço.

PROCESSO No. 6451/93 -- Aposentadoria da servidora MARIA DAS MERCÊS VIEGAS-FHDF. -- DECISÃO No. 5127/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das medidas administrativas adotadas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal que atendem a recomendação da Corte; b) restituir os autos àquela Fundação, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0620/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE ABREU OLIVEIRA-FHDF.-- DECISÃO No. 5128/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das medidas administrativas adotadas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal que atendem a recomendação da Corte; b) - restituir o processo àquela Fundação, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2847/94 -- Pensão civil concedida a EUNICE MOURA DE SOUSA-FSS e outros. -- DECISÃO No. 5129/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) anexe ao processo certidão de tempo de serviço, discriminando o tempo averbado e o tempo prestado, contado para fins de adicionais; b) trague aos autos documento que detalhe a última remuneração recebida pelo ex-servidor antes do óbito; c) anexe justificação judicial ou documento que comprove união estável entre o ex-servidor e a requerente EUNICE MOURA DE SOUSA, nos termos da alínea "c" do inciso I do artigo 217, da Lei nº 8.112/90; d) retifique o Título de Pensão de fl. 12, a fim de identificar os beneficiários da pensão vitalícia e da pensão temporária; e) caso seja comprovado que não houve redução de salário na transposição para o regime estatutário, excluir a "Grat. Produtividade" ou, se for o caso, mantê-la como vantagem pessoal (art. 2º, parágrafo 6º, da Lei nº 85/89) - demonstrar cálculos, conforme Decisão TCDF 11.760/95, Proc. nº 2198/92.

PROCESO No. 3328/94 -- Contendo a NE nº 30016/94 e outra, da Região Administrativa IV - Brazlândia. -- DECISÃO No. 5130/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, autorizou a realização de inspeção junto à Jurisdicionada, ocasião em que, espera-se, serão colhidos os elementos necessários para a ulterior deliberação da Corte.

PROCESSO No. 7172/94 -- Contrato nº 061/94 e outro, celebrados entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Startec Científica Ltda. -- DECISÃO No. 5131/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos ajustes às fls. 02 a 38; 2) relevar a falha apontada; 3) determinar à FHDF para, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecer as razões da elevação dos preços do Contrato nº 070/95 em 32/52%, em relação ao Contrato 03/94.

PROCESSO No. 0539/95 -- Pensão civil concedida a LUCY DUTRA RIBEIRO e outra-FSS. -- DECISÃO No. 5132/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) torne sem efeito o documento de fl. 15; 2) autentique o contracheque de fl. 12; 3) elabore novo título de pensão, devendo ser obedecidas as seguintes recomendações: a) as parcelas denominadas Gratificação de Desempenho e Gratificação de Produtividade estão com os valores invertidos (fl. 15) Observar que os valores calculados estão corretos; b) a origem da parcela do título de pensão designada "Produtividade" tem que ser esclarecida devidamente, atentando que caso esta não tenha caráter de vantagem pessoal nos termos definidos no art. 2º, § 6º, da Lei nº 85/89, a mesma deve ser excluída dos proventos da interessada (verificar se houve redução da parcela na remuneração do **de cujus** em 31.12.89), conforme Decisão nº 11760/95, Proc. nº 2198/92, de IRONI FLAUZINO LOURENÇO/FSS; c) Se legal a referida produtividade, a mesma terá que ser designada como "vantagem de caráter pessoal"; 4) junte aos autos certidão de tempo de serviço do ex-servidor, bem como as informações cadastrais; e 5) comprove a situação jurídica da beneficiária Lucy Dutra Ribeiro com o Instituidor na data anterior ao óbito, anexando documento atualizado (fl. 04).

PROCESSO No. 0811/95 -- Aposentadoria do servidor AFFONSO VILLAÇA DA SILVA-FZDF. -- DECISÃO No. 5133/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3377/95 -- Pensão civil concedida a MARIA ANUNCIATA DA SILVA DOS SANTOS-FZDF e outros. -- DECISÃO No. 5134/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retifique o ato de fl. 16, para fazer constar o cargo que exercia o **de cujus**, bemo como contar seus efeitos a partir de 15.04.95 (fl. 02); b) elabore novo Título de Pensão, em conformidade com a Decisão Normativa/TCDF 002/93, com vistas a adequá-lo ao solicitado no item anterior.

PROCESSO No. 1971/96 -- NE nº 265, da Região Administrativa XIX - Candangolândia. -- DECISÃO No. 5135/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) - considerar, à vista dos dados nela constantes, correta a classificação da despesa a que se refere; b) - recomendar à RA XIX - CANDANGOLÂNDIA que passe a incluir, no campo "especificação" das notas de empenho, informações quanto à celebração ou não de contrato ou convênio, indicando o número destes, se for o caso.

PROCESSO No. 3805/96 -- NE nº 217/96, da Polícia Civil do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5136/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu solicitar à PCDF, que no prazo de 10 (dez) dias, preste circunstanciados esclarecimentos relacionados com a referida nota de empenho especificamente quanto a fundamentação legal, a razão do pagamento e demais informações objetivando a comprovação da legalidade do ato.

PROCESSO No. 4115/96 -- Ofício nº 556/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5137/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente de fl. 01 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para cumprimento das diligências ordenadas nos Processos nºs 4851/94 e outros relacionados à fl. 04.

PROCESSO No. 4129/96 -- Ofício nº 554/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5138/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente de fl. 01 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para cumprimento das diligências ordenadas nos Processos nºs 3365/92 e outros relacionados à fl. 03.

PROCESSO No. 4130/96 -- Ofício nº 553/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5139/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente de fl. 01 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para cumprimento da diligência ordenada no Processo nº 4114/94 (082.010662/93), de WILTON NEVES.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO No. 3239/94 (anexo 01 volume) -- Resposta da Companhia de Água e Esgotos de Brasília ao ofício circular expedido pelo Tribunal (Processo nº 2519/94), Decisão nº 2624/94, Sessão Ordinária nº 2998, de 7/6/94, solicitando as tabelas salariais vigentes nos meses de novembro/93 a março/94 e as memórias de cálculo que lastrearam a elaboração da tabela salarial referente ao mês de março/94. -- DECISÃO No. 5140/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do ofício nº 341/95-PRES, de 22/3/95, do Presidente da CAESB, e da documentação que o acompanha, fls. 42/86; II. considerar parcialmente atendida a Decisão nº 0161/95, S.O. nº 3052, de 9/2/95; III. rejeitar as justificativas apresentadas pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB para os seus procedimentos de conversão dos salários em URV, em vista da comprovação de que o 1º termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho 93/94, celebrado em março de 1994, contrariou dispositivos cogentes da Medida Provisória nº 434, de 27/2/94, estando eivadas de nulidade suas cláusulas primeira, segunda e terceira; IV. determinar à CAESB que, no prazo de 30 (trinta) dias 1 - reelabore a tabela salarial do mês de março/94, inclusive os honorários de diretores e membros de órgãos colegiados, na forma obrigatória do art. 19, incisos I, II e parágrafo 9º, da Lei nº 8.880/94, permanecendo inalterada até outubro/94 e devendo a quantidade de URV's ali expressa ser, no período de março a junho do mesmo ano, convertida em cruzeiros reais na data de seu efetivo pagamento; 2 - apure o excesso remuneratório ilegal auferido individualmente por empregados, diretores e membros de órgãos colegiados, remetendo à Corte memória de cálculo pormenorizada dos valores encontrados; 3 - acione as providências administrativas e/ou judiciais cabíveis para que sejam ressarcidos aos cofres da empresa os valores pagos a maior, monetariamente atualizados até a véspera do efetivo recolhimento; 4 - refaça, em apartado, a tabela vigente a partir de novembro/94, resultante da aplicação do percentual do IPC'R, acumulado entre março e outubro/94, sobre a base salarial que deveria vigir após escoimada a ilegalidade decorrente do cumprimento do 1º Termo Aditivo ao ACT 93/94, adotando, por igual e no que couber, às medidas constantes dos itens 2 e 3 anteriores; 5 - faça adequar o pagamento de empregados, diretores e membros de órgãos colegiados aos valores que lhes são devidos na forma exclusiva da lei; 6 - indique os responsáveis pelo cometimento da infração em causa nestes autos, fazendo juntar as alegações que quiserem produzir em sua defesa, ante a possibilidade de sanção pecuniária (Resolução TCDF nº 38, de 30/10/90, art. 182, inciso II); V. oficiar ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal sobre a conveniência de adotar providências quanto ao seguinte: a) declarar a nulidade do 1º termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho nº 93/94, celebrado em março de 1994, entre a diretoria da CAESB e o Sindicato SINDÁGUA; b) instaurar procedimento para apurar a responsabilidade dos então dirigentes da CAESB pelo descumprimento do artigo 3º do Decreto nº 12.549, de 31/7/90, consoante estabelece o artigo 4º do mesmo diploma regulamentar, em vista de o 1º termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho citado não ter sido previamente submetido à apreciação do Conselho de Política de Pessoal; c) considerar as irregularidades de que trata esta Decisão, em face das possíveis implicações na situação

econömica da CAESB, para os efeitos da avaliação das postulações de aumento da tarifa de água e esgotos a ser cobrada dos usuários; VI. autorizar a extração de cópias das principais peças destes autos para posterior juntada à prestação de contas da CAESB pertinente ao exercício de 1994 e consideração para fins de julgamento da gestão dos administradores; VII. determinar a publicação, anexa à ata desta Sessão, do inteiro teor do parecer MP nº 3.1252/95, da lavra do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, fls. 109/113.

PROCESSO No. 3340/94 (anexos 02 volumes) -- Resposta da Companhia Energética de Brasília ao ofício circular expedido pelo Tribunal (Processo nº 2519/94), Decisão nº 2624/94, Sessão Ordinária nº 2998, de 7/6/94, solicitando as tabelas salariais vigentes nos meses de novembro/93 a março/94 e as memórias de cálculo que lastrearam a elaboração da tabela salarial referente ao mês de março/94. -- DECISÃO No. 5141/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: **I** - tomar conhecimento da documentação acostada aos autos, fls. 113 a 230, inclusive **a)** da carta nº 188/95-PR, do Diretor-Presidente da CEB, datada de 12/4/95; **b)** do O.E. nº 1146/GAB/SEA, do Sr. Secretário de Administração do DF, datado de 21/6/95; **II** - oficiar ao Exmº Sr. Governador do Distrito Federal: **a)** informando-lhe que o Decreto nº 7.862, de 20 de janeiro de 1984, prevalece sobre normas de hierarquia subalterna, como a mantida a partir do texto da Exposição de Motivos Conjunta SEA/SEFP nº 001/93, razão por que o valor que se adiciona ao transportado do paradigma deve corresponder a 20% da retribuição do cargo de direção de empresa pública ou sociedade de economia mista, e não 55%, como indevidamente vem sendo adotado; **b)** recomendando-lhe estudar a necessidade de editar decreto com a finalidade de adequar o valor que vem sendo pago aos dirigentes das empresas estatais, a título de opção pela remuneração paga a empregado, de modo a eliminar o conflito do percentual inovado na mencionada Exposição de Motivos, com as disposições do Decreto nº 7.862, de 20/01/84; **III** - dispensar a reposição das quantias pagas em decorrência da indevida aplicação do percentual de 55% retromencionado, nas condições da Exposição de Motivos citada, até a publicação da presente decisão; **IV** - autorizar o acompanhamento dos efeitos da presente decisão e das concessões remuneratórias relacionadas no item III da Decisão nº 0954/95, S.O nº 3057, de 23/02/95, em consonância com o que for apurado no processo nº 6.644/91, mediante o sobrestamento do feito em exame, até o deslinde das matérias ali tratadas.

PROCESSO No. 3737/94 -- Resposta da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central ao ofício circular expedido pelo Tribunal (Processo nº 2519/94), Decisão nº 2624/94, Sessão Ordinária nº 2998, de 7/6/94, solicitando as tabelas salariais vigentes nos meses de novembro/93 a março/94 e as memórias de cálculo que lastrearam a elaboração da tabela salarial referente ao mês de março/94. -- DECISÃO No. 5142/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: **I** - tomar conhecimento do OI nº 383/95-PRESI e anexos (fls. 57 a 74), recebido em 5/6/95, em atraso desde 3/6/95; **II** - considerar parcialmente cumprida a diligência; **III** - relevar o atraso apontado no item I supra; **IV** - assinar prazo de 30 (trinta) dias para que a CODEPLAN apresente substanciados esclarecimentos quanto: **a)** ao que norteou a correção da tabela salarial, praticada pela empresa, em janeiro/94, encaminhada a esta Corte pelo OI nº 424/94-PRESI, de 20/7/94, uma vez que a aplicação da memória de cálculo (de conformidade com a política salarial vigente), encaminhada anexa ao OI nº 383/95-PRESI, de 5/6/95, não confere para as referências 29, e 42 em diante na citada tabela; **b)** indicação objetiva do reajuste, em função da data-base da categoria, na tabela praticada em março/1994, haja vista a documentação encaminhada por meio do OI nº 424/94-PRESI, apresentar mera aplicação do disposto no art. 18 da Lei nº 8.880/94, ou seja, a conversão pela média correspondente em URV dos quatro meses anteriores, e o OI nº 383/95-PRESI não ter trazido ao Tribunal elementos capazes de elucidar o procedimento adotado; **c)** identificação do "zeramento das perdas", aludido na memória de cálculo referida na alínea "a" deste item; **V** - assinar prazo de 90 (noventa) dias para que a CODEPLAN: **a)** proceda à revisão do cálculo da remuneração dos diretores da empresa, paga a partir de abril de 1994, observando que não devem ser considerados valores já processados em meses anteriores, como acertos no pagamento, a exemplo do que ocorreu nos meses de novembro/93 e de março/94, quando a empresa embutiu, no cálculo da MRE - Maior Remuneração da Empresa, o valor da devolução do imposto de renda, que já estaria computado no salário bruto do mês anterior; **b)** providencie, por meio de procedimentos administrativos, junto a dirigentes e ex-dirigentes, o ressarcimento, aos cofres da empresa, dos valores pagos a maior, apurados nos procedimentos indicados na alínea anterior; **c)** providencie, igualmente, a recuperação do valor correspondente a 1,8940 UPDF, relativo ao total pago a maior ao diretor-presidente, no período de nov/93 a dez/94, e o correspondente a 1,9021 UPDF, referente ao total pago a maior a cada um dos outros diretores, no mesmo período; **d)** remeta ao Tribunal documentação comprobatória dos recolhimentos determinados as alíneas "b" e "c" retro; e **VI** - autorizar a remessa à jurisdicionada, de cópia dos quadros demonstrativos de fls. 80 a 84, para auxílio na interpretação desta decisão.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 4254/82 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora DORALIA DUARTE GALESSO-SEA. -- DECISÃO No. 5143/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório, com correção posterior da falha apontada pela 4a. ICE, no sentido de alterar-se o percentual do adicional por tempo de serviço para 38%, contando, para tanto, os efeitos da contagem em dobro da Lei nº 22/89.

PROCESSO No. 5667/91 -- Aposentadoria do servidor GERSON DE ARAÚJO BACELAR-FHDF. -- DECISÃO No. 5144/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5971/91 -- Aposentadoria do servidor SAMUEL GUIMARÃES PERPETUA-FHDF. -- DECISÃO No. 5145/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1916/92 -- Aposentadoria da servidora DIANA PEREIRA DE CARVALHO-FHDF. -- DECISÃO No. 5146/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0653/94 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO MENDES REZENDE-FHDF. -- DECISÃO No. 5147/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4455/94 -- Aposentadoria da servidora EDILEUZA DA SILVA BARBOZA-FHDF. -- DECISÃO No. 5148/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4624/94 -- Aposentadoria da servidora JURACY DE AMORIM MADUREIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5149/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4965/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA LIRIAN FARIAS-FHDF. -- DECISÃO No. 5150/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4970/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA ANTÔNIA DE OLIVEIRA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5151/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5293/94 -- Aposentadoria da servidora DULCINÉA LIMA FERNANDES-FHDF. -- DECISÃO No. 5152/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5989/94 -- Aposentadoria do servidor RAIMUNDO BATISTA DE SENA FILHO-FHDF. -- DECISÃO No. 5153/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6254/94 -- Aposentadoria da servidora GUIMAR MARIA DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5154/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0082/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA MARGARIDA FARIA ALVES-FHDF. -- DECISÃO No. 5155/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0084/95 -- Aposentadoria da servidora ANA TERTULIANO DA COSTA PINTO-FHDF. -- DECISÃO No. 5156/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0085/95 -- Aposentadoria da servidora ANTÔNIA BARBOSA DE SOUSA ALMEIDA-FHDF. -- DECISÃO No. 5157/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0101/95 -- Aposentadoria do servidor PEDRO BARBOSA DE SOUZA-FHDF. -- DECISÃO No. 5158/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria

tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0131/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA NUNES SOARES-FHDF. -- DECISÃO No. 5159/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2032/95 -- Aposentadoria da servidora LAUDELINA VALENTINA ELIAS-FHDF. -- DECISÃO No. 5160/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2871/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES MARQUES CASTELLO BRANCO-FHDF. -- DECISÃO No. 5161/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESO No. 4243/96 -- Ofício nº 1045/96 e outros, mediante os quais a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5162/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada, para cumprimento das diligências a que se reportam os Processos nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO - 030.006.385/90, 2586/90, NADIM LOPES DE MENEZES; 030.004.356/86, 0034/85, ANTONIO MOREIRA DE ARAÚJO; 030.011.465/91, 7603/91, ABELARDO FERREIRA DA SILVA; 030.012.014/88, 2978/88, JOSÉ VENCESLAU VIEIRA; 030.006.727/87, 3250/88, BRASILINA PEREIRA DOS SANTOS; 040.005.868/92, 0483/93, PEDRO GALDINO DA SILVA.

PROCESSO No. 4248/96 -- Ofício nº 1045/96 e outros, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, solicitando prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5163/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, em atenção aos OEs de nºs 1045, 965, 969 e 988/96, considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada, para cumprimento das diligências a que se reportam os Processos de nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO - 138.001.073/92, 6167/93, OTACÍLIO PEREIRA DOS SANTOS; 030.018.103/91, 2717/92, JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA; 030.013.399/86, 1410/86, EDITE RIBEIRO; 030.006.305/91, 4406/91, VALMIRO FERRREIRA FREITAS; 030.004.164/85, 1687/86, GERALDA JOSE ALMEIDA CUNHA.

PROCESSO No. 4417/96 -- Ofício nº 601/96, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5164/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, em atenção ao referido expediente, considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada, para cumprimento das diligências a que se reportam os Processos de nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO - 082.015092/92, 4898/93, IRONDINA B. DA SILVEIRA; 082.006744/92, 4883/92, MARIA INÊS F. DE OLIVEIRA; 082.005484/92, 4075/92, MARIA VILMAR DOS S. RABELO; 082.001964/93, 7756/93, JOSEFA BARBOSA LOPES; 082.007983/92, 6738/92, HILDETE S. RIBEIRO; 082.010713/93, 6184/93, MARIA CÉLIA CARMELO; 082.007140/93, 6614/93, GENIR ABADIA R. DA SILVA.

PROCESSO No. 4459/96 -- Ofício nº 1191/96 e outros, mediante os quais a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5165/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, em atenção aos OEs de nºs 1191, 1192 e 1199/96, considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada, para cumprimento das diligências a que se reportam os Processos de nºs: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO - --0--, 0142/82, ANTONIO TEOBALDO DA SILVA; 009.471/83, 1213/92, JOÃO BATISTA CARDOSO; 030.013.399/86, 1410/96, EDITE RIBEIRO.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 0448/91 (apenso o de nº 101.000809/88) -- Convênio nº 005/90, celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 5166/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. tomar conhecimento da inspeção realizada; 2. relevar as falhas quanto aos erros na descrição do objeto do Convênio nº 005/90 em documentos constantes do processo licitatório; 3. recomendar à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal que, em futuros convênios: a) não prorrogue o prazo de vigência após a conclusão do objeto e o conseqüente recebimento; b) programe a execução de obras em sua totalidade, a fim de evitar prejuízo ao patrimônio público, como o decorrente da inconclusão do Centro Integrado de Desenvolvimento Infantil - CIDI, na Ceilândia, constatado nos autos; 4. autorizar a restituição à FSS do Processo nº 101.000.809/88 - apenso; 5. determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para possível utilização quando da implementação da Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 4533/95, que deverá apurar a responsabilidade sobre as obras interrompidas no Distrito Federal.

PROCESSO No. 1529/91 -- Aposentadoria da servidora JOANNA D'ARC LIMA TORRES-FEDF. -- DECISÃO No. 5167/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria. Decidiu, ainda, acolhendo proposta do Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, sobrestar o julgamento de todos os processos relacionados com a Representação nº 01/96-OR - Processo nº 3069/96 -, do Auditor OSVALDO RODRIGUES, até apreciação conclusiva pelo Plenário da matéria constante da mencionada representação.

PROCESSO No. 5633/91 (anexo volume I) -- Tomada de contas dos ordenadores de despesas da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1990. -- DECISÃO No. 5168/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2100/92 -- Aposentadoria da servidora CARMINDA AMÉLIA PESSOA-FHDF. -- DECISÃO No. 5169/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 2197/92 (anexo volume I) -- Convênio nº 001/92, celebrado entre o Distrito Federal, por meio do então Gabinete Civil do Governador, a então Subsecretaria de Articulação das Administrações Regionais, e a Companhia Energética de Brasília. -- DECISÃO No. 5170/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do OE nº 002/96-SUCAR/SEG, fl. 260; II - acolher, em caráter excepcional, a vigência até 31/12/96, do Convênio nº 001/92, conforme prorrogação contida em seu Trigésimo Segundo Termo Aditivo; III - reiterar às Secretarias de Governo, de Obras e de Fazenda e Planejamento, os termos do item III da Decisão nº 13.333/95, prolatada na 3122ª Sessão Ordinária, realizada em 07/11/95; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2531/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA ELIZABETE DA SILVA DUARTE-FEDF. -- DECISÃO No. 5171/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2532/92 -- Aposentadoria da servidora DALETH GAMA MARTINS NASCIMENTO-FEDF. -- DECISÃO No. 5172/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5864/92 -- Aposentadoria do servidor FRANCISCO ADOLPHO BAZIN VIEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5173/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0174/93 -- Aposentadoria da servidora MARIA THEREZA COÊLHO-FHDF. -- DECISÃO No. 5174/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 7003/93 (anexo volume I) -- Contrato nº 004/91-CJU/CEB, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e o CONSÓRCIO ENGEVIX S.A. -- DECISÃO No. 5175/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do resultado da auditoria realizada; 2) determinar à Companhia Energética de Brasília - CEB que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a esta Corte: a) o(s) nome(s) do (s) responsável(is) pela convocação do Consórcio ENGEVIX para a fase de "WORKSTATEMENT", antes do julgamento das propostas, em desacordo com o estatuído no subitem 3.2.4.1. do Edital de Concorrência nº 006/90 - CEB - que deu origem ao Contrato nº 004/91-CJU/CEB, e que previa que a convocação se faria após a classificação das propostas -, bem como suas alegações de defesa; b) esclarecimentos sobre o amparo legal para a correção pela TR do valor da fatura, referente aos 30 (trinta) dias entre a sua entrega e o pagamento; c) justificativa sobre a utilização de índices diferentes dos estipulados na Portaria Conjunta SEPLAN/SEF nº 050/91, no reajustamento do contrato em questão; 3. determinar, mais, àquela Companhia que mantenha esta Corte informada sobre a execução do Contrato nº 004/91-CJU/CEB; 4. autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO No. 4213/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA JOSÉ CAMPOS COSTA-FEDF. -- DECISÃO No. 5176/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal proceder à correção, **a posteriori**, do documento de f. 22, de forma a adequar a concessão do abono provisório a partir de 17.06.94.

PROCESSO No. 5174/94 -- Contrato nº 3150/94, celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma SOLTEC - Engenharia Ltda. -- DECISÃO No. 5177/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OF nº 172/96-PRES/CAESB e do documento que o acompanha, fls. 199/200, considerando cumprida a diligência determinada por esta Corte na Decisão nº 0146/96; b) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6760/94 -- Contrato nº 069/95-G.SSU/CEB, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma MAQUIPEÇAS AGROINDUSTRIAL LTDA. -- DECISÃO No. 5178/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Contrato nº 069/95-G.SSU/CEB, fls. 20/36; b) relevar o atraso no encaminhamento do ajuste a este Tribunal; c) recomendar à Companhia Energética de Brasília - CEB que, em seus futuros contratos, mencione o ato que autorizou sua lavratura, assim como estabeleça cláusula contendo os elementos indicados no inciso XIII, artigo 55, da Lei nº 8.666/93; d) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1080/95 -- Aposentadoria do servidor SEBASTIÃO MARTINS DE LIMA-SEA. -- DECISÃO No. 5179/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3670/95 (apenso o de nº 062.000004/95) -- Tomada de contas anual do Agente de Material e Patrimônio do Instituto de Saúde do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 5180/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3996/95 (apenso o de nº 142.000123/95) -- Tomada de contas anual do Agente de Material e Patrimônio da Região Administrativa XII - Samambaia, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 5181/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4231/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5182/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/02; b) conceder a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para cumprimento da diligência determinada no Processo nº 6635/91, de interesse de MARIA AMÉLIA BRITO MIRANDA; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4456/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5183/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/02; b) conceder a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para cumprimento da diligência determinada no Processo nº 7409/93, de interesse de MIGUEL ALVES; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 3158/88 -- Revisões dos proventos da aposentadoria da servidora NÊDA LÍVIA GUIMARÃES D'OLIVEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5184/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, complemente os elementos integrantes dos autos, como a seguir: 1) quanto à 1ª revisão (informação de fl. 33), anexar o ato revisional realizado mediante O.S. de 24/2/89, bem como o respectivo Abono Provisório, atentando para a data de vigência (30/9/89) e para a DN-TCDF 02/93; 2) quanto à 2ª revisão: a) autenticar o ato de fl. 36; b) elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 37, observando a DN 2/93-TCDF, a fim de alterar o percentual dos incentivos funcionais para 25%, de acordo com a transferência Financeira e AP da aposentadoria (fls. 10/1) e, consequentemente, modificar o valor das vantagens do art. 184 inc. II da Lei 1.711/52; 3) quanto à 3ª revisão (ato de fl. 43 com retificação à fl. 57), elaborar novo AP, em substituição ao de fl. 60, com o fim de alterar os incentivos funcionais para 25%, observando a DN 02/93-TCDF.

PROCESSO No. 1838/92 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora TEREZINHA LUIZA RAMOS DA SILVA-SES. -- DECISÃO No. 5185/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos as CTS expedidas pelo INSS, referentes: a) ao período de 01.03.60 a 08.09.61, prestado à Escola de Enfermagem "Frei Eugênio", Uberaba-MG; b) ao período de 01.01.61 a 30.09.63, prestado à Santa Casa de Misericórdia, Uberlândia-MG.

PROCESSO No. 2958/92 -- Aposentadoria da servidora IONE MARIA ANTONIETTA PARCA-FEDF. -- DECISÃO No. 5186/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, revendo a Decisão nº 5357/94, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, anexe declaração informando a carga horária da servidora até a véspera da aposentadoria, nos termos do DL nº 12.469/90.

PROCESSO No. 6025/93 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ QUIRINO DOS SANTOS-DER. -- DECISÃO No. 5187/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 18, observando o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de: a) corrigir as parcelas dos proventos, adequando-as à proporcionalidade de 30/35, exceção feita ao ATS; b) calcular seus valores com base na tabela de vencimentos referente a maio de 1993; 2 - confeccionar nova CTS, em substituição à de fl. 29, a fim de retirar a duplicidade de lançamento relativa ao ano de 1985, mantendo inalterados os demais termos da certidão anterior; 3 - efetuar o levantamento das importâncias recebidas a maior, para fins de reposição aos cofres públicos; 4 - tornar sem efeito os documentos de fls. 06-v, 07-v, 18 e 29.

PROCESSO No. 1062/94 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ LOPES DA FONSECA-DER. -- DECISÃO No. 5188/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - anexar aos autos certidão emitida pelo SLU/DF, pertinente ao período indicado no documento de fl. 32; 2 - confeccionar nova CTS, em substituição à de fl. 8-v, a fim de computar para efeito de adicional o tempo de serviço prestado ao SLU/DF, bem como corrigir o total de tempo averbado de 6475 para 6506 dias, consoante documento de fl. 32; 3 - elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 21, para corrigir a parcela do ATS; 4 - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 4728/94 (apenso o de nº 030.005136/94) -- Tomada de contas anual do Agente de Material da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. - DECISÃO No. 5189/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar o sobrestamento do julgamento das contas em apreço, até que seja apreciado o Processo nº 6697/93-TCDF; b) autorizar o retorno dos autos à 1a. ICE, para que se possa agilizar a tramitação do Processo nº 6697/93.

PROCESSO No. 4808/94 -- Aposentadoria da servidora TERESINHA GOMES DE SOUSA CARVALHO-SEA. -- DECISÃO No. 5190/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu recusar a aplicação do contido no artigo 41, inciso III, letra "b", da LODF, no que se refere à aposentadoria especial de especialista de educação e, em consequência, considerar ilegal a aposentadoria de TERESINHA GOMES DE SOUSA CARVALHO, negando o registro.

PROCESSO No. 6797/94 -- Pensão civil concedida a CLÁUDIA RUFINO DE LIMA SILVA-FEDF e outra. -- DECISÃO No. 5191/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 0483/95 -- Aposentadoria da servidora ELIANA MARIA DE MORAES MESQUITA-FEDF. -- DECISÃO No. 5192/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu recusar a aplicação do contido no artigo 41, inciso III, letra "b", da LODF, no que se refere à aposentadoria especial de especialista de educação e, em consequência, considerar ilegal a aposentadoria de ELIANA MARIA DE MORAES MESQUITA, negando o seu registro.

PROCESSO No. 3293/95 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO ALVES CHIANCA-DETRAN. -- DECISÃO No. 5193/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elaborar nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl.10, encerrando-a na data de publicação do ato de aposentadoria (fl.25), além de incluir 472 dias de serviços prestados ao SLU (fl.09), para efeito de adicionais; b) oferecer esclarecimentos quanto ao tempo de serviço prestado à TERRACAP, uma vez que foram computados 4.188 dias, quando, ao que consta do documento de fl. 23, o tempo não ultrapassa 3.502 dias, corrigindo, se for o caso, o equívoco; c) anexar documento comprovando não se haver gozado as licenças especiais indicadas na fl.09; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 1410/96 -- Relatório de auditoria programada levada a efeito pela 4a. Inspetoria de Controle Externo na Secretaria de Administração do Distrito Federal, abrangendo o 1º trimestre de 1996. -- DECISÃO No. 5194/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) determinar à Secretaria de Administração que: a) promova, em trinta dias, a correção das falhas detectadas nos processos a que se referem os Anexos I, II e III, fls. 30/42, cujas cópias deverão ser remetidas àquela Pasta; b) anote, tempestivamente, nas Fichas de Registro Financeiro, as alterações ocorridas na situação funcional dos inativos; c) atente para o preenchimento correto dos campos dos Demonstrativos de Pagamento destinados à identificação e qualificação dos servidores; d) efetue as correções apontadas no Anexo III, em relação aos valores percebidos a menor pelos interessados, retroagindo os efeitos financeiros à data da Decisão nº 13038/95, bem como providencie, se for o caso, o ressarcimento das quantias pagas a maior aos servidores, conforme anotado nos Anexos I, II e III; e) encaminhe a esta Corte, em 10 dias, os Processos nºs 2752/90, 4672/90, 4848/90, 0303/89 e 2384/91, já requeridos em auditoria anterior; f) adote procedimento uniforme com relação ao cálculo do ATS, em decorrência da aplicação das Leis nºs 8.112/90 e 22/89, bem como em relação à incorporação dos chamados "quintos" de outra esfera de governo, conforme orientação contida no Processo nº 1437/81; g) realize estudos para o fim de aperfeiçoar o fluxo das atividades desenvolvidas em seus setores e a qualificação dos servidores que atuam na área de concessão de aposentadorias e pensões; 2) determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de trinta dias, apresente os esclarecimentos sobre a concessão da Gratificação de Desempenho, nos termos requeridos na Decisão nº 13038/95, desta Corte.

PROCESSO No. 4425/96 -- Ofício nº 057/96, mediante o qual o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal solicita nova prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Corte no Processo nº 1793/94. -- DECISÃO No. 5195/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu manter o sobrestamento do Processo nº 1793/94 e determinar ao CBMDF que, tão-logo receba o ofício de ratificação da Certidão de Tempo de Serviço Rural do reformado, preste as informações requeridas ao Tribunal.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 5078/82 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidoa NEIDE APARECIDA DOS SANTOS-SEA. -- DECISÃO No. 5196/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 2946/87 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor NATANAEL FERREIRA BARBOSA-SEA. -- DECISÃO No. 5197/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 1354/90 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor MILTON TAVARES DIAS-SEA. -- DECISÃO No. 5198/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 1689/91 -- Aposentadoria do servidor VALDEMIR JACINTO DE DEUS-SSP. -- DECISÃO No. 5199/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4404/91 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO ALVES-SLU. -- DECISÃO No. 5200/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1100/93 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ JURANDIR SOARES DA FONSECA-SLU. -- DECISÃO No. 5201/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 7055/93 -- Aposentadoria do servidor JUVENIL RODRIGUES COSTA-SLU. -- DECISÃO No. 5202/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 7393/93 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ MOURA-SLU. -- DECISÃO No. 5203/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 7846/93 -- Aposentadoria da servidora MARIA DA SILVA COUTINHO-SLU. --DECISÃO No. 5204/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2073/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA LUCI TÔRRES HAMú-FEDF. -- DECISÃO No. 5205/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a retificação do ato concessório de f. 18, para incluir o fundamento legal da parcela "Incentivos Funcionais" constante do demonstrativo dos proventos (f. 30), caso confirmado o direito da inativa a essa vantagem; II - junte cópia autenticada: a) dos atos de nomeação e dispensa do cargo em comissão exercido pela servidora na Administração Regional de Planaltina (RA VI); b) do ato de dispensa referente ao último cargo em comissão ocupado pela servidora; III - especifique, à vista do Regimento da RA VI-Planaltina, as atribuições do cargo citado no item anterior, alínea **a**; IV - informe se a servidora preenche, ou não, as condições exigidas para a incorporação, aos seus proventos, das Gratificações de Ensino Especial (Lei nº 540/93), de Regência de Classe (Lei nº 696/94) e de Alfabetização (Lei nº 654/94), juntando, em caso afirmativo, documentos comprobatórios desse direito; V - elabore: a) novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de f. 14, para considerar, também para adicionais (anuênios), o tempo de serviço (averbado) prestado à Prefeitura Municipal de Planaltina - GO (1.764 dias), conforme certidão de f. 3; b) novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 30, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: 1) retificar o percentual e valor do adicional por tempo de serviço, em decorrência da medida de que trata a alínea anterior; 2) incluir, se verificado que são devidas, as gratificações referidas no item IV, supra; VI - providenciar a autenticação do documento de f. 22.

PROCESSO No. 3335/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA JÚLIA DIAS ALMEIDA-FEDF. -- DECISÃO No. 5206/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a retificação do ato concessório de f. 17, para incluir o fundamento legal da parcela "Incentivos Funcionais" constante do demonstrativo dos proventos (f. 22), caso confirmado o direito da inativa a essa vantagem, bem como para substituir o "Padrão 25E" pelo Padrão 25D; II - certifique os períodos em que a servidora esteve sob os regimes: a) de trabalho correspondente a 40 horas semanais; b) de regência de classe (Lei nº 696/94); III - informe, se for o caso, se a interessada exerceu atividades de ensino especial nos últimos 3 (três) anos anteriores à aposentadoria; ou se lecionou nas 1ª e 2ª séries do ensino fundamental ou fase J do ensino supletivo; IV - junte cópia autenticada do certificado de graduação referente à licenciatura de 1º Grau, obtido em curso de curta duração; V - elabore: a) novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de f. 20, para considerar, também para adicionais (anuênios), o tempo de serviço (averbado) prestado à Prefeitura Municipal de Pedro Afonso-TO (970 dias), conforme certidão de f. 4; b) novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 22, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: 1) retificar os valores das parcelas, considerando, para o respectivo cálculo, o vencimento referente ao Nível 01, **Padrão 25D**; o percentual do adicional por tempo de serviço decorrente da medida de que trata a alínea anterior (24%); e a incidência dos percentuais da "Gratificação de Atividade" e dos "Incentivos Funcionais" somente sobre o vencimento base (Padrão 24D); 2) desmembrar do provento básico a Gratificação de Titularidade; 3) incluir as parcelas "Gratificação de Regência de Classe" (Lei nº 696/94), "Gratificação de Ensino Especial" (Lei nº 540/93), e/ou "Gratificação de Alfabetização" (Lei nº 654/94), se verificado que a inativa faz jus a essas vantagens (itens II e III, supra).

PROCESSO No. 2048/96 -- Contendo o Ofício nº 966/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5207/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, decidiu considerar prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 2051/96 -- Contendo o Ofício nº 965/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5208/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, decidiu considerar prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 4230/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5209/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/4, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 5.

PROCESSO No. 4234/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5210/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/7, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 8.

PROCESSO No. 4246/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5211/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/11, considerou prorrogado na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados às fs. 2, 4/5, 7 e 9/11.

PROCESSO No. 4247/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5212/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/11, considerou prorrogado na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados às fs. 2, 3/5, 7 e 9/11.

PROCESSO No. 4407/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte do Processo nº 082.016149/92. -- DECISÃO No. 5213/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1 e 2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no Processo TC nº 1649/93.

PROCESSO No. 4415/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 25.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte do Processo nº 082.009769/90. -- DECISÃO No. 5214/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1 e 2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no Processo TC nº 1631/91.

PROCESSO No. 4451/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5215/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/6, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 7.

PROCESSO No. 4452/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5216/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/4, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 5.

PROCESSO No. 4455/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5217/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/6, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados às fs. 2, 4 e 6.

A seguir, a sessão passou a extraordinária, de caráter reservado, na forma do disposto no artigo 97, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 01/94, para que o Tribunal apreciasse processo de natureza sigilosa, constante da Parte II desta Ata.

.....

Nada mais havendo a tratar, às 12h20, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e representante do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

Anexo da Ata 3171
Sessão Ordinária de 20.06.96

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCESSO Nº 3.239/94
PARECER/MP Nº 3. 1252/95

Egrégio Plenário,

Em exame o processo da epígrafe no qual se analisa os procedimentos adotados pela CAESB, concernente à conversão de salários em Unidades Reais de Valor, tendo em vista as novas regras introduzidas pela Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, posteriormente reeditada sob outros números e, afinal, convertida na Lei 8.880/94.

02. Os autos foram instruídos pelo ilustre Analista José Roberto do Espírito Santo, que com adequado posicionamento jurídico e amadurecido senso crítico, coloca o tema, valendo transcrever o seguinte trecho:

"O Acordo Coletivo de Trabalho 93/94 estipulava que, APÓS A APLICAÇÃO DA LEI SALARIAL EM VIGOR, DURANTE OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 1994, nenhum salário teria perda superior a 23% (vinte e três por cento). De deduzir-se, portanto, que eventual reposição só iria ocorrer no mês de abril/94. Ora, a Medida provisória nº 434/94 derrogou a **"lei salarial em vigor"** e adquiriu eficácia em 28.02.94 - data da publicação - colhendo, por meio, o período da condição suspensiva (Código Civil, art. 118) autorizativa do hipotético reajuste. Desrespeitou-se, até, o próprio ACT, pois a mencionada condição suspensiva, nele estabelecida, não se realizou.

"Não bastasse isso, é de todo improcedente a alegação de que **"quando do advento da MP nº 434, de 27.02.94, e de suas reedições, o ajuste coletivo já se encontrava em pleno vigor no âmbito da Empresa, ..."**. A referida Medida Provisória vigorou a partir de 28.02.94, e o 1º Termo Aditivo foi firmado em março (v. fls. 02/04), estando evidenciado o propósito consciente de eximir-se do cumprimento da lei, em detrimento dos cofres da Companhia.

"A ilegalidade do procedimento é inquestionável, como, aliás. a instrução manifestou-se desde o início, não se admitindo que o Controle possa, com ela, condescender. A justificativa, desmentida dos fatos e datas, exauste-se na sua falta de substância, até porque não há como justificar atos claramente ilegais."

03. O ponto nodal que se apresenta consiste em harmonizar dois primados de Direito: o da irredutibilidade dos salários e os efeitos trabalhistas de acordo coletivo que fere a Lei.

II - FUNDAMENTAÇÃO

04. Acolhe-se, aqui, a judiciosa manifestação da 2ª ICE.

05. Sobre o tema em foco cabe asserir que no Direito Administrativo a prática de ato requer agente capaz, objeto lícito, motivo e finalidade de interesse público e acatamento à forma prescrita em Lei.

06. Ausente qualquer desses requisitos o ato é nulo, conforme art. 2° da Lei Federal n° 4.717, de 20 de junho de 1965.

07. Para a deliberação de acordo coletivo, o Decreto local n° 12.549/90 exigiu para sua validade prévia audiência do Conselho de Política de Pessoal, justamente com o objetivo de buscar razoável uniformidade na concessão de vantagens no trato dos recursos humanos do Distrito Federal, entendido em sua macro-organização.

08. Em ato administrativo complexo estabeleceu de um lado a repartição de competência dos agentes e de outro a prescrição de forma pelo tempo da audiência, que há de ser prévia.

09. Estabelece o precitado diploma:

> *"Art. 3° - Os dirigentes das entidades administrativas celebrarão os Acordos Coletivos de Trabalho juntamente com a respectiva Comissão que conduziu a negociação, após audiência do Conselho de Política de Pessoal-CPP.*
>
> *Art. 4° - O descumprimento deste Decreto e das instruções baixadas pelo Secretário do Trabalho implicará em responsabilidade civil e administrativa de seus autores."*

10. É assim o acordo coletivo ato nulo de pleno direito e da nulidade não pode resultar direitos, como é elementar na ciência jurídica.

11. Ocorre, também, que a ninguém que dá causa à nulidade é permitido alegar a mesma para fugir ao acordo, ou como consagrado no brocardo "a ninguém é lícito alegar a própria torpeza" que guardadas as proporções se aplica ao caso.

12. Por isso, parece que a CAESB não pode ignorar o acordo alegando agora a nulidade a que deu causa. Aliás não o faria dominada que está por um corporativismo sem fronteiras que onera a sociedade com taxas em elevação crescente num período recessivo, para fazer entrar recursos em proveito da minoria dos seus servidores.

13. A propósito, é oportuno trazer à colocação o seguinte acórdão:

> *ACORDO COLETIVO. FUNDAÇÃO PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO. A reclamada, Fundação Pública, estipulou através de acordo coletivo de trabalho, a concessão de adicional aos seus trabalhadores que contassem com mais de seis anos de Emprego em Comissão. Alegando que inexistiu norma legal regulando a matéria ou a dotação orçamentária para a concessão da vantagem, não cumpriu o acordado. Tais fundamentos, entretanto, são irrelevantes, importando em inadimplência ao mandato normativo autônomo. Recurso e remessa oficial improvidos" (RO-4771/94, 2ª Turma, Rel. Juiz Alfredo Peres).*

14. Não parece, em face desse entendimento que a própria CAESB seja recomendada a anular o acordo.

15. Releva obtemperar que a natureza jurídica do acordo coletivo aproxima-se mais a de um contrato sui generes, do que a um ato administrativo propriamente dito.

16. Daí porque a recomendação deve ser dirigida ao próprio Governador e, em havendo recalcitrância, adotar-se-á a procedimento prescrito no art. 78, § 1° da Lei Orgânica do Distrito Federal que estabelece:

> *"Art. 78 - O Controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:*
>
> *§ 1° - No caso de contrato, o ato de sustentação será adotado diretamente pela Câmara Legislativa, que solicitará de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.*
>
> *§ 2° - Se a Câmara Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá da questão."*

17. A Lei Orgânica não prevê a recomendação para a correção da ilegalidade mas nesse ponto em escólio ou dispositivo similar do Estatuto Político de 1967, Pontes de Miranda, se manifestara no seguinte sentido:

> *"Se o Tribunal de Contas encontra ilegalidade em algum ato de que resulte despesa, ato negocial ou não-negocial, inclusive contrato (negócio jurídico bilateral, em que estão incluídos os tratados) e, a fortiori, negócios jurídicos plurilaterais, tem o Tribunal de Contas o dever de assinar prazo razoável para que o órgão da Administração corrija o que praticou ou está praticando. Se o órgão da administração desatende, cabe ao Tribunal de Contas sustar a execução ou a continuação da execução do ato. Mas, se em causa está contrato, ou negócio jurídico plurilateral, em que seja figurante a União, em vez de poder sustar, tem ele apenas a legitimidade a pedir ao Congresso Nacional que suste o adimplemento da dívida oriunda do contrato."*

18. Também o primado fundamental do controle que sobrepõe a orientação à punição faz este órgão inclinar-se pela conveniência da recomendação antes de buscar a participarão da Câmara Legislativa.

19. Mas, sob o aspecto jurídico é imprescindível outras providências como a denúncia do convênio, com a participação do Ministério Público, fiscal da Lei.

20. A independência das esferas administrativa e judiciais, oportunista e até reforça esses caminhos paralelos.

21. Nesse sentido o Ministério Público que junto ao Tribunal atua estará comunicando ao MP do Trabalho para que na esfera judicial se alcance a nulidade desse acordo coletivo.

22. O Tribunal pode e deve como expressamente prevê a Lei Orgânica enfrentar a questão.

23. A responsabilização das autoridades que agirem com abuso de poder, nome jurídico a extrapolação da competência, deve ser reprimida com severidade mediante a aplicação de multa. A recomposição do erário deve operar-se mediante a devolução com desconto em folha de pagamento.

III - CONCLUSÃO

24. Por amparar-se a despesa ilegal em acordo coletivo nulo, é conveniente que o Tribunal:

a) recomende ao Governador do Distrito Federal que adote as providências com vistas a declarar a nulidade do 1° Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 93/94, celebrado em março/94, acrescendo o que é sugerido na alínea "c" de fls. 97;

b) após tal providência recomende à CAESB o que é proposto na alínea "c". de fls. 96/97;

c) adote as providências indicadas nas alíneas "e" e "f" da fl. 97;

25. É o parecer do Ministério Público que almeja ter correspondido à generosa expectava manifestada pelo eminente relator, Conselheiro José Eduardo Barbosa, no segundo parágrafo de fls. 107.

Brasília-DF., 28 de setembro de 1995

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3172

Aos 25 dias do mês de junho de 1996, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, o Auditor OSVALDO RODRIGUES e a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3171, de 20.06.96.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, deu boas-vindas ao Conselheiro MAURÍLIO SILVA e à Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, que retornaram às suas funções na Corte, após o gozo de férias. O Conselheiro MAURÍLIO SILVA e a Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA agradeceram a manifestação de cordialidade de seus pares.

J U L G A M E N T O S

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento do Processo nº 2665/96 (Relator: Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS), de que pediram vista, em sessões anteriores, a Conselheira MARLI VINHADELI (1a. Revisora) e o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA (2o. Revisor). O processo trata de consulta formulada pela empresa COMABEM - Alimentação Ltda. sobre a aplicabilidade das disposições contidas no inciso II do art. 57, c/c as prescrições do art. 121, ambos da Lei nº 8.666/93, com as alterações produzidas pela Lei nº 8.883/94. -- DECISÃO No. 5219/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Conselheira MARLI VINHADELI, no que foi acompanhada pelo Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, decidiu não conhecer da consulta, dando conhecimento dessa decisão à interessada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 1140/81 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO-SEA. -- DECISÃO No. 5220/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal a revisão de proventos em exame; b) determinar à SEA/DF que efetue a correção do abono provisório, na forma explicitada às fls. 95/96 (nº 4).

PROCESSO No. 3037/81 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor RAYMUNDO ALVES DOS SANTOS-SSP. -- DECISÃO No. 5221/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar

conhecimento das providências administrativas adotadas pela SSP/DF, para cumprimento da decisão da Corte de ilegalidade do ato revisório (Decisão nº 7078/94); b) restituir o processo a SSP/DF, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1804/82 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JAIR ANASTÁCIO ROCHA-SEA. -- DECISÃO No. 5222/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) anexe aos autos cópia autenticada do ato de designação do servidor para o Emprego em Comissão de Chefe de Seção de Eletricidade Geral da Divisão de Manutenção e Reparos do Departamento de Apoio Técnico, cuja dispensa é vista à fl. 41, bem como do ato que o dispensou do Emprego em Comissão de Chefe do Serviço de Eletrotécnico da Divisão de Manutenção e Transportes do Departamento de Administração, cuja designação é vista à fl. 40; b) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 269, com observância do disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de considerar a parcela "Opção de 20% do vencimento" com base no EC-16, pois, de acordo com a Resolução nº 01/86 da FHDF (fls. 188/263), o Emprego em Comissão de Chefe de Seção de Eletricidade Geral-FHDF, que o servidor exercia à *época de sua aposentadoria, teve o seu símbolo alterado de EC-19 para* EC-16.

PROCESSO No. 2398/82 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora LUCY MARQUES DO PRADO SANTOS-SEA. -- DECISÃO No. 5223/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO No. 5125/83 (anexo volume I) -- Aposentadoria do servidor SIZNO BERTOLINO DOS SANTOS-SSP. -- DECISÃO No. 5224/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do pedido de fl. 257 para, no mérito, dar-lhe provimento, reconsiderando, assim, a Decisão nº 10.386/95, que declarou a ilegalidade da concessão em apreço (Sessão de 31/08/95); b) da Portaria de 19/09/90, fl. 173, que anulou o ato de aposentadoria inicial, fl. 3v, já aprovado em cumprimento à M. decisão do Pretório Excelso, RE nº 103.003-3 DF; II - determinar a baixa no registro da concessão, julgada legal na SO de 08/03/88 (fl. 43); III - relevar a falha pela não confecção do ato de anulação da revisão de proventos, fl. 69, julgada legal em Sessão de 17/09/92 (fl 81), com a baixa no seu registro; IV - determinar o retorno do processo à SSP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retificar a O.S. de 01.11.90 (fl. 226) para constar que a aposentadoria do Agente de Polícia Sizino Bertolino dos Santos é na 1ª Classe, Padrão IV, com a vantagem da Classe Especial, Padrão III, nos termos do art. 184, I, da lei nº 1711/52, c/c a Lei nº 6701/79, e excluir o art. 184, II, da Lei nº 1711/52, por ser incompatível; b) comprovar que o interessado tem direito e não gozou a licença especial noticiada à fl. 04-v; c) confeccionar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição à de fl. 228, para excluir o período em que o servidor esteve aposentado do cálculo do adicional por tempo de serviço, e incluir a licença especial não gozada, se procedente o item anterior; d) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 229, para excluir a vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1711/52 e, quanto ao adicional por tempo de serviço, excluir o período em que o servidor esteve aposentado.

PROCESSO No. 0012/84 -- Aposentadoria da servidora NELCY LOBATO LEMOS DE OLIVEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5225/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2785/84 -- Pedido de reexame de decisão da Corte, formulado pelo servidor LÉO SEBASTIÃO DAVID-SEA. -- DECISÃO No. 5226/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0941/86 -- Revisões dos proventos da aposentadoria da servidora MARIA LÚCIA PASSOS ROCHA-SEA. -- DECISÃO No. 5227/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO No. 1140/86 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO DANIEL QUINTANO-SSP. -- DECISÃO No. 5228/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das providências administrativas adotadas pela SSP/DF, decorrentes da inclusão do tempo em dobro de que trata à Lei nº 22/89; b) restituir o processo àquela Secretaria, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0185/87 (anexos 10 volumes) -- Convênio nº 132/86, celebrado entre o Governo do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 5229/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a realização de inspeção junto à Secretaria de Trabalho do Distrito Federal, para que se esclareça, em definitivo, as razões da demora na solução das pendências relativas à titularidade do terreno onde se localiza a Galeria Oeste/Norte, com vista a obtenção da "Carta de habite-se" e à incorporação patrimonial das benfeitorias, bem como identificar os responsáveis pelo descumprimento de decisões do Tribunal, referentes ao processo em apreço.

PROCESSO No. 1863/88 -- Revisões dos proventos da aposentadoria do servidor MANOEL RICARDO PEREIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5230/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legais as revisões de proventos em exame (atos de fls. 43/45); b) determinar à SEA/DF que elabore novo mapa de apuração de tempo de serviço, para inclusão do tempo em dobro previsto na Lei nº 22/89, atentando para o seu reflexo no ATS.

PROCESSO No. 2640/88 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora CLARISSA MOREIRA DE CASTRO CAIADO-SEA. -- DECISÃO No. 5231/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO No. 0446/90 -- Aposentadoria da servidora ANNA EDY HECKER ABREU-SEA. -- DECISÃO No. 5232/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2631/92 -- Aposentadoria do servidor PEDRO MELO BARBOSA-FEDF. -- DECISÃO No. 5233/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4398/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE JESUS ROCHA MARZOLA-FEDF. -- DECISÃO No. 5234/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5161/92 -- Aposentadoria da servidora HELENA CÉLIA FUKUTA-FEDF. -- DECISÃO No. 5235/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, anexe o ato de anistia, bem como as peças principais do processo da referida servidora.

PROCESSO No. 6071/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES LEITE CABRAL-FEDF. -- DECISÃO No. 5236/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 6073/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA DE ARAÚJO FONSECA-FEDF. -- DECISÃO No. 5237/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0637/93 -- Aposentadoria da servidora SIDHE FELICIANO DE LIMA-FEDF. -- DECISÃO No. 5238/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 07, considerando para adicionais somente as licenças para tratamento da própria saúde até 02 anos (730 dias), conforme art. 102, VIII, "b", da Lei nº 8.112/90; b) em conseqüência, observando a Decisão Normativa nº 02/TCDF, elabore um novo abono provisório, em substituição ao de fl. 13, para alterar o ATS para 17%; c) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 1983/93 -- Termos Aditivos ao Ato Unilateral de Permissão de Uso nº 001/92-ASJUR, celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. e ELVIS SILVA GUIMARÃES. -- DECISÃO No. 5239/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Termos Aditivos e respectivas "declarações" de (fls. 20/27); b) sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, até que o Tribunal delibere a respeito da legalidade de se utilizar o instituto jurídico da Permissão de Uso como instrumento para atribuir o direito à *fruição, a terceiros, dos bens da SAB.*

PROCESSO No. 5800/93 -- Termos Aditivos à Permissão de Uso nº 004/92 e outros, firmados entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. e terceiros. -- DECISÃO No. 5240/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas pela instrução, tomar conhecimento dos ajustes em exame; b) sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, até que o Tribunal profira decisão de mérito no Processo nº 5.166/93, o qual examina a legalidade de se utilizar o instituto jurídico da Permissão de Uso para conferir, a terceiros o direito à fruição dos bens de propriedade da jurisdicionada.

PROCESSO No. 6643/93 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES MOREIRA TORRES-FEDF. -- DECISÃO No. 5241/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria; b) determinar à FEDF que retifique, no abono provisório de fl. 22, a denominação da gratificação da Lei nº 524/93 para "Gratificação de Atividade", sujeitando-se a posterior verificação em auditoria programada.

PROCESSO No. 7008/93 -- Contendo o Contrato nº 026/95 e outro ajuste, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma DELTA - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 5242/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos ajustes em exame, relevando-se o atraso apontado; b) assinar o prazo de 30 (trinta) dias para que a CEB identifique o responsável pela celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/93, devendo o mesmo, em igual prazo, apresentar as razões que tiver em sua defesa, uma vez que o referido Aditivo celebrou prorrogação contratual ao arrepio da Decisão nº 7.032/94-TCDF; c) deixar de acolher a proposição contida no item III, de fl. 67, em razão das edições de Medidas Provisórias prevendo a possibilidade de prorrogação de prazo contratual nas hipóteses que alinha.

PROCESSO No. 7672/93 (apensos os de nºs. 040.004.712/93, 137.000.056/93 e 040.002.436/93) -- Tomada de contas anual do Ordenador de Despesa da Região Administrativa X - Guará, referente ao exercício de 1992. -- DECISÃO No. 5243/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevar o atraso de 5 dias, por parte da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, no atendimento das solicitações do Tribunal; b) tomar conhecimento da documentação fornecida pela SEFP às fls. 83/117, do apenso, e considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão 10.954/95; c) tomar conhecimento da documentação incluída pela 1ª ICE às fls. 30/34 do processo; d) considerar regulares as contas do Ordenador de Despesas HELENO NOGUEIRA DE CARVALHO, no que se refere ao exercício de 1992, e autorize a expedição da respectiva provisão de quitação.

PROCESSO No. 0738/94 -- Contrato nº 004/95, firmado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda. -- DECISÃO No. 5244/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e do seu Termo Aditivo; II - determinar ao DETRAN que, em trinta dias,

identifique o (s) mesmo (s) apresentar (em) as razões que tiver(em) em sua(s) defesa(s), com vistas à aplicação das sanções, se for o caso, previstas na Lei Orgânica deste Tribunal.

PROCESSO No. 6204/94 (apenso o de nº 053.000233/94) -- Tomada de Contas Anuais dos Agentes de Material do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 5245/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1264/95 -- Contrato nº 95/014, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a empresa SANMARKAM - Assistência Técnica de Máquinas para Escritório Ltda. -- DECISÃO No. 5246/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço; II - determinar ao BRB que as prorrogações dos contratos relativos aos serviços prestados de forma contínua, sejam realizados na forma do que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, com redação introduzida pela Medida Provisória nº 1500 de 07/06/96 publicada no DOU de 10/06/96.

PROCESSO No. 3805/95 (apensos os de .. 3849/95 e 3806/95) -- Contratos nºs. 95/006-DIRAD/COMAP e outros, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a firma TRIA Engenharia, Comércio e Representações Ltda. -- DECISÃO No. 5247/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos contratos em exame, elencados à fl. 21, relevando-se as falhas formais apontadas pela instrução; b) deixar de acolher a proposta contida na alínea "c", de fl. 21, em face das edições de Medidas Provisórias prevendo a possibilidade de prorrogação de prazo contratual, nas hipóteses que alinha.

PROCESSO No. 4490/95 -- Ofício 2a.JCJ/BSB/DF-483/95, mediante o qual a Juíza Presidente da 2a. Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília encaminha à Corte cópias de peças extraídas dos autos do Processo 2a.JCJ/DF-nº 323/95, que trata de reclamação trabalhista ajuizada por ex-servidores da então Sociedade de Habitações de Interesse Social. -- DECISÃO No. 5248/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação de fls. 15/68; b) solicitar ao IDHAB manter este Tribunal informado a respeito do andamento dos processos judiciais de nºs 323/95, 10.000787/95, 07.0021/96, 01.000780/95 e 15.0535/95.

PROCESSO No. 4637/95 -- Solicitação formulada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal no sentido de promover estudos sobre a viabilidade de serem as Unidades Gestoras de órgãos da Administração do Distrito Federal liberadas da remessa sistemática de notas de empenho a esta Corte. -- DECISÃO No. 5413/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - determinar a adoção da metodologia descrita nos autos, para acompanhamento de despesa; II - autorizar, para época oportuna, auditoria de sistemas: a) no SIAFEM, com vistas à identificação dos atuais procedimentos de consistência, tratamento das informações, campos de entrada livres, segurança, entre outros pontos relevantes, viabilizando a mensuração do grau de confiabilidade dos controles impostos pelo mesmo; b) no Sistema de Gestão de Pessoal adotado no âmbito da Administração Direta, com vista à verificação dos pontos mencionados acima, bem como da legalidade e critérios de cálculos, sistemática de prévias, entre outros pontos, haja vista a necessidade de conhecimento desse sistema e, principalmente, em razão do significativo valor das despesas de pessoal; III - incluir no plano de trabalho do NIPD: a) a completa integração do sistema SISCOEX no Tribunal, bem como, entre suas atividades permanentes, a manutenção e aprimoramento do sistema; b) atividade objetivando dotar o Tribunal de acesso por seus terminais, mediante integração às respectivas redes, aos sistemas administrativos utilizados pelas jurisdicionadas, tais como SIGRE e outros; IV - sem prejuízo do item anterior, solicitar à SEA, bem como à CODEPLAN, código (senha) de acesso aos sistemas administrativos utilizados pelos órgãos da Administração Direta, notadamente de pessoal, que possuam módulos de consulta "on-line" com vista a subsidiar a execução das atividades de controle externo a cargo desta Casa; V - determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal que, com fulcro no artigo 42 da Lei Complementar 01/94, bem como no artigo 108 do Decreto 16.098/94, promova a imediata liberação, para acesso do Corpo Técnico desta Casa, com vistas a auditoria à distância, de **todos** os módulos de consulta, por tela ou relatório, em operação no SIAFEM, bem como de **todas** as bases de dados, para acesso por meio do extrator de dados; VI - em aditamento ao OFíCIO-GP nº 005/96 - Circular, de 18.04.96, dispensar a remessa a este Tribunal de notas de empenho, por parte das Unidades Gestoras dos órgãos da Administrção do Distrito Federal, a partir de 1º de julho de 1996; VII - determinar aos orgãos jurisdicionados, condicionados ao uso do SIAFEM: a) que preencham os campos previstos no referido Sistema para contratos e convênios, na forma do disposto no Art. 110 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF; b) que adotem a seguinte sistemática de preenchimento de notas de empenho: b.1 - nos casos de despesas realizadas com dispensa de licitação, além do preenchimento do código correspondente no campo "Licitação", deverá o campo "Referência da Dispensa" informar em algarismo arábico o número correspondente ao inciso do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Ex. despesa realizada com base no art. 24, II; Campo Licitação = 5, Campo Referência da Dispensa = 2; b.2 - nos casos de inexigibilidade, igual procedimento deverá ser adotado, tomando-se, todavia, como base o número "0" que corresponderia ao **caput** do art. 25. Ex. despesa realizada por inexigibilidade de licitação fundamentado no **caput**; Campo Licitação = 6; Campo Referência da Dispensa = 0; b.3 - nos casos em que tenha havido licitação, o preenchimento do campo "Licitação" corresponderá ao código da modalidade utilizada e o Campo "Referência da Dispensa" deverá conter, apenas, o número do processo licitatório, composto pelo número seqüencial/exercício e a sigla do órgão promovedor da licitação, a ser inserido após um hífen. Ex. Convite 002/94-CLDF; 2/94-CLDF (sem espaços em branco e zeros a esquerda); b.4- no caso de despesas não sujeitas à Lei nº 8.666/93, consignar, apenas, no campo "Licitação" o código 7 recém criado; VIII - revogar a Portaria nº 154/94, que trata exclusivamente sobre processamento de notas de empenho; IX - determinar a remessa do processo à 1a. ICE, para os devidos fins. Decidiu, ainda, por proposição do Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, determinar o registro em ata de elogios aos servidores que participaram do excelente trabalho elaborado pela equipe da 1a. Inspetoria de Controle Externo, bem como a anotação, nos assentamentos funcionais dos referidos servidores, da moção enaltecedora. Decidiu, mais, mandar publicar em anexo à presente ata, o referido voto (ANEXO I).

PROCESSO No. 4897/95 (apenso o de nº 101.000270/94) -- Prestação de Contas do Convênio nº 04/93 e aditivos, firmados entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Associação Brasileira de Educadores Lassalistas - ABEL.-- DECISÃO No. 5250/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4899/95 (apenso o de nº 101.000411/93) -- Prestação de Contas do Convênio nº 13/89 e aditivos, firmados entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Sociedade São Vicente de Paulo - CRECHE FREDERICO OZANAM. -- DECISÃO No. 5251/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4986/95 -- Consulta formulada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal sobre a possibilidade de prorrogação de prazo de contrato. -- DECISÃO No. 5252/96.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - orientar previamente os gestores, para que não haja incidência em impropriedades e irregularidades, mormente nos casos de vigência e prorrogação de contratos, agora, sim, pacificada com a edição da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96 - D.O.U., de 10.06.96, que traz nas suas determinações as prorrogações dos contratos de prestação de serviços contínuos, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses, sempre com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração; II - no concernente à prestação de serviços: a) firmar entendimento de que as prestações de serviços de execução de forma contínua, alcançadas pelo inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, referem-se aos serviços cuja falta paralisa ou retarda o trabalho, de sorte a comprometer a correspondente função do órgão ou entidade; b) determinar a expedição de ato dando conhecimento à Administração Distrital do entendimento ora firmado. Vencidos, parcialmente, os Conselheiros MARLI VINHADELI e JORGE CAETANO, que se posicionaram contrários ao contido nas alíneas "a" e "b" do item "II" supra, e o Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, que já havia votado, na condição de revisor, pelo arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o referido voto, fls. 123/126 (ANEXO II).

PROCESSO No. 5167/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA DA PAIXÃO-FEDF. -- DECISÃO No. 5253/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5659/95 -- Contrato nº 56/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma CONTERC - Construção, Terraplenagem e Consultoria Ltda. -- DECISÃO No. 5254/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento a-1) do contrato 056/95 e dos documentos acostados às fls. 13/100; a-2) dos resultados obtidos na última etapa de auditoria; b) determinar ao DER/DF que: b-1) nos futuros contratos sejam melhor observadas as determinações da Lei nº 8.666/93, em especial os artigos 27 a 32, 36 e 55; b-2) observado o prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte quais foram as medidas adotadas em razão da diferença, levantada pela equipe de auditoria, entre a Cláusula Oitava - "Do Preço", que apresenta o preço unitário do item DRENAGEM de R$ 7.254,61 (sete mil duzentos e cinqüenta e quatro reais e sessenta e um centavos) e o valor da proposta vencedora, para o mesmo item, que é de R$ 67.254,61 (sessenta e sete mil duzentos e cinqüenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

PROCESSO No. 5666/95 -- Contrato nº 55/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a TERCON-BRASÍLIA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA. -- DECISÃO No. 5255/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento: a.1) do Contrato nº 055/95 (fls. 03/11) e dos documentos acostados às fls. 13/97; a.2) dos resultados obtidos na última etapa de auditoria; b) determinar ao DER/DF, que nos futuros ajustes, sejam observadas as cláusulas necessárias, estabelecidas no artigo 55 da Lei 8666/93, bem como às formalidades legais quanto a assinatura e a data da celebração, previstas na citada Lei.

PROCESSO No. 5676/95 -- Contrato nº 57/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma SERVENG-CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia. -- DECISÃO No. 5256/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento: a-1 - do Contrato nº 057/95 (fls. 03/11) e dos documentos acostados às fls. 13/103; b) determinar ao DER/DF que: b-1 - observe nos seus contratos as determinações constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/93; b-2 - no prazo de 30 (trinta) dias, apresente a esta Corte informações e providências adotadas, sobre a diferença levantada pela equipe de auditoria, entre a Cláusula Oitava - Do Preço - que apresenta o preço global de R$ 1.220.247,42 (hum milhão duzentos e vinte mil duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos) e o valor da proposta vencedora R$ 1.219.125,31 (hum milhão duzentos e dezenove mil cento e vinte e cinco reais e trinta e um centavos).

PROCESSO No. 6128/95 -- Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. -- DECISÃO No. 5257/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento dos Ofícios nºs OE 148/95 e 271/95-DG/SLU; II. relevar o atraso na comunicação das providências adotadas em relação a TCE eme exame; III. autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 0387/96 -- NE nº 003/95 e outras, da Região Administrativa VII - Paranoá. -- DECISÃO No. 5258/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das NE'S em apreço; b) relevar o atraso apontado, bem como as falhas verificadas na indicação do dispositivo legal para fundamentar a ausência do processo licitatório; c) considerar correta a classificação das despesas especificadas nas NE'S inseridas nos autos; d) autorizar o retorno do processo a 1ª ICE, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0461/96 -- NE nº 040/95 e outras, da Secretaria de Turismo do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5259/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das NE'S em exame, relevando o atraso apontado; b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem, à exceção da NE nº 614/95; c) assinar o prazo de 30 (trinta) dias para que a SETUR justifique o valor pago a maior, referentemente às diárias especificadas na NE nº 614/95.

PROCESSO No. 0670/96 (apenso o de nº 698/96, 706/96, 725/96, 736/96, 742/96 e 744/96) -- Contrato nº 125/95 e outros ajustes, celebrados entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e terceiros. -- DECISÃO No. 5260/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos ajustes em exame; b) determinar à FHDF o encaminhamento a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, dos seguintes elementos: a) os motivos que determinaram a dispensa de licitação para as contratações relacionadas com os contratos retromencionados; b) as publicações de tais casos de dispensa no Diário Oficial do Distrito Federal; c) os elementos instrutivos a que se refere o parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 8666/93.

PROCESSO No. 0674/96 -- Contrato nº 100/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Teletronics Médica Ltda. -- DECISÃO No. 5261/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do contrato em exame; a) recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal dar fiel cumprimento ao disposto no artigo 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93; b) determinar à jurisdicionada o encaminhamento a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, do ato autorizativo da celebração do referido ajuste, conforme estabelecem os artigos 61, da Lei nº 8.666/93 e o 14, alínea "j", do Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

PROCESSO No. 0686/96 -- Contrato nº 109/95, celebrados entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Eletrospitalar Comércio e Assistência Técnica Ltda. -- DECISÃO No. 5262/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do citado ajuste, decidiu assinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a Fundação Hospitalar do Distrito Federal: a) - informar os motivos que determinaram a inexigibilidade da licitação; b) - encaminhar a esta Corte a publicação, no DODF, da justificativa a que alude o artigo 26 da Lei nº 8.666/93; c) - informar os elementos instrutivos a que se refere o parágrafo único, do citado artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO No. 0689/96 -- Contrato nº 094/95 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Poli Engenharia, Comércio e Representações Ltda. -- DECISÃO No. 5263/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do ajuste em exame e determinou à Fundação Hospitalar do Distrito Federal o encaminhamento a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, do ato autorizativo da celebração do contrato em tela, conforme estabelecem os artigos 61, da Lei nº 8.666/93 e 14, alínea "j", do Estatuto da jurisdicionada.

PROCESSO No. 0701/96 -- Contrato nº 105/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Expansão Comercial Hospitalar Ltda. -- DECISÃO No. 5264/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do contrato sob exame; b) determinar à FHDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, envie à Corte: 1) os motivos que determinaram a inexigibilidade de licitação para o contrato em apreço; 2) a publicação de tal caso de inexigibilidade no DODF, conforme disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93; 3) os elementos instrutivos referidos no parágrafo único do aludido artigo; 4) o ato que autorizou a assinatura do contrato em tela, conforme artigos 61, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO No. 0729/96 -- Contrato nº 042/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a General Eletric do Brasil S.A. -- DECISÃO No. 5265/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do do contrato sob exame; b) determinar à FHDF, que no prazo de 30 (trinta) dias, envie à Corte: 1) os motivos que determinaram a inexigibilidade de licitação para o contrato apreço; 2) a publicação de tal caso de inexigibilidade no DODF, conforme disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93; 3) os elementos instrutivos referidos no parágrafo único do aludido artigo.

PROCESSO No. 0923/96 -- NE nº 003/95 e outras, da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5266/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das NE'S em exame, relevando as falhas apontadas, e considerou correta as classificações das despesas a que se referem.

PROCESSO No. 3069/96 -- Representação nº 001/96, do Auditor OSVALDO RODRIGUES, versando sobre proposta de reexame da orientação da Corte, consubstanciada no Processo nº 5.019/92, em face de decisão judicial exarada pelo STF, relacionada com funções de magistério. -- DECISÃO No. 5267/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar o encaminhamento dos autos ao Ministério Público junto à Corte, a fim de que se pronuncie a respeito da matéria em exame.

PROCESSO No. 4232/96 -- Ofício nº 1091-GAB/SEA e outros, mediante os quais a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5268/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento dos expedientes de fls. 01/06 e prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos Processos nºs 2190/84 e outros, relacionados à fl. 07.

PROCESSO No. 4238/96 -- Ofício nº 1045-GAB/SEA e outros, mediante os quais a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5269/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento dos expedientes de fls. 01/09 e prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos Processos nºs 4985/93 e outros, relacionados à fl. 10.

PROCESSO No. 4410/96 -- Ofício nº 648/96-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5270/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento do expediente de fl. 01 e prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas no Processo 5024/93 e outros, relacionados à fl.04.

PROCESSO No. 4454/96 -- Ofício nº 1191/96-GAB/SEA e outros, mediante os quais a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5271/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento dos expedientes de fls. 01/08 e prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos Processos nºs 1659/87 e outros, relacionados à fl. 09.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSé EDUARDO BARBOSA

PROCESSO No. 4138/81 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor MANOEL INÁCIO DOS REIS-SES. -- DECISÃO No. 5272/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - elaborar nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 71, para fazer constar o adicional de 15%; II - refazer o abono provisório de fl. 97, atentando para os termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para a) fazer constar a proporcionalidade de 3/5 do EC-11 da FHDF, conforme mapa de fl. 91; b) fazer constar a redução constitucional, nos termos do artigo 102, item II, da CRFB de 1967; III - anexar aos autos a transferência financeira do servidor, referente ao mês de novembro/87, com os valores que lhe seriam devidos se em atividade estivesse; IV - autenticar os documentos de fls. 27 a 34 e 39; V - incluir, por apostilamento, mais 1% de adicional por tempo de serviço, resultante da contagem em dobro permitida pela Lei nº 22, de 12/6/89, tendo em vista que o contracheque de fl. 92 registra o percentual de 19%, quando deveria constar 20% desde junho de 1989; VI - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3011/83 -- Revisão dos proventos da servidora GILDETE MUNDIM GUIMARÃES-SEA. -- DECISÃO No. 5273/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1586/88 (apensos os de nºs. 0955/88, 2000/85 e 1617/82) -- Contrato nº 106/88, celebrado entre o Instituto de Saúde do Distrito Federal e a firma ELETROSPITALAR - Comércio e Assistência Técnica Ltda. -- DECISÃO No. 5274/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do OF. nº 2216/PRESI/IPDF e do OE nº 976/95-GAB/SES, fls. 188/189; II - considerar satisfatórias as justificativas apresentadas pelo Sr. Luiz Philippe Peres Torelly, Diretor-Presidente do IPDF, em atendimento à Decisão nº 8736/95, relevando o atraso verificado; III - fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o IPDF informe a esta Corte o andamento dos processos nºs 112.004.181/90 e 061.007.867/89, de interesse da Secretaria de Saúde do DF; IV - autorizar a 3ª ICE a adotar providências a fim de que **a)** seja tratada nestes autos, tão-somente, a questão da incorporação dos equipamentos objeto do contrato nº 106/88, celebrado entre o Instituto de Saúde do DF e Eletrospitalar - Comércio e Assistência Técnica Ltda.; **b)** seja transferido para o processo nº 5814/93 o acompanhamento da incorporação do imóvel onde foi edificado o prédio que abriga os equipamentos, mediante inclusão das cópias da última decisão prolatada nos processos nºs 1617/82 e 2000/85 e 955/88, em apenso; c) sejam desapensados destes autos os processos citados na alínea anterior e encaminhados para arquivo, sem prejuízo de futuras averiguações, haja vista a conclusão e o recebimento definitivo de seus objetos; V - determinar a restituição do feito à 3ª ICE para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2585/90 -- Revisões dos proventos da servidora AMÁBILE ANDRADE GOMES-SEA. -- DECISÃO No. 5275/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o seguinte: I. Quanto à 1ª revisão: a) tornar sem efeito, na portaria de 10/6/92, fl. 130, o ato que reviu os proventos da servidora; b) editar novo ato revendo os proventos da servidora para o cargo de Especialista de Educação, classe única, padrão XXI, com as vantagens do EC-05-FEDF (art. 180, "b", da Lei nº 1711/52), com efeitos a contar de 28/5/90, data da publicação do ato de fl. 10, tendo em vista o disposto nos itens II e III de fl. 74; c) elaborar novo abono provisório em substituição ao de fl. 79, de acordo com o disposto no item anterior, observando-se a DN - 02/93 - TCDF; d) tornar sem efeito os documentos substituídos; II. Quanto à 2ª revisão: a) editar novo ato, em substituição ao de fl. 132, ou retificá-lo, para excluir a expressão "para deles excluir as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6701, de 24 de outubro de 1979", e incluir a expressão "para deles excluir as vantagens do Emprego em Comissão, símbolo EC-05, de Assistente de Direção do Ensino Regular da tabela de Emprego em Comissão, da Fundação Educacional do D.F., de acordo com o previsto no art. 180, letra "b", da Lei nº 1.711/52, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 5/12/77"; b) anexar cópia autenticada do ato de dispensa da função de Assessor de Ensino de 1º grau, ocorrida em 10/6/75, conforme fl. 126; c) esclarecer se a servidora faz jus à incorporação de 3/5 ou 2/5 do EC-07 (atual DF-09), em razão da divergência entre mapa de fls. 126 e 127 e documento de fl. 128 (elaborando, se necessário, novo mapa) e informar o motivo da não-inclusão de 2/5 do EC-06 (extinto), com valores atualizados, no abono de fl. 135, conforme indicado às fls. 128; d) elaborar novo abono revisional em substituição ao de fl. 135, observando o disposto no item anterior e corrigindo o percentual do A.T.S. para 30%, conforme item IV da decisão de fl. 74, referente à primeira revisão, tudo em conformidade com a D.N. 02/93-TCDF; e) tornar sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO No. 3439/90 (anexos os de nºs. 679/91 e 6230/93) -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora MARGARIDA DE OLIVEIRA GALVÃO-SEA. -- DECISÃO No. 5276/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos os processos

concernentes às revisões objeto das Portarias de 14/3/85, 9/1/87 e 28/9/87, mencionadas na Portaria de 9/7/90, fl. 6.

PROCESSO No. 5782/91 -- Aposentadoria do servidor NÉVIO LISBOA-FEDF. -- DECISÃO No. 5277/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - acolher o requerimento do Ministério Público de revisão da Decisão nº 0441/95, S.O. nº 3054, de 14/2/95, que considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de NÉVIO LISBOA, matrícula nº 99.003-5, com base na alínea "d", inciso III, do art. 40 da Constituição; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, elabore outro abono provisório, em substituição ao de fl. 21, a fim de calcular os proventos na proporção de 28/35 avos, observando a Decisão Normativa - TCDF nº 02/93; III - rejeitar o procedimento de apuração do montante creditado a maior para fins de reposição pelo inativo, acrescentado no item 6 do parecer nº 483/96, de 30/4/96, da Sra. Procuradora do Ministério Público.

PROCESSO No. 1722/92 -- Convênio celebrado entre a Câmara dos Deputados e a Fundação Hospitalar do Distrito Federal para cessão de servidores da área médica e paramédica daquela entidade fundacional àquele órgão legislativo. -- DECISÃO No. 5278/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - assinar prazo de 30 (trinta) dias ao sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal para que apresente justificativas, esclarecimentos ou providências sobre a celebração do convênio nº 009/95 - PJ - FHDF em relação aos requisitos da Lei nº 8.112, de 11/12/90, artigo 93, incisos I e II; da Lei distrital nº 700, de 22/4/94, e à vedação do artigo 37, inciso XVI, da Constituição, reproduzida no artigo 19, inciso XV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, em se tratando da percepção de remunerações provenientes de duas fontes distintas; II - determinar inspeção na Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar as condições de execução do convênio nº 009/95-PJ/FHDF, principalmente quanto às questões levantadas nos pareceres nºs 3.1468/95 e 313/96 do Ministério Público junto ao Tribunal, fls. 143/144 e 150/154 deste processo; III - restituir o processo à 2ª ICE, para as providências cabíveis e em tempo hábil.

PROCESSO No. 2055/92 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ ARAÚJO AZEVEDO-FSS. -- DECISÃO No. 5279/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3753/92 -- Aposentadoria do servidor ARISTON DA CUNHA LIMA-SEA. -- DECISÃO No. 5280/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, revendo o conteúdo da Decisão nº 10.969/96, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4153/92 -- Aposentadoria do servidor ANTÔNIO RODRIGUES AQUINO-FEDF. -- DECISÃO No. 5281/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - determinar nova diligência junto à Fundação Educacional do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 45, visando modificar a parcela "Provento 23F - artigo 3º, Decreto 12.469/90" à proporção de 22/35 (vinte e dois, trinta e cinco avos), segundo a decisão nº 2518/95 exarada por esta ínclita Corte, no processo nº 7799/91, de interesse de Carmen Daher, assim como corrigir o valor relativo à parcela "adicional por tempo de serviço 22%", calculada sobre o vencimento básico integral; b) tornar sem efeito os documentos substituídos; c) retificar o ato de aposentadoria de fl. 9 para incluir a fundamentação legal dos incentivos funcionais (vantagem pessoal); II - recomendar à 4ª ICE que, após a instrução decorrente do cumprimento desta decisão, encaminhe o processo diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal, para ciência e oportunidade de emitir seu valioso parecer.

PROCESSO No. 4323/92 -- Aposentadoria do servidor JOÃO DOS SANTOS IRIGONHÊ-FEDF. -- DECISÃO No. 5282/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - acolher o requerimento do Ministério Público, de revisão da Decisão nº 7961/94, S.E. nº 69, de 15/12/94, que considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JOÃO DOS SANTOS IRIGONHÊ, matrícula nº 83.550-1, com base na alínea "d", inciso III, do art. 40, da Constituição; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, elabore outro abono provisório, em substituição ao de fl. 15, a fim de calcular os proventos na proporção de 24/35 avos, observando a Decisão Normativa TCDF nº 02/93; III - rejeitar o procedimento de apuração do montante creditado a maior para fins de reposição pelo inativo, acrescentado no item 6 do parecer nº 493/96, de 30/4/96, da Sra. Procuradora do Ministério Público.

PROCESSO No. 1119/94 -- Aposentadoria da servidora DALVINA MARRA DA SILVA-DETRAN. -- DECISÃO No. 5283/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 39, observando o disposto na D.N. nº 02/93-TCDF, adequando o valor do vencimento à tabela de agosto/93 e atentando para os reflexos no cômputo das demais parcelas; II - anexar aos autos a tabela salarial pertinente a agosto/93 para efeito de comprovação do disposto no item I; III - elaborar nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 52, a fim de corrigir o total dos dias contados para adicional, de 10.097 para 9.187; IV - anexar documento que comprove a alteração do nome da interessada (fl. 51); V - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3223/94 -- NE nº 11/94 e outras, da Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante. -- DECISÃO No 5284/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da inspeção feita na RA VIII - Núcleo Bandeirante, determinada pela Decisão nº 15.280/95; II - considerar correta a emissão das Notas de Empenho nºs 30094, 30117, 30128, 30151, 30163, 30171 e 30190/94; III - encaminhar o processo ao douto Ministério Público junto ao Tribunal, solicitando-lhe parecer sobre a natureza dos cargos comissionados do GDF, em comparação com os do Legislativo, analisados no processo nº 4806/95 (Representação do Procurador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes).

PROCESSO No. 4910/94 -- Contrato de Transferência de Arrendamento nº 020/94 e outros ajustes, firmados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e diversos. -- DECISÃO No. 5285/96.- Havendo a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 7242/94 (apensos os de nºs. 040.004772/94, 040.002492/94 e Inventário Físico) -- Tomada de contas anuais dos ordenadores de despesa da Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 5286/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação acostada aos autos pela Secretaria de Comunicação Social, fl. 33, e das fls. 61 a 67 do processo nº 040.004.772/94, apenso; II - considerar cumprida a diligência contida no item I, da Decisão nº 13.907/95, S.O. nº 3125, de 14/11/95; III - julgar regulares, de acordo com o artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, e com o artigo 167, inciso I, do Regimento Interno, Resolução-TCDF nº 38/90, as contas anuais dos ordenadores de despesa da Secretaria de Comunicação Social relativas ao exercício financeiro de 1993; IV - autorizar: a) a expedição dos certificados de quitação aos srs. FERNANDO ALBERTO CAMPOS LEMOS e WELINGTON LUIZ MORAES, nos períodos de 1º a 12 de janeiro de 1993 e de 13 de janeiro a 31 de dezembro de 1993, respectivamente; b) a restituição dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins, e dos processos apensos e do anexo I, à Secretaria de Comunicação Social.

PROCESSO No. 4893/95 -- Representação nº 05/95, da 4a. Inspetoria de Controle Externo, propondo à Corte que deliberasse sobre a intenção de aproveitamento, pelo Governo do Distrito Federal, de servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, contratados via convênio. -- DECISÃO No. 5287/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu encaminhar os autos à Procuradoria Geral, para ciência, e, querendo, manifestar-se sobre a resposta do sr. Secretário de Administração fls. 55/56.

PROCESSO No. 4938/95 -- NE nº 001/95 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5288/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho de fls. 2 a 111; II - relevar as falhas apontadas; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem: IV - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 5855/95 (apenso o de nº 144.000650/95) -- Tomada de contas anual do agente de material e Patrimônio da Região Administrativa XIV - São Sebastião, referentes ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 5289/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar regulares as contas do agente de material e patrimônio da Região Administrativa de São Sebastião-RA-XIV, referente ao exercício de 1993; II - autorizar a expedição do certificado de provisão de quitação ao servidor LUIZ CARLOS DE SÁ, Chefe da Seção de Material e Patrimônio da RA-XIV, referente ao exercício de 1993; III - determinar à RA-XIV-São Sebastião que adote as providências necessárias, com vistas a atender às recomendações formuladas pelo Departamento de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento, contidas à fl. 26 do apenso; IV - autorizar a restituição destes autos à 1ª ICE e do processo nº 144.000.650/95, apenso, à SEFP.

PROCESSO No. 1814/96 (apensos os de nºs. 1815/96, 1816/96, 1817/96, 1818/96, 1819/96, 1820/96, 1826/96 e 1827/96) -- Contratos nºs. 537 a 545/95, celebrados entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e diversos. -- DECISÃO No. 5290/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos contratos ns. 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544 e 545/95-NOVACAP; b) do termo de aditamento "A" ao contrato nº 545/95; c) dos termos de aditamento "A" e "B" ao contrato nº 541/95; d) dos termos de aditamento "A" e "B" ao contrato nº 537/95; II - determinar: a) a desapensação e posterior arquivamento dos processos nºs. 1815, 1816, 1817, 1818, 1820 e 1827/96, sem prejuízo de futuras averiguações; b) o retorno dos processos nºs. 1814 e 1826/96 à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2084/96 -- Atas das 1040a. e 1041a. reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5291/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das atas das 1040ª e 1041ª reuniões do Conselho Deliberativo da FSS/DF; II - relevar o atraso apontado; III - autorizar a restituição dos autos à 2ª ICE.

PROCESSO No. 4241/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5292/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos O.Es. Nºs 1045, 1023, 988 e 1044/96-GAB/SEA, no que se refere aos processos indicados na fl. 11, autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4356/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 20.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5293/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I. nº 577/96-SE, de 23/4/96, autorizou prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para cumprimento da diligência ordenada nos processos TCDF nºs. 6146/91 e 2162/92, de interesse de ILMAILDA G. PACHECO e EURIPEDES R. DA COSTA, respectivamente.

PROCESSO No. 4390/96 -- Pedido de prorrogação de prazo; por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5294/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I. nº 597/96-SE, de 26/4/96, autorizou prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para cumprimento da diligência ordenada nos processos TCDF nºs. 1948/82 - MARIA MADALENA SOUZA BATISTA, 0430/90 - IRACI LOPES DA SILVA e 3161/89 - RUTH RODRIGUES ALVIM.

PROCESSO No. 4404/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 30.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5295/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I. nº 649/96-SE, de 9/5/96, autorizou a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados nas fls. 3/5.

PROCESSO No. 4419/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 5.5.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5296/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I. nº 651/96-SE, no que se refere ao Processo nº 1651/96, autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4457/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5297/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos O.E. nº. 1199/96-GAB/SEA, no que se refere aos processos relacionados na fl. 03, autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 0270/75 (anexo volume I e apenso o de nº 0858/73, em 02 volumes) -- Prestação de contas da então Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., referente ao exercício de 1973. -- DECISÃO No. 5298/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento: a) do Ofício nº 546/94 (fls. 333/334) e dos documentos que o acompanham (fls. 335/342), para considerar atendida a diligência ordenada à SHIS, nos termos da Decisão Plenária 7304/93 (fl. 335); b) dos documentos de fls. 351 a 400, acostados aos autos pela Inspetoria, para considerar atendida a determinação expressa pelo item III da decisão contida no Processo nº 858/73, fl. 400, e reiterada pelo item b da Decisão Plenária nº 7304/93; II) manter sobrestado o julgamento das contas em apreço até a decisão final da Ação movida pela SHIS; III) determinar ao IDHAB, antiga SHIS, que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao Tribunal: a) informações atualizadas a respeito do andamento da Ação Ordinária proposta pela SHIS ao STF, em 16.09.74, objeto do Processo AÇO/224-9-DF; b) cópia do Relatório da Comissão constituída pela Assembléia dos Sócios Cotistas da SHIS, realizada em 31.05.74, para apurar os fatos de que tratam os processos 0858/73-STC e 1.100/73-SHIS, bem como dos atos que decorreram de suas conclusões; IV) solicitar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte se foi promovida competente ação penal contra os ex-diretores da SHIS, na forma sugerida no Relatório da Comissão instituída pela Portaria nº 056/74-PRG, objeto do processo nº 059.703/74 e, caso positivo, qual o desfecho da citada ação.

PROCESSO No. 2857/81 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor CAIUBY DE AZEVEDO MARQUES TRENCH-SEA. -- DECISÃO No. 5299/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, determinou diligência, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) autenticar o documento de fl.208; b) juntar aos autos documento comprobatório do tempo de serviço prestado pelo servidor ao Ministério do Exército, no período de 15.12.50 a 15.08.52; c) caso este tempo de serviço não seja comprovado, observar para as implicações sobre o ato revisório e o abono provisório; d) elaborar nova certidão de tempo de serviço, em substituição aos documentos de fls. 210 e 212, de forma a considerar também para adicionais o período prestado ao Ministério do Exército, caso atendido o item "b" acima; e) retificar a Portaria de 28.08.91, fl. 217, de forma a considerar sua vigência a partir de 28.11.85, data dos efeitos da aposentadoria do servidor (fl. 160) pela Emenda Constitucional nº 26/85 - anistia; f) verificar as alterações ocorridas no posicionamento/enquadramento funcional do servidor desde 28.11.85, conforme retificação solicitada no item anterior, para fins de concessão das vantagens do artigo 184 da Lei nº 1.711/52, procedendo aos acertos necessários; g) refazer o abono provisório de fl. 217, nos termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, com vistas a adequá-lo ao solicitado nos itens anteriores, observando, quanto ao aspecto financeiro, a prescrição aplicável; h) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 4673/84 (anexos volumes I, II e III e apensos os de nºs. 200/83, 2508/89 e 939/87 em 04 volumes) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por possíveis irregularidades ocorridas no contrato celebrado em 10.10.95, entre aquele órgão e a empresa DEAT - Desenvolvimento e Aplicações Tecnológicas em Administração Ltda. -- DECISÃO No. 5300/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, para que se pronuncie a respeito.

PROCESSO No. 3387/89 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora MARIA AíDA DE ARRUDA SANTOS-SEA. -- DECISÃO No. 5301/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, determinou diligência, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: 1) retificar a Portaria de 19.09.90, fl. 35, para considerar a servidora aposentada nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, tendo em vista a nova averbação de tempo de serviço contida no documento de fl. 31, bem como sua vigência a partir de 28.08.89 (fl. 03-v), data da aposentadoria da servidora; 2) verificar as alterações ocorridas no posicionamento/enquadramento funcional da servidora desde 28.08.89, conforme retificação solicitada no item anterior, para fins de concessão das vantagens do artigo 184 da Lei nº 1.711/52, procedendo aos acertos necessários; 3) refazer o abono provisório de fl. 36, nos termos da Decisão Normativa nº 02-TCDF, para fazer constar os valores da tabela de vencimentos relativa a agosto de 1989, conforme retificação solicitada anteriormente; 4) tornar sem efeito o documento substituído de fl. 36.

PROCESSO No. 2258/92 -- Aposentadoria da servidora BEATRIZ CAMPOS-DETUR. -- DECISÃO No. 5302/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, determinou diligência, para que o então Departamento de Turismo, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: 1) esclarecer a divergência de informações entre os documentos de fls. 04 e 06, versos, no tocante à existência ou não de concessões de licenças médicas à servidora, adotando as correções pertinentes; 2) anexar aos autos declaração que comprove o direito da servidora às licenças especiais computadas em dobro para sua aposentadoria; 3) elaborar novo abono provisório, observando o teor da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, visando a correção da parcela do adicional da Lei nº 6.732/79 para 3/5 do DF-11, conforme transformações efetuadas pelo Decreto nº 8.514/85 (fl. 34) e Lei nº 159/91; 4) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 2821/94 -- Aposentadoria do servidor JURANDIR BATISTA DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5303/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5019/94 -- Aposentadoria da servidora NELCI MARIA MOTA DE SOUZA-FHDF. -- DECISÃO No. 5304/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5028/94 -- Aposentadoria da servidora NIVALDA COSSICH FURTADO-FHDF. -- DECISÃO No. 5305/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5042/94 -- Aposentadoria da servidora JANUAYDE DE SEIXAS NOGUEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5306/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5252/94 -- Aposentadoria da servidora NICOLINA MARIA VALADÃO-FHDF. -- DECISÃO No. 5307/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5276/94 -- Aposentadoria da servidora ESTER BRAGANÇA-FHDF. -- DECISÃO No. 5308/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5278/94 -- Aposentadoria da servidora BENíCIA ALVES DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5309/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5288/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA JOSé SOARES DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5310/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6072/94 -- Aposentadoria da servidora CREUSETE RIBEIRO DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5311/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6334/94 -- Aposentadoria da servidora YEDA BRANDÃO-FHDF. -- DECISÃO No. 5312/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6339/94 -- Aposentadoria da servidora CARMELITA DESIDÉRIO MIGUEL-FHDF. -- DECISÃO No. 5313/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6696/94 -- Aposentadoria da servidora IZABEL RUTH ROCHA DUARTE-FHDF. -- DECISÃO No. 5314/96.- O Tribunal, de acordo com o voto

da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 6699/94 -- Aposentadoria da servidora JOSEFA MARIA DE SOUZA-FHDF. -- DECISÃO No. 5315/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7074/94 -- Aposentadoria da servidora CLEUSA MARTINS JORGE-FHDF. -- DECISÃO No. 5316/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7082/94 -- Aposentadoria da servidora HELENA MARIA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5317/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7212/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA FLÔR DE LOURDES-FHDF. -- DECISÃO No. 5318/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7213/94 -- Aposentadoria da servidora IRACI CÂNDIDA DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5319/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7218/94 -- Aposentadoria da servidora LEONTINA ANTÔNIA DA FONSECA-FHDF. -- DECISÃO No. 5320/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 7229/94 -- Aposentadoria da servidora ENIR FERREIRA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5321/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0603/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA VERÍSSIMA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5322/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0625/95 -- Aposentadoria da servidora TERESINHA MARIA DE JESUS-FHDF. -- DECISÃO No. 5323/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1867/95 -- Aposentadoria da servidora ANTONIA DOS SANTOS FONSECA-FHDF. -- DECISÃO No. 5324/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1874/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA NELI CARDOSO DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5325/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2905/95 -- Aposentadoria da servidora ENIR IZABEL DE SIQUEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5326/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 3025/95 -- Aposentadoria do servidor AMAURY MOTTA MOREIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5327/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4365/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimendo de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5328/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 576/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de aposentadoria de nºs.: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO: 082.012780/93 - 6675/93 - ANAMIR LUCILÉIA DA S. ALMEIDA; 082.007697/92 - 1835/93 - MARINA ALVES DE B. CRISPON; 082.007691/92 - 3416/93 - MARIA EUSTÁQUIA L. PRADO; 082.009862/93 - 7753/93 - ZAIRA MOTA T. ALVES; 082.012779/93 - 7755/93 - NIFANEY SÁ BARBOSA; 082.012640/91 - 1363/92 - MARIA HELMA HOLANDA PEDROSA; 082.004730/93 - 5040/93 - LEONILDA R. B. PEREIRA; 082.008467/92 - 5190/92 - ORDÁLIA CRUZ SILVA; 082.006032/92 - 3917/92 - MARIA ROSA DE S. C. BEZERRA; 082.007793/92 - 1519/93 - CLARICE P. RODRIGUES; 082.017124/91 - 3926/92 - MARIA CELESTE CORTES; 082.009970/92 - 5200/92 - EDMAYRE G. L. JESUS; 082.017124/91 - 3926/92 - MARIA GRACIETE CORTE.

PROCESSO No. 4379/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretia de Educação do Distrito Federal, para atendimendo de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5329/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 599/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento da diligência a que se reporta o processo de aposentadoria de nº 082.008025/90 (TCDF nº 2062/91), de EURIDICE J. FREIRE.

PROCESSO No. 4388/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimendo de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5330/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 597/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de aposentadoria de nºs.: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO: 030.006514/90 - 1106/91 - FRANCISCA RIBEIRO LIMA BRITO; 030.010252/88 - 2421/88 - DELFINA PIAS DE OLIVEIRA; 030.006763/90 - 1095/91 - ALBANIZA ÁUREA F. NAVES.

PROCESSO No. 4394/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretia de Educação do Distrito Federal, para atendimendo de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5331/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 651/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento da diligência a que se reporta o processo de aposentadoria de nº 082.007905/91 (TCDF nº 6566/91), de DEOCLÉCIO SOUSA.

PROCESSO No. 4402/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimendo de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5332/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 649/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de aposentadoria de nºs.: NA FEDF - NO TCDF - INTERESSADO: 082.009591/90 - 2035/91 - Mª BORGES ARTHUR; 082.011154/90 - 3128/91 - DORLY GERALDA AMARAL.

PROCESSO No. 4403/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimendo de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5333/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do O.I. nº 649/96-SE e considerou prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento da diligência a que se reporta o processo de aposentadoria de nº 082.011921/90(TCDF nº 3410/91), de interesse de Terezinha Machado Soares.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 1812/91 -- Aposentadoria da servidora TEREZINHA DAHER DE MELO-FEDF. -- DECISÃO No. 5334/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou ilegal, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2774/92 -- Pensão civil concedida a TEREZINHA LOPES DE OLIVEIRA-FHDF e outras. -- DECISÃO No. 5335/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 1092/93 -- Contrato nº 003/93, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma DIAGONAL - Equipamentos Científicos Ltda. -- DECISÃO No. 5336/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OE nº 236/94-GAB/SES e dos documentos que o acompanham (fls. 76/91), considerando cumprida a diligência constante do item III da Decisão nº 0009/96; b) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6884/93 -- Representação 3/017/93, do Procurador do Ministério Público junto a esta Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, a respeito de Acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal sobre a responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e da Companhia Energética de Brasília pagarem indenização por óbito de menor vítima de eletrocussão causada por instalação elétrica no Parque da Cidade. -- DECISÃO No. 5337/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultado de auditoria levada a efeito na NOVACAP e dos documentos acostados aos autos às fls. 19/23; b) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para fins de acompanhamento.

PROCESSO No. 5847/94 -- Contendo nova representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5338/96.- O Tribunal, de acordo

com o voto do Relator, decidiu: 1. aplicar ao Senhor VICTOR FRADE DE ALMEIDA - Presidente da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, com base no disposto no artigo 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/94, combinado com o artigo 2º da Resolução nº 068/93-TCDF, multa correspondente a 05 (cinco) UPDF, tendo em vista o reiterado descumprimento de determinações deste Tribunal, consubstanciadas nas Decisões nºs 2.582/95, 13.764/95 e 2099/96, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para o seu recolhimento; 2. determinar à Centrais de Abastecimento do Distrito Federal que: a) dê ciência a esta Corte do recolhimento da multa, remetendo o documento comprobatório; b) cumpra, de imediato, os itens III e IV da Decisão nº 2.582/95; 3. autorizar a devolução do processo à 1ª ICE, para as providências cabíveis.

PROCESSO No. 6779/94 -- Contrato nº 056/94-P.PJU/CEB, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma DELTA - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 5339/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. tomar conhecimento do Termo Aditivo ao Contrato nº 056/94-P. PJU/CEB, constante de fls. 56/57; 2. relevar o atraso apontado pela instrução; 3. determinar à Companhia Energética de Brasília-CEB que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente a esta Corte esclarecimentos sobre: a) a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 056/94-P. PJU/CEB, em desacordo com a determinação contida no OF GP nº 009/94-CIRCULAR, constatada no Termo Aditivo celebrado em 21.12.95; b) quais os critérios utilizados para a definição do valor suplementado na Cláusula Segunda do Termo Aditivo mencionado na alínea anterior, devendo a justificativa ser acompanhada da respectiva documentação comprobatória; 4) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2108/95 -- Atas das 1360a. a 1398a. reuniões da Diretoria colegiada do Banco de Brasília S.A. -- DECISÃO No. 5340/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das atas em exame; b) relevar o atraso apontado; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2748/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES PORTO RESENDE-FEDF. -- DECISÃO No. 5341/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2921/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA GLÓRIA ARAÚJO-FEDF. -- DECISÃO No. 5342/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2931/95 -- Aposentadoria da servidora THERESINHA MARTINS DE FARIA-FEDF. -- DECISÃO No. 5343/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2936/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DO AMPARO FONTENELE-FEDF. -- DECISÃO No. 5344/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3334/95 -- Aposentadoria da servidora MARIZA DA SILVA SALERNO-FEDF. -- DECISÃO No. 5345/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3353/95 -- Aposentadoria da servidora RUTH LUSTOSA NOGUEIRA ROBERTO DOS SANTOS-FEDF. -- DECISÃO No. 5346/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3430/95 -- Aposentadoria da servidora MARA REGINA MARQUES DE CARVALHO-FEDF. -- DECISÃO No. 5347/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6413/95 (apenso o de nº 020.001489/95) -- Ofício nº 269/95-GAB/STb, mediante o qual a Secretaria de Trabalho do Distrito Federal consulta à Corte sobre a possibilidade dos órgãos e entidades do Distrito Federal firmarem contratos ou convênios com instituições enquadradas no artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, objetivando a intermediação para a localização, a capacitação e desenvolvimento tecnológico e à aquisição de produtos e serviços de pequenas e micro empresas do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5348/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. tomar conhecimento da consulta, à exceção da indagação sobre "qual é o julgamento dessa Corte quanto à experiência desenvolvida no estado do Ceará, especialmente sobre os pareceres formulados pela Procuradoria Geral do Ceará e pelos Tribunais de Contas dos estados da Paraíba e do Mato Grosso do Sul, anexos ao presente processo", por não versar direito em tese; 2. informar ao Exmo. Sr. Secretário de Trabalho do Distrito Federal que, não obstante os precedentes apontados e em execução em outras unidades da federação, o contrato, o convênio ou qualquer outro ajuste celebrado sem licitação na forma do artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94, deve implicar a realização direta pelas instituições ali definidas, só se admitindo a subcontratação parcial e com o atendimento dos requisitos legais, sendo irregular a mera intermediação de tais instituições; b) a Lei em vigor possui alternativas que podem viabilizar os elevados e nobres objetivos consagrados no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal - PDES; 3. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4366/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 18.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte de processos de aposentadoria. -- DECISÃO No. 5349/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/03; b) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a contar de 18/04/96, o prazo para encaminhamento ao Tribunal dos processos de aposentadoria relacionados à fl. 04; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4380/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 23.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte de processos de aposentadoria. -- DECISÃO No. 5350/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/07; b) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a contar de 23/04/96, o prazo para encaminhamento ao Tribunal dos processos de aposentadoria relacionados à fl. 08; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 1192/93 -- Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília. -- DECISÃO No. 5351/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, nos termos do § 3º do art. 64 do Regimento Interno, favoravelmente ao atendimento do requerido no Parecer nº 288/96, de fls. 44/49, mediante a realização de inspeção, na forma prevista no art. 121, III, do Regimento Interno, a ser levada a efeito pela 2ª ICE junto à TERRACAP e aos órgãos ou entidades que possuam os elementos necessários ao esclarecimento das questões levantadas.

PROCESSO No. 7412/93 -- Aposentadoria do servidor JOÃO MARTINS DOS SANTOS-DER. -- DECISÃO No. 5352/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a realização de nova diligência junto ao DER para que, em 60 dias: 1) elabore novo Mapa de Tempo de Serviço (fl. 8-v), a fim de: a) considerar também para fins de adicional (ATS) o período de 355 dias prestado ao Exército (fl. 22); b) fazer constar o nome, a matrícula e o cargo do servidor, bem como lançar nos campos próprios as licenças médicas concedidas (fl. 7); 2) confeccione novo Abono Provisório (fl. 36), para: a) considerar no cálculo de suas parcelas a tabela de vencimentos vigente à época da inativação do servidor (agosto/93); b) indicar os dispositivos legais que permitiram o cômputo das vantagens no cálculo dos proventos, consoante dispõe a DN 02/93-TCDF; c) observar, no cômputo do ATS o somatório do vencimento e da Gratificação de Produtividade Rodoviária (artigo 15 da Lei nº 68/89); 3) faça constar na Transferência Financeira (fl. 33) a assinatura da autoridade competente, bem como a data a ser considerada para registro dos valores ali consignados (02/08/93); 4) torne sem efeito os documentos de fls. 08, 08-v e 36.

PROCESSO No. 6243/94 -- Aposentadoria da servidora HEIDA FARANI VIEIRA-FHDF.-- DECISÃO No. 5353/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, em 30 dias, apresente as fichas de avaliação de desempenho da servidora, referentes ao período de cumprimento do estágio probatório.

PROCESSO No. 2777/95 -- Contrato celebrado entre esta Corte de Contas e a empresa Cyty Serviçe Segurança Ltda. -- DECISÃO No. 5354/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos 1º e 2º Termos Aditivos ao ajuste em apreço, considerando atendida a diligência determinada na Sessão Ordinária nº 3105, de 22/8/95 (Decisão nº 9618); 2) considerar correta a classificação das despesas representadas pelas Notas de Empenho nºs 97, 193, 229 e 338/96.

PROCESSO No. 6132/95 -- Consulta formulada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. sobre a interpretação do art. 1º da Lei nº 886/95, superveniente da Lei nº 938/95. -- DECISÃO No. 5355/96.-- O Tribunal decidiu enviar o proceso à 2a. Inspetoria de Controle Externo, na forma indicada no voto do Relator, de fls. 42/44.

PROCESSO No. 4117/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5356/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.I nº 556/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias.

PROCESSO No. 4121/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5357/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.I nº 555/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias.

PROCESSO No. 4125/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5358/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.I nº 555/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4128/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5359/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.I nº 554/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4132/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5360/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.I nº 553/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4229/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo formulados pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5361/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos O.Es nºs 1095, 1091 e 1107/96-GAB/SEA e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4236/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5362/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.E nº 1091/96-GAB/SEA e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4360/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5363/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.E nº 577/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4381/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5364/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.E nº 599/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4391/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5365/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do O.E nº 597/96-SE e autorizou a prorrogação do prazo por 60 dias, como solicitado.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 0895/94 -- Pensão civil concedida a MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA GONÇALVES-FHDF e outros. -- DECISÃO No. 5366/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o sobrestamento dos autos até exame do mérito das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 1053/94 -- Contrato nº 2998/94 e outro ajuste, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros. -- DECISÃO No. 5367/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado de inspeção levada a efeito naquela Companhia, em cumprimento à Decisão nº 14784/95, adotada pela Corte em 28 de novembro de 1995, e do 3º Aditivo ao Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 3000/94-CAESB; b) relevar a falha apontada pela instrução; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2981/94 -- Pensão civil concedida a JUSCIMAR PINHEIRO DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5368/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o o sobrestamento dos autos até exame do mérito da matéria tratada no Processo nº 6242/94.

PROCESSO No. 3116/94 -- Pensão civil concedida a LEONDINA PEREIRA CASSIMIRO-FHDF. -- DECISÃO No. 5369/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o sobrestamento dos autos até exame do mérito da matéria tratada no Processo nº 6242/94.

PROCESSO No. 3656/94 -- Pensão civil concedida a EDIARLEY RAMOS DOS SANTOS-FHDF e outro. -- DECISÃO No. 5370/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o sobrestamento dos autos até exame do mérito da matéria tratada no Processo nº 6242/94.

PROCESSO No. 4956/94 -- Aposentadoria do servidor EDUINO ALVES DE OLIVEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5371/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) anexar aos autos documentos que comprovem a classificação funcional da inativa nos meses de dezembro de 1989 e janeiro de 1990, o valor do padrão remuneratório percebido nos referidos meses, e os índices de correção salarial, mês a mês, de janeiro de 1990 a junho de 1994, para fins da vantagem pessoal de que trata o artigo 2º, parágrafo 8º, da Lei DF nº 87/89; b) demonstrar os cálculos que deram origem a parcela denominada "vantagem pessoal nominalmente identificável", amparada, de forma integral, pelo art. 2º, parágrafo 8º, da Lei DF 87/89, cujo valor é originário da diferença salarial resultante de transposição ensejada pelo mencionado diploma legal, em 01.01.90, com a aplicação tão-somente dos índices de reajuste salarial concedidos daquela data até a concessão da aposentadoria.

PROCESSO No. 5002/94 -- Aposentadoria da servidora AURÉLIA MENDES SANTANA-FHDF. -- DECISÃO No. 5372/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) anexar aos autos documentos que comprovem a classificação funcional da inativa nos meses de dezembro de 1989 e janeiro de 1990, o valor do padrão remuneratório percebido nos referidos meses, e os índices de correção salarial, mês a mês, de janeiro de 1990 a junho de 1994, para fins da vantagem pessoal de que trata o artigo 2º, parágrafo 8º, da Lei DF nº 87/89; b) demonstrar os cálculos que deram origem a parcela denominada "vantagem pessoal nominalmente identificável", amparada, de forma integral, pelo art. 2º, parágrafo 8º, da Lei DF 87/89, cujo valor é originário da diferença salarial resultante de transposição ensejada pelo mencionado diploma legal, em 01.01.90, com a aplicação tão-somente dos índices de reajuste salarial concedidos daquela data até a concessão da aposentadoria; c) retificar a Certidão de Tempo de Serviço de fl. 24, para fazer constar o nome completo da inativa, bem como a sua matrícula.

PROCESSO No. 5006/94 -- Aposentadoria da servidora GILZA RODRIGUES DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5373/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) anexar aos autos documentos que comprovem a classificação funcional da inativa nos meses de dezembro de 1989 e janeiro de 1990, o valor do padrão remuneratório percebido nos referidos meses, e os índices de correção salarial, mês a mês, de janeiro de 1990 a fevereiro de 1994, para fins da vantagem pessoal de que trata o artigo 2º, parágrafo 8º, da Lei DF nº 87/89; b) demonstrar os cálculos que deram origem a parcela denominada "vantagem pessoal nominalmente identificável", amparada, de forma integral, pelo art. 2º, parágrafo 8º, da Lei DF 87/89, cujo valor é originário da diferença salarial resultante de transposição ensejada pelo mencionado diploma legal, em 01.01.90, com a aplicação tão-somente dos índices de reajuste salarial concedidos daquela data até a concessão da aposentadoria.

PROCESSO No. 5008/94 -- Aposentadoria da servidora ANA AMÉLIA REIS ARRUDA-FHDF. -- DECISÃO No. 5374/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) elaborar nova certidão de tempo de serviço, em substituição a de fl. 12, a fim de contar para efeito de adicional todo o tempo de serviço averbado (2.175 dias), atentando para a alteração do percentual do anuênio; b) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 19, para adequar as parcelas referentes à anuênio, de acordo com o solicitado no item anterior; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 5296/94 -- Aposentadoria da servidora HELENA MARIA HENRIQUE DE VASCONCELOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5375/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) juntar cópia autenticada da Decisão Judicial referente à parcela "INT. Plantão Diurno", integrante do Abono Provisório de fl. 18, comprovando que a interessada foi parte na ação correspondente, e citar o fundamento legal que permitiu a inclusão da mencionada parcela nos proventos; b) demonstrar a forma e os critérios de cálculo da parcela a que se refere a alínea anterior.

PROCESSO No. 0206/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO BATISTA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5376/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final da matéria tratada no Processo nº. 6242/94: a) anexar ao feito cópia autenticada do Ofício 005/94/CCTS/DP/DRH/FHDF para confirmação da presença do nome da inativa nesse expediente, uma vez que o documento de fl. 10 não relaciona os nomes dos servidores que tiveram suas certidões aferidas; b) elaborar nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição a de fl. 14, a fim de computar os 5.425 dias atestados na certidão de fl. 08 para fins de adicional por tempo de serviço, atentando para a alteração do percentual do mesmo para 27%; c) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 20, objetivando a correção da parcela do Adicional por tempo de serviço, de acordo com a alínea anterior; d) ante a divergência dos dados constantes à fl. 04, referentes a carga horária semanal, 30 e 40 hs e o cálculo do abono provisório realizado com base nas 40 horas semanais discriminar o período em que a servidora esteve no regime de 40 horas semanais.

PROCESSO No. 1830/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA GRAÇAS ALVES-FHDF. -- DECISÃO No. 5377/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal; no prazo de 60 (sessenta) dias, diligencie junto ao INSS com o objetivo de aferir a autenticidade da Certidão de fl. 09 (tempo de trabalhador rural), tendo em vista a determinação deste Tribunal no Processo nº 3483/93, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 1832/95 -- Aposentadoria da servidora JOANA FERNANDES DE LIMA-FHDF. -- DECISÃO No. 5378/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos declaração informando o período em que a servidora exerceu o regime de 40 horas semanais, nos termos do parágrafo 7º, art. 41, da Lei Orgânica do DF, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 1873/95 -- Aposentadoria do servidor VALDEMAR FRANCISCO DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5379/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) diligenciar junto ao INSS com o objetivo de aferir a autenticidade da Certidão de fl. 06 (tempo de trabalhador rural), tendo em vista a determinação deste Tribunal no Processo nº 3483/93; b) discriminar o período em que o servidor esteve no regime de 40 horas semanais, a partir de 01.03.93, em obediência ao art. 41, parágrafo 7º, da LODF.

PROCESSO No. 1882/95 -- Aposentadoria do servidor JOÃO GARCIA DO NASCIMENTO-FHDF. -- DECISÃO No. 5380/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir enumeradas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94: a) atestar o período em que o servidor esteve sob o regime de 40 horas semanais de trabalho; b) juntar certidão do tempo de serviço prestado à FHDF, no período de 06.03.67 a 01.09.77, averbado para todos os efeitos; c) apurar o direito aos períodos de licença-prêmio, especificando os que não foram usufruídos; d) antes de ser decidido sobre a adoção das medidas alvitradas nas alíneas 'c' e 'd' de fl. 22, prestar circunstanciados esclarecimentos sobre a declaração de fl. 12.

PROCESSO No. 2644/95 -- Aposentadoria do servidor FRANCISCO MARTINS DE SENA-FHDF. -- DECISÃO No. 5381/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o sobrestamento dos autos junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 2647/95 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO AMELIO LOPES-FHDF. -- DECISÃO No. 5382/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, anexe ao feito cópia autenticada do Ofício 005/94/CCTS/DP/DRH/FHDF para confirmação da presença do nome do inativo nesse expediente, uma vez que o documento de fl. 19 não relaciona os nomes dos servidores que tiveram suas certidões aferidas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 2650/95 -- Aposentadoria da servidora EURIDES RIBEIRO DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5383/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos declaração informando o período em que a servidora exerceu o regime de 40 horas semanais, nos termos do parágrafo 7º, art. 41, da Lei Orgânica do DF, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4a. ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs. 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 3169/95 -- Representação da 3a. Inspetoria de Controle Externo sobre o não atendimento, por parte da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5384/96.- Havendo a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 4245/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulados pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5385/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos expedientes de fls. 01, 04 e 07, decidiu conceder à Secretaria de Administração as prorrogações de prazo que solicita e autorizar a devolução dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 4363/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5386/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I Nº 576/96-SE e do documento que o acompanha, decidiu conceder à Secretaria de Educação o prazo que solicita em tal expediente e autorizar a devolução dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 4385/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5387/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I Nº 597/96-SE e do documento que o acompanha, decidiu conceder à Secretaria de Educação o prazo que solicita em tal expediente e autorizar a devolução dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 4396/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5388/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I Nº 650/96-SE e do documento que o acompanha, decidiu conceder à Secretaria de Educação o prazo que solicita em tal expediente e autorizar a devolução dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 4408/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5389/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do O.I Nº 648/96-SE e do documento que o acompanha, decidiu conceder à Secretaria de Educação o prazo que solicita em tal expediente e autorizar a devolução dos autos à 4a. ICE.

PROCESSO No. 4453/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulados pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5390/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos expedientes de fls. 01, 03, 05 e 07, decidiu conceder à Secretaria de Administração as prorrogações de prazo, relacionadas aos processos arrolados à fl. 09 e autorizar a devolução dos autos à 4a. ICE.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 3426/87 (anexo volume I e apenso o de nº 030.014778/87) -- Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa III - Taguatinga, para apurar responsabilidades em razão de irregularidades detectadas em procedimento de fiscalização realizada pelo então Departamento de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, conforme Relatório nº 13/87. -- DECISÃO No. 5391/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevar, em caráter excepcional, a falha apontada; b) em face do pequeno valor do débito dos Srs. EDIVALDO RODRIGUES DA SILVA, WALTER JOSÉ DE MOURA (sucessores) e JAIR FERREIRA MORGADO, em caráter de excepcionalidade, dispensar, por economicidade, a citação dos referidos cidadãos; c) nos termos dos arts. 13, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 172 do Regimento Interno, ordenar a citação dos servidores nominados no item 10 de f. 423, para, no prazo de 30 dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhes é atribuída nos autos ou, se preferirem, recolher desde logo o valor atualizado do débito apurado.

PROCESSO No. 5490/91 -- Aposentadoria do servidor HÉLIO BARROS QUEIROZ-SLU. -- DECISÃO No. 5392/96.- O Triunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 7769/91 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor RAIMUNDO POINCARÉ BATISTA COQUEIRO-SSP. -- DECISÃO No. 5393/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, mantendo o sobrestamento ordenado à f. 199, decidiu solicitar à SSP que, no prazo de 30 dias, remeta à Corte o processo (ou cópia autenticada) de aposentadoria do interessado.

PROCESSO No. 2861/92 -- Aposentadoria da servidora NEUZA PIRES DOS SANTOS-FEDF. -- DECISÃO No. 5394/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em nova diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal: I - no prazo de 30 (trinta) dias : a) providencie a retificação do ato de f. 12, para considerar a servidora aposentada no Padrão 25A do mesmo cargo, tendo em vista o não cumprimento da exigência de que trata o art. 3º do Decreto nº 12.469/90, vigente na data da inativação; b) elabore novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 22, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, adequando os valores devidos à remuneração correspondente ao regime de trabalho de 20 horas semanais, conforme resultado da medida a que se refere a alínea anterior; II - em casos semelhantes, adote medidas visando à imediata correção da falha, de modo a evitar a continuidade de pagamentos indevidos.

PROCESSO No. 3647/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA DOS SANTOS-FEDF. -- DECISÃO No. 5395/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em nova diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie: a) a retificação do ato de f. 11, para excluir de seu texto o direito à Gratificação de Titularidade (GT3), visto que a inativa, a teor do disposto no art. 15, combinado com o art. 6º, III, da Lei nº 66/89, não faz jus a essa vantagem; b) a elaboração de novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 24, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, excluindo a parcela "Grat. Titularidade: GT Lei 66/89, Art. 15", em face da medida indicada na alínea anterior.

PROCESSO No. 4768/92 -- Aposentadoria do servidor JOÃO AMÉRICO DE SOUSA-SLU. -- DECISÃO No. 5396/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em nova diligência preliminar, a fim de que o Serviço de Limpeza Urbana, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o exato cumprimento da Decisão nº 12.094/95 (f. 22), juntando cópia autenticada da certidão de tempo de serviço, expedida pelo INSS, correspondente a 4.762 dias, cuja averbação consta mencionada às fs. 9, 24 e 25, observada a recomendação de f. 30, item 4.

PROCESSO No. 1461/93 -- Aposentadoria da servidora MARIVALDA TORRES PONTES-SLU. -- DECISÃO No. 5397/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2027/93 (apenso o de nº 055.002548/91) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo particular, que se encontrava no interior do depósito daquele órgão. -- DECISÃO No. 5398/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do documento de fs. 200 e 201 do apenso, decidiu: a) determinar a devolução do apenso ao DETRAN/DF, para que aquele órgão avalie o custo-benefício da cobrança judicial do débito apurado na TCE apreço em, adotando as providências decorrentes do resultado correspondente; b) determinar, ainda, àquele Departamento que, no prazo de 30 dias, apresente circunstanciadas justificativas sobre o descumprimento do prazo fixado pela Corte, conforme Decisão nº 714/95, alínea c (Ofício GP nº 145/95), tendo em vista o disposto no art. 182, III, do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF).

PROCESSO No. 2300/93 (apenso o de nº 190.000406/92, em 02 volumes) -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos apontados no Relatório de Auditoria nº 04/92-DpA/SEFP. -- DECISÃO No. 5399/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos Srs. LUIZ ANTONIO PERES FLORES e JORGE ROBERTO FERREIRA (fs. 39/44 e 80/93), para, no mérito, negar-lhes provimento; b) em conseqüência, nos termos dos arts. 17, III, d, e 20 da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, d, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas em apreço, considerando os Srs. JORGE ROBERTO FERREIRA, LUIZ ANTONIO PERES FLORES e JOSÉ ARIMATÉIA LUIZ DE SOUZA VASCONCELOS, este último à revelia, em débito com a Fazenda do Distrito Federal, conforme apurado na tomada de contas especial em exame; c) na forma e termos regimentais, autorizar a notificação dos devedores, uma vez vencida a fase recursal, para recolher aos cofres do Distrito Federal o valor atualizado do débito.

PROCESSO No. 7952/93 -- Comunicação do Serviço de Limpeza Urbana sobre a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades decorrentes de pagamento irregular de despesa com remuneração de servidor. -- DECISÃO No. 5400/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado de inspeção levada a efeito no SLU, decidiu: I - relevar o atraso na instauração da TCE; II - determinar ao SLU que: a) no prazo de 60 dias, implemente sistema eficiente de comunicação entre os setores de controle de presença dos servidores e o de pagamento de pessoal, informando à Corte as medidas adotadas nesse sentido; b) providencie imediatamente declaração formal do servidor FORTUNATO DA SILVA RODRIGUES, concordando com a solução objeto dos Processos nºs 094.000831 e 094.000854/93-SLU; III - recomendar ao jurisdicionado que instrua as suas comissões de tomada de contas especial e de processo administrativo quanto à necessidade de observância, nos seus trabalhos, dos princípios que regem a Administração Pública, os quais não foram seguidos no presente caso.

PROCESSO No. 0253/94 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO HONÓRIO PEREIRA-SLU. -- DECISÃO No. 5401/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em nova diligência preliminar, para que a Secretaria de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a elaboração de novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 40, observado o disposto no item II da Decisão nº 02/93-TCDF, para retificar seus valores, adequando-os à tabela salarial vigente no mês em que se deu a aposentadoria (out./93), e corrigir o percentual do adicional por tempo de serviço para 25%, conforme apuração de f. 51.

PROCESSO No. 0759/94 -- Aposentadoria da servidora ZEZUINA JOSÉ PEREIRA-FEDF. -- DECISÃO No. 5402/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0869/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre a instauração e encerramento de tomada de contas especial para apurar responsabilidades constantes do Processo nº 030.000775/94. -- DECISÃO No. 5403/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 10/19, autorizou a inclusão do processo em roteiro de oportuna inspeção, para verificar o efetivo ressarcimento do débito em causa.

PROCESSO No. 5078/94 -- Aposentadoria da servidora MARLENE DE LIMA TOMINAGA-FEDF. -- DECISÃO No. 5404/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5545/94 -- Aposentadoria da servidora ROSELITA GARCEZ DA SILVA-FEDF. -- DECISÃO No. 5405/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 6448/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre a instauração e encerramento de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 030.012280/94. -- DECISÃO No. 5406/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 9 e 10, autorizou a inclusão do processo em roteiro de oportuna inspeção, para verificar o efetivo ressarcimento do débito em causa.

PROCESSO No. [illegible]7/94 -- Aposentadoria da servidora ENILDA TEIXEIRA COSTA-FEDF. -- DECISÃO No. 5407/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, consider u legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0201/95 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ OMAR DE LIMA GUIMARÃES FEDF. -- DECISÃO No. 5408/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em diligência preliminar a fim de que a Fundação Educacional, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a retificação do ato concessório de f. 16, para incluir o fundamento legal da parcela "Incentivos Funcionais" constante do demonstrativo dos proventos (f. 61), caso confirmado o direito do inativo a essa vantagem; II - elabore: a) novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de f. 11, para considerar, também para adicionais (anuênios), o tempo de serviço (averbado) prestado à Prefeitura Municipal de Barra-BA (365 dias), conforme certidão de f. 6; b) novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 61, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para retificar o percentual do adicional por tempo de serviço, em decorrência do resultado da medida de que trata a alínea anterior; III - providencie a autenticação dos documentos de fs. 3, 4, 5, 20, 22 a 47, 51, 52 e 58 a 60.

PROCESSO No. 0919/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES ABREU DA ROSA-FEDF. -- DECISÃO No. 5409/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a retificação do ato concessório de f. 21, para incluir o fundamento legal da parcela "Incentivos Funcionais" constante do demonstrativo dos proventos (f. 31), caso confirmado o direito da inativa a essa vantagem; II - junte cópia autenticada do ato de exoneração da servidora do cargo em comissão de Assistente de Programa de Educação Escolar, DFA-06 (f. 5); III - elabore: a) novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de f. 16, para considerar, também para adicionais (anuênios), o tempo de serviço (averbado) prestado à Prefeitura Municipal de Babaçulândia-TO (2.982 dias), conforme certidão de f. 3; b) novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 31, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para retificar o percentual e valor do adicional por tempo de serviço, em decorrência do resultado da medida de que trata a alínea anterior; IV - providencie a autenticação dos documentos de fs. 24 a 26.

PROCESSO No. 2932/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DAS NEVES MACHADO FAYAD-FEDF. -- DECISÃO No. 5410/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou a baixa do processo em diligência preliminar, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a retificação do ato concessório de f. 15, para incluir o fundamento legal da parcela "Incentivos Funcionais" constante do demonstrativo dos proventos (f. 20), caso confirmado o direito da inativa a essa vantagem; II - tendo em vista o que consta à f. 5, certifique o período em que a servidora esteve sob o regime de regência de classe, informando, ainda, se houve, ou não, o atendimento das condições exigidas para a incorporação das gratificações de que tratam as Leis nºs 696/94 (GRC) e 654/94 (GAL); III - elabore: a) novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição ao de f. 18, para considerar, também para adicionais (anuênios), o tempo de serviço (averbado) prestado ao Governo do Estado de Goiás (421 dias), conforme certidão de f. 4; b) novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 20, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: 1) retificar o percentual e valor do adicional por tempo de serviço, em decorrência da medida de que trata a alínea anterior; 2) incluir, se verificado que são devidas (item II, supra), as parcelas "Gratificação de Regência de Classe" (Lei nº 696/94) e "Gratificação de Alfabetização" (Lei nº 654/94); IV - providencie a autenticação do documento de f. 19; V - junte justificativa sobre o efetivo exercício do cargo de Professor, durante o período de 9.6.71 a 16.3.77, concomitantemente no Estado de Goiás (fs. 4 e 4-v), e em Brasília, na Fundação Educacional do DF (fs. 6, 10, 12 e 18), informando, ainda, os respectivos horários de trabalho.

A seguir, a sessão passou a extraordinária, de caráter reservado, na forma do disposto no artigo 97, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 01/94, para que o Tribunal apreciasse processos de natureza sigilosa, constantes da Parte II desta Ata.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA que fez breve pronunciamento sobre o julgamento, nas Sessões Ordinárias de nºs. 3166 e 3170, do Processo nº 7260/94, que trata de pensão civil concedida a MARIA AMANCIO RODRIGUES-FHDF, solicitando a juntada de expediente atinente ao assunto aos citados autos.- O Tribunal acolheu a solicitação.

Às 18h40, de conformidade com o artigo 77 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

Anexo I da Ata 3172
Sessão Ordinária de 25.06.96

PROCESSO (C) Nº 4637/95
ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO (445-8)
ASSUNTO: NOTAS DE EMPENHO (5801-9)
EMENTA : Estudo da viabilidade de as Unidades Gestoras dos órgãos da Administração do Distrito Federal serem liberadas da remessa sistemática de notas de empenho ao Tribunal. Juntada aos autos dos estudos elaborados pela equipe técnica da Corte, de implementação da nova rotina, em cumprimento à determinação da alínea "b" da Decisão nº 2206/96, fl. 41. Pela aprovação dos referidos estudos, à exceção da letra "c", de fl. 103.

Este processo foi relatado em Sessão de 11/04/96, com o Egrégio Plenário decidindo:

a) pela dispensa de remessa de notas de empenho à Corte, por parte das Unidades Gestoras, a partir do exercício de 1997; e

b) por determinação às 1ª e 3ª Inspetorias de Controle Externo para apresentação a este Relator de detalhamento completo da nova sistemática de acompanhamento de notas de empenho, incluídos os modelos dos formulários a serem utilizados.

Retornam-me os autos com os referidos estudos.

Em primeiro lugar, consigno que recebi com muita satisfação o trabalho elaborado pela equipe da 1ª ICE, digno dos maiores elogios o qual demonstra a dedicação e o zelo funcional dos seus integrantes.

No tocante ao conteúdo, penso que merece o acolhimento da Corte, por representar a modernização dos serviços do Tribunal, com controle à distância, graças aos recursos da informática, com dispensa da atual sistemática de remessa de NEs ao Tribunal que resulta numa volumosa e desnecessária carga de trabalho para as jurisdicionadas da Corte.

Deixo de acolher, no entanto a proposição de letra "c" de fl. 103. Julgo inconveniente a delegação de competência aos Inspetores de Controle Externo para autorizar auditorias/inspeções nos órgãos jurisdicionados. Muito ampla a delegação sugerida, preferindo a manutenção da atual disposição regimental.

Propõe este Relator que a metodologia ora em apreciação seja adotada a partir de 1º/07/96, possibilitando as correções, no 2º semestre de 1996, das falhas que forem detectadas na sua implantação (período experimental), o que resultará em fiscalização mais rigorosa dos empenhos emitidos em 1997.

É o relatório.

Diante do exposto, **VOTO** por que o Egrégio Plenário:

I - determine a adoção da metodologia descrita nos autos, para acompanhamento de despesa;

II - autorize, para época oportuna, auditoria de sistemas:

a) no SIAFEM, com vistas à identificação dos atuais procedimentos de consistência, tratamento das informações, campos de entrada livres, segurança, entre outros pontos relevantes, viabilizando a mensuração do grau de confiabilidade dos controles impostos pelo mesmo; e

b) no Sistema de Gestão de Pessoal adotado no âmbito da Administração Direta, com vista à verificação dos pontos mencionados acima, bem como da legalidade e critérios de cálculos, sistemática de prévias, entre outros pontos, haja vista a necessidade de conhecimento desse sistema e, principalmente, em razão do significativo valor das despesas de pessoal;

III - inclua no plano de trabalho do NIPD:

a) a completa integração do sistema SISCOEX no Tribunal, bem como, entre suas atividades permanentes, a manutenção e aprimoramento do sistema;

b) atividade objetivando dotar o Tribunal de acesso por seus terminais, mediante integração às respectivas redes, aos sistemas administrativos utilizados pelas jurisdicionadas, tais como SIGRE e outros;

IV - sem prejuízo do item anterior, solicite à SEA, bem como à CODEPLAN, código (senha) de acesso aos sistemas administrativos utilizados pelos órgãos da Administração Direta, notadamente de pessoal, que possuam módulos de consulta on-line, com vista a subsidiar a execução das atividades de controle externo a cargo desta Casa;

V) - determine à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, com fulcro no artigo 42 da Lei Complementar 01/94, bem como no artigo 108 do Decreto 16.098/94, promova a imediata liberação para acesso do Corpo Técnico desta Casa, com vistas a auditoria à distância, de **todos** os módulos de consulta, por tela ou relatório, em operação no SIAFEM, bem como de todas **as bases de dados, para acesso por meio do extrator de dados;**

VI - em aditamento ao OFÍCIO-GP nº 005/96 - Circular, de 18.04.96, dispense a remessa a este Tribunal de notas de empenho, por parte das Unidades Gestoras dos órgãos da Administrção do Distrito Federal, a partir de 1º de julho de 1996;

VII - determine aos orgãos jurisdicionados, condicionados ao uso do SIAFEM:

a) que preencham os campos previstos no referido Sistema para contratos e convênios, na forma do disposto no Art. 110 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF;

b) que adotem a seguinte sistemática de preenchimento de notas de empenho:

b.1 - nos casos de despesas realizadas com dispensa de licitação, além do preenchimento do código correspondente no campo "Licitação", deverá o campo "Referência da Dispensa" informar em algarismo arábico o número correspondente ao inciso do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Ex. despesa realizada com base no art. 24, II; Campo Licitação = 5, Campo Referência da Dispensa = 2;

b.2 - nos casos de inexigibilidade, igual procedimento deverá ser adotado, tomando-se, todavia, como base o número "0" que corresponderia ao **caput** do art. 25. Ex. despesa realizada por inexigibilidade de licitação fundamentado no **caput**; Campo Licitação = 6; Campo Referência da Dispensa = 0;

b.3 - nos casos em que tenha havido licitação, o preenchimento do campo "Licitação" corresponderá ao código da modalidade utilizada e o Campo "Referência da Dispensa" deverá conter, apenas, o número do processo licitatório, composto pelo número *seqüencial/exercício e a sigla do órgão promovedor da licitação*, a ser inserido após um hífen. Ex. Convite 002/94-CLDF; 2/94-CLDF (sem espaços em branco e zeros a esquerda);

b.4- no caso de despesas não sujeitas à Lei nº 8.666/93, consignar, apenas, no campo "Licitação" o código 7 recém criado.

VIII - revogue a Portaria nº 154/94 que trata exclusivamente sobre processamento de notas de empenho; e

IX - determine a remessa do processo à 1a. ICE, para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1996

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro-Relator

Anexo II da ata 3172
Sessão Ordinária de 25.06.96

PROCESSO (E) Nº 4.986/95
ÓRGÃO DE ORIGEM: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN/DF (610-5)
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE CONTRATO (6705-8)
EMENTA: Prazos de duração de contratos (art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, modificações introduzidas pela MP nº 1.500, de 07.06.96 - D.O.U. de 10.06.96.

Em exame o VOTO DE VISTA do ilustre Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, sobre os prazos de duração de contratos e a prorrogação prevista no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Liminarmente, peço vênia para não acompanhar o Revisor, quando em seu voto afirmou que a matéria em epígrafe encontrava-se **"pacificada e mais do que isso, normatizada no âmbito desta Corte,"** principalmente por entender que esta normatização foi alcançada através da Decisão nº 7.032/94, que foi adotada antes do surgimento da Medida Provisória nº 1.108/95, reeditada várias vezes, que veio acrescentar parágrafo (4º) ao artigo 57 da Lei nº 8.666/93, dispondo que " **em caráter excepcional devidamente justificado e mediante autorização de autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do Caput deste artigo, poderá ser prorrogado em até 12 meses."**

Como se observa a Decisão nº 7.032/94 referenciada não retratava mais a legislação e jurisprudência sobre o assunto, uma vez que não previu o instituto da prorrogação, matéria principal em debate.

Com referência à solicitação de prorrogação de contratos, feita pelo DETRAN, cabe esclarecer que a mesma não foi atendida, em razão de não se enquadrar na previsão legal constante do parágrafo 4º, inserido pela Medida Provisória nº 1.108/95, único dispositivo, na época, que previa prorrogação, embora em caráter excepcional, e não em consideração à Decisão nº 7.032/94, que não servia mais de parâmetro para julgamento de matéria que envolvesse prorrogação de contrato.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96, publicada no D.O.U. de 10.06.96, que introduziu modificações no inciso II do art. 57, da Lei das Licitações, foram espancadas as dúvidas até então existentes sobre prorrogações de contratos, como se infere da leitura da citada MP "in verbis":

"Art 57 - .....

I- .....

II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administraçao, limitada a sessenta meses;

Quando acompanhei a proposta da 2a. ICE, no sentido de disciplinar o que era, ou que podia ser aceito, como "Serviços Contínuos", vislumbrei a grande necessidade dessa orientação, não somente para entendimento dos órgãos gestores, mas, principalmente, para os de controle interno e externo, que não têm base para coibir os abusos verificados neste mister.

Não vejo a definição de serviços contínuos como restrição, onde a Lei das Licitações não quis restringir, mas sim como suprimento à mesma, que omitiu esse conceito (art 6º) e outros, dando margem a que os órgãos gestores dessem diversas interpretações sobre o assunto, chegando a considerar "fornecimento" como serviços contínuos.

É o relatório.

VOTO

Em razão dos fatos expostos, com destaque para o propósito principal do direcionamento da matéria, que é orientar previamente os gestores, para que não haja incidência em impropriedades e irregularidades, mormente nos casos de vigência e prorrogação de contratos, agora, sim, pacificada com a edição da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96 - D.O.U., de 10.06.96, que traz nas suas determinações as prorrogações dos contratos de prestação de serviços contínuos, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses, sempre com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para Administração, **VOTO** no sentido de que o Egrégio Plenário:

a) firme entendimento de que as prestações de serviços de execução de forma contínua, alcançadas pelo inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, referem-se aos serviços cuja falta paralisa ou retarda o trabalho, de sorte a comprometer a correspondente função do órgão ou entidade; e

b) determine a expedição de ato dando conhecimento à Administração Distrital do entendimento ora firmado.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1996

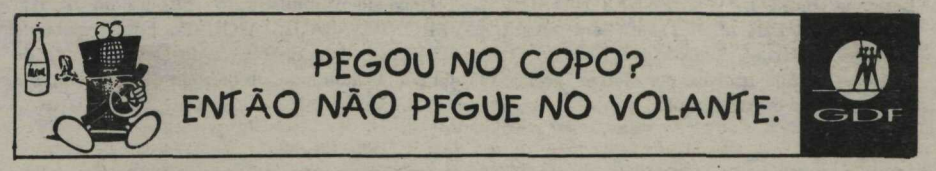
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro-Revisor

RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3168, de 11.06.96, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, edição de 20.06.96, pág. 5025, na parte relatada pela Conselheira MARLI VINHADELI, as decisões corretas adotadas nos Processos nºs 0140/96 e 0498/96 são as seguintes:

PROCESSO No. 0140/96 - Ofício nº 13.1178/95, mediante o qual a Justiça do Trabalho encaminhou a esta Corte cópia do Processo nº 13.00253/95, referente a reclamação trabalhista impetrada contra a NOVACAP, por servidor por ela contratado e dispensado sem justa causa. -- DECISÃO Nº 47440/96 - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, remeter o processo à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para pronunciamento sobre a matéria de sua competência.

PROCESSO Nº: 0498/96 - Ofício nº 906/95, mediante o qual a Justiça do Trabalho encaminhou a esta Corte cópia do Processo nº 1079/95, referente a reclamação trabalhista impetrada contra a NOCACAP, por servidor contratado mediante convênio e dispensado sem justa causa. -- DECISÃO Nº 4745/96. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, conhecendo do expediente da peça exordial, decidiu: a) encaminhar o processo à 2a. ICE para, quando do recebimento das informações requeridas no Processo nº 2258/91, extrair dele as informações atinentes à NOVACAP e constituir processo específico, o qual deverá ser examinado em conjunto com este e outros análogos, que porventura existirem; b) determinar que o mesmo procedimento seja adotado com relação aos demais órgãos que estão sendo objeto de fiscalização naquele processo; c) dar conhecimento dessa decisão à MM. Juíza da 2a. JCJ de Brasília-DF, agradecendo-lhe a atenção dispensada a esta Corte.



SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DESPACHO DO GOVERNADOR
Em 17 de junho de 1996

PROCESSO Nº : 030.005.480/96
INTERESSADO : Colégio Militar de Brasília
ASSUNTO : Requisição de 2º Tenente Policial-Militar Feminino.

I - AUTORIZO a cessão do 2º TEN QOPMF ANA LUIZA ANDRADE DE AZEVEDO ao Colégio Militar de Brasília, onde deverá exercer a atividade de instrutora, nos termos do Art. 14 do Decreto 17.085 de 28 de dezembro de 1985.
II - Remeta-se à Polícia Militar do Distrito Federal para as providências necessárias.

CRISTOVAM BUARQUE

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIAS DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, resolve:

DESIGNAR JEFERSON PAZ DAS NEVES, Chefe de Gabinete, Matrícula nº 45.113-4, para substituir o Administrador Regional de Sobradinho, no período de 08 de julho a 06 de agosto de 1996, por motivo de férias regulamentares do titular.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, resolve:

MANDAR CESSAR os efeitos da Portaria de 05 de junho de 1996, publicada no DODF nº 109, de 07 de junho de 1996, que designou ODETTO VAVALLO, matrícula nº 45.202-5, para substituir o Administrador Regional, Cargo de Natureza Especial, da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, a partir de 19 de junho de 1996.

SWEDENBERGER BARBOSA

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIAS DE 27 DE JUNHO DE 1996

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, combinado com o artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, e da Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995, resolve:

Designar, MARIA APARECIDA MONTEIRO DE AZEVEDO, matrícula 28.716-4, Chefe, Símbolo DFG-12, da Divisão de Articulação e Desenvolvimento, do Departamento de Relações-Político Institucionais, para substituir cumulativamente, SELMA TEREZA DE CASTRO ROLLER QUINTELLA, Diretora, Símbolo DFG-14, do Departamento de Relações Político-Institucionais, por motivo de férias regulamentares da titular, no período de 01 à 30 de julho do corrente ano.

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, combinado com o artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, e da Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995, resolve:

Designar COSMO CARNEIRO NOBRE, Técnico de Administração Pública do Distrito Federal, matrícula nº 30.433-6, para substituir JOÃO FRANCISCO DE ARAÚJO CUNHA, Chefe do Serviço de Pessoal, DFG-09, do Departamento de Assuntos Administrativos, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 01 à 30 de julho do corrente ano.

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, combinado com o artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, e da Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995, resolve:

Designar ROSEMARY MENDES DA SILVA, Técnico de Administração Pública do Distrito Federal, matrícula nº 30.212-0, para substituir VERÔNICA BAHIA MOURA, Encarregada de Recursos Materiais, Símbolo DFG-03, do Serviço de Apoio Administrativo, do Departamento de Assuntos Administrativos, por motivo Licença-Prêmio por Assiduidade, no período de 17 de junho a 16 de julho do corrente ano.

LUIZ ANTONIO M. REBELLO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 161, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item XLVI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, combinado com os incisos II e III do artigo 13, Decreto 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:
DESIGNAR o servidor MARCIO CARVALHO DE OLIVEIRA, matrícula nº 39.678-8, Diretor da Divisão Regional de Obras, como executor dos serviços de mão-de-obra para instalação de Iluminação Pública no Setor Bancário Sul e Estacionamento do Gran Circular, constante do Processo nº 141.001.642/96.

DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS
Substituindo

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 74, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIII, do artigo 53, do Regimento da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o servidor ALCIDÉSIO BARBOSA DE SOUZA, matrícula nº 33.524-X para supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços constantes da Nota de Empenho nº 351/96, de que trata o processo nº..... 137.000335/96.

ALÍRIO NETO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 55, DE 13 DE JUNHO DE 1996

O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.357, de 19 de dezembro de 1993, resolve:
Designar a servidora Aretuza Guedes de Assis Silva, matr. 41.203-1, Fiscal de Posturas, para substituir o Chefe da Seção de Fiscalização de Posturas da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, DFG 10, no período de 05.06.96 à 16.07.96 por motivo de licença médica do titular.

PEDRO CÂMARA LEÃO

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 117, de 19.6.96, pág. 4987.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 57, DE 17 DE JUNHO DE 1996

O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei 620 de 15 de dezembro de 1993, resolve:
Constituir a Comissão Especial com os servidores: José Adriano Marcelino Mariz, matr. 40.634-1; Viviane Oliveira Perna, matr. 47.961-6; Nidal Kamal, matr.48.092-4; Raimundo Machado dos Santos, matr. 83.866-1; para implantação de Traillers, Quiosques e similares, na RA XVII, no prazo de 10 dias sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo.

PEDRO CÂMARA LEÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 59, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O Administrador Regional do Riacho Fundo, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o Art. 51 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:
Constituir a Comissão Especial de Licitação, na modalidade convite para aquisição de gêneros alimentícios para Administração Regional do Riacho Fundo, designando os servidores: Rossana Temponi Gonçalves, matr. 31.034-4, Técnico em Administração Pública; Sônia Maria de Oliveira, matr. 41.573-1, Técnico em Administração Pública; Jordânia Maria Maeda, matr. 43.882-0, Auxiliar de Administração Pública; Renata Avelino do Amaral, matr. 40.558-2 Técnico em Administração Pública, para comporem sob a presidência do primeiro e secretariado pela última.

PEDRO CÂMARA LEÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 51, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA XIV, no uso das atribuições legais e combinado com Artigo 13, Inciso II, das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Cótabil aprovadas pelo Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:
DESIGNAR, so Servidor **REGIS ANDRADE DE OLIVEIRA**, matrícula 45.170-3, Diretor da Divisão Regional de Cultura, símbolo DFG-12, como Executor para supervisionar, fiscalizar e acompanhar os serviços relativos as Notas de Empenho nº 00115 e 00116/96, a ser prestado pela firma BRASÍLIA SQUEMA SEIS LTDA, objeto do processo nº 144.000.356/96

SEBASTIÃO DE BARROS ABREU

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 13, item III, do Decreto nº 16.247/94, c/c o artigo 208 da Lei 8.112/90, concede Licença Paternidade ao servidor CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Técnico de Administração Pública, matrícula 42.628-8, por 05 (cinco) dias no período de 21 a 25.06.96, conforme certidão de nascimento

JOSÉ RAIMUNDO VIEIRA CHAVES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JUNHO DE 1996(*)

A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Artigo 13, inciso II e III e seus parágrafos, do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, resolve:

Designar o detentor do cargo de Encarregado do Serviço de Registro e Controle de Veículos do Departamento de Transportes/SEA, JOSÉ ANTÔNIO ALVES DE SOUZA, para atuar como Executor e Supervisor dos Contratos celebrados entre o Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Administração e as empresas **FIANÇA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA e MONTEVERDE ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A,** para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e serviços de limpeza e conservação em próprios do GDF, no âmbito do Departamento de Transportes/SEA.

SOLANGE MARIA DAVID

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 121, de 25.6.96, pág. 5140.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 25 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve:

Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, conforme artigo 87 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, ao servidor ;

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	QUINQ.	PERÍODO
ELDONOR DE ALMEIDA PIMENTEL	31.116-2	SEFP	1º	09.04.63 a 07.04.68
			2º	08.04.68 a 06.04.73
			3º	07.04.73 a 05.04.78
			4º	06.04.78 a 05.04.83
			5º	06.04.83 a 04.04.88

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL/SRH/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve averbar o tempo de serviço do servidor abaixo:

Processo : 030002776/91; Nome : Eldonor de Almeida Pimentel; matrícula : 31.116-2; Cargo : Analista de Orçamento ; averba : 561 dias, conforme certidão expedida pelo(a) INSS (Banco Nacional de Minas Gerais), no período de 03/06/55 a 14/12/56, contados para efeito de aposentadoria.

Processo : 030002776/91; Nome : Eldonor de Almeida Pimentel; matrícula : 31.116-2; Cargo : Analista de Orçamento ; averba : 621 dias, conforme certidão expedida pelo(a) Ministério do Exército, no período de 15/12/56 a 27/08/58, contados para efeito de adicionais e aposentadoria.

NELI DE ALARCÃO ROMEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, e considerando o disposto no item 9 da Instrução Normativa nº 01, de 19 de abril de 1996, resolve:

EXCLUIR da Ordem de Serviço de 19 de maio de 1995, na qual foi concedido o adicional previsto no § 2º do artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 90, de 11 de maio de 1995, página 08, o nome da servidora **MARINA VASCONCELOS PESSOA**, matrícula nº 44.085-X, Processo nº 141.000.761/95.

NELI DE ALARCÃO ROMEIRO

ASSINATURA TRIMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 21,48	R$ 43,93

INFORMAÇÕES E VENDAS:
Anexo do Palácio do Buriti
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 e 213-6312

BOLSA ESCOLA

BRASÍLIA ESTÁ MUDANDO O BRASIL

A idéia é simples e prática. Gastando menos de 1% do seu orçamento, o Governo Democrático e Popular do Distrito Federal mostra como é simples manter todas as crianças em sala de aula.

O programa Bolsa-Escola paga 100 reais por mês para famílias carentes com filhos de 7 a 14 anos na escola pública, desde que eles não faltem a mais de dois dias de aula por mês.

Em apenas um ano, a Bolsa-Escola reduziu, entre seus beneficiados, a evasão escolar para 0,2% e as reprovações para 7,7%.

Hoje são atendidas 15 mil famílias, dando melhores condições de vida a mais de 28 mil crianças que trocaram a rua pela sala de aula.

O BRB é o agente financeiro da Bolsa-Escola. O Banco do Povo de Brasília tem muito orgulho de participar de uma ação que está mudando os conceitos e a prática da educação.

A Bolsa-Escola é hoje realidade no Distrito Federal e uma boa idéia para todo o Brasil.

O BRASIL INTEIRO CABE NA BOLSA-ESCOLA.

INFORMAÇÕES:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI
SALA 914, 9º ANDAR
CEP 70075-900 - BRASÍLIA/DF
TELS.: (061) 213-6341/225-1266
FAX: (061) 322-3902

BRB BANCO DE BRASÍLIA
O BANCO DA SUA CONTA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 483, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de sua competência legal e de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar os servidores ANDRÉ LUÍZ GOMES CLAUDINO, matrícula nº 46.199-7, ANA PAULA LOPES FERNANDES, matrícula nº 46.205-5, ROBERTO JOSÉ DRUMMOND DE ANDRADE MüLLER, matrícula nº 46.206-3, ADÃO NUNES DA SILVA, matrícula nº 19.897-8, SAMI KUPERCHMIT, matrícula nº 46.220-9, MARCO ANTÔNIO ALVARES DA SILVA CAMPOS, matrícula nº 46.198-9, CUSTÓDIO JOANES DE OLIVEIRA, matrícula nº 28.580-3, ELIZABETE MARIA MOREIRA, matrícula nº 46.265-9, para, sob a coordenação do primeiro, constituírem grupo de trabalho com a finalidade de elaborar e acompanhar o Projeto de Modernização Tecnológica e de Aperfeiçoamento Gerencial, Operacional e Normativo de Administração Tributária, oriundo do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, visando dotar a Subsecretaria da Receita dos mecanismos necessários a um melhor desempenho, principalmente em função das alterações tecnológicas já verificadas e as que surgirem no campo comercial, industrial e de serviços, proporcionando modernização ao fisco e aumento da arrecadação tributária.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 464, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13, inciso II do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e o que consta do processo nº 040.003.068/96, resolve:

Art. 1º Designar o Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento de Administração Geral, como executor do contrato celebrado entre o Governo do Distrito Federal, por meio desta Secretaria e a firma INDÚSTRIAS VILLARES S/A., visando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 04(quatro) elevadores Atlas, instalados no Ed. Vale do Rio Doce - Setor Bancário Norte, Quadra 02 Bl. A, para esta Secretaria, durante o corrente exercício.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 465, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar ELOY JOSÉ DA FONSECA, matrícula nº 22.912-1, para substituir NÉLIO LACERDA WANDERLEI, matrícula nº 25.238-7, Subsecretário da Receita, Símbolo CNE-03, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Designar WALDIR GONÇALVES DA SILVA, matrícula nº 25.234-4, para substituir ELIANA APARECIDA TORREZAN BONOMI, matrícula nº 25.217-4, Diretora do Departamento de Arrecadação e Tributação, Símbolo DFG-14, da Subsecretaria da Receita, no período de 15 de julho a 13 de agosto de 1996, por motivo de férias regulamentares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 467, DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar JOILHA DO NASCIMENTO FERREIRA, matrícula nº 43.016-1, para substituir CELIMAR MATOS SIMÕES DE SOUZA, matrícula nº 42.819-1, Encarregado, Símbolo DFG-01, do Departamento Geral de Planejamento e Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, no período de 17 de junho a 14 de outubro de 1996, por motivo de licença-gestante.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIAS DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 468 - Designar ANA MARIA RODAMILANS ROGÉRIO DE SOUZA, matrícula nº 41.289-9, para substituir CLÁUDIA COSTA DE MIRANDA, matrícula nº 22.745-5, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas, Símbolo DFG-12, do Departamento Geral de Planejamento e Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Nº 469 - Designar HÉLIO ARAÚJO FERREIRA, matrícula nº 46.155-5, para substituir ANA MARIA RODAMILANS ROGÉRIO DE SOUZA, matrícula nº 41.289-9, Chefe do Serviço de Estatísticas, Símbolo DFG-10, da Divisão de Estudos e Pesquisas do Departamento Geral de Planejamento e Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de a titular estar substituindo a Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas.

Nº 470 - Designar SANDRO LUIZ COSTA DE MACEDO, matrícula nº 40.682-1, para substituir LÉO DOS SANTOS CARDOSO FILHO, matrícula nº 44.392-1, Chefe do Serviço da Área Social e de Administração Superior , Símbolo DFG-10, da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Departamento Geral de Planejamento e Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Nº 471 - Designar ANA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 30.917-6, para substituir ARAPUAM LOPES DE SOUSA, matrícula nº 30.908-7, Chefe do Serviço de Cadastro Patrimonial, Símbolo DFG-10, da Divisão de Registro e Controle Patrimonial do Departamento Geral de Patrimônio da Subsecretaria de Finanças, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Nº 472 - Designar MARIA LUCILENE DAS GRAÇAS LOPES, matrícula nº 22.155-4, para substituir IEDA ALVES BATISTA LEITE, matrícula nº 24.982-3, Chefe do Serviço de Obras, Símbolo DFG-10, da Divisão de Infra-Estrutura e Atividades Produtivas do Departamento Geral de Orçamento da Subsecretaria de Planejamento, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Nº 473 - Designar NEURACY MARIA DOS SANTOS CARTAXO, matrícula nº 42.838-8, para substituir MARIA LUCILENE DAS GRAÇAS LOPES, matrícula nº 22.155-4, Encarregado, Símbolo DFG-01, do Departamento Geral de Orçamento da Subsecretaria de Planejamento, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de a titular estar substituindo a Chefe do Serviço de Obras.

Nº 474 - Designar JOSÉ MANOEL DE MACENA, matrícula nº 30.979-6, para substituir GILDETE ALMEIDA DA SILVA, matrícula nº 25.867-9, Chefe do Serviço de Balanços e Demonstrativos, Símbolo DFG-10, da Divisão de Consolidação e Orientação Contábil do Departamento Geral de Contabilidade da Subsecretaria de Finanças, no período de 10 a 19 de junho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Nº 475 - Designar FRANCISCO EDMAR FERREIRA, matrícula nº 22.920-2, para substituir HELBER ROCHA WOLNEY, matrícula nº 44.527-4, Chefe do Serviço de Bens Imóveis, Símbolo DFG-10, da Divisão de Operações Patrimoniais do Departamento Geral de Patrimônio da Subsecretaria de Finanças, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

Nº 476 - Designar LUCIANA PAZ MAGALHÃES BARRETO, matrícula nº 42.330-0, para substituir ADELIANA COELHO DA SILVA, matrícula nº 19.248-1, Chefe do Serviço de Bens Móveis e Semoventes, Símbolo DFG-10, da Divisão de Operações Patrimoniais do Departamento Geral de Patrimônio da Subsecretaria de Finanças, no período de 03 de julho a 1º de agosto de 1996, por motivo de férias regulamentares.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 485 - Designar RAIMUNDO NONATO DE SOUSA, matrícula nº 25.219-0, para substituir ELOY JOSÉ DA FONSECA, matrícula nº 22.912-1, Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária, Símbolo DFG-14, da Subsecretaria da Receita, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de o titular estar substituindo o Subsecretário da Receita.

Nº 486 - Designar MAGNALVA LOPES DA SILVA MOTA, matrícula nº 44.910-5, para substituir MARINA ALVES DE SOUSA MOISÉS, matrícula nº 22.100-7, Encarregado, Símbolo DFG-01, da Assessoria Administrativa do Gabinete do Secretário, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 28 de Abril de 1993, publicada no DODF nº 92, de 11 de maio de 1993, página 05, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA BATISTA DE ARAÚJO, matrícula nº 84.835-2, lotado(a) na DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 08.07.87 a 07.07.92
Leia-se: 5º quinqüênio: 09.07.87 a 10.07.92
2-Retificar a Ordem de Serviço de 14 de novembro de 1995, publicada no DODF nº 222, de 20 de novembro de 1995, página 23, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à JOSÉ RIBAMAR BITTENCOURT, matrícula nº 69.922-5, lotado(a) na DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 13.03.90 a 12.08.95
Leia-se: 1º 13.03.90 a 12.12.95
3-Retificar a Ordem de Serviço de 08 de agosto de 1994, publicada no DODF nº 155, de 10 de agosto de 1994, página 27, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à NELSON MOREIRA SOBRINHO, matrícula nº 58.889-X lotado(a) na DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 15.03.89 a 14.04.94
Leia-se: 2º quinqüênio: 15.03.89 a 14.03.94

MARIA ELISA EICHLER

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e considerando o que consta na Resolução nº 4.377, de 16 de dezembro de 1993, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos:
Nome: MARIA FLORACY G. DURÃES , Matrícula: 72.107-7 ,
Exercício: DRE/CEILÂNDIA , Quinqüênio(s): 1º 11.05.77 a 11.05.82; 2º 12.05.82 a 11.05.87.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 31, de 15.02.91, referente ao 1º decênio.
Nome: MARIA DE FATIMA C. BIANCHI , Matrícula: 78.100-2 ,
Exercício: DRE/CEILÂNDIA , Quinqüênio(s): 1º 16.04.79 a 22.04.84; 2º 23.04.84 a 22.04.89.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 213, de 29.10.91, referente ao 1º decênio.

MARIA ELISA EICHLER

ORDENS DE SERVIÇO DE 17 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Anular a concessão da licança-Prêmio por Assiduidade, referente ao 1º quinqüênio, compreendido entre 01.04.86 a 31.03.91, publicado no DODF nº 211 de 16.10.92, página 09, à LÚCIA DE SOUSA NOLAÇO, matrícula nº 97.333-5.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 29 de outubro de 1992, publicada no DODF nº 221, de 30 de outubro de 1992, página 06, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à NOÊMIA PÓVOA MONIZ , matrícula nº 63.769-6, lotada na DRE/GUARÁ, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 11.06.86 a 10.06.91
Leia-se: 2º quinqüênio: 11.06.86 a 10.06.91

2-Retificar a Ordem de Serviço de 28 de dezembro de 1992, publicada no DODF nº 262, de 29 de dezembro de 1992, página 05, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à NAJLA ABOU IBRAIM SANTOS, matrícula nº 99.314-x, conforme se segue:
Onde se lê: Pessoal a Disp. da Adm. Reg. da Ceilândia
Leia-se: Pessoal a Disp. do Compl. Adm. GDF.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 29 de outubro de 1992, publicada no DODF nº 221, de 30 de outubro de 1992, página 07, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à DÁRIA MEIRELES DE OLIVEIRA , matrícula nº 77.469-3, lotada na DRE/GAMA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 01.03.84 a 28.02.89
Leia-se: 2º quinqüênio: 01.03.84 a 02.03.89
2-Retificar a Ordem de Serviço de 10 de março de 1993, publicada no DODF nº 56, de 18 de março de 1993, página 15, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à LUIZA SAMPAIO N. DA CUNHA, matrícula nº 61.815-2, lotada na DRE/N. BANDEIRANTE, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 24.03.86 a 25.03.91
Leia-se: 1º quinqüênio: 11.08.80 a 10.08.85
3-Retificar a Ordem de Serviço de 26 de novembro de 1992, publicada no DODF nº 243, de 30 de novembro de 1992, página 11, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à NOÊMIA PÓVOA MONIZ, matrícula nº 63.769-6, lotada na DRE/GUARÁ, conforme se segue:
Onde se lê: quinqüênio: 08.09.70 a 10.09.75
Leia-se: 1º quinqüênio: 08.09.70 a 10.09.75
4-Retificar a Ordem de Serviço de 08 de setembro de 1992, publicada no DODF nº 186, de 11 de setembro de 1992, página 18, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à DÁRIO LOPES DIAS, matrícula nº 51.833-6, lotado na DRE/PLANALTINA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 09.03.86 a 09.03.91
Leia-se: 2º quinqüênio: 09.03.86 a 10.03.91
5-Retificar a Ordem de Serviço de 08 de abril de 1996, publicada no DODF nº 70, de 11 de abril de 1996, página 2926, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à EVA ELIZABETE R. RIBEIRO, matrícula nº 95.940-5, lotada na DRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 04.02.91 a 03.02.96
Leia-se: 1º quinqüênio: 04.02.91 a 03.02.96

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 29 de julho de 1992, publicada no DODF nº 154, de 31 de julho de 1992, pagina 19, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ARABELA AZEVEDO S. GUIMARÃES, matrícula nº 86.820-5, lotada na DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 31.03.80 a 13.04.85
Leia-se: 3º quinqüênio: 01.07.80 a 14.07.85
2-Retificar a Ordem de Serviço de 24 de novembro de 1995, publicada no DODF nº 229, de 29 de novembro de 1995, página 30, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ARABELA AZEVEDO S. GUIMARÃES, matrícula nº 86.820-5, lotada na DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinqüênio: 14.04.85 a 13.04.90
Leia-se: 4º quinqüênio: 15.07.85 a 16.07.90

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos:
Nome: ARABELA AZEVEDO S. GUIMARÃES , Matrícula: 86.820-5 , Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinqüênio(s): 1º 31.03.70 a 30.06.75; 2º 01.07.75 a 30.06.80.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52 , publicada no DODF nº 124, de 28.06.91, referente ao 1º decênio.

MARIA ELISA EICHLER

ORDENS DE SERVIÇO DE 20 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e considerando o que consta na Resolução nº 4.377, de 16 de dezembro de 1993, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos:
Nome: VERA BOKEL MARTINS COSTA , Matrícula: 99.059-0 , Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO , Quinqüênio(s): 1º 02.03.77 a 16.03.82; 2º 17.03.82 a 16.03.87.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 236, de 29.11.91, referente ao 1º decênio.
Nome: JURACI ROSSI , Matrícula: 78.162-2 , Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinqüênio(s): 1º 18.04.79 a 23.04.84; 2º 24.04.84 a 23.04.89.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 191, de 27.09.91, referente ao 1º decênio.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Anular as concessões de Licença-Prêmio por Assiduidade referentes ao 1º quinqüênio 24.03.80 a 25.03.85; 2º quinqüênio 26.03.85 a 29.03.90 publicados no DODF nº 59, de 28.03.94, à JOÃO VITURINO DE SOUSA, matrícula nº 50.093-3.
2-Anular a concessão da Licença-Especial referente ao 1º decênio de 17.04.80 a 16.04.90, publicado no DODF nº 24, de 04.02.91, à MARIA AUXILIADORA DA S. NUNES, matrícula nº 98.353-5.
3-Anular a concessão da Licença-Prêmio por Assiduidade referente ao 1º quinqüênio de 03.09.85 a 06.09.90 publicado no DODF nº 198, de 29.09.92, página 11, à DALVA MORAIS DE OLIVEIRA, matrícula nº 61.165-4.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Retificar a Ordem de Serviço de 08 de outubro de 1993, publicada no DODF nº 214, de 22 de outubro de 1993, página 32, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA JACINTA DO CARMO, matrícula nº 99.159-7, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinqüênio: 10.04.87 a 09.04.92
Leia-se: 3º quinqüênio: 27.03.87 a 26.03.92

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Retificar a Ordem de Serviço de 19 de outubro de 1993, publicada no DODF nº 214, de 22 de outubro de 1993, página 35, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à MARIA JACINTA DO CARMO, matrícula nº 99.159-7, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinqüênio: 11.03.77 a 09.04.82
2º quinqüênio: 10.04.82 a 09.04.87
Leia-se: 1º quinqüênio: 11.03.77 a 26.03.82
2º quinqüênio: 27.03.82 a 26.03.87

MARIA ELISA EICHLER

ORDENS DE SERVIÇO DE 26 DE JUNHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:
Nome: MARIA SALETE M. C. LEMOS , **Matrícula:** 99.370-0 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 1º 15.03.87 a 14.03.92.
Nome: JOSÉ C. NEGRY GUIMARÃES , **Matrícula:** 97.170-7 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 2º 19.01.91 a 18.01.96.
Nome: JOSÉ E. ALVES MOREIRA , **Matrícula:** 97.135-9 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 2º 16.12.90 a 15.12.95.
Nome: MAIRA LUÍZA BENTO , **Matrícula:** 97.054-9 , **Exercício:** DRE/N. BANDEIRANTE , **Quinqüênio(s):** 1º 07.11.85 a 06.11.90; 2º 07.11.90 a 06.11.95.
Nome: COSMA B. GONÇALVES , **Matrícula:** 96.976-1 , **Exercício:** DRE/GAMA , **Quinqüênio(s):** 1º 20.10.85 a 19.10.90; 2º 20.10.90 a 19.10.95.
Nome: ADELIA ALVES C. FERREIRA , **Matrícula:** 96.682-7 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 4º 07.09.90 a 06.09.95.
Nome: ELISA FÁTIMA DE Q. ANDRÉ , **Matrícula:** 96.591-X , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 1º 28.07.85 a 27.07.90; 2º 28.07.90 a 27.07.95.
Nome: LÁZARA A. BARBOSA , **Matrícula:** 96.230-9 , **Exercício:** DRE/TAGUATINGA , **Quinqüênio(s):** 4º 01.06.90 a 31.05.95.
Nome: ELIZABETH DA S. MONTEIRO , **Matrícula:** 96.088-8 , **Exercício:** DRE/TAGUATINGA , **Quinqüênio(s):** 4º 07.05.90 a 06.05.95.
Nome: LAUDELINA ANSELMO DE S. PEREIRA , **Matrícula:** 95.942-1 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 1º 14.04.85 a 13.04.90; 2º 14.04.90 a 13.04.95.
Nome: WILSON DE C. SALES FILHO , **Matrícula:** 95.799-2 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 1º 07.04.75 a 06.04.80; 2º 07.04.80 a 06.04.85; 3º 07.04.85 a 06.04.90; 4º 07.04.90 a 06.04.95.
Nome: MARLENE C. MARCOS , **Matrícula:** 95.318-0 , **Exercício:** DRE/PP-CRUZEIRO , **Quinqüênio(s):** 1º 06.11.84 a 05.11.89; 2º 06.11.89 a 05.11.94.
Nome: ROSÂNGELA MARIA DE A. E SILVA , **Matrícula:** 95.052-1 ,

Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinquênio(s): 2º 08.10.89 a 07.10.94.
Nome: MARIA DALVA G. DE MIRANDA , Matrícula: 94.120-4 ,
Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO , Quinquênio(s): 4º 24.04.89 a 23.04.94.
Nome: VANDA MARIA DA S. CARDIAL , Matrícula: 93.567-0 ,
Exercício: DRE/N. BANDEIRANTE , Quinquênio(s): 1º 25.03.84 a 24.03.89; 2º 25.03.89 a 24.03.94.
Nome: VALÉRIA PORTO A. VEIGA , Matrícula: 52.281-3 ,
Exercício: DP/EMB , Quinquênio(s): 1º 26.03.91 a 25.03.96.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

Nome: TEREZA ANCHIETA CAMPELO , Matrícula: 91.865-2 ,
Exercício: DRE/N. BANDEIRANTE , Quinquênio(s): 1º 24.04.73 a 26.04.78.
Nome: IRENE DE OLIVEIRA SILVA , Matrícula: 95.658-9 ,
Exercício: DRE/SOBRADINHO , Quinquênio(s): 2º 01.04.90 a 31.03.95.
Nome: NEOMICE MUNIZ P. JARDIM , Matrícula: 91.127-5 ,
Exercício: DRE/PLANALTINA , Quinquênio(s): 3º 11.09.82 a 10.09.87; 4º 11.09.87 a 10.09.92.
Nome: LÚCIA DE SOUSA NOLAÇO , Matrícula: 97.333-5 ,
Exercício: DSG/SAP , Quinquênio(s): 2º 01.04.91 a 31.03.96.
Nome: VERA BOKEL M; COSTA , Matrícula: 99.059-0 ,
Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO , Quinquênio(s): 3º 17.03.87 a 17.03.92.
Nome: MARIA AUXILIADORA DA S. NUNES , Matrícula: 98.353-5 ,
Exercício: DRE/CEILÂNDIA , Quinquênio(s): 3º 12.09.86 a 11.09.91.
Nome: ARABELA AZEVEDO S. GUIMARÃES , Matrícula: 86.820-5 ,
Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinquênio(s): 5º 17.07.90 a 16.07.95.
Nome: JURACI ROSSI , Matrícula: 78.162-2 ,
Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinquênio(s): 3º 24.04.89 a 24.04.94.
Nome: DÁRIO MEIRELES DE OLIVEIRA , Matrícula: 77.469-3 ,
Exercício: DRE/GAMA , Quinquênio(s): 3º 03.03.89 a 02.03.94.
Nome: DALVA MORAIS DE OLIVEIRA , Matrícula: 61.165-4 ,
Exercício: DRE/GAMA , Quinquênio(s): 2º 07.09.90 a 06.09.95.
Nome: LUIZA SAMPAIO N. DA CUNHA , Matrícula: 61.815-2 ,
Exercício: DRE/N. BANDEIRANTE , Quinquênio(s): 2º 11.08.85 a 12.08.90; 3º 13.08.90 a 12.08.95.
Nome: JOÃO VITURINO DE SOUSA , Matrícula: 50.093-3 ,
Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO , Quinquênio(s): 3º 30.03.90 a 29.03.95.
Nome: DÁRIO LOPES DIAS , Matrícula: 51.833-6 ,
Exercício: DRE/PLANALTINA , Quinquênio(s): 3º 11.03.91 a 10.03.96.
Nome: SANDRA SOUZA DE OLIVEIRA , Matrícula: 43.675-5 ,
Exercício: DEX/SATC , Quinquênio(s): 1º 23.04.91 a 22.04.96.
Nome: PETRÚCIO R. DA SILVA , Matrícula: 23.486-9 ,
Exercício: DRE/GAMA , Quinquênio(s): 1º 05.06.79 a 04.06.84; 2º 05.06.84 a 04.06.89.
Nome: KELLY CRISTINA DE ALMEIDA , Matrícula: 23.294-7 ,
Exercício: DRE/GUARÁ , Quinquênio(s): 1º 20.03.91 a 19.03.96.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

Nome: MARISA BISPO DOS SANTOS , Matrícula: 22.872-9 ,
Exercício: DRE/CEILÂNDIA , Quinquênio(s): 1º 15.04.86 a 14.04.91.
Nome: ANASTASSIA S. D. BORBOREMA , Matrícula: 43.276-8 ,
Exercício: DRE/N.BANDEIRANTE , Quinquênio(s): 1º 01.04.91 a 31.05.96.
Nome: EDILENE ROSE D. DE OLIVEIRA , Matrícula: 44.376-X ,
Exercício: DRE/CEILÂNDIA , Quinquênio(s): 1º 07.06.91 a 06.06.96.
Nome: PEDRO R. DE SOUZA , Matrícula: 86.552-4 ,
Exercício: DRE/GUARÁ , Quinquênio(s): 5º 17.07.90 a 16.07.95.
Nome: MARGARIDA LUIZA DE B. CRUZ , Matrícula: 87.968-1 ,
Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO , Quinquênio(s): 5º 13.03.91 a 12.03.96.
Nome: MARIA DO SOCORRO C. PEREIRA , Matrícula: 96.065-9 ,
Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinquênio(s): 3º 24.04.91 a 23.05.96.

MARIA ELISA EICHLER

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 13 DE JUNHO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI, do artigo 2º do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governo do Distrito Federal, resolve:

CONCEDER nos termos dos artigos 215.217, item II, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. pensão temporária a THAIZ' JESUS DA SILVA e DIEGO HENRIQUE BRAGA SILVA, filhos do ex-servidor PAULO ROBERTO DA SILVA. matrícula nº 122.117-5, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde I - Aux. Op. Serv. Div. - Padioleiro, Classe Única , do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a contar de 13 de abril de 1996. Processo nº 061.036.200/96.

CONCEDER nos termos dos artigos 215. 217, item I. alínea "a" item II alinea "a" e 224 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 pensão vitalícia a ATEMBRADES DO NASCIMENTO GASPAR, viúva, e temporária a MARCELO DO NASCIMENTO GASPAR filho do ex-servidor ODILON GASPAR, matrícula nº 102.837-5 no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde I - Aux. Op. Serv Div Op. de Maq., Classe Única. Padrão XX do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal com as vantagens previstas no artigo 184, item II da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 em consonância com a Lei nº 6.701 de 24 de outubro de 1979 de acordo com o artigo 5º parárgrafo único da Lei nº197 de 05 de dezembro de 1991. a contar 14 de maio de 1996. Processo nº 061.004.927/96.

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. pensão temporária a LARISSA GOMES DE MELO E SILVA. filha da ex-servidora CRISTIANE GOMES DE MELO , matrícula nº119.520-4 no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II Telefonista. 3ª Classe. Padrão VII.do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a contar de 15 de novembro de 1995 Processo nº 061.028.151/95.

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a LUIZ GUSTAVO CABRAL DA COSTA SOUZA e JANAÍNA EDITH CABRAL DA COSTA. filhos da ex servidora HELOÍSA MARIA CABRAL DA COSTA, matrícula nº 102.920 7 no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Ag. Administrativo. Classe Especial Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação hospitalar do Distrito Federal com as vantagens previstas no artigo 62, § 2º, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 regulamentado pela Lei nº 8.911 de 11 de julho de 1994 disciplinada pela Portaria nº 114 de 18 de agosto de 1994, de acordo com o disposto no artigo 4º da Medida Provisória nº 831 de 18 de janeiro de 1995, publicada no DOU nº 14 de 19 do mesmo mês e ano, a contar de 19 de maio de 1996. Processo nº 061.004.699/96

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2 do Decreto Nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

Conceder Licença Adoção à **DORINEZ DA CRUZ**, Assistente Intermediário de Saúde II (Auxiliar de Enfermagem), 3ª Classe, Padrão VII, matrícula 130.643-0, lotada no HRP, **pelo período de 30 (trinta) dias**, nos termos do Parágrafo único do artigo 210 da Lei 8.112/90, conforme autos do processo nº 061.045206/96.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

EDITAL Nº 12/96-DS/DRH/FHDF

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante no Edital 007/96-FHDF, publicado no DODF Nº 093 de 15.05.96, torna público o Resultado Final da Seleção Interna para matrícula no Curso de Formação Profissional de Auxiliar de Enfermagem:

CLASS.	NOME	TOTAL DE PONTOS
01º	José Ilton Araújo Matias	78,0
02º	Ednévea Alves Fernandes	52,0
03º	Evalda de Aquino Noleto	50,0
04º	Sônia Maria Araújo Cerqueira	50,0
05º	Luiz Augusto Gomes	46,0
06º	Adilma Figueiredo da Silva Duarte	46,0
07º	Raquel Maria Monteiro de Araújo	46,0
08º	Walquiria Rodrigues Teles Araújo	42,0
09º	Deusali Caetano de Faria	40,0
10º	Vilmar Alves Corrêa	40,0
11º	Joana D'Arc Corrêa dos Santos	38,0
12º	Maria Joana Mendes	38,0

13º	Iris Calixta Fernandes	38,0
14º	Zélia Alves Tomaz	38,0
15º	Vanserli Nunes Campos	38,0
16º	Elizete Alves da Silva	38,0
17º	Maria de Fátima Tavares Leite	38,0
18º	Fátima Monteiro Pereira	38,0
19º	Luiz Gaudêncio de Araújo	36,0
20º	Telma Maria de Alcântara de Sousa	36,0
21º	Deusimar Martins Barros	36,0
22º	Maria de Fátima Cabral Formiga	36,0
23º	Isaac Newton de Andrade Ferreira	36,0
24º	Neusa Ribeiro Martins de Brito	34,0
25º	Arlete Quaresma Barros	34,0
26º	Vilma Lopes Lima	34,0
27º	Walter Marcos de Lima	34,0
28º	Carlos Roberto Mendes	34,0
29º	Rosalina Suares da Mata	34,0
30º	Gislene Natalícia Ferreira	34,0
31º	Maria dos Remédios Lima do Carmo	32,0
32º	Maria Farias de Oliveira Ferreira	32,0
33º	Edna Maria Vieira da Costa	32,0
34º	Karla Nery Correa Marques	32,0
35º	Dayse Vieira de Sousa	32,0
36º	Maria Aparecida Silva de Macêdo	32,0
37º	Maura das Graças Magalhães	30,0
38º	João Pedro Lima Sousa	30,0
39º	Vanira Pereira Neco Dutra	30,0
40º	Maria de Fátima Medeiros Jacob	30,0
41º	Divina Maria dos Reis Nascimento	30,0
42º	Eni Nunes Xavier	30,0
43º	Fernando Maurício Ribeiro	30,0
44º	Antonia Pereira Lima	30,0
45º	Jorge Luiz Mota Silva	30,0
46º	Angela Maria Feitosa da Silva	30,0
47º	Maria das Graças Quaresma Cruz	30,0
48º	Leni Rodrigues Bonfim Brasileiro	28,0
49º	Nelita Tavares Cardoso	28,0
50º	Crizanto Pereira Neto	28,0
51º	Helena Maria Mineiro de França	28,0
52º	Maria Aurea Falcão	28,0
53º	Devaldete Gomes Xavier	28,0
54º	Edna Mattos	28,0
55º	Maria Elzy Pereira Vasconcelos	28,0
56º	Tereza Maria da Silva Galvão	28,0
57º	Selma Maria Dias	28,0
58º	Teresa Oliveira Damascena	26,0
59º	Maria Schirlene Bernardes	26,0
60º	Rosangela Ferreira Rodrigues	26,0
61º	Ademar Alves de Azevedo	26,0
62º	Rosalina Lourdes de Oliveira	26,0
63º	Irene Batista de Oliveira	26,0
64º	Marilza Maria de Jesus Franco	26,0
65º	Maria da Salete Pereira	26,0
66º	Gilvanete Feitosa dos Santos	24,0
67º	Ana Teodósio Macêdo	24,0
68º	Neusa Maria Nunes Menezes	24,0
69º	Zilla dos Santos	22,0
70º	Maria das Graças Andrade de Oliveira	22,0
71º	Sonia Gomes de Albuquerque	20,0
72º	Marinalva Matias de Souza	20,0
73º	Maria Luiza de Araújo	16,0
74º	Leusimar Alves dos Santos	16,0
75º	Teresinha de Jesus Borges Costa	14,0
76º	Mariza Souza da Silva	12,0

FIDÉLIA VASCONCELOS DE LIMA
Divisão de Seleção
Diretora

Homologamos
Em 24.06.96
JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR
Presidente da FHDF

MARIA NATIVIDADE G.S.T. SANTANA
Departamento de Recursos Humanos
Diretora

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDENS DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item II, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve:

Readaptar o servidor **MARIOZAN EVARISTO LIMA**, AOSD - Lavanderia, NM17-I, matrícula 123.528-1, lotado no HRAN, para a função de AOSD - Eletroencefalograma, com base no parecer emitido pela Equipe de Reabilitação Profissional da DHMST/FHDF, nos autos do processo nº 061.005768/95, com base no artigo 24 da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº11/94, de 17 de agosto de 1994, resolve:

1 - Designar **JOSÉ ALCENOR VIEIRA DE ARAÚJO**, Diretor da Divisão de Recursos Humanos, matrícula 119.770-3, **SAMUEL MARTINS SANTANA**, Assistente Intermediário de Saúde-II (Supervisor de Segurança do Trabalho), Classe Especial, Padrão II, matrícula 127414-7, lotado no HRT, **MERIVANDA FERREIRA CAMPOS**, Assistente Intermediário de Saúde-II, 3ª Classe, Padrão I (Agente Administrativo), matrícula 135.022-6 e **ANTONIO JOAQUIM MOURA FILHO**, Assistente Intermediário de Saúde-II (Supervisor de Seg. do Trabalho, Classe Especial, Padrão II, matrícula 127.602-6, lotado no HRT, para, sob a Coordenação do primeiro, comporem a Subcomissão de Avaliação de Desempenho e de Promoção Funcional da Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga, de acordo com o Decreto nº14.647 de 25/03/93 e as Portarias 01 e 02 de 05/01/95-SEA/GDF.

2 - Revogar a ordem de Serviço de 11/04/96, publicada no DODF de 12/04/96 e demais disposições em contrário.

3 - Esta Ordem de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 01/06/95.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item II, da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Fazer constar na ficha funcional dos servidores **ARLEM RIBEIRO DE SOUZA**, Assistente Intermediário de Saúde II (Agente Administrativo), 3ª Classe, Padrão IV, matrícula 132.861-1, **VANDER PEREIRA DOS SANTOS**, Assistente Intermediário de Saúde II (Agente Administrativo), 3ª Classe, Padrão III, matrícula 133.457-3 e **CLAUDIO RODRIGUES DE BARCELOS**, Assistente Intermediário de Saúde II (Agente Administrativo), 3ª Classe, Padrão III, matrícula 133.747-5, todos lotados na DAG/ADMC, ELOGIO pela valiosa colaboração, dedicação, espírito de equipe e competência demonstrada no exercício de suas funções, conforme solicitado pelo Senhor Chefe da Seção de Pessoal, através do O.I nº 110/96-SP/DAG/ADMC.

MARIA NATIVIDADE G.S.T. SANTANA

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE JUNHO DE 1996

A Diretora da Divisão de Pessoal no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Ordem de Serviço de 11 de agosto de 1.995, resolve:
Conceder **LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, aos servidores abaixo relacionados lotados na ADMC, nos termos do Art. 87 da Lei 8.112/90, combinado com a Lei 221/90, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração deduzidos os meses por ventura usufruidos.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

NOME: MAURO AUGUSTO DA SILVA
MATRÍCULA: 106.142-9 PROCESSO: 061.008074/89.
QUINQUÊNIO(S): 1º 02.10.72 a 06.10.77, 2º 07.10.77 a 09.10.82,
3º 10.10.82 a 19.10.87. 4º 20.10.87 a 19.10.92.

NOME: ANA OLIVIA DE SOUSA BEZERRA ARAUJO
MATRÍCULA: 114.446-4 PROCESSO: 061.005611/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 05.11.79 a 04.11.84, 2º 05.11.84 a 04.11.89,
3º 05.11.89 a 04.11.94.

NOME: MARIA EUDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
MATRÍCULA: 116.232-2 PROCESSO: 061.002614/91.
QUINQUÊNIO(S): 1º 24.02.81 a 23.02.86, 2º 24.02.86 a 25.03.91,
3º 26.03.91 a 25.03.96.

NOME: MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES CARNEIRO
MATRÍCULA: 116.665-4 PROCESSO: 061.011202/92.
QUINQUÊNIO(S): 3º 10.04.91 a 09.04.96.

NOME: ADANIR MARTINS MESQUITA
MATRÍCULA: 117.141-1 PROCESSO: 061.003443/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 08.07.81 a 11.07.86, 2º 12.07.86 a 18.07.91.

NOME: LAERTE TADEU AUAD
MATRÍCULA: 117.894-6 PROCESSO: 061.003444/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 05.10.81 a 21.10.86, 2º 22.10.86 a 01.11.91.

NOME: SILZIA RUTH GUIMARÃES
MATRÍCULA: 119.699-5 PROCESSO: 061.007217/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 29.01.88 a 28.01.93.

NOME: ROGÉRIO MAGALHÃES DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 121.912-0 PROCESSO: 061.028265/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 01.12.88 a 14.01.94.

NOME: GISELE DOS SANTOS PERES MONTEIRO
MATRÍCULA: 124.490-6 PROCESSO: 061.004586/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 21.02.85 a 27.04.90, 2º 28.04.90 a 27.04.95.

NOME: FRANCISCA SUELI DA SILVA LIMA
MATRÍCULA: 124.570-8 PROCESSO: 061.033215/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 11.02.90 a 10.02.95.

NOME: JOSÉ LUIS BRAGA DE FARIA
MATRÍCULA: 126.089-8 PROCESSO: 061.036610/93.
QUINQUÊNIO(S): 1º 20.11.85 a 07.02.91, 2º 08.02.91 a 07.02.96.

NOME: MÔNICA MARIA BASTOS H. TOKARNIA
MATRÍCULA: 127.080-0 PROCESSO: 061.003213/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 26.11.86 a 10.01.92.

NOME: INÊS CRISTINA DOS SANTOS MORTELLI
MATRÍCULA: 128.239-5 PROCESSO: 061.004583/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 13.06.88 a 28.06.93.

NOME: MARIA GORETE GONÇALVES SELAU
MATRÍCULA: 128.759-1 PROCESSO: 061.005612/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 10.04.89 a 17.04.94.

NOME: ANA LÚCIA DE JESUS
MATRÍCULA: 130.963-3 PROCESSO: 061.004772/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 17.05.91 a 16.05.96.

NOME: MÔNICA MATOS BIMBATO DE ALMEIDA
MATRÍCULA: 131.007-1 PROCESSO: 061.004588/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 24.05.91 a 23.05.96.

NOME: GENTIL JOAQUIM DE A. BEZERRA
MATRÍCULA: 103.430-8 PROCESSO: 061.005254/90.
QUINQUÊNIO(S): 5º 14.05.89 a 13.05.94.

NOME: MARIA LILI BARROS
MATRÍCULA: 104.509-1 PROCESSO: 061.006280/89.
QUINQUÊNIO(S): 1º 03.04.70 a 03.04.75, 2º 04.04.75 a 03.04.80,
3º 04.04.80 a 07.04.85, 4º 08.04.85 a 21.04.90,
5º 22.04.90 a 21.04.95.

NOME: JAIR AFONSO PEREIRA
MATRÍCULA: 108.405-4 PROCESSO: 061.004573/89.
QUINQUÊNIO(S): 4º 11.03.90 a 10.03.95.

NOME: JOSÉ RIBAMAR DE CARVALHO
MATRÍCULA: 108.800-9 PROCESSO: 061.007725/89.
QUINQUÊNIO(S): 1º 14.07.75 a 13.07.80, 2º 14.07.80 a 13.07.85,
3º 14.07.85 a 13.07.90, 4º 14.07.90 a 13.07.95.

NOME: ELCI GONÇALVES DE SOUSA
MATRÍCULA: 108.971-4 PROCESSO: 061.006426/89.
QUINQUÊNIO(S): 4º 01.11.90 a 31.10.95.

NOME: ILDA SOARES DA SILVA
MATRÍCULA: 109.099-2 PROCESSO: 061.006424/89.
QUINQUÊNIO(S): 4º 05.11.90 a 04.11.95.

NOME: MERCIA MARIA LIMA ROCHA PEREIRA
MATRÍCULA: 109.574-9 PROCESSO: 061.000664/91.
QUINQUÊNIO(S): 4º 06.05.91 a 05.05.96.

NOME: MARILUCIA AVELINO MARTINS DA COSTA
MATRÍCULA: 111.702-5 PROCESSO: 061.006602/89.
QUINQUÊNIO(S): 3º 22.12.87 a 21.12.92.

NOME: FRANCISCO CALIXTO NASCIMENTO FERREIRA
MATRÍCULA: 112.291-6 PROCESSO: 061.005044/89.
QUINQUÊNIO(S): 1º 01.11.77 a 01.11.82, 2º 02.11.82 a 07.11.87,
3º 08.11.87 a 14.11.92.

NOME: CLAUDEMIRO CARVALHO DA CONCEIÇÃO
MATRÍCULA: 113.303-9 PROCESSO: 061.007758/89.
QUINQUÊNIO(S): 1º 28.06.78 a 07.08.83, 2º 08.08.83 a 18.08.88,
3º 19.08.88 a 22.08.93.

NOME: WILLIAM MESQUITA
MATRÍCULA: 114.161-9 PROCESSO: 061.013098/92.
QUINQUÊNIO(S): 3º 26.06.89 a 25.06.94.

NOME: ISAURA MARIA AMÂNCIO LOULY
MATRÍCULA: 116.427-9 PROCESSO: 061.045338/91.
QUINQUÊNIO(S): 3º 31.03.91 a 30.03.96.

NOME: MARIA NEUMA DE SOUSA
MATRÍCULA: 116.863-1 PROCESSO: 061.004379/91.
QUINQUÊNIO(S): 3º 23.04.91 a 22.04.96.

NOME: LYCIA SUELY DA COSTA NUNES
MATRÍCULA: 117.242-5 PROCESSO: 061.005613/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 20.08.81 a 30.10.86, 2º 31.10.86 a 16.05.92.

NOME: ADALBERTO MENDANHA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 120.041-1 PROCESSO: 061.004722/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 29.11.82 a 28.11.87, 2º 29.11.87 a 18.11.92.

NOME: GERALDO CARDOSO RODRIGUES
MATRÍCULA: 120.299-5 PROCESSO: 061.004033/93.
QUINQUÊNIO(S): 2º 02.05.88 a 14.08.93.

NOME: JOÃO BATISTA DE MORAIS
MATRÍCULA: 120.452-1 PROCESSO: 061.001485/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 11.02.89 a 10.02.94.

NOME: JOSÉ DUARTE BATISTA
MATRÍCULA: 122.696-7 PROCESSO: 061.011513/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 13.05.89 a 09.03.96.

NOME: IARA DE SOUSA LIMA FEIJÓ
MATRÍCULA: 124.733-6 PROCESSO: 061.022863/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 17.03.90 a 16.03.95.

NOME: MARÍLIA ARAUJO GRAZIANI
MATRÍCULA: 125.669-6 PROCESSO: 061.001114/95.
QUINQUÊNIO(S): 2º 16.07.90 a 15.07.95.

NOME: COLEMAR JOSÉ GUIMARÃES
MATRÍCULA: 126.125-8 PROCESSO: 061.004584/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 22.11.85 a 21.11.90, 2º 22.11.90 a 21.11.95.

NOME: SILONITE FERREIRA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 126.385-4 PROCESSO: 061.011921/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 07.03.91 a 06.03.96.

NOME: MARCUS NUNES
MATRÍCULA: 126.438-9 PROCESSO: 061. 008370/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 25.01.91 a 24.01.96.

NOME: OSVALDO CONCEIÇÃO SILVA
MATRÍCULA: 126.706-0 PROCESSO: 061.006228/92.
QUINQUÊNIO(S): 2º 25.04.91 a 24.04.96.

NOME: MARCO ANTÔNIO SANTOS DE AMORIM
MATRÍCULA: 129.817-8 PROCESSO: 061.004585/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 02.04.90 a 30.03.96.

NOME: MARIA LÚCIA DA SILVA MENDES
MATRÍCULA: 130.534-4 PROCESSO: 061.004591/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 07.05.91 a 06.05.96.

NOME: IVANUSIA MARIA DE MORAIS
MATRÍCULA: 130.660-0 PROCESSO: 061.003654/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 20.03.91 a 19.03.96.

NOME: LUIZ AUGUSTO ALVES MOREIRA
MATRÍCULA: 130.847-5 PROCESSO: 061.004592/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 26.04.91 a 25.04.96.

NOME: WANDER MENDES SOARES
MATRÍCULA: 130.931-5 PROCESSO: 061.004593/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 09.05.91 a 08.05.96.

NOME: IRENE ANTUNES DOS SANTOS
MATRÍCULA: 130.953-6 PROCESSO: 061.005440/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 03.06.91 a 02.06.96.

NOME: IVANETE RODRIGUES DA CRUZ
MATRÍCULA: 130.975-7 PROCESSO: 061.005553/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 24.05.91 a 23.05.96.

NOME: MIRIAM INÊS PESSOA DE FRANÇA
MATRÍCULA: 131.008-9 PROCESSO: 061.005610/96.
QUINQUÊNIO(S): 1º 12.06.91 a 11.06.96.

MARIA ISABEL GONÇALVES

HOSPITAL REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 77, DE 21 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 03/92 e 20/94, do Senhor Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e com base no artigo 26 item XIII do Regimento Interno do Hospital Regional do Gama, resolve:
Designar os membros da COMISSÃO REGIONAL DE SINDICÂNCIA, para sob a presidência do primeiro e, nos seus impedimentos, sob a do segundo apurar os fatos administrativos irregulares que ocorrerem no âmbito da Coordenação Regional de Saúde do Gama, composta pelos seguintes servidores:
TITULARES
ADILSON ALVES BOTELHO, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 126.781-7;
MARIA IRANI DA SILVA DIAS, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 121.801-8;
ZANIA MARCIA XAVIER, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 129.407 5;
SUPLENTES
VERA LÚCIA DO NASCIMENTO, AIS (Agente Administrativo), matrícula nº 134 395-5;
PALMIRA MARIA NUNES DE OLIVEIRA, AIS (Agente Administrativo), matrícula nº 108.247-7;
IRACY PEREIRA SILVA DOS REIS, AIS (Agente Administrativo), matrícula nº 115.262-9.
Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 78, DE 21 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 26, item XIII do Regimento Interno do Hospital do Gama, resolve:
Designar para compor a **"Comissão Hospital Amigo da Criança"** do Hospital Regional do Gama, ficando sob a Coordenação do primeiro, o desenvolvimento dos trabalhos relativos à implantação e continuidade das ações integradas necessárias à proteção da saúde da criança, os seguintes servidores:
ALEXANDRE GOMES CÂMARA, ASS (Médico-cirurgia geral), matrícula nº 123.138-3;
TELMA ARAÚJO DE OLIVEIRA SPAGNOLOQ, ASS (Médica Pediatra), matrícula nº 129.239-1;
FÁBIO AVELINO DOS REIS, ASS (Médico Ginecologia), matrícula nº 128.640 - 4;
ARI SILVIO FERNANDES DOS SANTOS, ASS (Médico Pediatra), matrícula nº 129 281-1;
SANDRA REGINA DE ASSIS LEMES, ASS (Enfermeira), matrícula nº 126.229-7 ;
DIONISIA DA SILVA FERREIRA CARVALHO, ASS (Enfermeiro), matrícula nº 129 460-1;
SILVIA CRISTINA CAMPOS, ASS (Enfermeira), matrícula nº 127.897-5;
MARGARIDA MITTE AWATA, ASS (Médica Pediatra), matrícula nº 117.100-3;
EDNA QUEIROZ DE OLIVEIRA, E.C. (Enfermeira), matrícula nº 129.740-6;
IVONETE MACEDO DA CRUZ, ASS (Enfermeira), matrícula nº 136.342-5.

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDENS DE SERVIÇO DE 25 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados,nos termos do Artigo 196, da Lei 8.112/90.

Nome: BENIGNO DE OLIVEIRA TORRES JÚNIOR Matrícula: 135.604-6
Filha: Talita Guilarde Torres,nascida em 10/06/96.

Nome: TEREZA CRISTINA DA MOTA E SOUZA - CST-08 - Matrícula: 132.904-9
Filho: Gabriel Mota de Almeida, nascido em 25/05/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder à servidora Rosimere Cabral da Silva de Sousa,AIS-Telefonista , matrícula 130.979-0, 01(uma) hora de descanso durante a jornada diária de serviço, para amamentar seu filho Árisson Henrique Cabral de Sousa, até a idade de 06(seis) meses, com base no parecer da SESMT/HRT, nos termos do Artigo 209, da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao servidor ANTONIO VALDERICO DOS SANTOS , AIS-Agente Administrativo, matrícula 121.187-1, no período de 04 a 11/06/96, por motivo do nascimento de sua filha Tainah Cristina Vidal dos Santos, em 04/06/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Autorizar a servidora Meire de Jesus Pereira, AOSD-Enfermagem, matrícula 125.115-5,a ausentar-se do serviço, no período de 18 a 25/05/96, por motivo de Casamento, nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea "a", da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA,no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Autorizar a servidora Wasty de Castro Souza da Costa, AIS-Auxiliar de Enfermagem, matrícula 134.718-7, a ausentar-se do serviço, no período de

24 a 31/05/96, por motivo de Casamento, nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea "a", da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Autorizar os servidores abaixo discriminados a ausentar-se do serviço,nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8.112/90:

Nome: CLAUDENOR PEREIRA LIMA Matrícula: 108.529-8
Período: 16 a 24/01/96
Motivo: Falecimento de seu genitor José Pereira Lima.

Nome: SOLANGE DE FÁTIMA MARTINS MARQUES Matrícula: 123.537-1
Período: 27/05 a 03/06/96
Motivo: Falecimento de seu genitor Nelson da Costa Martins.

Nome: MARLENE MOREIRA DE SOUZA Matrícula: 126.135-5
Período: 11 a 18/06/96
Motivo: Falecimento de seu genitor João Prudêncio de Oliveira.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder Salário Família aos servidores abaixo discriminados nos termos do Artigo 197,da Lei 8.112/90:

Nome: SHEILA PEREIRA SOARES Matrícula: 134.153-7
Dependente:Guilherme Pereira Soares, na qualidade de filho

Nome: Benigno de Oliveira Torres Júnior Matrícula: 135.604-6
Dependente: Talita Guilarde Torres, na qualidade de filha.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao servidor Benigno de Oliveira Torres Júnior,ASS-Médico Anestesiologista, matrícula 135.604-6, no período de 10 a 17/06/96, por motivo do nascimento de sua filha Talita Guilarde Torres em 10/06/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder Auxílio Natalidade à servidora Sheila Pereira Soares, matrícula 134.153-7, filho: Guilherme Pereira Soares, nascido em 09/06/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Consignar Elogio aos servidores abaixo discriminados, pela dedicação ao trabalho, alto senso de responsabilidade na condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, processo 061.030.706/95 , solicitado pelo Presidente da referida Comissão:
- MARÍLIA DE ARAÚJO BACELAR PEREIRA, ASS-Administradora, mat.110.586-8;
- JÚLIO CESAR DE OLIVEIRA CARNEIRO, ASS-Médico Clínico, mat. 116.401-5;
- DALTONO UMBERTO DE SOUZA, ASS-Médico Clínico, matrícula 115.821-0.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei 8.112/90, combinada com a Lei 221 de 27/12/91, aos seguintes servidores:

Nome: JOSÉ MIGUEL DA SILVA TELES
Matrícula: 111.639-8 Processo: 061.030.530/96
Quinquênio(s): 1º) 06/06/77 a 05/06/82; 2º) 06/06/82 a 07/06/87; 3º) 08/06/87 a 19/06/92.
Nome: Osalder Bezerra Almeida
Matrícula: 124.045-5 Processo: 061.030.509/94
Quinquênio(s): 2º) 14/03/90 a 23/09/95.
Nome: BASILIA VIEIRA DE ALMEIDA
Matrícula: 126.619-5 Processo: 061.030.435/96
Quinquênio(s): 1º) 24/02/86 a 19/03/91; 2º) 20/03/91 a 19/03/96.
Esta publicação torna sem efeito a anterior, publicada no DODF de 31/05/96, página 4466.
Nome: TEREZINHA MARIA DE JESUS
Matrícula: 125.910-5 Processo: 061.030.743/93
Quinquênio(s): 2º) 19/09/90 a 18/09/95.
Esta publicação torna sem efeito a anterior, publicada no DODF de 31/05/96, página 4466.
Nome: MARIA DE FÁTIMA SOUSA SILVA - CST - 02 -
Matrícula: 115.712-4 Processo: 061.030.652/91
Quinquênio(s): 1º) 24/11/80 a 09/12/85; 2º) 10/12/85 a 26/12/90; 3º) 27/12/90 a 26/12/95.

Nome: LUZIA DE FATIMA GONÇALVES LIMA - CST - 03 -
Matrícula: 111.818-8 Processo: 061.030.562/91
Quinquênio(s): 3º) 22/10/87 a 04/11/92.
Nome: GERCINA LIMA AMORIM - CST - 03 -
Matrícula: 123.018-2 Processo: 061.030.260/93
Quinquênio(s): 2º) 23/07/89 a 18/08/84.
Nome: SONIA MARIA EVARISTO DIAS - CST - 05 -
Matrícula: 116.216-1 Processo: 061.030.457/91
Quinquênio(s): 3º) 26/12/90 a 25/12/96.
Nome: TELMA TAVARES BORGES
Matrícula: 116.728-1 Processo: 061.030.178/93
Quinquênio(s): 3º) 25/05/91 a 24/05/96.
Nome: CLARA HELENA LIMA DA ROCHA
Matrícula: 116.756-1 Processo: 061.030.942/92
Quinquênio(s): 3º) 16/06/91 a 15/06/96.
Nome: MAIZE GREGORINE MELO
Matrícula: 125.443-0 Processo: 061.031.056/93
Quinquênio(s): 2º) 12/06/90 a 11/06/95.
Nome: JOÃO RONDONÓPOLIS GONDIM
Matrícula: 129.245-5 Processo: 061.030.516/96
Quinquênio(s): 1º) 28/11/89 a 28/11/91.
Nome: VANDA LEITE DE SOUSA - CST - 06 -
Matrícula: 104.853-8 Processo: 061.030.953/92
Quinquênio(s): 5º) 20/05/91 a 20/05/96.
Nome: MARIA NETA MONTEIRO GARCIA - CST - 07 -
Matrícula: 126.507-5 Processo: 061.031.120/92
Quinquênio(s): 2º) 24/05/91 a 23/05/96.
Nome: JEANNE MARIA DA SILVA SOUZA - CST - 08 -
Matrícula: 115.643-8 Processo: 061.030.172/93
Quinquênio(s): 3º) 22/04/91 a 28/05/96.

ANTONIO JOSÉ F. P. DOS SANTOS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 26, DE 7 DE JUNHO DE 1996(*)

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 1º e item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, e indicação contida no O.I. nº 166/96-GAS/SDSAC, de 29 de maio de 1996, resolve:

Designar a servidora IVALDINA TORRES ALVES, matrícula nº 32.222-9, Auxiliar de Administração Pública, para substituir LUZINEIDE ELIAS DE SALES, matrícula nº 21.475-2, Chefe da Seção de Expediente, símbolo DFG-02, da Gerência de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitaria do Distrito Federal, no período de 06.07 a 13.07.96, por motivo de Licença Gala da Titular.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 116, de 18-6-96, pág. 4948.

SECRETARIA DE OBRAS

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 25 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 15.357, artigo 3º, de 23 de dezembro de 1993, resolve:
Designar IZABEL DE MIRANDA PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 85.094-2, para substituir SANDRA SOARES DE MELLO, matrícula nº 85.089-6, Gerente de Projetos Urbanísiticos do Distrito II, símbolo DFG-12, da Diretoria de Estudos e Projetos, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, no período de 04.07.96 à 02.08.96, em Virtude de férias da titular.
Designar MÔNICA VERAS GOMES, matrícula nº 85.097-7, para substituir IZABEL DE MIRANDA PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 85.094-2, Chefe do Núcleo II.4, símbolo DFG-11, da Gerência de Projetos Urbanísticos do Distrito II, da Diretoria de Estudos e Projetos, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, no período de 04.07.96 à 02.08.96, em virtude da titular estar substituindo a Gerente.

LUÍZ PHILIPPE PERES TORELLY

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

PORTARIA Nº 63, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O Presidente da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, Ítem IX, do Estatuto Social da Companhia, resolve:

I - Criar a Comissão Especial de Licitação para recebimento e julgamento das propostas para a Concorrência Pública No. 05/96-TERRACAP, do tipo maior oferta, para celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com elaboração de projetos, implantação, operação e exploração comercial de Hotel (ou Hotel e Apart-Hotel) Shopping Center e uma Marina Pública, com a respectiva infra-estrutura, em imóveis de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP;
II - Designar os empregados LENY PEREIRA DA SILVA, matrícula 30.090-0, DEMOSTHENES MARQUES, matrícula 28.666-4, representantes da TERRACAP, AURORA GOMES FERREIRA ARAGÃO, matrícula 59.022-3, representante do IPDF, KARINA FLEURY C. S. CAVALCANTE, representante da SEMATEC, MARCELO

CONTREIRAS DE ALMEIDA DOURADO, matrícula 47.491-6, representante da Secretaria de Turismo, FRANCISCO SANCHEZ FARIA, matrícula 43.464-7, representante da Secretaria de Obras e SÁLVIO DE OLIVEIRA DUARTE, matrícula 24.498-8, representante da Secretaria da Fazenda e Planejamento, para comporem a referida Comissão;
III - A Comissão será presidida pela advogada LENY PEREIRA DA SILVA, matrícula 30.090-0, e, em caso de eventual impedimento, será substituída pelo empregado DEMÓSTHENES MARQUES;
IV - Todo o apoio administrativo para os trabalhos será prestado pela Comissão de Licitação-COMLI.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 216, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, combinado com o artigo 38 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. resolve: Designar o servidor JOSÉ AUGUSTO VIEIRA LIMA, Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 92.995-6, para substituir o servidor JOSÉ DA SILVA REIS, Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 90.254-3 , Encarregado da Unidade de Viveiro do Departamento Agropecuário, Símbolo DFG-04, em seu período de férias regulamentares de 10 a 19/06/96.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 217, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, combinado com o artigo 38 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. resolve: Designar o servidor CLÁUDIO SILVA, Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 94.019-4, para substituir o servidor ABSALÃO SOARES NETO, Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 93.596-4, Encarregado de Arrecadação do Departamento Agropecuário, Símbolo DFG-03, em seu período de férias regulamentares de 05 a 14/08/96.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 218, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, combinado com o artigo 38 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. resolve: Designar o servidor ANTÔNIO PEREIRA DE REZENDE, Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 91.949-7, para substituir o servidor ANTÔNIO F DE AGUIAR PONTES, matrícula nº 92.134-3, Chefe da Seção de Expediente do Departamento Agropecuário, Símbolo DFG-06, em seu período de férias regulamentares de 08 a 17/07/96.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

PROCESSO: 073001303/96 - INTERESSADO: DECOM - Autorizo o fornecimento de 1/2(meia) diária, ao servidor Valdemir Ferreira Buonafina Filho,quando do deslocamento para Goianésia/GO, visando autorizar AIDF de Notas Fiscais da UR-24 - Padre Bernardo/Go, no dia 11/06/96.
PROCESSO: 073001304/96 - INTERESSADO: DECOM - Autorizo o fornecimento de 1/2(meia) diária, aos servidores Antonio Rodrigues dos Santos, Francisco Antonio de Araújo, Tito de Oliveira Castro, Franklin Silva Couto, Ricardo Merazzi e Francisco Alves de Pádua, quando do deslocamento para Alexânia e Padre Bernardo/GO, para transporte e descarga de mercadorias nas Unidades de Revenda locais, no dia 13/06/96.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 26 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c" da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995, e o constante do artigo 1º, e paragráfo único do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, resolve:
I - Designar CONSUELO ESPERANÇA ALVES FERNANDEZ, Técnica de Administração Pública, matrícula nº 33.348-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOSÉ ALVES DE SOUSA, matrícula nº 22.757-9, Diretor da Divisão Financeira/DAG/SSP, Código DFG-11, no impedimento do titular que encontra-se substituindo o Diretor do Departamento de Administração Geral/SSP no período de 01 a 30.07.96.
II - Designar ELIZETE LIMA MOREIRA, Técnica de Finanças e Controle, matrícula nº 27.464-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir CONSUELO ESPERANÇA ALVES FERNANDES, matrícula nº 33.348-4, Chefe da Seção de Contabilidade da Divisão Financeira/SSP, Código DFG-05, no impedimento da titular que encontra-se substituindo o Diretor da Divisão Financeira/SSP, no período de 01 a 30.07.96.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c" da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995, e o constante do artigo 1º, e item V do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, resolve:
Designar ANTONIA CARMEM NASCIMENTO, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 41.697-5 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JADILSON FONTENELLE PEÇANHA, matrícula nº 30.816-1, Chefe da Tesouraria da Divisão Financeira/SSP, Código DFG-05, por motivo de Licença Especial no período de 09.07 a 07.08.96.

ANTONIO CARLOS MARTINS COSTA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 568, DE 17 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF; no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43 inciso XLIII do regimento aprovado pelo Decreto 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: Publicar resultado da Avaliação de Desempenho do servidor LUIZ DE JESUS ALVES FRANÇA, Mat. 00.933-4, do período de 01 de agosto de 1994 a 01 de agosto de 1995, com nota 04 (quatro), conceito BOM, devido o mesmo não ter sido avaliado nesta época.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 579, DE 20 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, conforme Artigo 87 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, aos servidores abaixo relacionados:
NOME: FRANCELINA CLÁUDIA DA SILVA, MATRÍCULA: 00.438-3, LOTAÇÃO: GAHAB, QÜINQÜÊNIO: 08/02/90 A 06/07/95.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 570, DE 17 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF; no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43 inciso XLIII do regimento aprovado pelo Decreto 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve: Conceder Promoção Funcional, após recurso, a partir de 01 de julho de 1996, aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o Decreto Nº 16.252, de 29 de dezembro de 1994.

	SIT. ANTERIOR PADRÃO/CLASSE		SITUAÇÃO NOVA PADRÃO/CLASSE	
00.806-0 CARLOS ALBERTO COSTA DE LIMA	IV	1ª	I	Esp.
00.933-4 LUIZ DE JESUS ALVES FRANCA	V	3ª	I	2ª
00.940-7 MARIA ISALTINA ROCHA	V	3ª	I	2ª

LUIS RIOGI MIURA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIAS DE 20 DE JUNHO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1°,inciso I,alínea "b", do Decreto n° 15.740, de 23 de Jun 94, e tendo em vista o que consta do processo nº 053.000.184/96; resolve:
Transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, o 2° SGT BM ANTONIO SOARES DE MELO, Mat: 02014-1, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação e, com os proventos calculados sobre o soldo de 1° SARGENTO BM, acrecido de gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos: 51, incisos II, IV, letra "o", parágrafo 1°, alínea "c", 88, inciso I, 91, inciso I, e 92, da Lei n° 7.479/86, de 02 Jun 86 - ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES do DF; combinado com os artigos 92; incisos I, III, IV e V; 94, incisos I e II, 95, inciso I, 102, 103, parágrafo único; 107, incisos I e II, alínea "b", e III, da Lei 5.906 de 23 Jul 73, - LEI DE REMUNERAÇÃO DO CBMDF - com as alterações introduzidas pelas leis n°s 7.435 de 19 Dez 85 e 7.590 de 29 de Mar 87, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo artigo 1°, inciso I, alínea 'a", do Decreto n° 15.740 de 23 Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo n° 053.000.570/96; resolve:
Reformar, Ex Officio, o 3° SGT BM EVANDRO LOURENÇO ARRUDA, Mat: 02892-4, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal , a contar de 02 de abril de 1996, na mesma graduação, com os proventos calculados em tantas cotas de soldo quantos forem os anos de serviço, acrescidos de gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos: 88, II; 95, II; 97, VI; e 100, I, da Lei n° 7. 479 de 02 Jun 86 -ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES; combinado com os artigos 92, incisos I, III, IV e V; 94, incisos I e II; 95, inciso II; 98, parágrafo único; 99, parágrafo único; 103, parágrafo único; 105, parágrafo único; e, 107, incisos I e II, alínea "c", e III, da Lei 5.906 de 23 Jul 73, - LEI DE REMUNERAÇÃO DO CBMDF- com as alterações introduzidas pelas leis n°s 7435 de 19 Dez 85 e 7.590, de 29 de Mar 87, por estar incapaz definitivamente para o serviço do CBMDF. Podendo prover os meios de subsistência. Doenças não adquiridas em ato nem em consequência de ato de serviço.
O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL,no uso da competência delegada pelo artigo 1°,inciso I, alínea "a",do Decreto 15.740 de 23 Jun 94, e tendo em vista o que consta do Processo n° 053.000.581/96; resolve:

Reformar, Ex Officio, o 2° TEN QOBM/Adm. MANOEL DE JESUS BARBOSA DA SILVA,Mat: 01296-3, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a contar de 04 de abril de 1996, no mesmo posto e,com os proventos integrais relativos ao soldo de 2° TENENTE BM, acrescido de gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, de acordo com os artigos: 88, II; 95, II; 97, VI; 100, II, do ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES do DF; combinados com os artigos: 92, incisos I, III, IV e V; 94, inciso I e II; 95, II; 103, parágrafo único; 104, IV, e, 107, incisos I e II, letra "c" e III, da Lei 5.906/73 - Lei de Remuneração do CBMDF - com as alterações introduzidas pelas leis n°s 7.435/85 e 7.590/87, por estar incapaz definitivamente para o serviço do CBMDF. Não pode prover os meios de subsistência. Doenças não adquiridas em ato nem consequência de ato de serviço.

ATOS DO DIRETOR DE 25 DE JUNHO DE 1996

O Diretor de Inativos e pensionistas do CBMDF, no uso das atribuições que lhe confere os Arts. 13 e 20 da Lei de organização básica (lei 8.255/91) combinado com os Arts. 25 e 55 do regulamento daquela Lei, aprovado pelo Decreto nº 16.036 de 04 de novembro de 1994, em consonância com o preconizado nas alíneas "a" e "c" da Portaria nº 018/93, resolve:

Deferir os pedidos de pensão militar para:

Interessadas: ADERY MARIA RANGEL, RITA CASSIA MACIEIRA ESTEVÃO, REGINA CÉLIA MACIEIRA ESTEVÃO e SILVA MACIEIRA ESTEVÃO CARVALHO, companheira e filhas respectivamente; Instituidor: JOÃO ESTEVÃO; Graduação: SBM/1 Ref.; Vigência: 09/04/96; Fundamentação Legal: Arts. 7°, II e VI; 9° § 2° e 28 da Lei nº 3.765/60, c/c o disposto da Portaria nº 1.444/SC-5/90, revigorada pela Portaria nº 1.583/SC-5/93 e ainda em conformidade com a Portaria Interministerial nº 2.826/94-EMFA, com 50% para a companheira e 50% para as filhas, dividido em partes iguais.

2 - SANDRA SOUZA SILVA (viúva); Instituidor: FRANCISCO DOMINGOS DA SILVA FILHO; Graduação: 2° Sargento BM; Vigência: 28/04/96; Fundamentação Legal: Art. 7°, I; 9° § 1° e 28 da Lei nº 3.765/60, c/c o disposto das Portarias nºs 1.444/SC-5/90, 1.583/SC-5/93 e 2.826/94-EMFA, com a pensão integral de 1° Sargento BM.

3 - VILMA MARIA GOMES PRATES (companheira); Instituidor RONALDO PAIVA DA SILVA; Graduação 3° Sargento BM (ativa); Vigência: 10/01/96; Fundamentação Legal: Arts. 7°, II e VI; 16 e 28 da Lei nº 3.765/60 c/c os Arts. 1°, IV; 2° IV, da Portaria nº 1.444/SC-5/90, revigorada pela Portaria nº 1.583/SC-5/93 e ainda em conformidade com a Portaria Interministerial nº 2.826/94-EMFA, com a pensão integral de 3° Sargento BM.

4 - JUDITH RASO DE PAIVA (viúva); Instituidor ROGÉRIO LUIZ MIRANDA RIBEIRO; Graduação SBM/1 (ativa); Vigência: 28/04/96; Fundamentação Legal: Arts. 7°, I; 9° § 1° e 28 da Lei nº 3.765/60 c/c o disposto das Portarias nºs 1.444/SC-5/90, 1.583/SC-5/93 e nº 2.826/94-EMFA, com a pensão integral de SBM/1.

SÉRGIO APOLONIO DA SILVA - TC. QOBM/Comb.

PORTARIA DE 26 DE JUNHO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, tendo em vista o que consta do Processo nº 053.000.337/96, resolve:

TRANSFERIR, a pedido, para a Reserva Remunerada, o CAPITÃO QOBM/ADM, ABILIO JOÃO DE OLIVEIRA, Matrícula nº 01215-7, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no mesmo posto e, com os proventos calculados sobre o soldo de MAJOR BM, acrescido da gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos: 51, inciso II e IV, letra "o", parágrafo 1º, letra "a"; 88, I; 91, I; 92, **"caput"**, do EBM-CBMDF, aprovado pela lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986. Combinados com os artigos 92, incisos I, III, IV e V, 94, I e II; 95, I; 100, 103, parágrafo único, e 107, inciso I e II, letra "b" e III, todos da lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 - Lei de Remuneração do CBMDF, com as alterações introduzidas pelas leis nºs 7.435, de 19 de dezembro de 1985 e 7.590, de 29 de março de 1987, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 053.000.634/96, resolve:

TRANSFERIR, a pedido, para a Reserva Remunerada, o SUBTENENTE BM ELIAS FARIAS DO NASCIMENTO, Matrícula nº 01450-8, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação e, com os proventos calculados sobre o soldo de Segundo-Tenente BM, acrescidos da gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos: 51, inciso II e IV, letra "o"; parágrafo 1º, letra "b"; 88, I; 91, I, e 92, **"caput"**, do EBM-CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986. Combinados com os artigos 92, incisos I, III, IV e V; 94, I e II; 95, I; 101, 103, parágrafo único, e 107, incisos I e II, letra "b" e III, todos da Lei de Remuneração do CBMDF, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 7.435 de 19 de dezembro de 1985 e 7.590, de 29 de março de 1987, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

JOSÉ RAJÃO FILHO - Coronel QOBM/Comb

PORTARIAS DE 27 DE JUNHO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência delegada pelo artigo 1°,inciso I,alínea "b", do Decreto n° 15.740, de 23 de Jun 94, e tendo em vista o que consta do processo nº 053.000.645/96; resolve:

Transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, o Cap. QOBM/Adm. ISAIAS DE SOUSA BORGES, Mat: 01132-0, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na mesma graduação e, com os proventos calculados sobre o soldo de Major BM, acrecido de gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos: 51, incisos II, IV, letra "o", parágrafo 1°, alínea "a", 88, inciso I, 91, inciso I, e 92, da Lei nº 7.479/86, de 02 Jun 86 - ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES do DF; combinado com os artigos 92; incisos I, III, IV e V; 94, incisos I e II, 95, inciso I, 100, 103, parágrafo único; 107, incisos I e II, alínea "b", e III, da Lei 5.906 de 23 Jul 73, - LEI DE REMUNERAÇÃO DO CBMDF - com as alterações introduzidas pelas leis n°s 7.435 de 19 Dez 85 e 7.590 de 29 de Mar 87, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

JOSÉ RAJÃO FILHO CEL QOBM/Comb.

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

PORTARIA DE 12 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar JOSÉ RAIMUNDO DE SOUZA FERREIRA, matrícula nº 46620-4, Diretor da Divisão Regional de Cultura do Gama-RA II para, na qualidade de EXECUTOR e sem prejuízo de suas funções normais, acompanhar, avaliar, supervisionar e fiscalizar à execução do projeto "II OFICINA DE ARTES CÊNICAS DO GAMA", referente ao processo nº 150.000.356/95 de interesse de Simão Francisco de Miranda a quem foi concedido apoio financeiro à conta do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura - FAAC, para viabilizar o referido projeto, conforme artigos 28 e 29 do Decreto nº 14.085/92.

SILVIO TENDLER

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 24 de junho de 1996

ADICIONAL DA LEI Nº 1.004, DE 09/01/96, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 17.182, DE 06/03/96.
MATRÍCULA Nº: 34.673-X
INTERESSADO: LÚCIA MARIA LEONE POTZERNHEIM
PROCESSO Nº: 150.000.371/94
Concedo 1/10 da Representação Mensal DF-13, 7a. parcela , a partir de 21/06/96, ficando as parcelas incorporadas da servidora da seguinte forma: 4/10 do DF-10 e 3/10 do DF-13

ADICIONAL DA LEI Nº 1.004, DE 09/01/96, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 17.182, DE 06/03/96.
MATRÍCULA Nº: 27.683-9
INTERESSADO: ROBERTA MARIA G. LOTT GAUCÉGLIA
PROCESSO Nº: 030.002814/92
Concedo 1/10 da Representação Mensal DF-10, 9ª parcela, a partir de 18/06/96, sendo que esta substitui 1a. parcela do DF-05, ficando as parcelas incorporadas da servidora da seguinte forma: 9/10 do DF-05 e 1/10 do DF-10.

SÍLVIO TENDLER

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Conceder Licença Gala de 08 (oito) dias consecutivos, no período de 03/05/96 a 10/05/96 ao servidor JOÃO DE JESUS BASTOS, matrícula no. 39.446-7 ,Auxiliar de Administração Pública, de conformidade com o artigo 97, item III, alínea "A" da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

EDSON SAMPAIO DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 48, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O Diretor do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, do Regimento deste Departamento, aprovada pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1983 **resolve:**

Constituir Comissão para organizar e acompanhar as atividades do DEFER relativas à realização do evento COPA DOS CAMPEÕES do qual trata o processo nº 011.000 201/96 e nomear os seguintes funcionários para sua composição: para presidente ANTONIO VITAL GONÇALVES, Chefe da Divisão de Eventos Especiais, matrícula nº 50.430-0 e para membros, os matrícula nº 50.726-1; Srs. EDUARDO JOSE LUTZ PINHEIRO, Chefe da Divisão de Educação Física,; HELVIO JOÃO SANFELICE, Chefe do Programa de Esportes, matrícula nº 00.492-8; MARCEL DA GLÓRIA PEREIRA Chefe da Assessoria Técnica, mat.00.330-1 CLIO RENÉ TRINDADE VIEIRA, Assessor, mat. 00.481-2 e LUIZ GONZAGA DA CUNHA ,Chefe da Administração do Administração do Estadio Mané Garrincha, mat. 00.487-1.

ROMARIO CESAR SCHETTINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 49, DE 25 DE JUNHO DE 1996

O Diretor do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, do Regimento deste Departamento, aprovada pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1983 **resolve:**

Constituir Comissão para recebimento dos equipamentos, materiais e serviços doados a título de Oferta de Benfeitoria relativos ao processo nº 011.000 201/96 designando os seguintes funcionários para sua composição: JOSÉ GERALDO DE ANDRADE NETO, Chefe da Administração do Ginasio Nilson Nelson, matrícula nº 89.564-4 ; EDUARDO JOSÉ LUTZ PINHEIRO, Chefe da Divisão de Educação Física, matrícula nº 50.726-1; HELVIO JOÃO SANFELICE, Chefe do Programa de Esportes, matrícula nº 00.492-8; LUIZ FERREIRA LEITE, Chefe da Divisão de Administração Geral, matrícula nº 72.895-0; LUIZ GONZAGA DA CUNHA, Chefe da Administração do Estádio Mane Garrincha, matrícula nº 00.487-1 e MARCEL DA GLÓRIA PEREIRA, Chefe da Assessoria Tecnica, matrícula nº 00.330-1 nomear o Sr. LUIZ GONZAGA DA CUNHA como Executor do Contrato.

ROMARIO CESAR SCHETTINO



SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PORTARIA DE 17 DE JUNHO DE 1996(*)

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3o., do Decreto no. 15.357, de 23 de dezembro de 1993, resolve:
Designar ELIAS BORGES MAGALHÃES, matrícula no. 43.130-3, para substituir EDIRSON ALVES PORTO , matrícula nº 39.641-9, Chefe do Núcleo de Acompanhamento, Código DFG 11, da Divisão de Análise e Acompanhamento de Projetos de Micro e Pequenas Empresas, do Departamento de Desenvolvimento Econômico desta Secretaria, no período de 01/07/96 a 29/07/96, por motivo de férias.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 117, de 19-6-96, pág. 4997.

PORTARIA DE 27 DE JUNHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 6º e 13, inciso II do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:
Designar GIVONILSON DA FÉ SOUZA, Chefe do Serviço de Apoio Geral da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, matrícula nº 26.855-0, para EXECUTOR do Contrato de Locação de Imóvel ao Distrito Federal, celebrado entre o Distrito Federal através da Secretaria de Indústria e Comércio e a Empresa WAGNER IMOBILIÁRIA LTDA. de que trata o processo nº 160.000.199/96.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 20 de maio de 1996

Autorizo a Incorporação de que se trata a Lei n.º 1004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06.03.96, deferido conforme discriminado no respectivo processo:
PROCESSO N.º : 160.001.847/94
INTERESSADO : MIGUEL VAUIRES CORREA MOURA
MATRÍCULA : 25.196-8
DESPACHO : Concedo mais 1/10 da GEG-02, a partir de 31/01/96, totalizando assim 9/10 da GEG-02
PROCESSO Nº : 030.000.639/96
INTERESSADO : SEONY BRAZ TEIXEIRA
MATRÍCULA : 39.858-6
DESPACHO : Concedo mais 1/10 do DF- 07 , a partir de 12/04/96, totalizando assim 1/5 da representação mensal do DF-07 e 1/10 do DF-07
PROCESSO Nº : 030.000.636/96
INTERESSADO : GILDÁSIO PEREIRA DE SOUZA
MATRÍCULA : 40.130-7
DESPACHO : Concedo mais 1/10 do DF-03, a partir de 28/04/96, totalizando assim 1/5 da representação mensal do DF-03 e 1/10 do DF-03
PROCESSO Nº : 160.000.176/96
INTERESSADO : MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DE SOUSA
MATRÍCULA : 38.831-9
DESPACHO : Concedo mais 1/10 da GEG-01 a partir de 13.05.96, totalizando assim 3/10 da GEG-01
PROCESSO : 160.001.820/94
INTERESSADO : SILVIO CASTILHO DAS OLIVEIRAS
MATRÍCULA : 33.296-8
DESPACHO : concedo mais 1/10 d o DF-11, a partir de 31/01/96, totalizando assim, 4/5 da representação mensal do DF-08 e 1/10 do DF-11

PROCESSO Nº :134.000938/92 (*)
INTERESSADA : LÉLIA DE ALMADA HORTA MADSEN
MATRÍCULA : 33.732-3
DESPACHO : Concedo mais 1/5 da representação mensal do DF-14, em substituição à representação mensal do DF 13, a partir de 04.07.95, totalizando assim 1/5 da representação mensal do DF-14, 1/5 da EC-02 da TERRACAP e 3/5 da EC-01 da CODEPLAN
PROCESSO N.º : 160.001.845/94 (*)
INTERESSADO : RICARDO DE CASTRO PAULINO
MATRÍCULA : 23.323-4
DESPACHO : Concedo mais 1/5 da representação mensal do DF-08, a partir de 17.11.95, totalizando assim 3/5 da representação mensal do DF-10 e 1/5 da representação mensal do DF-08

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

(*) Republicados por terem saído com incorreção, dos originais, no DODF nº 61, de 28-3-96, pág. 2565.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
Incluir ao Grupo de Trabalho publicado no DODF nº 93, página 3963 de 15.05.96, os seguintes servidores: LUIZ CARLOS BURITI PEREIRA, matrícula nº 00.082-5, Assessor, DFA-11, CRISTINA TIMPONI CAMBIAGHI, matrícula nº 00.085-X, Assistente, DFA-05, da Gerência de Recursos Hídricos do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal.

FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JUNHO DE 1996
O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
Designar o servidor LUCIANO GUIMARÃES VIOLATTI, matrícula nº 44.083-3, para responder pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal, no período de 01.07.96 a 30.07.96, por motivo de férias regulamentares do titular.

FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de junho de 1996 (*)

PROCESSO : 191.000.442/96
INTERESSADO : WITER CAMPOS LIMA E OUTROS
ASSUNTO ; Reconhecimento de dívidas
A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art. 80 e 81 de Decreto 16.098/94 e de acordo com o que estabelece a item I do art. 38 combinado com o item II do art. 39 do citado Diploma Legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de nota de empenho no valor de R$ 25.377,23 (vinte e cinco mil trezentos e setenta sete reais e vinte tres centavos) em favor de WITER CAMPOS LIMA E OUTROS referente a pagamento de atualização de vantagens incorporadas com base na Lei 6.732/79 e art 2º da Lei 8.112/90.
Publique-se e encaminhe- se o processo a Diretoria Administrativa Financeira, para emissão da respectiva nota de empenho, a conta da dotação de elemento 319092 Despesas de exercício anterior do orçamento desta Autarquia.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 122, de 26-6-96, pág. 5184.

Em 26 de junho de 1996

PROCESSO : 191.000.022/95
INTERESSADO : IBAMA
ASSUNTO ; Ressarcimento de salários e encargos sociais do servidor ARMANDO JOSÉ COELHO QUIXADA PEREIRA
A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos art. 80 e 81 de Decreto 16.098/94 e de acordo com o que estabelece a item I do art. 38 combinado com o item II do art. 39 do citado Diploma Legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de nota de empenho no valor de R$ 657,00 (seiscentos e cinquenta e sete reais) em favor do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA .
Publique-se e encaminhe- se o processo a Diretoria Administrativa Financeira, para emissão da respectiva nota de empenho, a conta da dotação de elemento 349092 Despesas de exercício anterior do orçamento desta Autarquia.

FLAVIO MONTIEL DA ROCHA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 115, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e ainda de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 15.357/93, RESOLVE: DESIGNAR VICENTE PAULO ROSA, matrícula nº 83.302-9, para substituir o Chefe do Distrito de Limpeza de Ceilândia, símbolo DFG-09, da Divisão de Limpeza Urbana, no período de 01 a 30.07.96, por motivo de férias regulamentares de PAULO CÉSAR DE ARAÚJO.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

DIRETORIA ADMINITRATIVO-FINANCEIRA

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 41, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Instrução de Serviço nº 62, de 09 de abril de 1996, resolve:

Conceder Incorporação do Benefício de que trata a Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, aos servidores abaixo relacionados:

	Fração	Código	Vigência
NOME : Francisco das Chagas MATRÍCULA : 70.274-9 PROCESSO : 094.000630/96	1/10	DFG-03	30.04.96
NOME : Milton Campos da Silva MATRÍCULA : 70.691-4 PROCESSO : 094.000258/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Dejanira Conceição Silva MATRÍCULA : 73.093-9 PROCESSO : 094.000761/94	1/10	G.E.G.	30.05.96
NOME : Jamildo Rodrigues Serpa MATRÍCULA : 74.247-3 PROCESSO : 094.001134/94	1/10	DFG-03	10.06.96
NOME : Raimundo Almir da Silva MATRÍCULA : 76.223-7 PROCESSO : 094.000318/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Divino Rosa dos Santos MATRÍCULA : 76.754-9 PROCESSO : 094.000319/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Jales Augusto da Silva MATRÍCULA : 76.856-1 PROCESSO : 094.000486/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Jairo Fleury Moreira MATRÍCULA : 78.687-X PROCESSO : 094.000859/94	1/10	DFG-07	18.06.96
NOME : Raimundo Lopes de Oliveira MATRÍCULA : 79.960-2 PROCESSO : 094.000860/94	1/10	DFG-07	24.06.96
NOME : José Eduardo Gomes Duarte MATRÍCULA : 80.192-5 PROCESSO : 094.000995/94	1/10	DFG-03	13.06.96
NOME : Joaquim Rodrigues Fernandes MATRÍCULA : 80.296-4 PROCESSO : 094.000266/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Luiz Carlos de Jesus MATRÍCULA : 80.557-2 PROCESSO : 094.000265/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Solange Pereira de Brito MATRÍCULA : 80.619-6 PROCESSO : 094.000490/96	1/10	DFG-03	30.05.96

NOME : José Antônio Gomes MATRÍCULA : 80.639-0 PROCESSO : 094.000491/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Joaquim Soares de A. Filho MATRÍCULA : 80.737-0 PROCESSO : 094.000321/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Valdir da Penha MATRÍCULA : 80.895-4 PROCESSO : 094.000174/95	1/10	DFG-03	09.06.96
NOME : Idalino Martins da Cruz MATRÍCULA : 80.932-2 PROCESSO : 094.000322/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Luiz da Aparecida Dias MATRÍCULA : 81.138-6 PROCESSO : 094.000268/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Roberto de Jesus MATRÍCULA : 81.493-8 PROCESSO : 094.000631/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Geraldino Maurício de Jesus MATRÍCULA : 81.501-2 PROCESSO : 094.001002/94	1/10	DFG-09	10.06.96
NOME : Omélio Vieira Primo MATRÍCULA : 81.548-9 PROCESSO : 094.000270/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Ezequiel Oliveira da Silva MATRÍCULA : 81.990-5 PROCESSO : 094.000269/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Carlos Alberto M.da Encarnação MATRÍCULA : 81.992-1 PROCESSO : 094.000492/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Francisco Gomes da Fonseca MATRÍCULA : 82.011-3 PROCESSO : 094.000468/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Baltazar A. de Oliveira MATRÍCULA : 82.048-2 PROCESSO : 094.000254/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Cesário Veras F.de Mesquita MATRÍCULA : 82.256-6 PROCESSO : 094.000327/96	1/10	DFG-11	21.06.96
NOME : Almir Batista Moura MATRÍCULA : 82.677-4 PROCESSO : 094.000632/96	1/10	DFG-03	12.03.96
NOME : Maria Deula de Oliveira MATRÍCULA : 82.830-0 PROCESSO : 094.000275/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Edna Oliveira da Silva MATRÍCULA : 82.936-6 PROCESSO : 094.000276/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Doralice Carvalho R.da Cruz MATRÍCULA : 82.987-0 PROCESSO : 094.000277/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Marclenilza Bicalho de Sá MATRÍCULA : 83.064-X PROCESSO : 094.000278/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Marco Antônio Sousa MATRÍCULA : 83.110-7 PROCESSO : 094.000331/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Sedrone Bezerra da Silva MATRÍCULA : 83.112-3 PROCESSO : 094.000332/96	1/10	DFG-07	25.05.96
NOME : Simone Soares Ferreira MATRÍCULA : 83.204-9 PROCESSO : 094.000282/96	1/10	DFA-04	30.05.96
NOME : Ivonete Correia de Souza MATRÍCULA : 83.254-5 PROCESSO : 094.000714/96	1/10	DFG-02	10.06.96
NOME : Diolina Gomes Milhomem MATRÍCULA : 83.270-7 PROCESSO : 094.000284/96	1/10	DFA-04	30.05.96
NOME : Vicente Paulo Rosa MATRÍCULA : 83.302-0 PROCESSO : 094.000715/96	1/10	DFG-03	30.04.96
NOME : José Aparecido L.de Souza MATRÍCULA : 83.313-4 PROCESSO : 094.000286/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Anne Amaro Oliveira MATRÍCULA : 83.317-7 PROCESSO : 094.000795/94	1/10	DFA-04	11.06.96
NOME : Antônio Lisboa C.de Moraes MATRÍCULA : 83.322-3 PROCESSO : 094.000287/96	1/10	DFG-09	03.06.96
NOME : Valdison José de Souza Dias MATRÍCULA : 83.355-X PROCESSO : 094.000288/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Delival Lemos de Souza MATRÍCULA : 83.411-4 PROCESSO : 094.000633/96	1/10	DFG-03	20.05.96
NOME : Deronisa Alves Cardoso MATRÍCULA : 83.478-0 PROCESSO : 094.000717/96	1/10	DFG-03	10.06.96
NOME : Sirlene Conceição Silva MATRÍCULA : 83.489-0 PROCESSO : 094.000473/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Edmundo Pachêco Gadelha MATRÍCULA : 83.550-1 PROCESSO : 094.000861/94	1/10	DFG-12	11.06.96
NOME : Juvenal Carvalho C. Filho MATRÍCULA : 83.668-0 PROCESSO : 094.000290/96	1/10	DFG-03	30.05.96
NOME : Constança Maria de J. Neta MATRÍCULA : 83.723-7 PROCESSO : 094.000291/96	1/10	DFG-03	30.05.96

RAIMUNDO ALVES DA CRUZ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 42, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Instrução de Serviço nº 19 de 29 de agosto de 1994, resolve:

Conceder Incorporação de Quintos prevista no parágrafo 2º do artigo 62, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pela Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, disciplinada, no âmbito do GDF, pela portaria nº 114/SEA, de 18.08.94 e alterada pela portaria nº 160/SEA de 05.12.94, aos servidores abaixo relacionados:

NOME : Antônio Santos Costa MATRÍCULA : 76.039-0 PROCESSO : 094.001260/95	Fração 1/5	Código DFG-03	Vigência 17.11.95
NOME : Roberto de Jesus MATRÍCULA : 81.493-8 PROCESSO : 094.000631/96	1/5	DFG-03	31.05.95
NOME : Miguel Alves Vieira MATRÍCULA : 81.856-9 PROCESSO : 094.000655/96	1/5	DFG-03	21.04.95
NOME : Wellington José de Souza MATRÍCULA : 83.381-9 PROCESSO : 094.000716/96	1/5	DFG-03	31.05.95

RAIMUNDO ALVES DA CRUZ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 43, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Instrução de Serviço nº 62, de 09 de abril de 1996, resolve:

Conceder adicional do Beneficio de que trata a Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996 e DEFERIR SUBSTITUIÇÃO de parcela(s), conforme discriminação abaixo:

NOME : Maria das Graças M. Lopes MATRÍCULA : 77.543-6
PROCESSO : 094.000497/90 INÍCIO : 30.05.96
PARCELA(s) : 1/10 (um décimo) do DFA-04 por 1/10 (um décimo) do DFA-11, ficando assim; 3/10 (três décimos) do DFA-11 e 7/10 (sete décimos) do DFA-04.

NOME : Jairo Oliveira Costa MATRÍCULA : 79.562-3
PROCESSO : 094.001161/94 INÍCIO : 02.02.96
PARCELA(s) : 1/10 (um décimo) do DFG-02 por 1/10 (um décimo) do DFG-03, ficando assim; 4/10 (quatro décimos) do DFG-09, 3/10 (três décimos) do DFG-03, 2/10 (dois décimos) do DFG-08 e 1/10 (um décimo do DFG-02).

NOME : Valdivino Batista da Silveira MATRÍCULA : 81.676-0
PROCESSO : 094.001139/94 INÍCIO : 27.05.96
PARCELA : 1/10 (um décimo) do DFG-03 por 1/10 (um décimo) do DFG-07, ficando assim; 3/10 (três décimos) do DFG-07 e 7/10 (sete décimos) do DFG-03.

RAIMUNDO ALVES DA CRUZ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 44, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Instrução de Serviço nº 19 de 29 de agosto de 1994, resolve:

Conceder adicional previsto no parágrafo 2º, artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pela Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994 e disciplinada pela portaria nº 114/SEA, de agosto de 1994 e DEFERIR SUBSTITUIÇÃO de parcela(s), conforme discriminação abaixo:

NOME : Elaine Barbosa Valadares MATRÍCULA : 83.606-0
PROCESSO : 094.000792/94 INÍCIO : 27.11.95
PARCELA(s) : 1/5 (um quinto) do valor da Representação Mensal do DFG-02 por 1/5 (um quinto) do valor da Representação Mensal do DFA-05, ficando assim; 3/5 (três quintos) do DFA-10, 1/5 (um quinto) do DFA-05 e 1/5 (um quinto) do DFG-02.

RAIMUNDO ALVES DA CRUZ

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 27 DE JUNHO DE 1996

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 3.466 de 07 de dezembro de 1976, resolve:

1 - Mandar cessar, a partir de 25.06.96, Gratificação de Representação de Gabinete, concedida a servidora **MARIA DO CARMO PEREIRA DAS NEVES**, Auxiliar de Administração Pública, Matricula nº 38.776-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na categoria de Auxiliar desta Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

2 - Conceder Gratificação de Representação de Gabinete, a servidora **GRACIETE BARBOSA DA COSTA**, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, Matrícula nº 42.522-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, na categoria de Auxiliar desta Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 36/96

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo - CPL/SEG, torna público que a Carta Convite nº 036/96, de que trata o Processo nº 030.004801/96, cujo objeto seria a contratação de firma especializada para reforma de poltronas, foi **REVOGADA.**

Brasília-DF, 26 de junho de 1996
GILNEI PEREIRA DA COSTA
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94, COM FIM DE ALOCAR E SUPLEMENTAR RECURSOS AO CONTRATO PADRÃO Nº 4/94.

PROCESSO Nº 141.001.501/95 - PARTES: Administração Regional de Brasília e a Fundação de Previdência Privada dos Empregados da FINEP, do IPEA, do CNPq e do INPE/FIPECq - OBJETIVO: Aditar por meio deste instrumento o contrato padrão nº 04/94, celebrado em 28/06/95 com vigência até 27/06/97 objetivando suplementar recursos para a locação do imóvel situado no Setor Comercial Norte, Quadra CN-02, Lote "K", para uso da Administração Regional de Brasília - PRAZO: 27/06/97 - VALOR: R$ 48.007,62 (Quarenta e oito mil, sete reais e sessenta e dois centavos) - NOTAS DE EMPENHO: 00277 e 000325, emitidas por estimativa, sob o evento 400092, em reforço a NE 00057, em 10/05 e 10/06/96 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 0300700212197-0002 - FONTE DE RECURSOS: 000 - CÓDIGO U.O: 11103 - NATUREZA DA DESPESA: 34.90.39 - FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - VIGÊNCIA: Este Termo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração - DATA DE ASSINATURA: 11 de junho de 1996 - SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Djalmir Augusto de Assis, na qualidade de Administrador Regional de Brasília/Substituindo - Pela CONTRATADA: Luiz Felipe Medina Coeli Neto, na qualidade de Diretor de Aplicações Financeiras e GERSON JOSÉ LOURENÇO, na qualidade de Diretor/Superintendente.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 11/94, COM O FIM DE ALOCAR E SUPLEMENTAR RECURSOS AO CONTRATO PADRÃO Nº 4/94

PROCESSO Nº 141.001.501/95 - PARTES: Administração Regional de Brasília e a Fundação de Previdência Privada dos Empregados da FINEP, do IPEA, do CNPq e do INPE/FIPECq - OBJETIVO: Aditar por meio deste instrumento o contrato padrão nº 04/94, celebrado em 28/06/95 com vigência até 27/06/97 objetivando alocar e suplementar recursos para a locação do imóvel situado no Setor Comercial Norte, Quadra CN-02, Lote "K", para uso da Administração Regional de Brasília - PRAZO: 27/06/97 - VALOR: R$ 72.011,93 (Setenta e dois mil, onze reais e noventa e três centavos) - NOTAS DE EMPENHO: 00057, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 14/02/96 e 00092 e 00198, emitidas sob o evento 400092, por estimativa, em 04/03 e 10/04/96, em reforço à NE nº 00057 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 0300700212197-0002 - FONTE DE RECURSOS: 000 - CÓDIGO U.O: 11103 - SUBELEMENTO DE DESPESA: 34.90.39 - FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - VIGÊNCIA: Este Termo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração - DATA DE ASSINATURA: 11 de abril de 1996 - SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Walter Nei Valente, na qualidade de Administrador Regional de Brasília - Pela CONTRATADA: Luiz Felipe Medina Coeli Neto, na qualidade de Diretor de Aplicações Financeiras e GERSON JOSÉ LOURENÇO, na qualidade de Diretor/Superintendente.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 3/96

PROCESSO Nº : 131.000.420/96
ABERTURA : 09.07.96 - às 15:00 horas
OBJETO : Prestação de Serviços de Fotografia e Filmagem, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital.

CONVITE Nº 5/96

PROCESSO Nº : 131.000.485/96
ABERTURA : 08.07.96 - às 15:00 horas
OBJETO : Aquisição de Material Esportivo - bolas, redes, etc, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital.

CONVITE Nº 6/96

PROCESSO Nº : 131.000.512/96
ABERTURA : 08.07.96 - às 10:00 horas
OBJETO : Aquisição de Material de Consumo - Gêneros Alimentícios, tais como: café, açucar, etc, conforme especificado no Anexo I do Edital

Os editais encontram-se a disposição dos interessados, na Adm. Regional do Gama, das 09:00 às 18:00 horas, de 2ª a 6ª feira, informações no fone 384 2533. OBS: As empresas que manifestarem interesse deverão apresentar Cert. Reg. Cadastral - CRC.

Gama-DF , 27 de junho de 1996
MARCOS ANTONIO ARAUJO DA SILVA
Presidente da CPl

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 137.000.393/96
CONVITE Nº: 018/96
OBJETO: Contratação de empresa para execução de Passeio em Concreto, na Região Administrativa do Guará - DF.

A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que, realizará no dia 09 de julho de 1996, às 15h, no auditório do Edifício Sede desta RA, a sessão de recebimento em epígrafe, cujos editais encontram-se à disposição na sala da CPL, no horário de 08:00 às 12:00 e 13:00 às 18:00h.

Guará-DF, 26 de junho de 1996
VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº: 137.000.383/96
TOMADA DE PREÇOS Nº: 004/96
OBJETO: Aquisição de transceptores de Rádio Portátil (HT) para RA-X.

A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que, após o julgamento da documentação, relativa ao processo licitatório em tela, decidiu:
I - HABILITAR as empresas: RÁDIO TECH COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e TELEPROM - EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
II - INABILITAR a empresa TELEPOYNTING RÁDIO COMUNICAÇÃO LTDA., por encontrar-se em desconformidade com o item 4.1.1 do edital.
É o julgamento.

Guará-DF, 26 de junho de 1996
VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 8/96

PROCESSO Nº : 148.000.606/96
OBJETIVO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para RA-XVII.
DATA DA ABERTURA: 08/07/96
HORÁRIO: 14:30h
LOCAL: Sala de Reuniões - Administração Regional do Riacho Fundo - AC 03 lote 06 - Praça Central - Riacho Fundo.

A Comissão Especial de Licitação da Administação Regional do Riacho Fundo, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Administração Regional do Riacho Fundo - AC 03 lote 06 - Praça Central - Riacho Fundo, nos dias úteis, das 8h às 18h. Outras informações pelos telefones (061) 3992555 ou 3992175.

ROSSANA TEMPONI GONÇALVES
Presidente da CEL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 11/96
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.010.600/95 - PARTES: **DF/SEA X AUTO ITALIANA PEÇAS LTDA.** OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 11/96, celebrado em 06 de março de 1996, com vigência até 31.12.96, objetivando suplementar recursos para **AUTO ITALIANA PEÇAS LTDA** . DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 20.000,00** (Vinte mil reais), perfazendo o total de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00462,** emitida por estimativa, pela Secretaria de Administração, sob o evento 400092, em 18.06.96, em reforço a 96ne00141. DOTAÇÃO ORÇAMENTORIA: Programa de Trabalho: 0300700212299-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 047/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: WELLINGTON BENÍCIO LEITE, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 13/96
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.010.600/95 - PARTES: **DF/SEA X MINEIRÃO AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.** OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 13/96, celebrado em 06 de março de 1996, com vigência até 31.12.96, objetivando suplementar recursos para **MINEIRÃO AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** . DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 15.000,00** (Quinze mil reais), perfazendo o total de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00464,** emitida por estimativa, pela Secretaria de Administração, sob o evento 400092, em 18.06.96, em reforço a 96ne00142. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212299-0001.

FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 047/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: JOSÉ DA PAZ ALMEIDA, na qualidade de Diretor.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 21/96
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.010.608/95 - PARTES: **DF/SEA X CENTERMAQ - SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 21/96, celebrado em 12 de abril de 1996, com vigência até 12.04.2001, objetivando Suplementar recursos para **CENTERMAQ - SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 600,00** (Seiscentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00430**,emitida por estimativa, sob o evento 400092, em 07.06.96, pela Secretaria de Administração, em reforço a **96ne00248**, perfazendo o total de R$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212028-0002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 042/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 07.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: Rubens de Souza, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 22/96
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.008.311/95 - PARTES: **DF/SEA X TELETELB - TELECOMUNICAÇÕES BRASILIENSE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 22/96, celebrado em 15 de abril de 1996, com vigência até 31.12.96, objetivando Suplementar recursos para **TELETELB - TELECOMUNICAÇÕES BRASILIENSE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 1.200,00** (Um mil e duzentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00432**,emitida por estimativa, sob o evento 400092, em 11.06.96, pela Secretaria de Administração, em reforço a **96ne00252**, perfazendo o total de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700252087-0002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 041/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 11.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: Aroaldo de Oliveira Souza, na qualidade de Diretor-Presidente.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 12/96
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.010.600/95 - PARTES: **DF/SEA X AUTO PEÇAS RODA MIL LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 12/96, celebrado em 07 de março de 1996, com vigência até 31.12.96, objetivando suplementar recursos para **AUTO PEÇAS RODA MIL LTDA** . DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 70.000,00** (Setenta mil reais), perfazendo o total de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00463,** emitida por estimativa, sob o evento 400092, em 18.06.96, pela Secretaria de Administração, em reforço a 96ne00143. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212299-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 47/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: OLAVO GOMES FERREIRA, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 01/94
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.011.920/94 - PARTES: **DF/SEA X SERMEC - SERVIÇOS MECANIZADOS ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.** OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato Padrão nº 01/94, celebrado em 01 de fevereiro de 1995, com vigência até 31.12.95, prorrogado através do Terceiro Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 31.12.96, objetivando suplementar recursos para **SERMEC - SERVIÇOS MECANIZADOS ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 1.500,00** (Um mil e quinhentos reais), perfazendo o total de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00465,** emitida por estimativa, pela Secretaria de Administração, sob o evento 400092, em 18.06.96, em reforço a **96ne00150**. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212299-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 055/94-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: RUBEM FERREIRA DIAS, na qualidade de Sócio.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 87/95
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.003.657/95 - PARTES: **DF/SEA X XEROX DO BRASIL LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 87/95, celebrado em 11 de agosto de 1995, com vigência até 31.12.95, prorrogado através do Primeiro Termo Aditivo Padrão nº 08/94, com vigência até 31.12.96, objetivando suplementar recursos para a firma **XEROX DO BRASIL LTDA**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 9.500,00** (Nove mil e quinhentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00467**, emitida por estimativa, sob o evento 400092, em 18.06.96, em reforço a **96ne00218,** pela Secretaria de Administração, perfazendo o total de R$ 97,059,12 (Noventa e sete mil, cinquenta e nove reais e doze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700242171-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 16/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: SAMUEL BATISTA D'AVILA, na qualidade de Gerente.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 10/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 01/94
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.011.921/94 - PARTES: **DF/SEA X GUARÁ COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Termo Padrão nº 01/94, celebrado em 01 de fevereiro de 1995, com vigência até 31.12.95, prorrogado através do Quarto Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 31.12.96, objetivando alocar recursos para a firma **GUARÁ COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA**. DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será alocado com a importância de **R$ 5.000,00** (Cinco mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00466**, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 18.06.96, perfazendo um total de R$ 32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais).DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212299-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 056/94-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: FÁBIO JOSÉ MOTA CAROLINO, na qualidade de Proprietário.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 161/95
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.003.896/95 - PARTES: **DF/SEA X ADLER ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTAÇÕES LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 161/95, celebrado em 22 de agosto de 1995, com vigência até 31.12.95, prorrogado através do Primeiro Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 22.08.97, objetivando suplementar recursos para **ADLER ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTAÇÕES LTDA.** DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 14.000,00** (Quatorze mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00461**, emitida por estimativa, sob o evento 400092, em 18.06.96, pela Secretaria de Administração, em reforço a **96ne00196,** perfazendo o total de R$ 94.132,00 (Noventa e quatro mil, cento e trinta e dois reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700242171-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 005/95-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: ERNESTO CALVET DE PAIVA CARVALHO, na qualidade de Diretor.

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.002.985/94 - PARTES: **DF/SEA X VG DE CARVALHO & CIA LTDA**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Termo Padrão nº 10/89, celebrado em 01 de junho de 1994, com vigência até 31.12.94, prorrogado através do Segundo Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 31.12.95, prorrogado através do Sexto Termo Aditivo Padrão no 08/94, até 31.12.98, objetivando SUPLEMENTAR recursos para **VG DE CARVALHO & CIA LTDA**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será SUPLEMENTADO com a importância de **R$ 100,00** (Cem reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00442**, emitida por estimativa, sob o evento 400092, em reforço a **96ne00238**, em 12.06.96, pela Secretaria de Administração, perfazendo um total de R$ 876,00 (Oitocentos e setenta e seis reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212028-0002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 025/94-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 12.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: VANDERLEY GOMES DE CARVALHO, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO Nº 83/94
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.010.892/94 - PARTES: **DF/SEA X POLITEC LTDA - PROCESSAMENTO DE DADOS**. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato nº 083/94, celebrado em 26.12.94, com vigência até 31.12.94, prorrogado através do Primeiro Termo Aditivo Padrão nº 08/94 com vigência até 31.12.95, prorrogado através do Quarto Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 26.12.96, objetivando suplementar recursos para **POLITEC LTDA - PROCESSAMENTO DE DADOS**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 32.200,00** (Trinta e dois mil, duzentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00433,** emitida por estimativa, pela Secretaria de Administração, sob o evento 400092, em 11.06.96, em reforço a **96NE00165,** perfazendo o total de R$ 259.123,50 (Duzentos e cinquenta e nove mil, cento e vinte e três reais e ciquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700242171-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 052/94-CL/SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 11.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: HÉLIO SANTOS OLIVEIRA, na qualidade de Diretor.

EXTRATO DO DÉCIMO-PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.002.985/94 - PARTES: **DF/SEA X OLIVETTI DO BRASIL S.A.** OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Termo Padrão nº 10/89, celebrado em 01 de junho de 1994, com vigência até 31.12.94, prorrogado através do Segundo Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 31.12.95, prorrogado através do Sétimo Termo Aditivo nº 08/94, até 31.12.98, objetivando Suplementar recursos para **OLIVETTI DO BRASIL S/A**. DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o

Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 350,00** (Trezentos e cinquenta reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00435**,emitida por estimativa, sob o evento 400092, em reforço a **96ne00236**, em 11.06.96, pela Secretaria de Administração, perfazendo o total de R$ 5.842,00 (cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212028-0002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 025/94-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 11.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: MARIANO DE OLIVEIRA LOPES NETO, na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO DÉCIMO-SEGUNDO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.002.985/94 - PARTES: **DF/SEA X COREMA - COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS LTDA.** OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Termo Padrão nº 10/89, celebrado em 01 de junho de 1994, com vigência até 31.12.94, prorrogado através do Quarto Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 31.12.95, prorrogado através do Nono Termo Aditivo nº 08/94, até 31.12.98, objetivando Suplementar recursos para **COREMA - COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS LTDA.** DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 600,00** (Seiscentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28.12.95. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00443**,emitida por estimativa, sob o evento 400092, em 12.06.96, pela Secretaria de Administração, em reforço a 96ne00239, perfazendo o total de R$ 10.150,00 (Dez mil, cento e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700212028-0002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 025/94-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 12.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: WALTER RODRIGUES ALVES, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO VIGÉSIMO - TERCEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 06/94
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.013.595/93 - PARTES: **DF/SEA X SEARCH INFORMÁTICA LTDA.** OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Contrato Padrão nº 06/94, celebrado em 01 de setembro de 1994, com vigência até 31.12.94, prorrogado através do Sexto Termo Aditivo Padrão nº 08/94, com vigência até 31.12.95, prorrogado através do Décimo-Sétimo Termo Aditivo Padrão nº 08/94, até 31.08.98, objetivando suplementar recursos para **SEARCH INFORMÁTICA LTDA** . DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS: O Valor estabelecido para o Termo Padrão ora aditado será suplementado com a importância de **R$ 18.400,00** (Dezoito mil e quatrocentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei 993, de 28 de dezembro de 1995. NOTA DE EMPENHO nº **96ne00434,** emitida por estimativa, pela Secretaria de Administração, sob o evento 400092, em 11.06.96, em reforço a **96ne00241**, perfazendo total de R$ 233.650,00 (Duzentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 0300700242171-0001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. NATUREZA DA DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 03/94-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 11.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: RICARDO LACOURT MOREIRA, na qualidade de Sócio-Diretor.

AVISO DE ANULAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/96

Objeto: Contratação de serviços de reparos e manutenção de aparelhos de comunicação e sinalização.
Proc./Inter.: 030.003.366/96 - Secretaria de Agricultura
O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 70, do Decreto nº 10.996, de 26/01/88, e artigo 49, da Lei nº 8.666/93, e parecer da Comissão de Licitação acostado aos autos, ANULA a Tomada de Preços em epígrafe.

Brasília, 25 de junho de 1996
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 99, DE 27 DE JUNHO DE 1996

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR NÍVEL 3 DA FEDF
O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 116/95-IDR, publicado no DODF nº 137, de 18-07-95, no Mandado de Segurança nº 6520/TJDF e nos termos do Ofício nº 923/96-GAB/1ª SPR, comunica que:
1 - o resultado da Fase 3 - Prova de Títulos, do candidato relacionado no Processo acima citado, encontrar-se-á afixado no Quadro de Avisos do IDR, a partir das 16 horas do dia 28-06-96;
2 - em caso de recurso, o mesmo deverá ser protocolizado no Serviço de Comunicação Administrativa e de Apoio - SCAA do IDR, no período de 01 a 03-07-96, das 9h às 11h e das 14h às 17h.
3 - o resultado após recurso da Fase 3 - Prova de Títulos, encontrar-se-á afixado no Quadro de Avisos do IDR a partir das 16 horas do dia 05-07-96.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

Nota Fiscal é material de construção para o GDF. Peça sempre a sua e ajude a construir uma sociedade cada vez melhor.
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
GDF BRASÍLIA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/96

Ficam as empresas participantes do certame em epígrafe, convocadas a comparecer dia 01/07/96 (segunda-feira) às 10:00 horas no SBN - Edifício Vale do Rio Doce - Auditório Paulo Emílio, para participarem da sessão pública, onde será divulgado o resultado do julgamento das Propostas Técnicas.

Brasília-DF, 27 de junho de 1996
MÁRIO GERALDO ABREU DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA

EDITAL Nº 39-DRB/DAT/SUREC/SEFP, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASILIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO SEGUINTE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 26004-DFMT, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: ESTRELA DO MAR ALIMENTOS LTDA, inscrição no CF/DF nº 07112019-0, com a seguinte descrição: Transitava pela BR 070, no sentido de Ceilândia-Brazlândia-DF, carregando, a bordo do veículo placa CL 5303 pescado de diversos tipos e tamanhos, presumivelmente, nas quantidades e especificações constantes da NF 82, número 308. Abordado para conferência, a equipe de fiscalização constatou que a existência,física contida no caminhão divergia do relacionado na sobredita NF.Inquérito sobre os motivos da divergência, o condutor informou que a referida NF, tratava-se de manifesto de venda fora do estabelecimento e arrolou o Bloco de NF - Bl de 4351 a 4375, onde se encontraria a diferença. Persistiu a diferença caracterizando-se assim, que o condutor efetuava as vendas. Infringiu o disposto no artigo 135, inciso I, do Regulamento do ICM, por não ter emitido NF sobre mercadoria constante da lista anexa, que apesar de constante do manifesto, não tinha existência física a bordo do veículo transportador, nem era mencionada nas Notas Fiscais de venda do dia, as de nos 4371 e 4372. Enquadrado como incurso no Disposto no artigo 480, inciso III, parágrafo único, alínea "A" do regulamento do ICM aprovado pelo Decreto nº 3992/77. O valor total tributável da operação; de CR$ 4.791.300,00 (Quatro milhões e setecentos noventa e um mil e trezentos cruzeiros reais).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
1- PRINCIPAL	0,29
2- CORREÇÃO MONETÁRIA	528,82
3- MULTA	1.058,22
4- JUROS DE MORA	269,84
TOTAL	1.857,17

TOTAL POR EXTENSO: Hum mil oitocentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos.

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA. Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Fica ainda o contribuinte notificado de que será concedida redução de 50% (cinqüenta por cento) do valor da multa, sobre o principal, caso o pagamento seja efetuado dentro do prazo estipulado. (Auditores autuantes: Gládis Zenkner Sartini, matrícula: 32.347-0 e Antônio Ferreira Lima matrícula: 32.372-1).

JOSÉ CARLOS DE FRANÇA

BANCO DE BRASÍLIA S.A.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O BRB - Banco de Brasília S.A., para a contratação dos serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais nas modalidades nacional e internacional, da empresa ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de acordo com o caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, torna público que o Chefe do Departamento de Administração de Material, Patrimônio e Serviços Gerais, Sr. Geovani Ferreira de Oliveira, ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 25.06.96. Processo nº 252/96.

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 76/96

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Educacional do Distrito Federal comunica que o Resultado de Habilitação da Tomada de Preços nº 076/96 - FEDF, encontra-se afixado no Quadro de Avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D" - 2º andar.

Brasília, 27 de junho de 1996
BÁRBARA HAMÚ
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISOS DE RECURSOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 221/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que a empresa KODAK BRASILEIRA COM. E IND. LTDA., interpôs recurso contra os termos do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 221/96, proc. 061.011328 / 95, com abertura prevista para o dia 01-07-96, às 14:30h., ficando a mesma adiada "SINE DIE". Maiores informações poderão ser obtidas junto a esta CPL ou pelo tel. 226 8239.

TOMADA DE PREÇOS Nº 224/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que foi **DEFERIDO** o recurso interposto pela empresa BRADIV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., contra os termos do Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 224/96, proc. 061.004216/96. Maiores informações poderão ser obtidas junto a esta CPL ou pelo tel. 226 8239.

Brasília, 27 de junho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que se encontram afixados nos quadros de avisos desta CPL, os resultados dos julgamentos da licitações abertas nas seguintes modalidades:
Proc. 061.003660/96 - CV. 338/96
Proc. 061.004938/96 - CV. 370/96
Proc. 061.004015/96 - TP. 207/96

Brasília, 27 de junho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 119/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que na publicação do DODF do dia 26-06-96, referente ao recurso interposto pela empresa RC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., leia-se TOMADA DE PREÇOS Nº 119/96. Maiores informações poderão ser obtidas junto a esta CPL ou pelo tel. 226 8239.

Brasília, 27 de junho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

RESULTADO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 41/96

Comunicamos as empresas interessadas na licitação em tela, que a Comissão de Licitação da NOVACAP recebeu mas não conheceu recurso da CARNEIRO & ANTONIO LTDA e visto que a firma PRÓ-JARDIM - EMPERITEIRA DE OBRAS LTDA solicitou em ata prazo para interpor recurso e não o fez em tempo legal, desiginou-se a **data de 05.07.96 - às 10:00 horas**, para prosseguimento e abertura das propostas de preços do presente certame, na Sala de Licitação da ASCAL/PRES., Situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" - em Brasília - DF.

Brasília-DF, 27 de junho de 1996
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor de Cadastro

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 28/96

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo - (Diversos).
PROCESSO Nº 111.001.131/96-8
A Comissão Permanente de Licitações da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, atendendo o que determina o Artigo 5º, da Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, torna público, a quem interessar possa, o resultado do Convite em epígrafe.

Firma Vencedora	Item	Discriminação	Unid.	Valor Unit.
PAP.ABC COM.IND.LTDA.	01	Porta Disquete sem chaves, med. 3.1/2" capac.p/10 unid.	Cx.	1,80
IDEM	07	Clips Niquelado N. 3/0-Cx.c/50 unid.	Cx.	0,32
IDEM	10	Pasta de Cartolina Plastificada , com Ferragem Rebitada Cor Azul, Medindo 345MM X 240MM.	U.	0,30
IDEM	11	Cabeça de Impressão Colorida para Impressora a Jato de Tinta, Marca UNISYS, Modelo JP. 450.	U.	108,53
CASA S.LUIZ FER.LTDA.	03	Tampa Plástica Branca Completa p/ Vaso Sanitário.	U.	7,79
IDEM	23	Flanela p/Coador, Cor Branca.	Mt.	2,13
MULTIPLIK COM.REP.LTDA	05	Bobina de Papel Acetinado p/Calculadora 69X65MM.	U.	0,43
PAP.RIO COM.IND.LTDA.	06	Alfinete p/Mapa com Cabeça Verde Escuro Caixa c/ 50 gramas.	Cx.	0,90
IDEM	08	Lâmina p/Estilete Largo STANDARD ref. AB 10.	U.	0,27
IDEM	09	Pincel Atômico, cor Vermelha, ref.1100P	U.	0,62
REBRÁS COM.REP.MAT.ELÉ TRICOS LTDA.	12	Fio Flexível p/Telefone CCI 02 Pares, Cor Cinza, Rolo com 200 Metros.	Rl.	36,00
REBRÁS COM.REP.MAT.ELÉ TRICOS LTDA.	13	Fio Rígido Plastificado, Cor Azul, Medindo 1X2,5MM. Rolo com 100 Metros.	Rl.	17,00
IDEM	14	Fio Rígido Plastificado, Cor Branca,Medindo 1X2,5MM. Rolo com 100 Metros.	Rl.	17,00
IDEM	15	Lâmpada Fluorescente de 40WX220V.	U.	2,12
IDEM	16	Lâmpada Fluorescente de 60WX220V.	U.	0,70
IDEM	21	Lâmpada para Seta de Volkswagen de 01 Polo.	U.	1,00
IDEM	22	Lâmpada para Freio e Pisca de Volkswagen de 02 Polos	U.	1,20
COPALIMPA PRODUTOS DE LIMP.UTILID.LTDA.	17	Limpador Instantâneo MULTI-USO com 500 ML.	Frs.	0,84
IDEM	19	Cera Limpadora para Automóveis, Lata com 200 Gramas.	Lta.	3,10
IDEM	24	Copo de Vidro Liso Grosso, Capacidade de 370ML, Ref.2603.	U.	0,97
CASA PLANETA DE BRASÍLIA MÁQ.E FER.LTDA.	18	Corrente com Passo de 3/8", para Motoserra STHILL, Modelo 038, para Sabre de 40 cm.	U.	22,90
AUGE COM.REP. DE PAPELARIA E INF. LTDA.	20	Fluido para Freios. Frasco com 500 ML.	Frs.	4,90

CONVITE Nº 29/96
OBJETO: Aquisição de Papel para Fotocópia.
PROCESSO Nº 111.001.129/96-3
A Comissão Permanente de Licitações da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, atendendo o que determina o Artigo 5º, da Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, torna público, a quem interessar possa, o resultado do Convite em epígrafe.

Firma Vencedora	Item	Discriminação	Unid.	Valor Unit.
SPP NEMO S/A COMERCIAL EXPORTADORA.	01	Papel para Fotocópia 210X297MM., 24 KG (75 G/M2), Resma com 500 Folhas.	Rs	3,93

CONVITE Nº 30/96
OBJETO: Aquisição de Proposta de Compra com Numeração Tipográfica e Formulários Contínuos.
PROCESSO Nº 111.001.130/96-1
A Comissão Permanente de Licitações da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, atendendo o que determina o Artigo 5º, da Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, torna público, a quem interessar possa, o resultado do Convite em epígrafe.

Firma Vencedora	Item	Discriminação	Unid.	Valor Unit.
EMP. GRÁF. GUTENBERG LTDA.	01	Proposta de Compra com Numeração Tipográfica, confeccionado em Papel Autocopiativo, Formato 210X297MM. Bloco 50 X 04 Vias.	Bl.	9,35
WHITE & RED INFORMÁTICA E REP. LTDA.	02	Formulário Contínuo Branco 132 Colunas, 01 (uma) Via, Formato 375X280MM. Caixa com 3.000 Unidades.	Cx.	37,35
WHITE & RED INFORMÁTICA E REP. LTDA.	03	Formulário Contínuo Branco 80 Colunas, 02 (duas) Vias, Formato 240X280MM. Caixa c/1.500 Unidades		38,00

CONVITE Nº 33/96

OBJETO: Aquisição e Instalação de 60M2 de Persianas Horizontais com 25MM de Largura, em Lâmina de Alumínio, referência 031, Cor Fawn.

PROCESSO Nº 111.000.678/96-3

A Comissão Permanente de Licitações da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, atendendo o que determina o Artigo 5º, da Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, torna público, a quem interessar possa, o resultado do Convite em epígrafe.

Firma Vencedora	Item	Discriminação	Unid.	Valor Global
MACEDO DECORAÇÕES E RE PRESENTAÇÕES LTDA.	01	Fornecimento e Instalação de Persianas Horizontais com 25MM de Largura, em Lâmina de Alumínio, Referência 031, Cor Fawn.	M2	4080,00

Brasília-DF, 25 de junho de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 012/96-P.PJU/CEB; COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a SCAC - Fundações e Estruturas Ltda. Objeto: Aquisição de Estruturas de Concreto conforme especificações constante na Cláusula Primeira do referido contrato. Processo de Concorrência de Materiais nº 002/96, Resolução da Diretoria da CEB nº 076/96-CEB, de 07.06.96. Data de assinatura: 14.06.96. Prazo: A entrega dos materiais, deverá ocorrer 50% (cinqüenta por cento) em 60 (sessenta) dias e 50% (cinqüenta por cento) em 90 (noventa) dias, conforme especificação técnica nº 030/95-GEPO, após o recebimento da Ordem de Compra. Valor total: R$ 636,200,00 (seiscentos e trinta e seis mil e duzentos reais). Despesas de publicação: CEB. Assinaturas: pela **CEB**: JOSÉ CARLOS VIDAL e FRANCISCO IVALDO ANDRADE FROTA , pela **SCAC**: Antonio Carlos Ferreira Martins.

ESPÉCIE: Contrato nº 055/96-SSU/CEB; PARTES: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e RÁDIO-TÁXI CIDADE LTDA-ME.; PROCESSO nº 093.000.405/96-CEB; DATA DA ASSINATURA: 25/06/96; OBJETO: Prestação de serviços de transporte em veículos através do sistema Rádio-Táxi, no deslocamento de empregados da CEB; PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais); DESPESA DE PUBLICAÇÃO: CEB; ASSINATURA PELA CEB: JOSÉ CARLOS VIDAL e pela RÁDIO-TÁXI CIDADE: LINCOLN GALVÃO LEMOS; DEMAIS CONDIÇÕES: Em conformidade com o Contrato acima.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 13/96

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB, através da Comissão de Licitação-CLS, situada no Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS - Q.904 - Bl. "A" - Sala 21, em Brasília-DF, torna público o Resultado Julgamento Final da CONCORRÊNCIA Nº 013/95-CEB, onde sagrou-se vencedora a empresa SPOT REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. O processo encontra-se à disposição dos interessados para vistas na Comissão de Licitação de Serviços, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS DE SERVIÇOS Nº 1/96

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB, através da Comissão de Licitação-CLS, situada no Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS - Q.904 - Bl. "A" - Sala 21, em Brasília-DF, torna público o Resultado Julgamento Final da Tomada de Preços de Serviços nº TPS-001/96-CEB, onde sagrou-se vencedora a empresa MECÂNICA PESADA S/A. O processo encontra-se à disposição dos interessados para vistas na Comissão de Licitação de Serviços, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

Brasília, 27 de junho de 1996
JOSÉ CARLOS ERVILHA RODRIGUES
Presidente da Comissão de Licitação de Serviços

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS NºS 60 E 61/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará as Tomadas de Preços

Tomada de Preços nº TP - 060/96 para execução das obras de complementação da primeira etapa de redes de distribuição de água e adutora para o canteiro de obras de Águas Claras - DF. Data de realização: 23 de julho de 1996, às 9:00 horas.
Tomada de Preços nº TP - 061/96 para contratação de serviços de locação de 25 impressoras. Data de realização: 06 de agosto de 1996, às 9:00 horas.
Os editais poderão ser adquiridos na Assessoria de Licitações, no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 27 de junho de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 10/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que a Concorrência nº CP - 010/96-CAESB para contratação de serviços de coleta, transporte e descarga de materiais de fossas, sumidouros, caixa de retenção e outras unidades de retenção de materiais sanitários com locação de equipamentos e mão-de-obra específica e temporária, e prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de vácuo sucção, jato de alta pressão e hidro jato portátil, com locação de mão-de-obra temporária, específica e habilitada na execução destes serviços, marcada anteriormente para o dia 02 de julho de 1996, às 9:00 horas, foi prorrogada para o dia 30 de julho de 1996, no mesmo horário e local, por razões de alteração no Edital. O Edital com as alterações se encontra à disposição na Assessoria de Licitações, no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A,nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal..

Brasília, 27 de junho de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 7/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Concorrência Internacional nº CI - 007/96-CAESB, da forma que se segue: firma ARBETON ENGENHARIA LTDA, vencedora com o valor total de R$ 730.371,57; firma CEMBRA ENGENHARIA LTDA, vencedora com o valor total de R$ 1.791.028,45; e firma LYNX ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, vencedora com o valor total de R$ 996.408,71.

Brasília, 27 de junho de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

1- Contrato nº 013/96-TCB/CAN; 2- TCB X CAN - COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA; 3- Processo nº 095.000465/96; 4- Tomada de Preços nº 004/96-CPL/TCB; 5- Data de Assinatura: 11.06.96; 6- 12 (doze) meses; 7- R$ 468.520,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte reais); 8- Fornecimento de gêneros alimentícios e material de limpeza, acondicionados em caixas de papelão (Cestas Básicas), com transporte, entrega e distribuição em locais previamente determinados pela TCB; 9- STCB; 10- 34.90.39.2; 11- 050/Próprio; 12- Nep. nº 2.766/96, no valor de R$ 468.520,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte reais); 13- Assinantes: P/TCB: LIANE NUNES BORN E MAURÍCIO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO; P/CAN: CARLOS ALBERTO NUNES ROCHA.

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/95

Nº do Contrato: 007/95; Contratantes: DMTU/DF e ENLACE TELECOMUNICAÇOES LTDA; Nº do Processo: 096.001.904/95; Data de Assinatura: 20.06.96 ; Modalidade de Licitação: Convite nº 10/95-CPL-DMTU/DF; Assinantes: pela Contratante, Ricardo Mendanha Ladeira e Alberto Yasuo Murakami, pela Contratada, Plínio Oliveira Rosa; Vigência: a partir da data da assinatura; Objeto: Retificação da Cláusula Décima-Primeira do Contrato nº 007/95, conforme Decisão nº 4342/96 do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Testemunhas: Antônio Pereira de Mendonça, CI. 246.208-DPF/DF e CPF/MF nº 086.691.391-20 e Sônia Maria Ferreira, CI. nº 365.544-SSP/DF e CPF/MF nº 121.203.751-00.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 7/96

PROCESSO Nº: 055.005120/94 - PARTES Contratante: DETRAN/DF - Contratada: Search Informática Ltda - OBJETO: Prorrogar por meio deste instrumento o Contrato nº 054/94, com base nos incisos II do Parágrafo 1º do Artigo 57 da Lei 8666/93, conforme justificativas da Contratada acolhidas pela ASSINF e Autorização do Senhor Diretor Geral às fl. 152/53, celebrado em 17/11/94, com vigência até 31/05/96, objetivando o desenvolvimento de Sistemas de Controle de Habilitação, Veículos, Arrecadação e Multas - DATA: 30.05.96 - VIGÊNCIA: 30.06.96 - Assinaturas: pelo DETRAN/DF o seu Diretor Geral Sr.o Luis Riogi Miura e pela Contratada o Diretor o Sr. Ricardo Lacourt Moreira.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

PARTES: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL x LCE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA . PROCESSO Nº: 052-000.035/96. OBJETO: fornecimento de vidros, liso de 3mm, 4mm, 5mm e vidro incolor com 10mm para PCDF. LICITAÇÃO: Convite nº 02/96-CPL/PCDF . NOTA DE EMPENHO Nº: 96NE0621, emitida em 23/06/96, evento 400092, modalidade Estimativo, reforço da 96NE00187. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSOS: 030. NATUREZA DA DESPESA: 34.90.30. VALOR: R$ 2.000,00. PRAZO: Até 31.12.96.

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Extrato do Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 096/96-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e Companhia Teatral Gabinete 3 Ltda.; PROCESSO: 081.001569/96; OBJETO: Reduzir o valor do ingresso da sessão do dia 24/06/96, para R$8,00 (oito reais), ratificando e permanecendo inalteradas todas as cláusulas e respectivos itens, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 002/95-DEPROM-DE-FCDF; VALOR DC CONTRATO: R$560,00 (quinhentos e sessenta reais); NOME DO EXECUTOR: JOSÉ XAVIER JÚNIOR; DATA DA ASSINATURA: 20 de junho de 1996; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: FERNANDO ANTÔNIO JAYME GUIMARÃES; TESTEMUNHAS: HERNANI SOUZA SANTOS e CÉLIO VIEIRA RODRIGUES.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X JULIO CESAR OLIVEIRA. OBJETO : Locação de ônibus - linha: 33 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). VALOR INICIAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme N.E. nº 561/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e JULIO CESAR OLIVEIRA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X ASA DELTA - TRANSPORTES E TURISMO LTDA. OBJETO : Locação de ônibus - linhas: 15, 16 e 46 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais). VALOR INICIAL: R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), conforme N.E. nº 554/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:39. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e MARCOS ANTONIO BOAVENTURA, na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X MARIA DA CONCEIÇÃO BISPO FERREIRA. OBJETO . Locação de ônibus - linhas: 55 e 56 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais). VALOR INICIAL: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme N.E. nº 560/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e MARIA DA CONCEIÇÃO BISPO FERREIRA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X ROBERTO BRASIL DE LIMA. OBJETO : Locação de ônibus - linhas: 28 e 29 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). VALOR INICIAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme N.E. nº 555/96-SLU, emitida por estimativa em 24.04.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e ROBERTO BRASIL DE LIMA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X IRENE LUCAS DE BARROS. OBJETO : Locação de ônibus - linhas: 53 e 54 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). VALOR INICIAL: R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme N.E. nº 559/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e IRENE LUCAS DE BARROS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X ADALBERTO SERAFIM DO AMARAL. OBJETO : Locação de ônibus - linhas: 20 e 50 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). VALOR INICIAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme N.E. nº 557/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e ADALBERTO SERAFIM DO AMARAL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X HUGO SIQUEIRA. OBJETO : Locação de ônibus - linha: 32 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais). VALOR INICIAL: R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme N.E. nº 558/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e HUGO SIQUEIRA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/96

PROCESSO Nº : 094.000.551/96. PARTES : SLU/DF X ADRIANA SOARES DE SOUSA FERREIRA. OBJETO : Locação de ônibus - linha: 57 - para o SLU/DF .FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação. Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mantidas todas as condições do Edital de Concorrência nº 001/96-CEL/SLU/DF. PRAZO : 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses. VIGÊNCIA : 25.06.96. VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). VALOR INICIAL: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme N.E. nº 556/96-SLU, emitida por estimativa em 24.06.96. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PT 10060032580070001. NATUREZA DA DESPESA : 3490:36. Os recursos, até o limite do valor total, serão objeto de reforço da Nota de Empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento.SIGNATÁRIOS : Pelo SLU/DF, LUCIANO SALES OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Geral e ADRIANA SOARES DE SOUSA FERREIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/96

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento dos interessados que o Edital da Tomada de Preços em referência, encontra-se à disposição, gratuitamente, na sala 232, 2°andar do Edifício Lex, localizado no SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

ABERTURA: 18/07/96 às 09:30 horas
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção corretiva para 27 (vinte e sete) tratores agrícolas, modelo 68, da marca Valmet, sem fornecimento de peças e acessórios.

Brasília, 27 de junho de 1996
A COMISSÃO

RESULTADO DE JULGAMENTOS
CONVITES NºS 42 E 44/96

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado das licitações em referência encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2° do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

CONVITE N° 042/96
ABERTURA REALIZADA EM: 26/06/96 às 09:30 horas
OBJETO: Aquisição de barras de aço.

CONVITE N° 044/96
ABERTURA REALIZADA EM: 26.06.96 às 14:30 horas
OBJETO: Aquisição de material refratário e metálico.

Brasília, 26 de junho de 1996
A COMISSÃO

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

Extrato **DA NOTA DE EMPENHO** Nº 00255/96-PRG, em **REFORÇO À NOTA DE EMPENHO** nº 0036/96, referente a prestação de serviços com manutenção preventiva e corretiva de máquinas de escrever, da **RENOMAQUI X PRG/DF**, TP-042/95-CL-SEA, **VIGÊNCIA** 31.12.96, **PROCESSO Nº** 020.001.600/95, valor da **NOTA DE EMPENHO** R$ 500,00 (quinhentos reais), **EVENTO** 400092, **FONTE** 000, **PROGRAMA DE TRABALHO** 300700212009000-2, **U. D.**120101, **DATA DE EMISSÃO** 21.06.96.

Extrato **DA NOTA DE EMPENHO** Nº 00168/96-PRG, em **REFORÇO À NOTA DE EMPENHO** nº 0065/96, referente a prestação de serviços com manutenção preventiva e corretiva em 19 (dezenove) aparelhos telefônicos KS Multitel 900, das Partes: **DF/PRG X TELEPLUS**, TP-001/95-CL-SEA, **VIGÊNCIA** 31.12.96, **PROCESSO Nº** 030.000.002/95, valor da **NOTA DE EMPENHO** R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais); **EVENTO** 400092, **FONTE** 000, **PROGRAMA DE TRABALHO** 300700212009000-2, **U. D.**120101, **DATA DE EMISSÃO** 04.04.96.

Extrato **DA NOTA DE EMPENHO** Nº 00250/96-PRG, em **REFORÇO À NOTA DE EMPENHO** nº 0065/96, referente a prestação de serviços com manutenção preventiva e corretiva em 19 (dezenove) aparelhos telefônicos KS Multitel 900, das Partes: **TELEPLUS X DF/PRG**, TP-001/95-CL-SEA, **VIGÊNCIA** 31.12.96, **PROCESSO Nº** 030.000.002/95, valor da **NOTA DE EMPENHO** R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), **EVENTO** 400092, **FONTE** 000, **PROGRAMA DE TRABALHO** 300700212009000-2, **U. D.**120101, **DATA DE EMISSÃO** 19.06.96.

Extrato **DA NOTA DE EMPENHO** Nº 00214/96-PRG, em **REFORÇO À NOTA DE EMPENHO** nº 0036/96, referente a prestação de serviços com manutenção preventiva e corretiva de máquinas de escrever, da **RENOMAQUI X PRG/DF**, TP-042/95-CL-SEA, **VIGÊNCIA** 31.12.96, **PROCESSO Nº** 020.001.600/95, valor da **NOTA DE EMPENHO** R$ 1.000,00 (hum mil reais), **EVENTO** 400092, **FONTE** 000, **PROGRAMA DE TRABALHO** 300700212009000-2, **U. D.**120101, **DATA DE EMISSÃO** 14.05.96.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 1/96

TCDF - Processo nº 98/96 - Pelo presente Edital fica citada a empresa LIDERPRINT COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA, CGC Nº 38.030.995/0001-06, na pessoa de seu representante legal, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da última publicação deste, apresentar à Divisão de Material e Patrimônio do Tribunal de Contas do Distrito Federal as razões que tiver em sua defesa a propósito da inadimplência verificada no mencionado processo.

Brasília, 26 de junho de 1996

MAURO MENDES DE LIMA

Diretor-Geral

INEDITORIAIS

ASSOF/DF - ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS DE ORÇAMENTO E DOS ANALISTAS DE FINANÇAS E CONTROLE DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente em exercício da Associação dos Analistas de Finanças e Controle e dos Analistas de Orçamento do Distrito Federal, no uso das atribuições conferidas no artigo 22, inciso I, do seu Estatuto, reconvoca seus filiados para Assembléia Geral Extraordinária a se realizar no dia 02/07/96, no Auditório da Secretaria de Fazenda e Planejamento, às 16:00 hs, em 1ª (primeira) convocação com maioria absoluta, ou às 16:30 hs, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Retificação do Estatuto; 2) outros assuntos de interesse geral. Brasília, 25 de junho de 1996. SUDÁRIO EVALDO BARBOSA-Presidente em exercício.

(DAR R$ 18,22)

ÍNDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 17.481, 27-6-96 ... 5245
DECRETO Nº 17.482, 27-6-96 ... 5246
DECRETO Nº 17.483, 27-6-96 ... 5246
DECRETO Nº 17.484, 27-6-96 ... 5246
ATOS DO PODER LEGISLATIVO
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DESPACHOS DOS ORDENADORES DE DESPESAS ... 5247
SECRETARIA DE GOVERNO
DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE, 26-6-96 ... 5247
SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO ... 5247
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO, 27-6-96 ... 5247
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ORDEM DE SERVIÇO Nº 157, 25-6-96 ... 5247
ORDEM DE SERVIÇO Nº 158, 25-6-96 ... 5247
ORDEM DE SERVIÇO Nº 159, 25-6-96 ... 5248
ORDEM DE SERVIÇO Nº 160, 25-6-96 ... 5248
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO
DESPACHO DO ADMINISTRADOR, 27-6-96 ... 5248
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
ORDEM DE SERVIÇO, 18-6-96 ... 5248
CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL
RESOLUÇÃO Nº 107, 27-6-96 ... 5248
RESOLUÇÃO Nº 109, 27-6-96 ... 5248
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL
ATO DO CHEFE, 26-6-96 ... 5248
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
ATO DECLARATÓRIO Nº 206, 13-6-96 ... 5251
DESPACHO DO SECRETÁRIO ... 5252
PORTARIA Nº 466, 27-6-96 ... 5249
PORTARIA Nº 477, 27-6-96 ... 5249
PORTARIA Nº 479, 27-6-96 ... 5249
PORTARIA Nº 480, 27-6-96 ... 5249
PORTARIA Nº 481, 27-6-96 ... 5249
PORTARIA Nº 482, 27-6-96 ... 5250
PORTARIA Nº 484, 27-6-96 ... 5250
SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DECISÕES, 20-6-96 ... 5252
DESPACHO DA DIRETORA, 21-6-96 ... 5252
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO
DESPACHOS DO CHEFE, 25-6-96 ... 5252
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
DESPACHO DA CHEFE, 26-6-96 ... 5253
SERVIÇO DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
DECISÃO, 18-6-96 ... 5253
DECISÕES, 20-6-96 ... 5253
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
DESPACHOS DO PRESIDENTE, 10-6-96 ... 5253
TRIBUNAL PLENO
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA ... 5254
1ª CÂMARA
ACÓRDÃOS ... 5254
ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS ... 5255
PAUTAS DE JULGAMENTOS ... 5254
2ª CÂMARA
ACÓRDÃO ... 5256
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA ... 5256
PAUTAS DE JULGAMENTOS ... 5255
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESPACHOS DO SECRETÁRIO, 27-6-96 ... 5256
PORTARIA Nº 93, 27-6-96 ... 5256
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 26-6-96 ... 5257
GERÊNCIA DE HABITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO, 9-5-96 ... 5257
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DF
DESPACHO DO PRESIDENTE, 26-6-96 ... 5258
SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
DECISÃO Nº 702, 24-6-96 ... 5258
SECRETARIA DE AGRICULTURA
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE, 26-6-96 ... 5258
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 569, 19-6-96 ... 5258
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 571, 19-6-96 ... 5258
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 572, 19-6-96 ... 5258
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 573, 19-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 574, 20-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 575, 19-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 576, 19-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 577, 19-1-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 578, 19-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 580, 19-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 581, 20-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 582, 20-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 583, 20-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 584, 18-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 585, 18-6-96 ... 5259
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 586, 14-4-96 ... 5259
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE, 26-6-96 ... 5260
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 27-6-96 ... 5260
SECRETARIA DE TURISMO
DESPACHOS DO SECRETÁRIO, 24-6-96 ... 5260
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 20-6-96 ... 5260
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA ... 5260
INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL, 19-6-96 ... 5260
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DAS SESSÕES
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3170, 18-6-96 ... 5261
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3171, 20-6-96 ... 5272
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3172, 25-6-96 ... 5278
RETIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3168 ... 5289

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SEDIV

A maneira mais prática, correta e objetiva de se redigir comunicações oficiais.

IMPRENSA NACIONAL
Sua Editora Oficial

SIG Quadra 6 Lote 800 Caixa Postal 30.000
CEP 70604-900 Brasília - DF

